

Scientia

ciência; informação; habilidade; conhecimento

2024

número

03

volume

09

ISSN:
2525-4553
Qualis C
Impacto H5



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



INSTITUTO FEDERAL
Bahia
Campus Camaçari

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Rua Silveira Martins, 255 - Cabula
Salvador - Bahia - Brasil
CEP: 41.150-000
Tel.: 71 3117-2200
portal.uneb.br

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA

Loteamento Espaço Alpha, s/n - Limoeiro
Camaçari - Bahia - Brasil
CEP: 42.802-590
Tel.: 71 3649-8600
portal.ifba.edu.br

Ficha Catalográfica

Scientia: revista científica multidisciplinar / Instituto Federal da Bahia (IFBA); Universidade do Estado da Bahia (UNEB). - v. 9, n. 3, set /dez. 2024 - Salvador: as instituições, 2024.

Anual - Fluxo Contínuo.

Modo de acesso: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia/>>
ISSN 2525-4553.

1. Ciências Sociais - periódico. 2. Ciências Humanas - periódico. 3. Economia - periódico. 4. Administração - periódico. 5. Ciências exatas – periódico. I. Instituto Federal da Bahia (IFBA). II. Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

CDU: 658.050

Ficha catalográfica elaborada por:
Fábio Amorim Galeão. CRB-5/1569

SOBRE A REVISTA/ABOUT THE MAGAZINE

A Revista Scientia é fruto do convênio de 2 (duas) Instituição de Ensino Superior: a Universidade do Estado da Bahia - UNEB (Departamento de Ciências Humanas (DCH-I) Salvador) e o Instituto Federal da Bahia - IFBA - Campus Camaçari.

PUBLICAÇÃO: Quadrimestral e em Open Journal Systems

PÚBLICO ALVO: Autores, leitores e pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais aplicada.

Versão online: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia>

The Scientia Magazine is the result of the agreement of 2 (two) Higher Education Institutions: the State University of Bahia - UNEB (Department of Human Sciences (DCH-I) Salvador) and the Federal Institute of Bahia - IFBA - Campus Camaçari.

PUBLICATION: Four-monthly and Open Journal Systems

TARGET AUDIENCE: Authors, readers and researchers in the fields of applied human and social sciences.

Online version: <https://revistas.uneb.br/index.php/scientia>

MISSÃO/MISSION

Publicar na área de humanas, saúde e ciências sociais aplicadas de forma a promover a inter, a multi e a transdisciplinaridade articulada a realidade das organizações e a compreensão da sociedade.

Publish in the area of humanities, health and applied social sciences in order to promote inter, multi and articulated transdisciplinarity the reality of organizations and the understanding of society.

OBJETIVOS/GOALS

Geral: contribuir para o avanço do conhecimento na área de humanas, saúde e ciência social aplicada.

Específicos:

- Contribuir para a institucionalização das comunidades científicas na área de humanas, saúde e ciência social aplicada, por meio da divulgação do conhecimento produzido nessas áreas.
- Promover o intercâmbio, o debate teórico e empírico entre autores e leitores desse conhecimento divulgado.
- Contribuir para o aumento da produção de conhecimento na área de humanas, saúde e ciência social aplicada.

General: Contribute to the advancement of knowledge in the area of human, health and applied social science.

Specifics:

- Contribute to the institutionalization of the scientific communities in the area of human, health and applied social science, through the dissemination of the knowledge produced in these areas.
- Promote the exchange, theoretical and empirical debate between authors and readers of this disseminated knowledge.
- Contribute to increased knowledge production in the area of human, health and applied social science.

INSTRUÇÃO AOS AUTORES/INSTRUCTION TO AUTHORS

Manual da revista/Magazine manual:

<https://revistas.uneb.br/index.php/scientia/issue/view/Manual%20da%20Revista%20Scientia>

Template para submissão/Submission template:

<https://revistas.uneb.br/index.php/scientia/issue/view/445>

Tutorial em vídeo para Submissão/Video Tutorial for Submission:

https://youtu.be/_vBff2ifkc0

E-mail para contato e esclarecimento/Email for contact and clarification :

revistascientia2016@gmail.com

EDITORES/PUBLISHERS

Editor Responsável e Presidente: Aliger dos Santos Pereira - Salvador - Bahia - Brasil

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Departamento de Ciências Humanas (Curso de Administração de Empresas) - Salvador - Bahia - Brasil e Instituto Federal da Bahia (Coordenação do Curso Técnico em Informática) Camaçari - Bahia - Brasil

CNPQ: <http://lattes.cnpq.br/9514806025242255>

E-mail: revistascientia2016@gmail.com

Responsible Editor and President: Aliger dos Santos Pereira - Salvador - Bahia - Brazil

State University of Bahia (UNEB) - Department of Human Sciences (Business Administration Course) - Salvador - Bahia - Brazil and Federal Institute of Bahia (Course Coordination Computer Technician) Camaçari - Bahia - Brazil

CNPQ: <http://lattes.cnpq.br/9514806025242255>

E-mail: revistascientia2016@gmail.com

Editor Responsável e Secretário: Fabiano Viana Oliveira - Salvador - Bahia - Brasil

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Editora da UNEB - Salvador - Bahia.

CNPQ: <http://lattes.cnpq.br/3325770563552878>

E-mail: revistascientia2016@gmail.com

Responsible Editor and Secretary: Fabiano Viana Oliveira - Salvador - Bahia - Brasil

State University of Bahia (UNEB) - UNEB Publisher - Salvador - Bahia.

CNPQ: <http://lattes.cnpq.br/3325770563552878>

E-mail: revistascientia2016@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL E PRODUÇÃO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD AND EDITORIAL

Conselho Editorial e Produção Editorial/Editorial Board and Editorial:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia/about/editorialTeam>

INDEXAÇÃO E REPOSITÓRIO/ INDEXING AND REPOSITORY

- **DIADORIM:** <https://diadorim.ibict.br/handle/1/2645>
- **GOOGLE ACADÊMICO:** <https://www.google.com>
- **LATINDEX:** <https://latindex.org/latindex/ficha/25621>
- **LIVRE:** <https://livre2.cnen.gov.br/inicial.asp>
- **MIGUILIM:** <https://latindex.org/latindex/ficha/25621>
- **PERGAMUM :** <http://www.biblioteca.ifba.edu.br/biblioteca/index.php>
- **SUMÁRIOS.ORG:** <https://sumarios.org>

Todos os direitos reservados. O projeto Scientia é mantido pela Faculdade UNEB e IFBA.

Contato: revistascientia2016@gmail.com

All rights reserved. The Scientia project is maintained by the UNEB and IFBA faculty.

Contact: revistascientia2016@gmail.com

SUMÁRIO

ABSENTEÍSMO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

ABSENTEEISM AMONG NURSING PROFESSIONALS

Valdenice Sacramento de Sousa; Tula Ornellas Farias Santos

RESUMO.....	1
Palavras-chave.....	1
ABSTRACT.....	2
Keywords.....	2
1 UM OLHAR INTRODUTÓRIO	2
2 METODOLOGIA.....	4
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
3.1 ABSENTEISMO: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO NO BRASIL.....	4
3.2 INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: CARACTERÍSTICAS E GESTÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO.....	5
3.3 PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: ESPECIFICIDADES DA PROFISSÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE.....	7
3.4 ABSENTEÍSMO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE.....	8
4 CAUSAS DO ABSENTEÍSMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DO ESTUDO REVISIONAL.....	8
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	18

A ATUAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

THE ACTIVITY OF CAIXA ECONÔMICA FEDERAL IN COMBATING SOCIAL INEQUALITIES DURING THE NEW CORONAVIRUS PANDEMIC

Adriano Martins Ribeiro; Leonardo Álvaro Vieira Pereira; Maria Clara Carvalho Magalhães

RESUMO.....	19
Palavras-chave.....	19
ABSTRACT.....	20
Keywords.....	20
1 INTRODUÇÃO.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 A CAIXA ENQUANTO BANCO PÚBLICO.....	25
2.2 A CRISE SANITÁRIA DO NOVO CORONAVÍRUS E A ATUAÇÃO DA CAIXA.....	28
3 METODOLOGIA.....	30
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	31
5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS.....	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

REFERÊNCIAS.....	42
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	45
.....	
EVENTOS TROMBÓTICOS NO CONTEXTO DA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
THROMBOTIC EVENTS IN THE CONTEXT OF COVID-19: A LITERATURE REVIEW	
<i>Polyana do Nascimento Cavalcante Sousa; Maria Djany Freitas Bezerra; Maria Auxiliadora Silva Oliveira</i>	
.....	
RESUMO.....	47
Palavras-chave.....	47
ABSTRACT.....	48
Keywords.....	48
1 INTRODUÇÃO.....	49
2 ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	49
3 RESULTADOS.....	50
4 DISCUSSÃO.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	56
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	59
.....	
RESPOSTA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO NORDESTE À COVID-19: UMA ANÁLISE BASEADA EM DADOS ABERTOS PARA AS MICRORREGIÕES DAS CAPITAIS EM 2020 E 2021	
RESPONSE OF MUNICIPAL SCHOOLS IN THE NORTHEAST TO COVID-19: AN ANALYSIS BASED ON OPEN DATA FOR THE MICROREGIONS OF CAPITALS IN 2020 AND 2021	
<i>Eneida Santana; Tereza Kelly Gomes Carneiro</i>	
.....	
RESUMO.....	60
Palavras-chave.....	60
ABSTRACT.....	61
Keywords.....	61
1 INTRODUÇÃO.....	62
2 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS FAIR.....	64
2.1 SISTEMA DE CRIAÇÃO DE DADOS ABERTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DADOS PRODUZIDOS NO CONTEXTO DA COVID -19.....	65
3 MODELAGEM DO CONHECIMENTO.....	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	72
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	75

.....
HISTORICIDADE DA REDE 5G (QUINTA GERAÇÃO): APLICAÇÕES E DESAFIOS
HISTORY OF THE 5G NETWORK (FIFTH GENERATION): APPLICATIONS AND
CHALLENGES

Washington Lima de Santana; Anderson Dourado Sisnando; Kilder Leite Ribeiro; Robson Hebraico Cipriano Maniçoba; Alex Ferreira dos Santos

.....

RESUMO	76
Palavras-chave	76
ABSTRACT	77
Keywords	77
1 INTRODUÇÃO	78
2 REFERENCIAL TEÓRICO	81
3 METODOLOGIA	83
4 RESULTADOS	86
4.1 APLICAÇÕES DA REDE 5G.....	86
4.1.1 Internet dos Veículos (<i>Internet of Vehicles – IoV</i>)	86
4.1.2 Veículos Aéreos não Tripulados (<i>Unmanned Aerial Vehicle – UaV</i>).....	88
4.1.3 Aplicações de e-Health.....	88
4.1.4 Manufatura Inteligente (<i>Smart Manufacturing</i>).....	89
4.1.5 Gêmeos Digitais (<i>Digital Twins</i>).....	90
4.1.6 Sensoriamento e controle em Redes Elétricas Inteligentes (<i>Smart Grids</i>).....	91
4.1.7 Atendimento de áreas remotas ou de difícil acesso.....	92
4.1.8 Atendimento de áreas remotas ou de difícil acesso.....	94
4.2 DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	94
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	98
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO	102

.....
UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A LOOK AT RESOURCE MANAGEMENT IN EDUCATION AND THE SUCCESS OF THE BRAZILIAN ECONOMY

Evaldo Santos Nascimento; Suzana Barreto Martins; Jaqueline Jamil

.....

RESUMO	104
Palavras-chave	104
ABSTRACT	104
Keywords	104
1 INTRODUÇÃO	106
2 REFERENCIAL TEÓRICO	107
2.1 TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	108
3 METODOLOGIA	111

3.1 COMO OS DADOS FORAM ANALISADOS.....	112
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	113
4.1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA BRASILEIRA.....	113
4.2 CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARA O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	117
4.3 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA PROPORCIONAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E VIABILIZAR O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	118
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS.....	121
6 CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS.....	123
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	125
.....	
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO A PARTIR DOS GRADUANDOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - DCH - CAMPUS-I SALVADOR	
FINANCIAL EDUCATION: A STUDY FROM ADMINISTRATION AND ACCOUNTING GRADUATES FROM UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - DCH - CAMPUS-I SALVADOR	
<i>Antônio César Mota Pastor Filho; Carlos Alberto Orge Pinheiro</i>	
.....	
RESUMO.....	126
Palavras-chave.....	126
ABSTRACT.....	127
Keywords.....	127
1 INTRODUÇÃO.....	128
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	129
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	129
2.2 CONSUMO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA.....	129
2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	131
2.4 APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	133
3 METODOLOGIA.....	135
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	147
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	150
.....	
A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA CIDADE DE BARREIRAS, BAHIA	
CONSOLIDATION OF SERVICE POLICIES AT A PUBLIC UNIVERSITY IN THE CITY OF BARRIERS, BAHIA	
<i>Maria Regina Souza do Prado; Renata dos Santos Mendes; Areza Batista Gomes Barros</i>	
.....	

RESUMO.....	151
Palavras-chave.....	151
ABSTRACT.....	152
Keywords.....	152
1 INTRODUÇÃO.....	153
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	154
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NAS ORGANIZAÇÕES.....	154
2.2 MARCOS LEGAIS DO ATENDIMENTO PÚBLICO.....	156
2.3 AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PÚBLICO.....	157
2.3.1 Boas práticas de atendimento no serviço público.....	159
2.4 ESTRATÉGIAS NA MELHORIA DO ATENDIMENTO PÚBLICO.....	160
3 METODOLOGIA.....	161
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	162
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	168
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	171
.....	
O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMAÇARI NA SOLUÇÃO DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA SUS	
THE MUNICIPAL HEALTH COUNCIL OF CAMAÇARI IN RESOLVING COMPLAINTS RECEIVED BY THE SUS OMBUDSMAN	
<i>Alex Pereira da Silva; Paulo César Souza Costa; Sonia Pinto</i>	
.....	
RESUMO.....	172
Palavras-chave.....	172
ABSTRACT.....	173
Keywords.....	173
1 INTRODUÇÃO.....	173
2 METODOLOGIA.....	176
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	177
3.1 OS CONSELHOS DE SAÚDE E O COMPROMISSO DEMOCRÁTICO.....	177
3.2 OUVIDORIAS SUS, A VOZ DO CIDADÃO.....	179
3.3 A RECLAMAÇÃO NO SUS, O CONTROLE SOCIAL EM AÇÃO.....	180
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	182
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS.....	187
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO.....	189

.....
FATORES QUE LEVAM AFRODESCENTES A NÃO ASSUMIREM CARGOS DE LIDERANÇA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

FACTORS THAT LEAD AFRODESCENTS NOT TO TAKE LEADERSHIP POSITIONS IN PUBLIC INSTITUTIONS

Adriana Souto Carreiro; Laesandro Araújo dos Santos; Washington Luiz de Santana; Josete Bispo Ribeiro
.....

RESUMO	190
Palavras-chave	190
ABSTRACT	191
Keywords	191
1 INTRODUÇÃO	192
2 REFERENCIAL TEÓRICO	194
2.1 LIDERANÇA NEGRA NO BRASIL.....	194
2.2 RAÇA E RACISMO.....	195
2.3 A INCLUSÃO DOS NEGROS EM CARGOS DE LIDERANÇA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	197
3 METODOLOGIA	198
4 ANÁLISE DOS DADOS	198
5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS	200
6 TENDÊNCIAS FUTURAS	201
7 CONCLUSÃO	202
REFERÊNCIAS	203
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO	204

.....
AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CAMAÇARI, EM RESPOSTA AO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA NO BIÊNIO DE 2020 a 2021

AFFIRMATIVE ACTIONS FOR MUNICIPAL EDUCATION IN CAMAÇARI, IN RESPONSE TO FIGHTING THE PANDEMIC IN THE BIENNIUM FROM 2020 TO 2021

Jucley Souza de Araújo; Maria José M. dos Santos; Nayara B. Moreira
.....

RESUMO	206
Palavras-chave	206
ABSTRACT	207
Keywords	207
1 INTRODUÇÃO	208
2 REFERENCIAL TEÓRICO	209
3 METODOLOGIA	212
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	213
5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS	222
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS	225
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO	228

.....
**ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL NO
INSTAGRAM E IFOOD**

COMPARATIVE ANALYSIS OF DIGITAL MARKETING STRATEGIES ON
INSTAGRAM AND IFOOD

Tainá Santos do Nascimento; Rosângela Moreira de Oliveira
.....

RESUMO	229
Palavras-chave	229
ABSTRACT	230
Keywords	230
1 INTRODUÇÃO	231
2 METODOLOGIA	231
3 REFERENCIAL TEÓRICO	234
3.1 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL.....	234
3.2 O USO DO MARKETING NO MEIO DIGITAL.....	238
4 ANÁLISE DE DADOS	242
5 RESULTADOS, LIMITAÇÕES E TENDÊNCIAS FUTURAS	250
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS	252
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO	258

.....
**O PANORAMA CIENTÍFICO INTERNACIONAL DO ESG ENTRE 2012 E 2022: UM
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO**

THE INTERNATIONAL SCIENTIFIC OVERVIEW OF ESG BETWEEN 2012 AND 2022:
A BIBLIOMETRIC STUDY

Viviane Almendra Paz Lima; Maria de Fátima Barbosa Góes
.....

RESUMO	259
Palavras-chave	259
ABSTRACT	260
Keywords	260
1 INTRODUÇÃO	261
2 REFERENCIAL TEÓRICO	262
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	265
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	266
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
REFERÊNCIAS	279
MINI CURRÍCULO AUTORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ARTIGO	282

ABSENTEÍSMO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ABSENTEEISM AMONG NURSING PROFESSIONALS

Recebido: 28/06/24 | *Avaliado:* 27/07/24 | *Aceito:* 01/08/24

Valdenice Sacramento de Sousa

Discente do Curso de Bacharelado em Administração do DCH I - UNEB. Pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”.
E-mail: enfavaldenicesousa@gmail.com

Tula Ornellas Farias Santos

Mestre em Educação de Jovens e Adultos, MBA em Gestão Ambiental, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Graduada em Turismo e Psicologia.
E-mail: tulaiibes@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo trata sobre o absenteísmo entre os profissionais de enfermagem dentro das instituições de saúde. Tem como objetivo principal analisar a partir das revisões bibliográficas os fatores associados ao absenteísmo dos profissionais de enfermagem nas instituições de saúde, e como objetivos específicos identificar as principais causas do absenteísmo entre os trabalhadores da enfermagem e avaliar os reflexos do absenteísmo na qualidade dos serviços prestados. A pesquisa é básica quanto a natureza, exploratória quanto aos seus objetivos, bibliográfica quanto às suas fontes, seguindo uma abordagem qualitativa na análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa apontam que as causas do absenteísmo mencionados foram condições de trabalho, transtornos mentais, doenças osteomusculares, transtornos comportamentais, sobrecarga de trabalho, licença, organização e chefia deficiente, insatisfação profissional, estresse, dupla jornada de trabalho, relações interpessoais, acidentes de trabalho, doenças respiratórias, problemas de saúde, questões financeiras e faltas injustificadas dentro do universo da amostra. E quanto aos impactos e consequências foram qualidade no atendimento, saúde dos trabalhadores e prejuízos financeiros, deixando evidenciado que apesar das instituições obterem prejuízos financeiros, quem sofre as consequências desses impactos são os profissionais e o paciente. Em conclusão, este estudo ressalta a importância da adequação do dimensionamento de pessoal, melhoria das condições de trabalho, programas de assistência à saúde mental e implantação de políticas de prevenção como estratégias sugeridas para diminuir os indicadores do absenteísmo. A implementação dessas ações pode auxiliar na redução dos impactos da saúde dos trabalhadores e da qualidade dos serviços prestados aos pacientes.

Palavras-chave: Absenteísmo. Profissionais de enfermagem. Instituições de saúde. Condições de trabalho e ambiente de trabalho.

ABSTRACT

This article addresses absenteeism among nursing professionals within health institutions. Its main objective is to analyze, based on literature reviews, the factors associated with absenteeism of nursing professionals in health institutions. And as specific objectives, identify the main causes of absenteeism among nursing workers and evaluate the effects of absenteeism on the quality of services provided. The research is basic in nature, exploratory in terms of its objectives, bibliographic in terms of its sources, following a qualitative approach in the analysis of the data collected. The research results indicate that the causes of absenteeism mentioned were working conditions, mental disorders, musculoskeletal diseases, behavioral disorders, work overload, leave, poor organization and leadership, professional dissatisfaction, stress, double working hours, interpersonal relationships, accidents work conditions, respiratory illnesses, health problems, financial issues and unjustified absences within the sample universe. And as for the impacts and consequences, they were quality of care, workers' health and financial losses. Making it clear that although institutions suffer financial losses, those who suffer the consequences of these impacts are the professionals and the patient. In conclusion, this study highlights the importance of adapting staffing, improving working conditions, mental health assistance programs and implementing prevention policies as suggested strategies to reduce absenteeism indicators. The implementation of these actions can help reduce the impacts on workers' health and the quality of services provided to patients.

Keywords: Absenteeism. Nursing professionals. Health institutions. Working conditions and work environment.

1 UM OLHAR INTRODUTÓRIO

O tema escolhido para o presente artigo se dá pela prática profissional na área de enfermagem, e como estudante do curso de administração surge o interesse de pensar estratégias que pudessem contribuir na gestão de pessoas, uma vez que se observou o aumento do afastamento de profissionais nas instituições de saúde, percebido através de questionamentos vivenciados no ambiente de trabalho. O absenteísmo entre trabalhadores de enfermagem é uma abordagem importante que merece atenção, pois pode afetar significativamente a qualidade do cuidado prestado aos pacientes e a eficiência do sistema de saúde. Sendo assim, elegeu-se como problema de pesquisa: Quais os principais fatores envolvidos no absenteísmo entre os profissionais de enfermagem?

Logo, a presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar a partir das revisões bibliográficas os fatores associados ao absenteísmo dos profissionais de enfermagem nas instituições de saúde. E como objetivos específicos identificar as principais causas do absenteísmo entre os trabalhadores da enfermagem e avaliar os reflexos do absenteísmo na qualidade dos serviços prestados através da análise de artigos científicos sobre o tema.

Para Quinelato *et al.* (2020), o absenteísmo pode ser definido como a ausência de um trabalhador do seu local de trabalho, por motivos pessoais ou de saúde. As ausências podem ser classificadas em previstas (férias e folga) e não previstas (faltas abonadas e injustificadas, licenças médicas, acidente de trabalho, entre outros), entretanto, são essas últimas que se enquadram no absenteísmo, pelo seu caráter inesperado impossibilitando o servidor de comparecer ao seu trabalho e a organização gerir ausência do profissional na instituição.

Os profissionais de saúde enfrentam desafios específicos, como a alta demanda de trabalho, carga horária extensa e riscos ocupacionais, o que pode contribuir para o absenteísmo nessa área. Santos, Leite Filho e Santos (2020) sinalizam que nos anos mais recentes, o absenteísmo tem sido estudado em diferentes setores da economia brasileira, incluindo o setor de saúde.

A enfermagem corresponde ao maior grupo da força de trabalho nas instituições, substancialmente em hospitais, estando mais suscetível ao desenvolvimento de agravos à saúde. Conforme Grejo *et al.* (2022), o absenteísmo, além de sinalizar como está a saúde do trabalhador, afeta na assistência e acarreta custos para instituição de forma direta ou indireta, devido à escassez de pessoal, levando a sobrecarga de trabalho, redução do desempenho e diminuição da produtividade, consequentemente impactando na qualidade do serviço.

Sendo assim, o estudo sobre o absenteísmo entre os profissionais de enfermagem é altamente relevante por vários motivos, como: qualidade dos cuidados de saúde, custo e eficiência, bem-estar dos profissionais e planejamento de pessoal. No contexto da enfermagem, o absenteísmo pode ter um impacto significativo na qualidade e segurança dos cuidados prestados aos pacientes, além de afetar a eficiência das operações nas instituições de saúde.

2 METODOLOGIA

A pesquisa será básica quanto a natureza, exploratória quanto aos seus objetivos, bibliográfica quanto às suas fontes, seguindo uma abordagem qualitativa na análise dos dados coletados. Pois trata-se de uma revisão realizada através de artigos científicos e teses, encontrados a partir dos seguintes descritores: absenteísmo, profissionais de enfermagem, instituições de saúde, condições de trabalho e ambiente de trabalho.

Para coleta de dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa, foram adotados como critério de inclusão, artigos publicados em português, entre os anos de 2008 a 2022, a partir do qual foram selecionados os artigos que contemplam o tema com relevância para pesquisa. As buscas foram realizadas através das plataformas: Científica Eletrônica online (SCIELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), Google Acadêmico, totalizando 19 artigos consultados.

Para análise dos dados foi confeccionado um quadro revisional com os 19 artigos utilizados ao longo da pesquisa, e posteriormente sintetizados os artigos que abordaram as causas e fatores do absenteísmo, bem como, os impactos e consequências gerados por ele dentro das instituições, dando origem a dois gráficos com suas respectivas percentagens dentro desse universo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ABSENTEISMO: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO NO BRASIL

Conforme Sancinetti, Soares e Lima (2011), absenteísmo é o ato do trabalhador não comparecer ao local de trabalho designado. Independente do motivo, seja pessoal ou por doença, sendo justificáveis ou não. O absenteísmo tem sido um tema de crescente abordagem, especialmente no contexto do mercado de trabalho e das relações de trabalho, haja vista que é

do interesse tanto do empregado quanto do empregador, fazendo-se necessário uma contextualização sobre o assunto, sobretudo no território brasileiro.

Durante o período de industrialização, a partir do século XX, o absenteísmo era frequentemente associado a questões como segurança e condições precárias de trabalho, além de faltas relacionadas a doenças e acidentes. Para Martinato (2010), ao longo das últimas décadas, o Brasil passou por mudanças significativas em sua estrutura econômica e nas relações de trabalho, o que impactou o absenteísmo.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2022) reforçam que o absenteísmo também está relacionado a fatores individuais, como problemas de saúde, estresse e insatisfação no trabalho. Este cenário também é identificado entre os trabalhadores de enfermagem que segundo Oliveira e Spiri (2022), apontam que um estudo realizado em uma unidade de urgência e emergência, as principais causas de absenteísmo entre enfermeiros são fatores pessoais, como doenças e fatores relacionados ao trabalho, como estresse e sobrecarga. Já entre os técnicos de enfermagem são doenças, lesões relacionadas ao trabalho, estresse, falta de motivação e insatisfação no trabalho.

Nesse sentido, Santos (2019) diz que o trabalhador está incorporado em uma área insalubre propenso a riscos que desenvolvem doenças biológicas, físicas e psicológicas, acarretando em seu afastamento do local de trabalho. Sendo o trabalhador a alavanca da instituição, a incapacidade para o trabalho entre os profissionais de saúde gera um prejuízo econômico considerável para a sociedade, além de prejudicar o andamento do serviço de saúde.

Desse modo, Silva, Miranda e Mieiro (2020) concordam que os efeitos do absenteísmo podem ser graves, incluindo a redução da qualidade do cuidado prestado aos pacientes, a sobrecarga dos colegas, o aumento dos custos de operação e a diminuição da satisfação do trabalho dos profissionais de enfermagem. Além disso, fatores organizacionais, como falta de suporte, conflitos interpessoais e políticas de recursos humanos inadequadas, podem influenciar o absenteísmo entre os trabalhadores brasileiros. É importante ressaltar que para um melhor entendimento sobre o cenário do absenteísmo no Brasil se faz necessário pesquisas, estudos e dados estatísticos, para que haja uma compreensão mais precisa do fenômeno em diferentes setores e contextos.

3.2 INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: CARACTERÍSTICAS E GESTÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), considera como instituição de saúde qualquer organização, pública ou privada, que esteja envolvida na prestação de serviços de

saúde, na promoção da saúde, na prevenção de doenças ou em atividades relacionadas à saúde. Isso abrange hospitais, clínicas, centros de saúde, laboratórios, agências governamentais de saúde, organizações não governamentais (ONGs) de saúde, entre outros.

As instituições de saúde desempenham um papel fundamental na promoção da saúde pública e no fornecimento de serviços de assistência médica à população, elas devem aderir a padrões de qualidade, segurança e ética para garantir que os serviços de saúde sejam eficazes e seguros para os pacientes e a comunidade em geral, conforme elencado pela OMS.

Portanto, a OMS estabelece diretrizes e recomendações para o ambiente de trabalho dos profissionais de saúde com o objetivo de promover a segurança, a qualidade de vida e a eficácia na prestação dos serviços de saúde. Embora as recomendações específicas possam variar ao longo do tempo e em diferentes contextos, um ambiente de trabalho adequado e seguro é essencial para garantir que os profissionais de enfermagem possam prestar cuidados de saúde de qualidade.

Dessa forma, seguem alguns princípios gerais que a OMS (2000), sugere para criar um ambiente de trabalho saudável para os profissionais de enfermagem: utilizar protocolos de segurança em vigor para prevenir acidentes e exposição a riscos ocupacionais, fornecer equipamentos de proteção pessoal e treinamentos; dispor de recursos adequados, tanto material quanto de pessoal; ambiente limpo e higienizado para prevenir infecções para pacientes e profissionais. Além de promover oportunidades de desenvolvimento profissional, através de treinamento contínuo para melhoria das habilidades e adquirir novos conhecimentos, bem como, ambiente inclusivo, respeitoso e não discriminatório em relação a gênero, raça, religião, orientação sexual, entre outros aspectos.

Nesse contexto, a OMS, também fala sobre o gerenciamento da carga horária, evitando a sobrecarga de trabalho para prevenir o esgotamento e garantir a qualidade do atendimento. Bem como, o suporte psicossocial, a gestão do estresse e apoio emocional, que são fundamentais para o bem-estar dos profissionais de enfermagem, especialmente em ambientes de alta pressão, pois reconhece a importância de um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos profissionais, incluindo horários de trabalho razoáveis e oportunidades para descanso.

Todos esses fatores elencados pela OMS contribuem para refletir sobre o absenteísmo e possíveis estratégias que possam ser adotadas para diminuir os impactos causados pelo absenteísmo, visto que na área de saúde com suas especificidades terminam por proporcionar um ambiente de trabalho mais insalubre.

3.3 PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: ESPECIFICIDADES DA PROFISSÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2009), órgão responsável por regulamentação e normatização do exercício da categoria de enfermagem, os profissionais de saúde estão habilitados a prestar cuidados e assistência aos pacientes em hospitais, clínicas, postos de saúde e áreas afins. Dentre as funções definidas pelo conselho, além da assistência aos pacientes, incluem gerenciamento de materiais e pessoas, educação em saúde, colaboração interprofissional, administração de medicamentos, execução de procedimentos, entre outras atividades.

Para o COFEN (2018), as funções desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem podem variar com base na especialização e nível de qualificação, habitualmente os enfermeiros assumem posições voltadas para gerenciamento e técnicos/auxiliares de enfermagem para assistência, sob a supervisão e instrução do enfermeiro, porém isso pode variar de acordo com a instituição. Respeitando as regulamentações específicas de cada estado, onde atuam os Conselhos Regionais de Enfermagem (COREN), uma corporação independente criada pela Lei nº 5.905/73 no Brasil, cujo o principal objetivo é fiscalizar, como também disciplinar o exercício profissional da enfermagem, garantindo a conformidade das regulamentações e o cumprimento do Código de Ética da Enfermagem.

O Cofen/Conselhos regionais, juntos trabalham pela promoção e aprimoramento da prática da enfermagem, cuidando do conceito notório da profissão e dos trabalhadores que a exercem. Profissionais estes que trabalham em locais insalubres, vulneráveis e propensos a comorbidades físicas e mentais por diversos fatores.

Dessa maneira, Freire e Costa (2016) corroboram quanto a importância do controle do absenteísmo, pois a jornada de trabalho expõe os profissionais a riscos que podem ser classificados como biológicos, químicos, físicos, mecânicos, fisiológicos e psíquicos, ainda que não tenham ciência dos riscos proporcionado pelo seu ato. Riscos estes que podem afetar negativamente a saúde do trabalhador, impactando na qualidade do serviço, culminando na ausência do profissional de seu local de trabalho, caracterizando o absenteísmo dentro das instituições de saúde.

3.4 ABSENTEÍSMO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

O absenteísmo é uma realidade entre os trabalhadores em diversas instituições, seja de baixa, média ou alta complexidade. Sendo elas justificadas ou não, como já visto, desde que gerem excesso e/ou sobrecarga de trabalho. Para Silva e Marziale (2008), pode-se classificar o absenteísmo em 5 (cinco) categorias: por doença (ausência justificada por licença-saúde); patologia profissional (ocasionado por acidente de trabalho e/ou doença profissional); legal (respaldado por lei); compulsório (através de suspensão administrativa, prisão ou algum impedimento que impossibilite a presença no ambiente de trabalho) e voluntário (por razões particulares não justificadas).

Diversos modelos têm sido propostos para compreender e explicar o absenteísmo entre os profissionais de saúde. Conforme Ferreira *et al.* (2020), um desses modelos é o Modelo de Demanda-Controle-Suporte, presumindo que o absenteísmo pode ser influenciado pela interação entre as demandas do trabalho, o controle sobre o trabalho e o suporte social no ambiente de trabalho. Segundo esse modelo, altas demandas combinadas com baixo controle e falta de suporte podem levar ao aumento do absenteísmo. O mesmo diz que outro modelo amplamente utilizado é o Modelo de Estresse Ocupacional, que enfatiza o papel do estresse no absenteísmo dos profissionais de saúde. Já esse modelo sugere que o estresse relacionado ao trabalho, incluindo altas demandas, falta de recursos e conflitos interpessoais, pode levar a problemas de saúde e ao aumento do absenteísmo.

Por conseguinte, Paiva *et al.* (2019) afirma que o absenteísmo laborativo, se tornou um ponto crítico para as instituições, sejam públicas ou privadas, consequentemente, um problema para os seus administradores, os quais verificam os efeitos no quantitativo do quadro de pessoal, impactando na qualidade dos serviços prestados. Os motivos estão associados a vários fatores, resultando em uma administração complexa, visto que, são inúmeras situações que podem motivar esse acontecimento, como pessoais, familiares, financeiras, funcionais, entre outras.

4 CAUSAS DO ABSENTEÍSMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE: ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DO ESTUDO REVISIONAL

Para análise dos dados foi confeccionado um quadro revisional com os 19 artigos utilizados ao longo da pesquisa, e posteriormente sintetizados os artigos que abordaram as

causas e fatores do absenteísmo, bem como, os impactos e consequências gerados por ele dentro das instituições, dando origem a dois gráficos.

Quadro 1 - Artigos utilizados na pesquisa

(continua)			
Autores	Ano	Título do Trabalho	Objetivo do Trabalho
AMORIM, L. K. A.; SOUZA, N. V. D. O.; PIRES, A. S.; FERREIRA, E. S.; SOUZA, M. B.; VONK, A. C. R. P.	2017	O trabalho do enfermeiro: reconhecimento e valorização profissional na visão do usuário.	Discutir o entendimento dos usuários sobre o trabalho do enfermeiro, à luz do seu reconhecimento profissional.
BARGAS, E. B.; MONTEIRO, M. I.	2014	Fatores relacionados ao absenteísmo por doença entre trabalhadores de Enfermagem.	Avaliar a associação do absenteísmo por doença com o perfil sociodemográfico e relaciona-lo ao trabalho dos profissionais de Enfermagem.
FERREIRA, R. P.; MARTINIANO, A.; NAPOLITANO, D. M. R.; SASSI, R. J.	2020	Descoberta de Conhecimento em Base de Dados de Absenteísmo Trabalhista com Uso de Inteligência Computacional.	Aplicar inteligência computacional com técnicas de <i>data mining</i> para identificar através da tarefa de clusterização e classificação o perfil de empregados absenteístas e presenteístas, utilizando o algoritmo <i>Density Based Spatial Clustering of Applications With Noise</i> (DBSCAN) e Redes Neurais Artificiais (RNAs) na descoberta de conhecimento em base de dados.
FREIRE, M. N.; COSTA E. R.	2016	Qualidade de Vida dos Profissionais de Enfermagem no Ambiente de Trabalho.	Analisar a qualidade de vida dos profissionais de enfermagem no ambiente de trabalho.
GREJO, J. R.; BOM, G. C.; MATIOLE, C. R.; PRADO, P. C.; KOSTRISCH, L. M. V.; TRETTENE, A. D. S.	2022	Absenteísmo da equipe de enfermagem de um hospital público e terciário: etiologia e fatores associados.	Identificar a taxa de absenteísmo da equipe de enfermagem, sua etiologia e os fatores associados.
MARTINATO, M. C. N. B.; SEVERO, D. F.; MARCHAND, E. A. A.	2010	Absenteísmo na enfermagem: uma revisão integrativa.	Destacar as estratégias do dimensionamento de pessoal e as ações preventivas minimizando o absenteísmo.

Quadro 1 - Artigos utilizados na pesquisa

(continuação)			
Autores	Ano	Título do Trabalho	Objetivo do Trabalho
MENDES, N. C. F.; LIMA, D. V.; PEREIRA, J. M.	2018	O Impacto do Absenteísmo-Doença nas Despesas do Regime Geral de Previdência Social do Brasil.	Analisar o impacto do absenteísmo-doença nas despesas do Regime Geral de Previdência Social do Brasil.
MENDES, N. C. F.; PEREIRA, M. J.	2020	Absenteísmo e Contabilidade Pública: Um Estudo Teórico.	Destacar o fenômeno do absenteísmo no ambiente organizacional.
OLIVEIRA, P. B. DE .; SPIRI, W. C.	2022	Absenteísmo de enfermeiros e técnicos de enfermagem na unidade de urgência e emergência.	Associar o absenteísmo dos enfermeiros e técnicos de enfermagem com o ambiente de trabalho .
PAIVA, L. E. B.; SILVA FILHO, L. G.; LIMA, T. C. B.; ARAÚJO, R. A.; FERRAZ, S. F. S.	2019	Absenteísmo Laboral em uma Empresa Pública de Serviços Postais.	Investigar o absenteísmo laboral dos funcionários de uma empresa pública de serviços postais, baseando-se no modelo teórico de Murcho e Jesus (2006), que avalia os fatores interpessoais e do ambiente de trabalho, psicossomáticos e de condições de trabalho, administrativo-laborais e de gestão do tempo e carreira.
QUINELATO, H.; GUZMAN, R. S. R.; SILVA, C. A.; QUINELATO, V.	2020	Absenteísmo na equipe de enfermagem: um panorama geral	Avaliar as causas do absenteísmo na equipe de enfermagem.
SANCINETTI, T. R.; SOARES, A. V. N.; LIMA, A. F. C.	2011	Taxa de absenteísmo da equipe de enfermagem como indicador de gestão de pessoas.	Analisar a taxa de absenteísmo dos profissionais de enfermagem em um hospital público de ensino.
SANTANA, L.L.; SARQUIS, L. M. M.; BREY, C.	2016	Absenteísmo por transtornos mentais em trabalhadores de saúde em um hospital no sul do Brasil.	Descrever o perfil de adoecimento por transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores de saúde de um hospital de ensino no sul do Brasil.

Quadro 1 - Artigos utilizados na pesquisa

(continuação)			
Autores	Ano	Título do Trabalho	Objetivo do Trabalho
SANTOS, K. M.; TRACERA, G. M. P.; NASCIMENTO, F. P. B.; MOREIRA, J. P. L.; RUAS, C. A. S.; FONSECA, E. C.; ZEITOUNE, R. C. G.	2022	O adoecimento dos trabalhadores de enfermagem e os riscos psicossociais no trabalho	Analisar o adoecimento físico e psicossocial decorrente do trabalho do profissional de enfermagem que atua em ambulatório de hospital universitário e sua inter-relação com os riscos psicossociais
SANTOS, Maria Isabel Silva.	2019	Absenteísmo como indicador para estratégia preventiva na gerência de enfermagem na saúde do trabalhador	Identificar o perfil ocupacional dos trabalhadores, levantar os dados do absenteísmo e os custos desses afastamentos e indicar estratégias de prevenção
SANTOS, M. I. C.; LEITE FILHO, P. A. M.; SANTOS, M. L. C.	2020	Análise do Absenteísmo Enquanto um Tipo de Custo Oculto em uma Instituição de Ensino Pública	analisar o absenteísmo, enquanto um tipo de custo oculto, a partir das categorias (patologia, setor de trabalho, cargo); do índice anual; e, do custo do absenteísmo, em uma Instituição de ensino público.
SILVA, D. M. P. P.; MARZIALE, M. H. P.	2008	Condições de trabalho versus absenteísmo-doença no trabalho de enfermagem	Identificar os problemas de saúde que acometem os trabalhadores de enfermagem em um hospital
SILVA, D. M. P. P.; MARZIALE, M. H. P.	2000	Absenteísmo de trabalhadores de enfermagem em um hospital universitário	Identificar os índices de absenteísmo-doença entre os trabalhadores de enfermagem do hospital universitário
SILVA, M. R.; MIRANDA, F. M.; MIEIRO, D. B.	2020	Impacto do estresse na qualidade de vida de trabalhadores de enfermagem hospitalar	Analisar a associação entre as características sociolaborais, o nível de estresse e a qualidade de vida em trabalhadores de enfermagem hospitalar

Fonte: Elaboração própria (2024).

Desta forma, através dos gráficos gerados e suas respectivas percentagens dentro do universo da amostra podemos compreender e verificar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, e com isso é possível apresentar algumas sugestões.

Gráfico 1 - Causas e fatores do absenteísmo



Fonte: Elaboração própria (2024).

De acordo com o gráfico exposto pode-se perceber que as causas e fatores do absenteísmo mencionados foram condições de trabalho (20%), transtornos mentais (10%), doenças osteomusculares (10%), transtornos comportamentais (7%), sobrecarga de trabalho (7%), licença (7%), organização e chefia deficiente (7%), insatisfação profissional (7%), estresse (4%), dupla jornada de trabalho (3%), relações interpessoais (3%), acidentes de trabalho (3%), doenças respiratórias (3%), problemas de saúde (3%), questões financeiras (3%) e faltas injustificadas (3%).

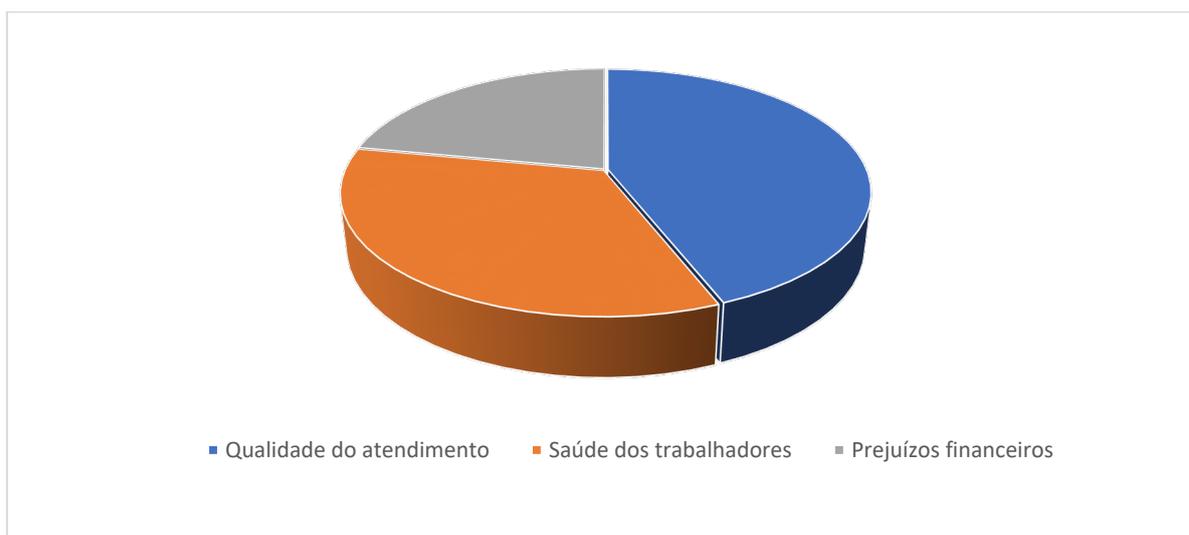
Nesse sentido, Santana *et al.* (2016), reforça que o maior índice do absenteísmo por doença está entre os técnicos de enfermagem, entre as faixas etárias de 21 a 30 anos, sendo prevalente entre os trabalhadores do gênero feminino, especialmente às relacionadas ao estresse e condições de trabalho.

Logo, Bargas e Monteiro (2014), apontam em suas pesquisas que distúrbios mentais e comportamentais, associados com patologias osteomusculares são predominantes dentre os fatores do afastamento entre os trabalhadores de enfermagem. Concordando com a pesquisa realizada por Silva e Marziale (2000) em um hospital universitário de São Paulo evidenciando que 24,80% dos afastamentos ocorreram por distúrbios mentais e 17,86% por patologias osteomusculares.

É importante destacar que as ausências dos profissionais podem sinalizar sentimentos subjetivos como falta de estímulo e motivação levando a aversão ao local de trabalho devido a

cobrança excessiva, condições de trabalho desfavoráveis, chefia deficiente, relacionamento interpessoal, políticas de cargos e salários, impactando psicologicamente na saúde do trabalhador, por conseguinte no serviço realizado ao paciente e conseqüentemente em prejuízos financeiros como iremos visualizar no gráfico seguinte, formando uma tríade de impactos negativos para a organização.

Gráfico 2 - Impactos e conseqüências do absenteísmo



Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme o gráfico acima os impactos e conseqüências mencionados no universo da amostra foram qualidade no atendimento (44%), saúde dos trabalhadores (34%) e prejuízos financeiros (22%). Durante a pesquisa ficou evidenciado que apesar das instituições obterem prejuízos financeiros, quem sofre as conseqüências desses impactos são os profissionais e o paciente.

Nesse sentido, o absenteísmo é um indicador importante que afeta o desempenho das organizações, tornando-se um problema crítico que requer monitoramento constante. Marques *et al.* (2015) destacam a importância das lideranças promover a saúde e a qualidade de vida das equipes, identificando causas de afastamento e riscos à saúde, definindo políticas, elaborando ações de promoção e prevenção, e investindo em soluções que não prejudiquem a produtividade. Essas medidas visam melhorar o bem-estar dos colaboradores, reduzir o absenteísmo e contribuir para um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado.

No contexto brasileiro, conforme Mendes, Lima e Pereira (2018) existem algumas iniciativas voltadas para a redução do absenteísmo, como a implementação de programas de saúde ocupacional, estratégias de prevenção de doenças e promoção da saúde, melhoria das

condições de trabalho e adoção de práticas de gestão que visam a satisfação e o engajamento dos funcionários.

Diversos estudos mostram que o absenteísmo está associado a uma variedade de consequências negativas, como redução da qualidade do atendimento, aumento dos custos operacionais, insatisfação dos pacientes, aumento da carga de trabalho para os profissionais que permanecem no trabalho e impacto na saúde e bem-estar dos próprios profissionais. Para Amorim *et al.* (2017), além dos modelos teóricos, vários estudos têm investigado os impactos do absenteísmo entre os profissionais de saúde, se tornando fundamental que as empresas desenvolvam estratégias efetivas para gerenciar o absenteísmo e garantir que as equipes estejam adequadamente dimensionadas e treinadas.

Mendes e Pereira (2020) apontam que a adesão as normas de gerenciamento que incentivem o fortalecimento ao compromisso do trabalhador conseguem diminuir o absenteísmo, bem como, a rotatividade voluntária. Além disso, políticas e gestão de aprimoramento ao empenho são satisfatórias por elevar o nível de engajamento geral e diminuir o nível de faltas ao trabalho. Desse modo, a implementação de um sistema de gerenciamento de absenteísmo eficaz pode reduzir significativamente a ausência do trabalhador.

Nesse sentido, é imprescindível promover discussões sobre o tema do absenteísmo, pois ele resulta em sobrecarga de trabalho para equipe. Os gestores precisam ter um olhar mais atento e humanizado, pois essa atitude contribui para o engajamento dos colaboradores, fortalece os laços interpessoais e promove uma gestão consciente e participativa. Com a integração dos membros da equipe, é possível melhorar o ambiente e a qualidade dos serviços prestados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscamos responder à pergunta problema: Quais os principais fatores envolvidos no absenteísmo entre os profissionais de enfermagem? Conseguimos alcançar nossos objetivos: analisar a partir das revisões bibliográficas os fatores associados ao absenteísmo dos profissionais de enfermagem nas instituições de saúde, identificar as principais causas do absenteísmo entre os trabalhadores da enfermagem e avaliar os reflexos do absenteísmo na qualidade dos serviços prestados.

Os resultados desses estudos mostram que a adequação do dimensionamento de pessoal, melhoria das condições de trabalho, programas de assistência à saúde mental e implantação de políticas de prevenção são estratégias sugeridas para diminuir os indicadores do absenteísmo.

A implementação dessas ações pode auxiliar na redução dos impactos da saúde dos trabalhadores e na qualidade dos serviços prestados aos pacientes.

Desse modo, os resultados alcançados podem ser usados para melhorar a assistência dos serviços de saúde, a qualidade no atendimento, reduzir custos e promover o bem-estar dos profissionais, além de informar políticas e práticas na área de enfermagem e saúde ocupacional. O que corrobora com a literatura existente e adiciona novas perspectivas ao campo da gestão, bem como, na área de recursos humanos, temas importantes na administração.

REFERÊNCIAS

AMORIM, L. K. A.; SOUZA, N. V. D. O.; PIRES, A. S.; FERREIRA, E. S.; SOUZA, M. B.; VONK, A. C. R. P. O trabalho do enfermeiro: reconhecimento e valorização profissional na visão do usuário. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 11, n. 5, p. 1918-1925, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23341/18945>. Acesso em: 01 jul. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16001**: Responsabilidade Social: sistema da gestão: requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARGAS, E. B.; MONTEIRO, M. I. Fatores relacionados ao absenteísmo por doença entre trabalhadores de Enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, n. 6, p. 533–538, 2014.

BRASIL. Diário Oficial da República do Brasil. Lei 5.905 de 12 de julho de 1973. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Brasília, julho de 1973, seção 1.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). Diretrizes para elaboração de protocolos de Enfermagem na atenção primária à saúde pelos conselhos regionais/Conselho Federal de Enfermagem. Brasília: COFEN, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986. Alterada pelas leis nº 14.434/2022 e 14.602/2023**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986/>. Acesso em: 14 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados. Rio de Janeiro: Cofen, 2009.

FERREIRA, R. P.; MARTINIANO, A.; NAPOLITANO, D. M. R.; SASSI, R. J. Descoberta de Conhecimento em Base de Dados de Absenteísmo Trabalhista com Uso de Inteligência Computacional. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 20, n. 4, p. 108-135, 2020. Disponível em: <http://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/1309>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FREIRE, M. N.; COSTA E. R. Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem no ambiente de trabalho. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 5, n. 1, p.151-158, 2016. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/871>. Acesso em: 31 out. 2023.

GREJO, J. R.; BOM, G. C.; MATIOLE, C. R.; PRADO, P. C.; KOSTRISCH, L. M. V.; TRETTENE, A. D. S. Absenteísmo da equipe de enfermagem de um hospital público e terciário: etiologia e fatores associados. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuernj/article/view/70082>. Acesso em: 14 maio. 2024.

MARTINATO, M. C. N. B.; SEVERO, D. F.; MARCHAND, E. A. A. Absenteísmo na enfermagem: uma revisão integrativa. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 160-166, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/yywdXcsd9cnjXzqRJPsxMkS/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MENDES, N. C. F.; LIMA, D. V.; PEREIRA, J. M. O Impacto do Absenteísmo-Doença nas Despesas do Regime Geral de Previdência Social do Brasil. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 11, n. Ed. Especial 1, p. 100-121, 2018.

MENDES, N. C. F.; MATIAS-PEREIRA, J. Absenteísmo e Contabilidade Pública: Um Estudo Teórico. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 13, n. Edição Especial 1, p. 156-183, 2020.

OLIVEIRA, P. B. DE.; SPIRI, W. C. Absenteísmo de enfermeiros e técnicos de enfermagem na unidade de urgência e emergência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 43, p. 210-254, 2022.

OMS (2010). Locais de trabalho saudáveis: um modelo de ação: Para empregadores, trabalhadores, decisores políticos e profissionais. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL): documento de posição da Organização Mundial da Saúde. Soc. ciência. med., Nova York, v. 10, p. 1403-1409, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3LP73qPg5xBDnG3xMHBVVNK/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PAIVA, L. E. B.; SILVA FILHO, L. G.; LIMA, T. C. B.; ARAÚJO, R. A.; FERRAZ, S. F. S. Absenteísmo Laboral em uma Empresa Pública de Serviços Postais. **Reuna**, v. 24, n. 4, p. 44-64, 2019.

QUINELATO, H.; GUZMAN, R. S. R.; SILVA, C. A.; QUINELATO, V. Absenteísmo na equipe de enfermagem: um panorama geral. **Salusvita**, Bauru, v. 39, n. 3, p. 925-942, 2020.

SANCINETTI, T. R.; SOARES, A. V. N.; LIMA, A. F. C. Taxa de absenteísmo da equipe de enfermagem como indicador de gestão de pessoas. **Revista da Escola de Enfermagem da**

USP, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 1007–1012, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/bC4Lnzv9kDWR6YL8XGZqfSH>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SANTANA, L.L.; SARQUIS, L. M. M.; BREY, C. Absenteísmo por transtornos mentais em trabalhadores de saúde em um hospital no sul do Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 37, n. 1, p. 1-8, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/BBYRqmBKw6HGmGgpPgNjk6D/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, K. M.; TRACERA, G. M. P.; NASCIMENTO, F. P. B.; MOREIRA, J. P. L.; RUAS, C. A. S.; FONSECA, E. C.; ZEITOUNE, R. C. G. O adoecimento dos trabalhadores de enfermagem e os riscos psicossociais no trabalho. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, p. 34-47, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ape/a/M4LgPRcHzP3NgbK9FPwdZDn/#>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SANTOS, Maria Isabel Silva. **Absenteísmo como indicador para estratégia preventiva na gerência de enfermagem na saúde do trabalhador**. 2019. 78 f. Dissertação (Mestrado de Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, M. I. C.; LEITE FILHO, P. A. M.; SANTOS, M. L. C. Análise do Absenteísmo Enquanto um Tipo de Custo Oculto em uma Instituição de Ensino Pública. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 10, n. 2, p. 57-65, 2020.

SILVA, D. M. P. P.; MARZIALE, M. H. P. Absenteísmo de trabalhadores de enfermagem em um hospital universitário. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 8, n. 5, p. 44–51, 2000.

SILVA, D. M. P. P.; MARZIALE, M. H. P.. Condições de trabalho versus absenteísmo-doença no trabalho de enfermagem. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, p. 166-172, 2008.

SILVA, M. R.; MIRANDA, F. M.; MIEIRO, D. B. Impacto do estresse na qualidade de vida de trabalhadores de enfermagem hospitalar. **Texto & Contexto - Enfermagem**, São Paulo, v. 29, p. 01-15, 2020.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	ABSENTEÍSMO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM
RECEBIDO	28/06/2024
AVALIADO	27/07/2024
ACEITO	01/08/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Valdenice Sacramento de Sousa
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Discente do Curso de Bacharelado em Administração.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Tula Ornellas Farias Santos
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduada em Turismo e Psicologia, especialista em Metodologia do Ensino Superior, MBA em Gestão Ambiental e Mestrado em Educação de Jovens e Adultos.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: enfavaldenicesousa@gmail.com Autor 2: tulaibes@yahoo.com.br
---	--

A ATUAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Recebido: 05/07/24 | Avaliado: 28/07/24 | Aceito: 06/08/24

Adriano Martins Ribeiro

Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas. Graduado em Direito pela Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas. Formação pedagógica em Letras - Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Estácio de Sá. Graduando em Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia.

E-mail: adrianno_martins@hotmail.com

Leonardo Álvaro Vieira Pereira

Especialista em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar da Bahia / Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Graduando em Administração Pública (UNEB). Graduação em Direito pela Faculdade Baiana de Ciências - FABAC e graduação em Formação de Oficiais da PMBA pela Academia de Polícia Militar da Bahia.

E-mail: leonardoalvarop@gmail.com

Maria Clara Carvalho Magalhães

Doutaranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, bolsista CAPES. Especialista em Gestão Contábil e Tributária pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora Assistente no curso de Ciências Contábeis - Universidade Estadual da Bahia - UESC.

E-mail: mccmagalhaes@uneb.br

RESUMO

Os bancos públicos federais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do país, seja investindo em obras públicas, destinando recursos a regiões pouco abastecidas ou mesmo fomentando a economia. Nesse sentido, a Caixa Econômica Federal, enquanto principal banco público, desempenhou um papel importante na redução das desigualdades sociais, especialmente no período da Pandemia do SARS-CoV-2. O problema norteador deste trabalho foi investigar como as ações realizadas pela Caixa, enquanto banco público federal, contribuíram para a redução das desigualdades sociais durante a pandemia? Para fins de responder ao questionamento acima, buscou-se atingir o objetivo de compreender o impacto que as ações promovidas pela Caixa, durante o período da Pandemia do Covid-19, contribuíram para reduzir as mazelas da sociedade brasileira. Adotou-se uma metodologia de pesquisa de revisão bibliográfica e documental, de cunho qualitativo, apoiado principalmente nos escritos de autores como Araújo (2018), Barbosa (2015), Godoi (2022) e nos relatórios integrados publicados pela Caixa nos anos de 2020, 2021 e 2022. Percebeu-se que a atuação da Caixa Econômica Federal, enquanto empresa estatal e agente de transformação social, reverteu-se em ações concretas de redistribuição de renda, garantia do emprego, pagamento do seguro desemprego e do FGTS, no acesso a repasses diretos realizados pelo Governo Federal por meio do Auxílio Brasil e investindo em infraestrutura e moradia popular, além de bancarizar uma população que antes era excluída desse segmento da sociedade.

Palavras-chave: Banco Público. Combate às desigualdades sociais. Agentes de fomento. Covid-19.

ABSTRACT

Federal public banks play a fundamental role in the country's development, whether by investing in public works, allocating resources to underserved regions or even fostering the economy. In this sense, Caixa Econômica Federal, as the main public bank, has played an important role in reducing social inequalities, especially during the SARS-CoV-2 pandemic. The guiding problem of this work was to investigate how the actions carried out by Caixa, as the federal public bank, contributed to reducing social inequalities during the pandemic. In order to answer the above question, we sought to understand the impact that the actions promoted by Caixa, during the Covid-19 Pandemic, helped to reducing the ills of Brazilian society. A qualitative bibliographic and documentary review research methodology was adopted, based mainly on the writings of authors such as Araújo (2018), Barbosa (2015), Godoi (2022) and the integrated reports published by Caixa in 2020, 2021 and 2022. It was noticed that Caixa Econômica Federal's actions, as a state-owned company and an agent of social transformation, resulted in concrete actions to redistribute income, guarantee employment, pay unemployment insurance and the FGTS, access direct transfers made by the federal government through Auxílio Brasil and invest in infrastructure and low-income housing, in addition to bankrolling a population that was previously excluded from this segment of society.

Keywords: Public bank. Combating social inequalities. Development agents. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Analisar políticas públicas efetivas para a melhoria da qualidade de vida da população representa uma importante ferramenta para os gestores públicos filtrarem quais ações governamentais são eficientes no combate à pobreza e a marginalização e quais são ineficientes na consecução dos seus objetivos. Os recursos públicos são escassos e a demanda social é imensa, cabendo ao agente estatal manter os programas e projetos que melhor trarão resultados para uma maior parcela da sociedade.

A atuação dos bancos públicos federais materializam-se em importantes ações enquanto aliados dos Governos Federal, estaduais e municipais na consecução de suas políticas públicas, tanto como agentes na aplicação das respectivas políticas, a exemplo de inúmeros programas de transferência direta de renda para a população carente, ou como financiadores do Estado para obtenção de recursos, a serem aplicados em políticas de estado ou de governo, visando a redução das diferenças socioeconômicas entre os cidadãos.

Sejam como agentes estatais de políticas públicas ou seguindo os preceitos previstos no artigo 173 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no qual prevê que as empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica devam atuar em igualdade de condições com as entidades do setor privado, estas executam, precipuamente, importantes ações que auxiliam o Estado na busca da igualdade material na sociedade.

Nesse sentido, é que se busca fazer uma análise da atuação dos Bancos Federais em sua competência de agente de combate às desigualdades sociais, focando especificamente na atuação da Caixa Econômica Federal. A Caixa, além de se enquadrar como um Banco cujo capital pertence integralmente ao Governo Federal, está presente na maioria dos municípios brasileiros, atuando como agente de transformação social e de fomento, sendo ainda um aliado do poder público no enfrentamento dos problemas sociais.

No período de restrições sociais promovido pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), o país sofreu com a crise promovida pela doença, causando fechamento de empresas, demissões em massa, aumento dos gastos públicos com saúde e questões sociais, além da elevação do índice de mortes promovida pela doença. Fora necessário direcionar recursos e forças, tanto de trabalho quanto de ações em políticas públicas, visando assegurar que a população tivesse acesso ao mínimo para garantir sua dignidade.

Dessa forma, a presente investigação buscou realizar um esboço teórico-científico, para fins de responder a seguinte indagação: como as ações realizadas pela Caixa, enquanto banco público federal, contribuíram para a redução das desigualdades sociais durante a pandemia?

Para que se consiga alcançar a solução para o problema proposto, teve-se como objetivo geral compreender o impacto que as ações promovidas pela Caixa, durante o período da Pandemia do Covid-19, contribuíram para reduzir as mazelas da sociedade brasileira. De forma específica, buscou conhecer a estrutura dos bancos federais, enquanto agentes que exploram atividade econômica e regulam o mercado financeiro; analisar a estrutura socioeconômica da sociedade brasileira, verificando suas matrizes de desigualdades sociais; e por fim, identificar os principais impactos que as ações da Caixa apresentaram para tornar o Brasil um país mais justo, durante um período tão crítico.

Justificou-se a relevância desta pesquisa, a princípio, pelo desconhecimento da população sobre o impacto que os bancos públicos exercem na sociedade, pela baixa produção científica publicada sobre tal tema, além da necessidade de se realizar uma análise do papel dos bancos públicos no âmbito das políticas públicas, diante da importância que tais instituições representam para o país, dos recursos que angariam, no caso daqueles que exploram atividade econômica em situação de igualdade com a iniciativa privada, além do seu papel fundamental durante o período de pandemia, na manutenção do emprego, renda, alimentos e dignidade para a sociedade.

Nesse sentido, as instituições públicas federais, com maior destaque para a Caixa Econômica Federal, atuam junto aos poderes Executivo e Legislativo visando aplicar políticas públicas com objetivo de reduzir as desigualdades sociais, em especial com as ações concentradas na redistribuição de renda para a população mais carente.

O artigo está dividido em 6 partes. A primeira é a introdução, onde está o tema, problema, objetivo e justificativa. A segunda é o referencial teórico, onde se pretendeu demonstrar as principais características da atuação das instituições financeiras estatais, com destaque para o período de pandemia causado pelo vírus da Covid-19. A metodologia que pretendeu demonstrar os caminhos traçados para a escrita do presente estudo, sendo em seguida apresentado a análise dos dados, voltados para compreender o histórico e o papel da Caixa enquanto agente de fomento, atuando fortemente no período de Pandemia do Novo Coronavírus. Finalmente, os resultados apresentam as ações concretas que o banco em estudo apresentou à sociedade nos orçamentos dos anos de 2020, 2021 e 2022, especificamente no segmento público, seguido da conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme aponta Palludeto e Borghi (2022), com a evolução do processo de liberalização e desregulamentação do mercado financeiro, ocorrido no século XX, emergiram novos atores do cenário financeiro, especialmente compostos por investidores institucionais e criação de novos instrumentos financeiros, além da expansão dos meios e formas de contratos de derivativos, o que causou certa instabilidade de todo sistema econômico.

Mais recente, em 2008, o autor citou a crise econômica que assolou as principais economias do mundo, afetando em cheio a brasileira. Para o autor, a atuação dos bancos públicos exercem papel decisivo como agentes preventivos em situações de crises como as narradas (PALLUDETO; BORGHI, 2022). Nas palavras dos autores:

Nesse contexto, o papel desempenhado por cooperativas e instituições financeiras públicas ganharia destaque, visto que, em geral, tomam menores riscos, podem orientar-se por estratégias de longo prazo e se mostram mais diretamente vinculadas a interesses coletivos orientados para o bem público quando comparadas às instituições financeiras privadas guiadas exclusivamente pelo lucro (Palludeto; Borghi, 2022, p. 548).

Costa (2016), destacou a atuação das instituições financeiras privadas na concessão de crédito no mercado financeiro, a qual é motivada principalmente pela base rentabilidade, liquidez e risco das aplicações, sem considerar na equação fatores e fins sociais ou de desenvolvimento. Como o principal foco dos bancos e do próprio setor privado é a rentabilidade, a destinação de suas linhas de crédito estão voltadas para o segmento que consiga estabelecer maiores garantias e retorno à instituição.

De contraponto, os bancos atuam em situações de crises. O caso já narrado da crise de 2008 demonstrou, como elucidado por Barros, Silva e Oliveira (2018), que enquanto os bancos privados restringem o acesso ao crédito, as instituições bancárias estatais ampliam sua oferta em resposta à crise e como medida de evitar o aumento das desigualdades sociais.

Os bancos públicos são os principais ofertantes do crédito na categoria direcionado, tendo à frente os agentes financiadores: Caixa Econômica Federal (CEF), no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Banco do Brasil (BB), na esfera do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio das operações diretas ou de repasse para financiamento de investimentos nas empresas. O direcionamento de crédito também cobre outros setores, como por exemplo, o microcrédito, destinado à população de baixa renda e a microempreendedores, porém com participações modestas (BARROS; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 11).

Assim, Costa (2016), apontou que os bancos públicos além de atuarem na regulação da própria economia, especialmente em situações de instabilidade diante da falta de ação dos bancos privados, ainda representariam papel fundamental na disseminação de políticas públicas de distribuição de renda. Conforme o autor:

Caberia a instituição de Políticas Públicas, ou seja, àquela que não visasse, primordialmente, a maximização de seu lucro, o papel de contribuir para o fomento do desenvolvimento. Com a funcionalidade “desenvolvimentista”, os bancos públicos assumiriam papel ativo (não neutro) na distribuição de recursos, sendo direcionados para fins qualificados como prioritários, pela política pública. Esses fins sociais e econômicos serão diferentes daqueles que se regem por critérios da rentabilidade privada (COSTA, 2016, p. 8).

Godoi (2022) destacou a enorme concentração de renda da população brasileira, considerada uma das mais severas existentes, ocupando a 8ª posição no mundo medido pelo índice de Gini, instrumento utilizado para analisar a concentração de renda entre os países. Na década de 80, o país viveu um dos maiores ápices nessa concentração, reduzindo nos anos que seguiam o início do século XXI, retornando sua curva de crescimento da concentração em 2015.

Essa concentração de riqueza e renda no Brasil, cuja curva se eleva desde 2015, materializam níveis mais altos de todo o mundo, enfatizando as desigualdades socioeconômicas vivenciadas, levando a necessidade de ação de redistribuição de renda por parte do Poder Público (GODOI, 2022).

Os bancos públicos tem atuado enquanto suporte ao financiamento e investimento de recursos financeiros e suporte técnico à gestão de empreendimentos, especialmente para fins de estabilizar o ciclo econômico. Diante da enorme desigualdade vivenciada pelos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o caso brasileiro, as instituições públicas garantem inclusão financeira da maior parte da população que possui menor renda, dando acesso ao crédito e a benefícios sociais de repasse direto, atenuando, em última instância, a instabilidade na era da inclusão financeira (PALLUDETO; BORGHI, 2022).

A concentração de renda em uma pequena parcela da população foi responsável pelo elevado índice de desigualdade social na população brasileira. Nesse cenário, o Estado precisa destinar parte das finanças públicas para repasses diretos ou programas sociais visando reduzir essa disparidade social, amenizando a situação de pobreza. Conforme aponta Godoi (2022):

Mais de 30 anos após promulgar uma Constituição em que a redução de desigualdades sociais é considerada um dos “objetivos fundamentais da República”, o Brasil permanece ostentando os mais altos níveis de concentração de renda e de riqueza em todo o mundo. Confirmam-se no caso brasileiro as abundantes evidências internacionais de que a crônica desigualdade prejudica no longo prazo o aumento da produtividade econômica e compromete seriamente a mobilidade social, esgarçando por outro lado a legitimidade dos tradicionais arranjos políticos e abrindo caminho para o fortalecimento de ideologias autoritárias e intolerantes (GODOI, 2022, p. 71).

A atuação dos bancos estatais fundamentam justamente o auxílio do Estado na mitigação das desigualdades sociais, seja através de repasses diretos, em programas sociais, por meio de ações voltadas para o mercado de trabalho, na prestação de serviços públicos ou mesmo fomentando o mercado, buscando ampliar o emprego, a renda, a educação, a infraestrutura, a saúde e outros âmbitos da sociedade.

A Caixa Econômica Federal, enquanto agente de políticas públicas, muito mais do que apenas um banco comercial, atua na promoção da redução das desigualdades sociais, na redução de crises econômicas, no enfrentamento de crises sanitárias e no desenvolvimento sustentável do país.

2.1 A CAIXA ENQUANTO BANCO PÚBLICO

Desde os primórdios de sua criação, através da Lei 1.083, de 1860, a Caixa Econômica Federal, até então Caixa Econômica e do Monte de Socorro do Rio de Janeiro, teve uma finalidade eminentemente social e até mesmo política, enquanto entidade de crédito. Além de prestar apoio à economia popular, destinava seus depósitos à aquisição de apólices da dívida pública e ao financiamento de despesas do Estado, financiando o Governo central da época (COSTA NETO, 2004). Ainda segundo o referido autor,

Outra forma de expressão do interesse governamental em atividades de crédito – embora, pelas suas características, não possamos identifica-la, inicialmente, com as demais, de caráter mais amplo e essencialmente econômico – foi a criação, em 1861, da Caixa Econômica e do Monte de Socorro do Rio de Janeiro, entidades precursoras da Caixa Econômica Federal, que, somente a partir de 1874, passaram a ter congêneres em outras províncias do Império (COSTA NETO, 2004, p. 14).

A partir do dia 12 de janeiro de 1861, o príncipe regente Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que instituiu a Caixa Econômica da Corte, trilhando uma larga história de crescimento junto à população e ao crescimento do País, entrando na era da República, acompanhando a migração rural para o meio urbano e o crescente processo de industrialização e atualmente

sendo uma das principais auxiliares do Governo Federal na erradicação das desigualdades sociais (CAIXA, 2023).

Conforme preleciona Costa (2015), a Caixa Econômica Federal (CEF) constitui-se em uma empresa pública na forma de instituição financeira pública federal, cujo capital está integralmente controlado pelo Tesouro Nacional, mas regido em suas atividades pelo direito privado, em respeito ao Art. 173 da Constituição Federal. Tem na sua essência de criação a finalidade de captar a poupança popular, que até a presente data é um dos principais marcos do Banco, além de ser agente executor de políticas sociais do governo federal.

Continua Costa (2015), que:

A Caixa Econômica Federal (CEF), outro exemplo de grande banco público, tem como principal objetivo institucional financiar o desenvolvimento urbano e social de modo a contribuir para melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Ela seria prejudicada com seu definhamento. Sua atuação inclui diversas operações de caráter social, como o atendimento do trabalhador – por meio da gestão do FGTS, administração do PIS (abono salarial), pagamento de benefícios do INSS e do seguro-desemprego –, o financiamento do crédito educativo, o apoio aos recém-formados e a administração das loterias federais. Estas têm parte dos seus recursos destinada à seguridade social. Os lotéricos passaram também a dar acesso bancário à população de baixa renda (COSTA, 2015, p. 61).

Os estudos de Araújo (2018) apontaram que a Caixa ganhou notoriedade histórica por apresentar como uma, dentre as suas missões de existência, abarcar homens e mulheres excluídos do cenário econômico-político nacional. Desde ex-escravos libertos até a presente data, vem atuando para que ocorra a bancarização de parte da população menos favorecida, sem deixar de atuar na concessão de financiamentos para expansão de grandes empresas e o agronegócio, com uma finalidade de garantir dignidade a toda a população.

A caderneta de poupança foi o instrumento utilizado para aqueles menos favorecidos guardarem suas economias. Inclusive, entre os usuários deste serviço, historicamente, constam recursos guardados por escravos para fins de compra de suas liberdades. Enquanto o sistema financeiro nascente voltava-se para ampliação do lucro, a Caixa trazia desde a sua fundação o papel de ser o banco de todos os brasileiros (ARAÚJO, 2018).

Vinculadas à gestão da Caixa, as Loterias Federais brasileiras, instituídas inicialmente como concessões do Governo à entidades religiosas e assistenciais, desde 1944 são classificadas como serviços da União, cuja finalidade é a canalização de recursos para custeio de programas sociais nacionais. Na atualidade, o produto de rateio das loterias vão principalmente para ministérios com maior aderência à áreas sociais, como da Assistência Social e Educação (COSTA, 2015).

A unificação das Caixas Econômicas Federais estaduais em forma de empresa financeira Pública centralizada na União ocorreu no período de 1970 a 1976, coincidindo com o processo de informatização da Instituição (CAIXA, 2023). A Caixa assume a política nacional de habitação, herdada do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH) no período de redemocratização, operando tanto com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) quanto com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (SILVA, 2016).

Um detalhe sobre a Caixa é que ela foi precursora, dentre as instituições bancárias, a quebrar paradigmas que eram vivenciados na sociedade brasileira, como a exclusão social dos menos abastados, especialmente da população negra, mulheres e pobres. Assim, segundo Araújo (2018):

O banco foi também, em 1915, a primeira Instituição Financeira a aceitar que mulheres – casadas – pudessem abrir conta. Na época, o gênero feminino tinham muitas liberdades civis cerceadas pela Lei, como votar, possuir conta em banco e frequentar universidades. A Caixa foi também o primeiro banco a contratar mulheres para seu quadro funcional (ARAÚJO, 2018, p. 10).

Em 1991 a Caixa se protagonizou como agente operador do FGTS, centralizando as poupanças compulsórias de todos os trabalhadores com empregos formais no país. Antes, o FGTS era depositado em praticamente todas as instituições financeiras existentes, tornando árduo o processo de acesso do benefício ao trabalhador nas situações previstas em Lei. A centralização do FGTS na Caixa tornou o respectivo recurso uma fonte segura para investimentos em infraestrutura pública, saneamento e na concessão de moradia popular (ARAÚJO, 2018).

Como agente de Políticas Públicas, a Caixa atua enquanto instituição financeira e também enquanto braço da União na operacionalização de diversos produtos e programas sociais e de governo voltados na promoção de políticas públicas. Destaca-se que a Caixa é a principal executora de políticas de transferência de renda do Governo Federal, atuando no pagamento de benefícios assistenciais, como o Bolsa Família, os Programas destinados aos trabalhadores, do FIES, do INSS e também fazendo a gestão do Cadastro Único de informações sociais - CadÚnico (CAIXA, 2022).

No período da Pandemia, a Caixa atuou como principal entidade financeira no acesso ao repasse governamental do Programa Auxílio Brasil, do programa de Garantia do Emprego e Renda e realizou um dos maiores processos de bancarização já feitos na história, com a criação do banco digital Caixa Tem.

2.2 A CRISE SANITÁRIA DO NOVO CORONAVÍRUS E A ATUAÇÃO DA CAIXA

O país enfrentou no período de 2020-2023 uma grave crise sanitária decorrente da propagação do Coronavírus, responsável pela pandemia da Covid-19, o que provocou a necessidade de ampliar os hábitos preventivos como o uso de máscaras e álcool gel, sendo preciso estabelecer medidas restritivas de direitos para fins de conter os problemas sociais decorrentes da referida pandemia, principalmente na economia (OPAS, 2020).

Nesse sentido, afirmou Cardoso (2020) que o programa social do Auxílio Emergencial, criado a partir da Lei nº 13.982, de 2020, constituiu-se como uma das maiores iniciativas do Governo Federal objetivando minimizar os efeitos econômicos da pandemia do Covid-19, voltado especificamente para os mais vulneráveis, ou seja, aquelas pessoas de menor poder aquisitivo, que vivem com menos de meio salário-mínimo e residem em sua maioria em bairros periféricos à margem da sociedade.

Dentre a população brasileira, foram beneficiários do Auxílio Brasil: os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), aqueles que estavam com os dados no CadÚnico atualizados, além de beneficiar os trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (MEI) (CARDOSO, 2020).

Já os estudos de Bartholo *et al.* (2020), em nota emitida para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estruturou os desafios e mudanças provocadas pelos repasses do Governo Federal por meio de políticas públicas assistenciais, constituindo-se como mecanismo ágil no enfrentamento da Covid-19, particularmente quando combinada com mecanismos digitais para a realização desses pagamentos.

Assim, conforme levantamento feito pelos autores do estudo, o mais novo programa de repasses do governo, nomeado de Auxílio Emergencial, tornou-se o benefício assistencial de maior extensão já concedido no país, atingindo a marca de mais de 50 milhões de pessoas no período de um mês desde sua criação, ocorrida em abril de 2020 (BARTHOLO *et al.*, 2020).

Acompanhando os apontamentos feitos pelo levantamento de Bartholo *et al.* (2020), foram identificadas algumas dificuldades quanto ao acesso ao benefício emergencial, decorrente principalmente do uso de termos técnicos nos meios digitais de solicitação e acompanhamento do pedido, ocasionando dificuldades quanto a compreensão por pessoas de baixa escolaridade. Foram identificados, ainda, como pontos negativos, as enormes filas para fins de saques, que poderiam ser amenizadas com um reescalonamento dos pagamentos e com informações mais claras e de fácil compreensão.

Como meio de solucionar os problemas identificados, seria interessante popularizar o acesso ao benefício via aplicativos digitais, principalmente com a popularização dos *Smartphones* e *tablets*, em especial através dos aplicativos, como o caso do *App* Bancário “*Caixa Tem*”, administrado pela Caixa Econômica Federal para fins de acesso ao crédito do auxílio, e do próprio *App* “Auxílio Emergencial”, do ministério da Cidadania, para fins de acompanhando da análise e liberação do benefício.

Nesse sentido, Maciel e Fernandes (2011), afirmaram que o progresso científico e tecnológico no Brasil vem permitindo maior eficácia na criação de novos bens e serviços no mercado financeiro. De forma contrária, o mesmo progresso tecnológico tem ampliado os fatores de exclusão social, levando a um descompasso significativo entre o desenvolvimento científico-tecnológico e o desenvolvimento social.

Para que haja efetivação das políticas públicas de distribuição de renda por meio de aplicativos digitais, é preciso tornar acessível o processo de alfabetização informacional, através da inclusão digital. Assim, para Silva *et al.* (2005), o processo de inclusão digital integra a ampliação do fenômeno da informação, no contexto da chamada sociedade da informação.

Neste sentido, entende-se, dentro do conceito de inclusão digital, a massificação do acesso à informação que possibilitado pelos meios digitais, permite que o usuário adquira a assimilação da informação com a reelaboração do conhecimento criando um novo conhecimento, gerando em última hipótese a melhoria da qualidade de vida dos usuários (SILVA, et al., 2005).

Costa (2013), vinculando as políticas públicas de inclusão digital com as novas tecnologias, lecionou que a relação que a política governamental do Brasil, havendo apoio quanto à inclusão social, permite a implementação de políticas públicas buscando a ampliação do acesso às tecnologias. O País está em fase de transformação social, no qual o enfrentamento dos problemas da sociedade não são resolvidos apenas com políticas isoladas, mas com ações conjuntas, através do processo de desenvolvimento da nossa sociedade. E nesse cenário, é urgente e necessário que se massifique o acesso aos novos recursos tecnológicos e torne a informática como parte do processo educacional para fins de ampliação do letramento digital.

Bartholo *et al.* (2020), ao concluírem os estudos para o IPEA relativo às políticas do auxílio emergencial, verificaram que o cenário estudado demonstrou pontos críticos, em especial demonstrando as dificuldades de ordem tecnológica da população para solicitação (e recebimento) do Auxílio Emergencial, destacando que os processos de digitalização do acesso a políticas para parte da população mais vulnerável, como já segmentado, precisa ser revistos.

3 METODOLOGIA

Adotou-se uma metodologia da pesquisa de revisão bibliográfica e de levantamento documental, visando aprofundar o conhecimento científico sobre a temática, cujo embasamento teórico fora obtido de autores que já debruçaram sobre a temática, a exemplo de Araújo (2018), Barbosa (2015), Godoi (2022), Oliveira Junior (2020) e também de importantes instituições que apresentaram estudos sobre o papel das instituições financeiras públicas na redução das desigualdades socioeconômicas, como estudos do Ipea (2015) e Fenaes (2016).

Quanto a abordagem da investigação, fora de cunho qualitativo. Conforme dispõe Zanella (2012), a pesquisa qualitativa apresenta uma sistematização das informações teóricas obtidas, após análise da pertinência temática da investigação a ser realizada, descrevendo os fenômenos na procura de responder às hipóteses levantadas, de forma hipotética. Ainda, para a referida autora,

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte dos dados e o pesquisador como instrumento chave: os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta e análise de dados, por isso não pode ser substituído por nenhuma outra pessoa ou técnica: é ele quem observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural. [...] (ZANELLA, 2012, p. 75).

Quanto aos objetivos, o estudo buscou realizar um processo descritivo, onde os dados que foram levantados tomaram por base os conhecimentos já publicados em artigos e estudos através de plataformas virtuais, a exemplo do Google Acadêmico, Plataforma *ScieLo* e site Oficial da Caixa Econômica, dos últimos dez anos, mas com privilégios para publicações realizadas durante o período de pandemia (2020 em diante), pela pertinência temática.

A análise e discussão apresentada partiu da verificação específica das ações e atuações promovidas pela Caixa Econômica durante o período de pandemia, cujos dados foram publicados nos anos de 2021 (relativo ao que fora implementado no ano de 2020), no ano de 2022 (relativo ao ano efetivo de 2021) e do ano de 2023 (relativo ao ano de 2022), de forma a concretizar um estudo indutivo. Salienta-se que os dados do ano de 2023 não foram publicados pela Caixa até a presente data.

Nesse sentido, o uso do referencial teórico decorreu da publicização das informações e processos realizados pela Caixa, sendo importante documento de prestação de contas para a sociedade da aplicação de verbas públicas recebidas através de repasses feitos pelo Governo Federal ou dos investimentos realizados. Assim,

O Relatório Integrado tem como objetivo aumentar a transparência da prestação de contas e melhorar a qualidade e profundidade das informações apresentadas às partes interessadas, resultando em um documento conciso, com foco estratégico e de orientação para o futuro, de forma a explicar como a organização gera valor ao longo do tempo (CAIXA, 2023).

Conforme estudos do pesquisador Birochi (2015, p. 30), contraponto o método dedutivo, “[...] e, por outro caminho, os pesquisadores, a partir de observações da realidade, procuram propor generalizações com o objetivo de formar teorias e modelos que possam explicar a realidade, com a utilização de procedimentos indutivos”.

Os resultados e discussões a serem propostos ao final do presente trabalho tomaram como partida a investigação realizada junto ao site oficial da Caixa Econômica Federal, especialmente relativo aos serviços e programas sociais apresentados pelo Banco e implementados durante o período de restrições sociais decorrente do alastramento dos casos de Covid-19, visando a redução da desigualdade social brasileira, bem como demonstrando que a Caixa, enquanto principal agente de políticas públicas do Governo Federal, é responsável pelo acesso ao crédito subsidiado, da moradia popular, do crédito estudantil, de programas de repasses governamentais, de administração dos benefícios dos trabalhadores e de fomento ao comércio, com crédito subsidiado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Caixa Econômica Federal, enquanto instituição financeira pública federal, por se fazer presente em todos os Estados da federação, vem contribuindo pra garantir o pleno desenvolvimento do país, seja enquanto banco público de fomento, fornecendo crédito para empresas, auxiliando os governos com recursos subsidiados ou mesmo atuando enquanto auxiliar direta do Governo Federal em políticas públicas de distribuição de renda nos programas assistenciais.

Enquanto agente de políticas públicas, o Banco Estatal atua para assegurar que programas de Estado, a exemplo do Bolsa Família, cheguem às famílias mais carentes, agregando dignidade, segurança alimentar, moradia, educação e fomento ao trabalho. Nesse sentido, Araújo (2018), infere que

Como agente de políticas públicas, a Caixa esteve presente em diversas transformações do País, atuando sempre com o objetivo de promover justiça social, oferecendo aos menos favorecidos uma alternativa a suas demandas. Representou para milhares a tão sonhada liberdade, para outros, o sonho de moradia mais digna e a garantia de estabilidade conquistada com o suor de seu trabalho. Há ainda aqueles a quem, por infortúnio e falta de oportunidade, não restou nada, a não ser contar com a assistência do Governo – um auxílio abençoado que ora chega de mês em mês, para salvar o “pão nosso de cada dia” (Araújo, 2018, p. 44).

O principal objetivo de existência da Caixa é ser agente financiador do desenvolvimento urbano e social, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Estão dentre suas funções atuar em diversas operações de caráter social, especialmente atendendo o trabalhador por meio da gestão centralizada do FGTS, a administração do PIS/abono salarial, o pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e agente operador do crédito educativo (COSTA, 2016).

Destacou-se os eixos de atuação da CEF, que são: no desenvolvimento urbano, atuando na implementação de programas nacionais de habitação, especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o extinto Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), além de conceder crédito a Estados e Municípios para fins de investimento em infraestrutura urbana, sendo auxiliar direto do Ministério das Cidades na execução de suas políticas urbanas (Costa, 2016).

Em 2020, por meio do Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), financiamento de moradia popular com subsídio do Governo Federal e utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), foram contratados 353,3 mil unidades imobiliárias, totalizando R\$ 59,3 bilhões de reais com financiamento pela Caixa. Desse total, foram entregues 52,6 mil unidades habitacionais para aqueles enquadrados como Faixa I (com renda mensal de até R\$ 1.800,00). Os imóveis financiados com recursos do SBPE, foram contratados no montante de R\$ 53,7 bilhões de reais, abarcando todas as faixas de renda (CAIXA, 2020).

Para o mercado de habitação voltado para o setor pessoa jurídica, no ano de 2021, período de alastramento da pandemia, a Caixa intermediou a contratação de mais de 2,4 mil empreendimentos, o que se materializou em mais de 315 mil unidades habitacionais, com custo de R\$ 64 bilhões. Tal volume de contratação foi responsável pela geração de 988 mil empregos diretos e indiretos, além da conversão em valor superior a R\$ 30 bilhões de financiamento, do qual R\$ 21 bilhões com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e R\$ 9 bilhões com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

No ano de 2022, a Caixa concedeu R\$ 161,7 bilhões em empréstimos com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), impactando positivamente a economia brasileira com a geração de mais de 1,1

milhão de empregos (diretos e indiretos) e realizando o sonho da casa própria de mais de 643,9 mil famílias (CAIXA, 2022).

O aumento na concessão de crédito imobiliário representou forte impacto que o mercado da construção civil realizou no processo de recuperação da economia no período pós pandemia do Novo Coronavírus. Com os recursos do FGTS, que beneficia a maioria das moradias populares, a Caixa entregou mais de 380.000 mil novas moradias no período de 2022 (CAIXA, 2022). Nesse sentido,

Como principal agente financeiro na contratação com origem de recursos do FGTS, no ano de 2022, nossa meta de contratação foi de R\$ 68,2 bilhões de crédito imobiliário, contabilizando recursos onerosos e subsídios do FGTS, a fim de manter a liderança no mercado. Nesse período, aplicamos R\$ 70,5 bilhões. O montante equivale a 382.759 mil novas unidades habitacionais em benefício a mais de 1,5 milhão de pessoas (CAIXA, 2022, p. 39).

Esse papel de fomentador do mercado através do crédito para superar crises sempre foi realizado muito bem pela Caixa, sedimentando o setor de construção civil no país como propulsor da economia, além de incentivar a produção direta e indireta do emprego e renda. Costa et. al., (2017), leciona a respeito do impacto do crédito imobiliário na construção civil:

Muitos podem ser os motivos para alavancar o mercado do crédito imobiliário nos últimos anos, como mudanças na legislação no que concerne ao crédito imobiliário e da construção civil, a estabilidade de preços, a queda na taxa de juros, a expansão do crédito direcionado, a expectativa futura de valorização dos preços dos imóveis após um período longo de estagnação, além de diversos programas de obras públicas como o Minha Casa Minha Vida do Governo Federal e programas de incentivo para a compra da casa própria através de empreendimentos habitacionais, ou seja, mudanças na legislação para esse tipo de programa de crédito imobiliário, tornaram o investimento neste setor bem mais seguro para todos os agentes envolvidos na compra de um imóvel, assim como o mercado da construção civil (COSTA, 2017, p. 38).

Ao analisar o relatório integrado apresentado pela Caixa relativo a sua gestão no ano de 2022, é perceptível o impacto que os resultados alcançados proporcionam ao país, seja no crédito direcionado para determinados segmentos, nos programas de proteção ao trabalhador (FGTS, PIS, Seguro-desemprego), na moradia popular ou nos repasses diretos através de programas sociais.

Quando a análise é sobre crédito fomentado, um total de 340 mil micro, pequenas e médias empresas tiveram acesso a R\$ 41 bilhões de reais, fomentando o emprego durante um período tão difícil quanto o ano de 2020. Dessa forma, foram contratados R\$ 15,6 bilhões de reais por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

(PRONAMPE). Já por meio do acesso ao Fundo de Aval para as Micro e Pequena Empresas (FAMPE), foram contratados R\$ 2,5 bilhões de reais no período (CAIXA, 2020).

No ano de 2021, um total de 131,4 mil pequenos e microempreendedores em todo o país tiveram acesso a um montante de R\$ 10,9 bilhões de reais através das linhas de programas como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), sendo um importante apoio econômico para que os pequenos comerciantes não fechassem seus estabelecimentos e aumentasse ainda mais o desemprego (CAIXA, 2021).

Especificamente para o segmento mulheres empreendedoras, fora concedido pela Caixa, no ano de 2021, um total de R\$ 1,3 bilhão de crédito a micro e pequenas empresas que têm mulheres como proprietárias ou sócias. É um fomento que durante um período tão crítico, serviu para quebrar paradigmas que assolavam a sociedade brasileira, especialmente quando comparado a homens empreendedores (CAIXA, 2021).

Já no ano de 2022, quando se analisou a concessão de crédito para fomentar o mercado produtivo, o direcionamento de linhas para as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) tiveram como principal foco recuperar a economia do impacto da pandemia, cujas estratégias vincularam-se a readequar as taxas de juros e os produtos, e ofertar créditos com recursos próprios lastreados pelo Fundo Garantidor do Crédito (FGC), especialmente nas linhas de Fampe, Pronampe e FGI (CAIXA, 2022).

A Tabela 1, retirada do Relatório expedido pela Caixa, demonstra os valores investidos no segmento ME e MPE no ano de 2022, bem como a posição que o Banco ocupou no mercado.

Tabela 1 - Concessão das linhas com garantia de Fundos Garantidores em 2022 ou recursos com *funding* externo

PRODUTO	CAIXA R\$	MERCADO R\$	PARTICIPAÇÃO	POSIÇÃO DE MERCADO
Fampe	10,0 bilhões	12,3 bilhões	81,30%	1º
Fungetur	0,07 bilhões	0,19 bilhões	37,70%	1º
Pronampe	9,7 bilhões	36,8 bilhões	26,20%	2º
FGI	16,0 bilhões	16,0 bilhões	8,40%	4º

Fonte: Caixa (2022).

A oferta de crédito para o setor público contribuiu para o desenvolvimento do país, onde o banco estatal auxilia na solução dos principais problemas urbanos e rurais tanto locais (municípios) quanto regionais (Estados).

Por meio da linha de crédito Caixa Hospitais, que destinou recursos para entidades hospitalares filantrópicas, com redução da taxa de juros em 71%, garantindo continuidade do atendimento à população em um período tão crucial quanto este (CAIXA, 2020). A partir do relatório de 2021, é possível ter uma noção dos valores aportados. Conforme o Relatório (2021):

Nossa carteira de crédito com estados e municípios cresceu em 2021 por meio de 365 novos contratos, somando R\$ 5,9 bilhões em empréstimos até 22 de dezembro. Nossas contratações, em comparação ao mercado, representaram 35,4% de todos os créditos concedidos ao Setor Público em 2021, reforçando o nosso importante papel na promoção do desenvolvimento dos estados e municípios (CAIXA, 2021, p. 142).

Durante o ano de 2021, a Caixa realizou a contratação de 335 operações de crédito com estados e municípios no âmbito do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), totalizando R\$ 5,5 bilhões para o segmento público, perfazendo uma carteira de 1.394 contratos, além de gerar uma receita de R\$ 22,7 bilhões (CAIXA, 2021).

Em 2022, considerando o portfólio de produtos de crédito destinado aos estados, Distrito Federal e municípios, foram firmados 451 novos contratos com 423 entes públicos, alcançando o valor de R\$ 7,7 bilhões em contratações. A carteira de crédito aos entes públicos ainda movimentou, nesse ano, R\$ 8,72 bilhões, por meio de desembolsos dos contratos vigentes, contribuindo diretamente para os investimentos necessários ao desenvolvimento do país (CAIXA, 2022, p. 50).

O segundo eixo de atuação da Caixa se materializou na transferência de benefícios, onde através da previsão no Orçamento Geral da União, os pagamentos são liberados e realizados diretamente aos beneficiários (Costa, 2016). Na pandemia, essa atuação se tornou imprescindível para garantir a manutenção de diversas famílias e assegurar a existência de empresas.

Mesmo diante das restrições promovidas pela Pandemia do Novo Coronavírus, a Caixa não mediu esforços para fins de assegurar o acesso aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Foi garantido o saque emergencial do FGTS, cujo público alvo seria 60 milhões de brasileiros e permitindo um acesso a R\$ 36,5 bilhões de reais pagos até o final do ano de 2020 (CAIXA, 2020).

Somando os valores pagos através de Programas de Pagamento de Benefícios Previdenciários a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o pagamento do Seguro-desemprego, Seguro-defeso, Abono-salarial/PIS, Garantia Safra,

totalizou 129,8 milhões de operações de pagamento, levando um total de R\$ 167,6 bilhões de reais e beneficiando 41,2 milhões de pessoas (CAIXA, 2020).

Enquanto principal agente do Governo Federal, a Caixa buscou reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além de ser responsável por atender e bancarizar (ter acesso a conta bancária como ferramenta de dignidade humana) a parte excluída da sociedade, executa as políticas de transferências de rendas, especialmente através do pagamento de benefícios sociais (auxílio Brasil e bolsa família), e dos programas destinados aos trabalhadores. Nesse sentido,

Atuamos como instituição financeira e como instituição mandatária da União na operacionalização de diversos produtos e programas governamentais voltados à promoção de políticas públicas. Como principal executora de políticas públicas de transferência de renda do Governo Federal, atuamos como agente operador e de pagamento de Benefícios Sociais e de Programas ao Trabalhador, Novo Fies, INSS e gestão do Cadastro Único (CAIXA, 2022).

Durante o ano de 2020, com a eclosão da Pandemia do Novo Coronavírus no Brasil, a Caixa foi responsável pelo pagamento de R\$ 367,6 bilhões de reais decorrentes de transferência de renda decorrentes de programas sociais contínuos, chegando a 102,8 milhões de pessoas, por meio da realização de 611,55 milhões de pagamentos (CAIXA, 2020).

[...] Em plena pandemia, apenas cinco dias após a promulgação da lei a CAIXA já pagava 2,5 milhões de brasileiros. Em 20 dias, já eram 50 milhões de pessoas. Ao longo de 2020, foram 536 milhões de pagamentos aos beneficiários do Auxílio. Para isso, optamos pelo caminho mais inovador e democrático, que deixaria o legado de mais de 107 milhões de contas digitais abertas, 38 milhões delas para pessoas que nunca tiveram uma conta em banco (CAIXA, 2020, p. 4).

É de salutar que a Caixa promoveu apoio aos programas emergenciais regionais, viabilizando a criação de programas nos Estados de Alagoas, Minas Gerais e Rondônia, além da cidade de São Paulo. A partir dos programas regionais e locais criados, amparados pelo Auxílio Emergencial, houve a complementação de renda para 1,5 milhão de famílias, com pagamento de um montante de R\$ 819,7 milhões de reais (CAIXA, 2020).

A Caixa foi a responsável pela operacionalização tanto do Auxílio Emergencial quanto do Programa Auxílio Gás, aprovado através da Lei nº 14.237, de 2021, sendo este importante programa federal de transferência de renda que tinha como principal objetivo servir de auxílio econômico às famílias de baixa renda diante do aumento do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) (CAIXA, 2021).

Sendo pago de forma bimestral, juntamente com a parcela do Auxílio Brasil, e tendo como equivalência o valor de meio botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP), desde que a

família cumprisse os requisitos previstos na lei instituidora. Somente no primeiro mês de pagamento do novo benefício, em dezembro de 2021, fora pago pela Caixa o total de R\$ 3,5 milhões de reais a mais de 66,5 mil famílias (CAIXA, 2021), para os municípios de Minas Gerais e Bahia, atingidos por fortes chuvas.

Quando se analisam os programas operados pela Caixa e destinados aos trabalhadores, durante o ano de 2021, foram responsáveis pelo pagamento de 38,8 milhões em benefícios, chegando ao montante de R\$ 45,5 bilhões, distribuídos entre Seguro Desemprego, Abono Salarial, Bolsa Atleta, Garantia Safra e Chapéu de Palha (CAIXA, 2021).

O Auxílio Emergencial, previsto na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, decorrente da conversão da Medida Provisória (MP) nº 1.061 de 2021, constituindo um programa de transferência de renda especialmente destinado às famílias que se encontraram em situação de vulnerabilidade econômica (pobreza ou extrema pobreza), resgatando a dignidade das famílias (Brasil, 2021).

Com a publicação da MP nº 1.061/2021, a Caixa realizou o pagamento de 258 milhões de parcelas do Auxílio Emergencial, para 39,6 milhões de beneficiários, durante o ano de 2021, o que totalizou o montante de R\$ 60,3 bilhões em benefícios pagos em um período de desemprego crescente, graças ao fechamento de empresas e maior restrição devido ao alastramento do vírus (CAIXA, 2021).

A partir do Relatório Integrado expedido pela Caixa relativo ao ano de 2022, é possível ver a magnitude dos benefícios sociais pagos à sociedade, especialmente durante o período de pandemia. Analisando o Programa Auxílio Brasil, criado em substituição ao Programa Bolsa Família, foram pagos o valor de R\$ 111,4 bilhões no ano de 2022. No mesmo período, o Programa Assistencial Auxílio Emergencial, criado para reduzir os impactos da pandemia nas famílias mais carentes, foram pagos R\$ 4 bilhões de reais (CAIXA, 2022).

A Tabela 2 abaixo representa (em bilhões), valores repassados pela União Federal à Caixa, destinados aos beneficiários de programas assistenciais, além de incluir programas voltados aos trabalhadores (a exemplo do seguro-desemprego e abono salarial).

Tabela 2 - Relação dos principais benefícios sociais operados pela Caixa em 2022

PROGRAMAS SOCIAIS	QUANTIDADE PARCELAS (MILHÕES)	VALOR PAGO R\$ (BILHÕES)
INSS	73,7	123,8
Au´xilio Brasil	222,5	111,4
Abono Salarial	23,1	20,4
Seguro-desemprego	27,8	40,5
Auxílio Emergencial	3,8	4
Auxílio Gás	38,8	3,1
Auxílio Caminhoneiro	2,3	2,3
Auxílio Taxista	1,8	1,8
Programas regionais	7,8	1,2
Demais programas sociais	0,6	1,4
Total	402,2	308,9

Fonte: Caixa (2022).

Fora criado ainda o Novo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Novo BEm), através da Medida Provisória nº 1.045, de 2021, cujo objetivo foi garantir a continuidade dos contratos de trabalho das empresas, com redução da carga horária e custos de folha. Dessa forma, em 2020 foram pagos R\$ 16,4 bilhões de reais do Benefício Bem (primeira versão de sua criação) (CAIXA, 2020).

Já, “em 2021, foram realizados 5,2 milhões de pagamentos para 1,6 milhão de beneficiários, o que corresponde ao montante de R\$ 4,4 bilhões em benefícios pagos”, por meio do Novo BEm (CAIXA, 2021, p. 134).

No ano de 2022, o Benefício de manutenção do emprego e renda (Novo Bem) foi pago pela Caixa em um montante de R\$ 410,5 mil. Salienta-se que o referido pagamento foi residual, pois o principal Banco pagador seria o Banco do Brasil S.A. (CAIXA, 2022).

Por fim, o terceiro eixo se estrutura na prestação de serviços financeiros, no qual a Caixa opera por meio de sua rede (agências, lotéricas e correspondentes bancários) espalhados por todos os municípios do País, através da captação de recursos sob as formas de depósitos à vista e fundos plurais de investimentos, bem como na aplicação desses recursos captados através de empréstimos e financiamentos, destinados tanto a pessoas físicas, jurídicas e públicas (Costa, 2016).

5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS

A pesquisa teve como principal fonte de dados apresentados os Relatórios Integrados disponibilizados pela Caixa durante o período de Pandemia promovido pelo alastramento da contaminação pelo Novo Coronavírus, cujo ápice ocorreu entre os anos de 2020 e 2022 no Brasil, nos termos apresentados por reportagem da BBC News (BBC News, 2023),

No entanto, é preciso analisar que no ano de 2023 o país ainda estava sob a influência dos resultados negativos promovidos pela Pandemia, especialmente nos aspectos econômicos (que envolvem trabalho, emprego e renda), o que demandou a necessidade de investimentos por parte dos Governos, em todos os níveis na Federação, para retomar e reaquecer o mercado.

Porém, a Caixa ainda permaneceu como uma das principais agentes nessa retomada, seja com a garantia do novo Benefício Social do Bolsa Família, agora recriado após a extinção do Auxílio Brasil através da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (Brasil, 2023) ou com fomento para empresas de médio e pequeno porte, visando garantir crédito sustentável, barato e com carência para o início do pagamento.

Mas como a geração dos relatórios que demonstram as principais ações e feitos pelo Banco Federal, não contemplaram o ano de 2023, já que o referido relatório somente será publicado em meados de 2024, não estando ainda disponível para fins de consulta pelo público em geral.

Dessa forma, apesar da clareza e concisão que são apresentados pelas gestões da Caixa, sem o relatório integrado do ano de 2023 não é possível verificar as principais ferramentas e programas em que o Banco atuou, ao lado do Governo Federal, para fins de restabelecer a economia brasileira.

Os dados levantados através do site da Caixa, ainda que estivessem disponíveis de forma clara e precisa, poderiam ser apresentados maior segmentação, destacando o que seria atuação da Empresa Pública enquanto banco daquilo que foi atuação do banco enquanto principal agente do Governo Federal na construção de uma sociedade mais plural e igualitária.

A partir do Quadro 1 abaixo, é possível verificar as principais dificuldades e pontos fortes da presente investigação, além de ser possível indicar sugestões de como corrigir os pontos negativos.

**Quadro 1 - Pontos Positivos e Negativos - Relatório Integrado da Caixa Econômica Federal -
2020 até 2023**

CARACTERÍSTICAS	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÃO/ INTERVENÇÃO
CLAREZA	Dados claros e objetivos. Uso de linguagem de fácil compreensão.	Não há	Não há.
PRECISÃO DAS INFORMAÇÕES	Os dados apresentados são apurados por auditores independentes e tornados públicos.	Maior divulgação das informações, como através das redes sociais do Banco e também por meio de aplicativos.	Ampliar o acesso às informações, tornando os dados conhecidos de toda a população brasileira.
ACESSIBILIDADE DOS DADOS	Dados disponíveis no site Oficial da Caixa, resumido em relatório integrado anual, acessados sem necessidade de cadastro prévio.	Não há indicação ao público de que os referidos dados foram publicados, devendo ser pesquisados em links disponíveis no próprio site.	Devido as características da informação e sua relevância, deveriam receber maior destaque no site Oficial da Instituição.
AGILIDADE NA PUBLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	Dados relativo ao exercício publicado no ano posterior à sua ocorrência.	Necessidade de maior agilidade na publicação, já que os relatórios saem quase em meados do ano seguinte ao fato gerador.	Estabelecer prazo de publicação dos relatórios juntamente com a publicação dos balancetes anuais do banco, entre fevereiro e março do ano seguinte.

Fonte: Elaboração própria (2024).

A Caixa tem promovido a publicação dos relatórios integrados desde o ano de 2019, (o ano de 2024 ainda será publicado), uma mudança possível nos relatórios, que auxiliaria na melhor compreensão pelo público em geral, seria a apresentação pelo Banco Público na disponibilização de gráficos voltados para demonstrar a evolução das aplicações e investimentos realizados no decorrer dos anos no segmento social, especialmente por se tratar de um dos principais agente operadores do Governo Federal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bancos públicos, ainda que tenham como finalidade precípua obter lucro, por se equipararem aos demais agentes do respectivo segmento na economia, desempenham grande papel para a sociedade, seja por meio de financiamento e crédito fomentado ao Estado e para a iniciativa privada, ou por meio de repasses diretos feitos pelos governos às populações mais necessitadas, através de pagamentos de auxílios e benefícios sociais. A Caixa se destaca, já que desempenha ambos os papéis com maestria.

O presente estudo buscou ampliar o conhecimento sobre as ações promovidas pela Caixa durante a Pandemia, a partir da investigação de como as ações realizadas pela Caixa, enquanto Banco Público Federal, contribuíram para a redução das desigualdades sociais durante a pandemia. Nesse sentido, o trabalho visou atingir o objetivo de compreender o impacto que as ações promovidas pela Caixa, durante o período da Pandemia do Covid-19, contribuíram para reduzir as mazelas da sociedade brasileira.

A resposta ao referido problema norteador teve como ponto de partida a análise dos Relatórios Integrados dos anos de 2020 até o ano de 2022, já que o relatório do ano de 2023 somente deverá ser disponibilizado em meados do ano de 2024 (conforme a instituição tem feito nos últimos anos). Essa análise torna-se crucial para que se consiga entender a dimensão social e política dos Bancos Públicos para uma sociedade tão plural e diversificada quanto a brasileira.

Percebeu-se que, através de programas e linhas exclusivas de crédito, a Caixa atuou tanto durante o período de crise promovido pela Covid-19, repassando recursos diretamente para a população que mais precisava, garantindo emprego e renda e sustento para as famílias brasileiras, quanto proporcionando linhas de créditos exclusivas, algumas até com juros subsidiados, para permitir que a economia do país pudesse ser retomada de forma célere e efetiva.

Muito mais do que simplesmente ser o “braço direito” do governo no combate às enormes desigualdades sociais que o período de restrição provocou, a Caixa ainda promoveu um enorme programa de inclusão bancária, através da criação da conta digital por intermédio do aplicativo financeiro Caixa Tem. A finalidade de bancarizar a população seria, precipuamente, receber e permitir o acesso ao benefício do Auxílio Brasil de forma mais ágil e segura, porém, também serviu para garantir o acesso digno ao sistema bancário brasileiro de pessoas que antes estavam excluídas desse segmento da sociedade.

Com o objetivo de tornar claro o papel dos bancos públicos na sociedade brasileira, devido a finalidade desta investigação e da sua abrangência, fora preciso restringir seu alcance ao período da Pandemia do Novo Coronavírus. Assim, ainda é preciso ampliar a presente investigação sobre como os bancos públicos, não somente a Caixa, atuam na implementação e crescimento da sociedade brasileira, seja na construção civil, na economia, na infraestrutura, na manutenção do trabalho, emprego e renda e também regulando a economia como um todo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Gledson Cavalcante de. A importância dos Bancos Públicos como instrumento de desenvolvimento econômico e social: o caso Caixa. **Monografia**. Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Economia, Administração, atuária e Contabilidade. Fortaleza, CE, 2018. 50 p.
- BARROS, Lucas A. de C.; SILVA, Catarina K. dos Santos; OLIVEIRA, Raquel de Freitas. Presença Estatal no Mercado de Crédito: o papel dos bancos públicos e do crédito direcionado na crise de 2008. **Banco Central do Brasil**. Trabalhos para Discussão. Brasília, n. 488. nov. 2018. 43 p.
- BARTHOLO, L. *et al.* **As transferências monetárias federais de caráter assistencial em resposta à Covid-19: mudanças e desafios de implementação**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 72).
- BIERNATH, André. 3 anos de pandemia de covid-19: o que esperar da doença daqui em diante no Brasil. **BBC NEWS BRASIL**. 11 de março de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq178kyj3k3o>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, Brasília, CAPES: UAB, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de Abril De 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona Vírus (Covid-19). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm. Acesso em: 03 out. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm. Acesso em: 14 maio 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Sobre a Caixa**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 18 out. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório integrado 2020**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://ri.caixa.gov.br/a-companhia/relatorio-integrado>. Acesso em: 20 out. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório integrado 2021**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Relatorio-Integrado-2021.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório integrado 2022**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/fb86b0b8-b4e9-407b-a575-ba3668a566a9/c0d71218-ed14-492b-7aff-1dcd6ba92d11?origin=1>. Acesso em: 20 out. 2023.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. Artigo. **Revista de Administração Pública - FGV**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p.1052-1063, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-1052.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

COSTA, Fernando Nogueira. **Bancos Públicos do Brasil**. Coleção FENAE. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 143 p.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 156 p.

COSTA, Robson Antônio Tavares; et al. Um olhar sobre o mercado de crédito: uma revisão literária sobre o crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal e seus impactos no desenvolvimento do país. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 4, n. 1 p. 34-49, jan./jun. 2017.

GODOI, Marciano Seabra de. Concentração de renda e riqueza e mobilidade social: a persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade. **RIL Brasília** v. 59 n. 235, p. 61-74 jul./set. 2022.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 146-165, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/LsQKDK4RTMNy3DsRQqWC9Ln/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA JUNIOR, Devanir Sabino de. Distribuição de crédito no território nacional: Bancos Privados e Públicos. **Monografia**. Universidade Federal de Uberlândia. MG, Uberlândia, 2020. 89 p.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Transmissão do SARS-CoV-2: implicações para as precauções de prevenção de infecção. OMS. **Resumo Científico**, 9 de jul 2020. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52472/OPASWBRACOVID-1920089_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 out. 2023.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antônio; BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta. Bancos Públicos na era da financeirização. Resenha. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 2 (75), p. 547-551, maio/ago. 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. CAPES, UAB, 2012.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	ABSENTEÍSMO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM
RECEBIDO	05/07/2024
AVALIADO	28/07/2024
ACEITO	06/08/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Você
NOME COMPLETO	Adriano Martins Ribeiro
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia
CIDADE	Teixeira de Freitas
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
LINK LATTES	https://lattes.cnpq.br/6682381803226225
ID ORCID	https://orcid.org/0000-0003-2832-2522
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduado em Direito pela Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas (2018), Formação pedagógica em Letras - Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Estácio de Sá (2021), Graduando em Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia, UNEB (2020). Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas (2019), Docência do Ensino Superior pela Faculdade do Sul da Bahia (2020), Educação e Direitos Humanos pela UniBF (2021) e em Gestão Municipal pela UESB (2022).
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Pesquisa e tabulação de dados.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Você
NOME COMPLETO	Leonardo Alvaro Vieira Pereira
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia
CIDADE	Teixeira de Freitas
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
LINK LATTES	http://lattes.cnpq.br/4542812188381715
RESUMO DA BIOGRAFIA	Especialista em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar da Bahia / Universidade do Estado da Bahia - UNEB. É graduando em Administração Pública (UNEB). Possui graduação em Direito pela Faculdade Baiana de Ciências - FABAC (2010) e graduação em Formação de Oficiais da PMBA pela Academia de Polícia Militar da Bahia (2001).
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Pesquisa.
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr ^a .
NOME COMPLETO	Maria Clara Carvalho Magalhães
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia
CIDADE	Ilhéus
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
LINK LATTES	http://lattes.cnpq.br/8765084219304995
ID ORCID	https://orcid.org/0000-0003-2412-035X
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutaranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, bolsista CAPES. Especialista em Gestão Contábil e

	Tributária pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus Camaçari/BA, extensão Lauro de Freitas/BA. Professora Assistente no curso de Ciências Contábeis - Universidade Estadual da Bahia - UESC.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Ajustes finais.
Endereço de Correspondência dos autores	Rua Vargem Alta, nº 231, Bairro Eixo Sul, em Teixeira de Freitas, BA. CEP 45992-622

EVENTOS TROMBÓTICOS NO CONTEXTO DA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Recebido: 23/05/24 | *Avaliado:* 04/07/24 | *Aceito:* 11/08/24

Polyana do Nascimento Cavalcante Sousa

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Inta - UNINTA, Membro da Liga Acadêmica de Embriologia Integrada a Histologia - LAEH
E-mail: polyanacavalcante92@gmail.com

Maria Djany Freitas Bezerra

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Inta - UNINTA, Membro da Liga Acadêmica de Embriologia Integrada a Histologia - LAEH
E-mail: djanyfreitas@gmail.com

Maria Auxiliadora Silva Oliveira

Docente do curso de Medicina do Centro Universitário Inta -UNINTA, orientadora da Liga Acadêmica de Embriologia Integrada a Histologia - LAEH
E-mail: auxiliadora.oliveira@uninta.edu.br

RESUMO

Identificar os principais achados clínicos de indivíduos com diagnóstico de COVID-19 que desenvolveram eventos trombóticos por meio de um estudo em bancos de dados virtuais. Nesta revisão, foi utilizado relatos de casos a partir de bases de dados das plataformas virtuais: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Como descritores, usou-se “COVID-19”, “trombose”, “coagulopatia”, “anticoagulante” e “AND” como operador Booleano, e usados artigos que foram publicados entre 2020 e 2022. Dos 55 trabalhos selecionados das plataformas Scielo e BVS, foram excluídos 47 que não se encaixavam nos critérios de inclusão. Desse modo, foram usados no total oito relatos de casos para compor a análise. Este estudo revelou que há consideráveis evidências dos efeitos trombóticos nos pacientes infectados com COVID-19.

Palavras-chave: Trombose. COVID-19. SARS-CoV-2.

ABSTRACT

Identify the main clinical findings of individuals diagnosed with COVID-19 who developed thrombotic events through a study in virtual databases. In this review, case reports were used from databases of virtual platforms: Virtual Health Library (VHL) and Scientific Electronic Library Online (SCIELO). As descriptors, “COVID-19”, “thrombosis”, “coagulopathy”, “anticoagulant” and “AND” were used as a Boolean operator, and articles that were published between 2020 and 2022 were used. Of the 55 works selected from the Scielo and BVS, 47 who did not meet the inclusion criteria were excluded. Therefore, a total of eight case reports were used to compose the analysis. This study revealed that there is considerable evidence of thrombotic effects in patients infected with COVID-19.

Keywords: Thrombosis. COVID-19. SARS-CoV-2.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2019, na cidade de Wuhan, na China, relatou-se um vírus potencialmente fatal, sendo responsável por desencadear uma pandemia mundial. O vírus “*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2*” (SARS-CoV-2) faz parte de um tipo de coronavírus que tem uma transmissão muito rápida e que apresenta como principal manifestação a síndrome respiratória aguda grave (COSTA *et al.*, 2020).

A grande parte dos indivíduos envolvidos com a doença do coronavírus surgem com sintomas mais leves ou moderados no início da infecção, mas a sua evolução pode ser muito acelerada na etapa tardia com aparição da síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), acompanhado de falência múltipla de órgãos, que causa altíssimos índices de óbitos na população de idade mais avançada que apresentam doenças crônicas (WANG *et al.*, 2020).

Além do vírus da *(co)rona (vi)rus (d)isease* (COVID-19) provocar lesão pulmonar e falência respiratória aguda, ele também desenvolve altos índices de doenças cardiovasculares, principalmente tromboembolismo venoso (TEV). Esses eventos ocorrem, sobretudo naqueles pacientes que apresentam fatores de risco, como obesidade, cardiopatias, hipertensão arterial sistêmica, *diabetes mellitus*, trombofilias, câncer e história prévia de TEV (ROSSI, 2020).

Além disso, alguns estudos já revelam uma importante relação entre a gravidade da infecção pelo vírus e marcadores imunes, uma vez que o endotélio participa de forma ativa da resposta imune e há interação com o sistema de coagulação. Dentre esses fatores, as inflamações crônicas do endotélio também têm ligação na fisiopatologia das doenças cardíacas e metabólicas. Com isso, essas alterações patológicas no corpo podem não contribuir positivamente na melhora da COVID-19, e a reação imunológica acentuada do endotélio pode ser o fator que determina esse efeito indesejável (BRANDÃO *et al.*, 2020).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão integrativa acerca dos riscos de eventos trombóticos no contexto da COVID-19, destacando os principais achados clínicos dos pacientes proveniente de relatos de caso, desse modo, indicando também o histórico médico, tratamento adotado e os sintomas mais frequentes apresentados pelos pacientes.

2 ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão integrativa de caráter exploratório, baseada em análises quantitativas a qual tem como intuito identificar eventos trombóticos em pacientes que testaram

positivo para COVID-19, e analisar os impactos na vida dos pacientes afetados com essa doença. O presente estudo tem a finalidade de sintetizar os resultados encontrados, por meio de uma seleção de artigos publicados em plataformas cientificamente aprovadas.

Como fundamentação para esta revisão foram usados trabalhos a partir de plataformas como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) “COVID-19”, “trombose”, “anticoagulante” e para refinar a pesquisa foi usado o operador Booleano “AND”. Essa pesquisa desenvolveu-se com artigos publicados entre os anos de 2020 a 2024.

Os critérios de inclusão para seleção dos trabalhos abrangeram estudos na língua portuguesa nas plataformas BVS e SciELO, que continham artigos completos e que estavam no intervalo de tempo de 2020 a 2024. Por fim, como critérios de exclusão, relatos de casos não listados nas bases de dados pré-definidas, os de língua estrangeira e fora do período analisado.

Com base na resolução número 510 de abril de 2016 a qual determina diretrizes éticas específicas para ciências humanas e sociais, não é necessário a aprovação do comitê de ética, uma vez que os estudos selecionados para compor este trabalho já foram disponibilizados a essas aprovações prévias (BRASIL, 2016).

3 RESULTADOS

Durante o levantamento de dados eletrônicos realizado nas bases de dados escolhidas para realização nesta pesquisa, foi observado um total de 2.856 artigos relacionadas aos descritores trombose e COVID-19 das quais 98,86% (2.817) eram resultantes da BVS e apenas 1,36% (39) da SCIELO.

Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão o resultado obtido diminuiu exacerbadamente. Na BVS dos 2.817 estudos totais somente 61 estavam no idioma português. Já na plataforma SCIELO do total de 39 publicações relacionadas ao objeto analisado, 25 estavam na língua portuguesa. Após filtro do intervalo de ano de publicação de 2020 até 2024, as quantidades não sofreram alterações. Dos (61 + 25) estudos inicialmente selecionados das duas plataformas, foram removidos 22 como duplicados, e após análise secundária e leitura dos resumos restantes, foram excluídos seis que não se relacionavam diretamente com o tema abordado. Na análise final fez-se a leitura completa dos 27 artigos restantes, e destes foram removidos 19. Dessa forma, no total restaram oito artigos que foram incluídos para este estudo de revisão (Tabela 1). Após estudo das referências que seriam usadas, optou-se pela seleção das seguintes variáveis: “sexo”, “idade”, “histórico de doenças”, “sintomas” e “tratamento”.

Logo abaixo, na tabela 1 estão listados os artigos que exibiam relatos de casos de acordo com as condições selecionadas.

Tabela 1 - Características de pacientes com COVID-19 e com manifestações clínicas de trombose no período da pandemia

AUTORIA	SEXO	IDADE	HISTÓRICO	SINTOMAS	TRATAMENTO
Arugaslan, 2022.	M	46 anos	Válvula mecânica mitral	Dispneia leve e mal-estar	Heparina não fracionada
Belfort, 2021.	M	28 anos	Cardiomiopatia dilatada familiar, diabetes mellitus e dislipidemia	Dor aguda no flanco direito associada a febre, calafrios, náusea e vômitos	Antibióticos (ceftriaxona e azitromicina), e anticoagulação com enoxaparina
Gerlain, 2021.	M	28 anos	Hipertensão	Dor torácica anginosa	Aspiração de trombo e angioplastia com stent farmacológico
Bandeira, 2021.	F	62 anos	HAS, DM2, DPOC, dislipidemia e tabagismo	Sintomas gripais	Tromboaspiração
Viana, 2021.	M	32 anos	-	Dor torácica intensa	Terapia antiplaquetária associada a heparina
Jacob, 2020.	F	65 anos	Ex-tabagista, com obesidade e fibrilação atrial crônica	Melena	Trombectomia mecânica
Lorenzo, 2022	M	48 anos	Trombose venosa porto-esplênica	Dor abdominal e vômito	Cirurgia cardíaca
Barbosa Junior, 2021.	M	57 anos	-	Dispneia leve e edema do membro inferior	Ácido acetilsalicílico e clopidogrel

Abreviaturas: M = Masculino; F = Feminino; HAS = Hipertensão Arterial Sistêmica; DM2 = Diabetes Mellitus Tipo 2; DPOC = Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.

4 DISCUSSÃO

A COVID-19 é uma doença relacionada à infecção pelo *SARS-CoV-2* (sigla do inglês que significa coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave), em que este é o agente causador de tal patologia, desencadeando a pandemia no ano de 2020. Trata-se de um vírus de RNA que possui cadeia do tipo simples e envelopado (JACKSON, 2022).

Ainda que a síndrome da insuficiência respiratória seja a característica mais marcante dessa enfermidade, os eventos trombóticos, como trombose arterial e venosa são agravos bem importantes. É notório reconhecer que indivíduos portadores da doença do coronavírus têm respostas multissistêmicas, as quais são expressivamente ativadas e, conseqüentemente, prejudiciais ao organismo (LORENZO *et al.*, 2022).

O novo coronavírus pode ter uma predisposição a doenças tromboembólicas por conta de inúmeros fatores como eventos inflamatórios demasiados, imobilização, hipóxia e até coagulação intravascular difusa. É notório que as gravidades trombóticas são pouco esclarecidas. Além disso, esse tipo de complicação em pacientes com coronavírus precisa ser amplamente conhecido para ser possível identificar o nível da medicação no tratamento dos trombos, principalmente nos indivíduos com maior risco de trombose, como aqueles em unidade de terapia intensiva (UTI) (KLOK *et al.*, 2020).

Na Tabela 1 evidenciou-se os artigos que apresentaram relatos de casos que relacionam eventos trombóticos à COVID-19. Dessa forma, verificou-se que a grande maioria dos pacientes era do sexo masculino, com idades entre 28 a 65 anos e que os pacientes geralmente apresentavam variado histórico de comorbidades. Porém, com relação aos sintomas apresentados e o tratamento adequado utilizado tiveram resultados diversos.

Em relação ao sexo que foram mais acometidos, destacou-se o sexo masculino. Entretanto, de acordo com estudos feitos, as manifestações de trombos nos indivíduos apresentam maior pré-disposição no sexo feminino, principalmente pela relação do anticoncepcional e a gestação como fatores de risco que embasam essa afirmativa. O uso de contraceptivos tendo em suas fórmulas hormônios como estrógeno e progesterona têm grandes relações com indícios de apresentação de trombose venosa profunda (TVP) em mulheres, visto que os anticoncepcionais agem no metabolismo da mulher diminuindo os inibidores dos fatores de coagulação e aumentando tais fatores. Ademais, durante o período gestacional aumentam as chances de evoluir com TVP, pois é nesse estágio onde encontra-se suscetibilidade de situações de hipercoagulabilidade no organismo (CHARLO; HERGET; MORAES, 2020).

Com relação a predisposição a COVID-19, um estudo realizado que avalia a mortalidade causada por condições posteriores a essa doença no Brasil, indicaram maior taxa de óbitos entre o sexo masculino. Esses altos números podem estar associados a questões como os hábitos de vida menos saudáveis e o acesso ao sistema de saúde ser muito menor quando comparado as mulheres (MURARO *et al.*, 2023).

Dessa forma, é importante destacar que a maior prevalência da COVID-19 nos homens é relacionada a parte biológica, mas também é influenciada pelo estilo de vida. No que diz respeito aos fatores biológicos, deve-se ao fato dos homens terem uma resposta do sistema imune menor que as mulheres. Elas produzem uma citocina antiviral forte, o interferon do tipo 1 em grandes proporções, o qual é importante para essa resposta prévia no *SARS-CoV-2* (BENAVIDES *et al.*, 2022).

No quesito estilo de vida, por exemplo, em alguns casos, as mulheres visitam muito mais os médicos clínicos gerais do que o sexo oposto durante grande parte da idade adulta, e dessa maneira, são as mais propensas a consultar para todas as outras condições de saúde.²⁰ Os homens apresentam números mais altos no consumo de tabagismo e bebidas alcoólicas do que as mulheres. Além do mais, na Espanha, foi feito um trabalho que identificou que o sexo feminino, durante a pandemia, apresentou atitudes mais conscientes e responsáveis comparada aos homens (BWIRE, 2020).

No que concerne as faixas etárias encontradas nos relatos de caso, observou-se diferenças nas idades, visto que variaram de 28 a 65 anos, no entanto, no geral, predominou-se a classe adulta com 100% (n=8/8) em relação à idosa, o que difere dos achados publicados que apresentam maior quantidade de acometidos na faixa senil. Um exemplo disso foi um estudo que apresentou muitas das manifestações tromboembólicas em pessoas com coronavírus, as quais a maioria são idosas, e que a doença coronariana e asma ou doença pulmonar obstrutiva crônica são as comorbidades mais frequentes (WICHMANN *et al.*, 2020).

A idade é um fator importante por conta do aumento da prevalência de doenças crônicas na população idosa, como aquelas do aparelho circulatório: hipertensão arterial, diabetes mellitus ou câncer. Essas doenças estão entre as que levam a maior potencialidade de morbimortalidade no mundo e apresentam-se mais frequente na faixa senil, a qual implica em diminuição da qualidade de vida, incapacidade e limitações para essa classe (FRANCISCO *et al.*, 2022).

Um trabalho de 2022 avaliou o impacto social causado durante a pandemia de 2020 no aumento da taxa de mortalidade na população adulta em alguns países da América Latina, inclusive no Brasil. Nesse estudo é possível observar um profundo impasse no âmbito

socioeconômico desses países, pois afeta primariamente a população economicamente ativa da sociedade (população em idade para trabalhar), diferente dos países europeus, onde tiveram menor quantidade de óbitos dessa parte. Isso pode ser devido, até certo ponto, ao envelhecimento dos povos europeus (BENAVIDES *et al.*, 2022).

As evidências a respeito da coagulação anormal associada a indivíduos infectados pela COVID-19 apareceram nos primeiros relatórios da China (CONNORS, LEVY, 2020). Um estudo sobre as coagulopatias e a COVID-19 ganhou destaque e foi referenciada por alguns autores. Nessa pesquisa era avaliado um grupo de pacientes infectados por *SARS-CoV-2*, dos quais uma parte veio à óbito, e dos que morreram mais da metade cumpriram os critérios da Sociedade Internacional de Trombose e Homeostasia para Coagulação Intravascular Disseminada (VIVAS *et al.*, 2020). Entretanto, de maneira geral ainda não há estudos com base populacionais sobre o porquê de eventos trombóticos em pacientes infectadas pela doença da pandemia de 2020 (MURARO *et al.*, 2023; TANG *et al.*, 2020).

Alguns trabalhos mostram que pacientes com *SARS-CoV-2* têm predisposição a eventos tromboembólicos, de característica venosa ou arterial, acidente vascular encefálico (AVE), tromboembolismo tanto periférico quanto pulmonar e infarto agudo do miocárdio (VIANA *et al.*, 2021). A predisposição nesses pacientes se deve ao fato de que eles podem ter vários fatores de risco para TEV (tromboembolismo venoso), visto que o paciente em estágio grave juntamente com outras infecções, na condição de acamado, com comorbidades, especialmente grávidas e idosos, pode levar a um fluxo sanguíneo venoso mais lento e, conseqüentemente, estase (ZHAI *et al.*, 2020).

Ademais, alguns órgãos são atingidos pela coagulopatia induzida por *SARS-CoV-2*, incluindo pulmões, membros inferiores, coração e outros. Nesse contexto, os dados atuais revelam que tanto a TVP, quanto a embolia pulmonar são as doenças trombóticas que mais ocorrem na COVID-19 (ALI; SPINLER, 2021).

No que diz respeito a comorbidades prévias dos trabalhos analisados, 75% (n=6/8) apresentaram histórico de doenças que afetam o endotélio como doenças cardiovasculares. Essas doenças foram uma comorbidade habitual em infecções por MERS e SARS antes da mais recente COVID-19. Porém, esse tipo de comorbidade também está presente na *SARS-CoV-2*, principalmente naqueles casos mais graves. Em um estudo analisado na China, cerca de 30% dos indivíduos com o vírus tinham hipertensão, 19%, diabetes mellitus (DM) e 8% doenças cardiovasculares (ASKIN; TANRIVERDI; ASKIN, 2020).

Observou-se em alguns estudos que entre as comorbidades mais relacionadas a trombose de membros inferiores associada à infecção do COVID-19, estão diabetes,

hipertensão e obesidade em mais da metade dos casos. Entretanto, um outro estudo na Europa identificou fibrilação atrial, hipertensão e doença renal crônica como as comorbidades que mais acometem os indivíduos (CUBAS; ROJAS-HUILLCA; SALAZAR-CUIZANO, 2023). No estudo deste artigo de revisão, é possível verificar na Tabela 1 que houve conformidade com demais autores, visto que os resultados apontam que as doenças que mais se repetiram no histórico dos pacientes foram diabetes, dislipidemias e hipertensão.

Ademais, a união entre histórico familiar, obesidade e a COVID-19 atuam, de forma a interferir no equilíbrio da cascata de coagulação, dessa maneira, a doença leva a complicações como coagulopatias (SILVA *et al.*, 2022).

De acordo com a sintomatologia, ainda que os eventos trombóticos sejam observados constantemente em pacientes com COVID-19 em um estágio crítico dessa patologia, em pacientes assintomáticos ou com infecções mais brandas, formas tromboembólicas são mais difíceis de ocorrer. Assim, não foram encontrados relatos prévios de trombose sistêmica em pacientes assintomáticos sem presença de alguma doença cardiovascular prévia (LORENZO *et al.*, 2022). Portanto, corrobora os achados da tabela 1, a qual todos os pacientes apresentaram sintomas, como dispneia, dor torácica ou febre e se apresentaram em estágios mais agudos.

Além disso, é importante a atenção aos sinais e sintomas de trombose venosa profunda naqueles com diagnóstico de cura do coronavírus, porque ainda que passados dias da crise da doença, podem ocorrer complicações tromboembólicas como a TVP (SILVEIRA *et al.*, 2021).

Em reação à terapia utilizada, estudos concluíram que pacientes com COVID-19 em estado mais agudo respondem melhor à terapia anticoagulante, naqueles que estavam na fase inicial da coagulação intravascular disseminada associada à sepse ou com produto da degradação de fibrina muito elevado. Os autores desse estudo verificaram que houve baixa mortalidade em pouco menos de um mês entre os que usaram heparina comparado aos que não utilizaram o anticoagulante (SAVIOLI, 2020).

Dos 8 estudos usados como referência da Tabela 1, em 4 foram usadas terapias anticoagulantes como tratamento para os eventos trombóticos nos pacientes. Isso se deve ao fato de que há fortes estudos do desempenho da heparina na diminuição da infecciosidade do vírus, dessa forma, além de cumprir o papel de anticoagulantes, as heparinas têm forte evidências de ação anti-inflamatória (ALI; SPINLER, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o presente trabalho revelou que há consideráveis riscos de eventos trombóticos nos pacientes infectados com COVID-19. Diversas características foram encontradas, por exemplo, a faixa etária mais acometida dos pacientes que evoluem para esses casos é a faixa senil do sexo masculino. Além disso, a predisposição do indivíduo infectado com SARS-CoV-2 desenvolver trombos está fortemente associada a fatores de risco que esse paciente possa ter e dos tratamentos mais utilizados no presente estudo destacou-se a terapia anticoagulante como a mais eficiente.

Ademais, 75%(n=6/8) dos trabalhos revelaram comorbidades prévias para evolução de casos de trombose e apenas em um relato, o paciente apresentou sintomas mais específicos da trombose como edema, os demais apresentaram sintomas mais inespecíficos.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. A. M.; SPINLER, S. A. COVID-19 and thrombosis: From bench to bedside. **Trends Cardiovasc Med**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 143-160, 2021. DOI: 10.1016/j.tcm.2020.12.004.
- ASKIN, L.; TANRIVERDI, O.; ASKIN, H. S. O Efeito da Doença de Coronavírus 2019 nas Doenças Cardiovasculares. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [S.l.], v. 114, n. 5, p. 817-822, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20200273>.
- BANDEIRA, D.G.S.F. *et al.* Trombose muito tardia de stent relacionada à COVID-19. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**. 2021;117(5): 186–6. https://abccardiol.org/wp-content/uploads/2021/12/Livro_TLs_CBC-76.x44344.pdf
- BARBOSA JUNIOR, A. C. *et al.* Embolia pulmonar aguda extensa como complicação de COVID-19 oligossintomática: relato de caso. **Jornal Vascular Brasileiro**, [S.l.], v. 20, 2021. e20200239. DOI: <https://doi.org/10.1590/1677-5449.200239>.
- BELFORT, D. de S. P. *et al.* Trombose de Aorta e Artéria Renal como Manifestação Clínica Inicial da COVID-19 em um Receptor de Transplante Cardíaco. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [S.l.], v. 117, n. 5, p. 1045-1047, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20201210>.
- BENAVIDES, F. G. *et al.* Excesso de mortalidade na população em idade ativa em nove países da América Latina no ano de 2020. **Rev Panam Salud Publica**, [S.l.], v. 46, p. e75. 2022. DOI: 10.26633/RPSP.2022.75.
- BRANDÃO, S. C. S. *et al.* COVID-19 grave: entenda o papel da imunidade, do endotélio e da coagulação na prática clínica. **Jornal Vascular Brasileiro**, [S.l.], v. 19, 2020. e20200131. DOI: <https://doi.org/10.1590/1677-5449.200131>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF; 2016 [citado 2016 maio 24]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

BWIRE, G. M. Coronavírus: Por que os homens são mais vulneráveis ao Covid-19 do que as mulheres? SN Compr. **Clin. Med**, [S.l.], p. 2:874-876, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s42399-020-00341-w>.

CHARLO, P. B.; HERGET, A. R.; MORAES, A. O. Relação entre trombose venosa profunda e seus fatores de risco na população feminina. **Glob Acad Nurs**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. e10, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200010>.

CONNORS, J. M.; LEVY, J. H. COVID-19 e suas instruções para trombose e anticoagulação. **Sangue**, [S.l.], v. 135, n. 23, 2033-2040, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1182/blood.2020006000>

COSTA, I. B. S. da S. *et al.* O Coração e a COVID-19: O que o Cardiologista Precisa Saber. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [S.l.], v. 114, n. 5, p. 805-816, maio. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20200279>.

CUBAS, W. S.; ROJAS-HUILLCA, M.; SALAZAR-CUIZANO, M. Trombosis arterial aguda de miembros inferiores en pacientes infectados por la COVID-19: experiencia en un hospital nacional de Perú. **Angiología**, [S.l.], v. 75, n. 3, p. 136-145, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.20960/angiologia.00459>.

FRANCISCO, P. M. S. B. *et al.* Prevalência de doenças crônicas em octogenários: dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Ciência Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 27, n. 7, p. 2655-2665, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202277.22482021>.

JACKSON, C. B. *et al.* Mecanismos de entrada de SARS-CoV-2 nas células. **Natural Rev Mol Cell Biol**, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 3-20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41580-021-00418-x>.

JACOB, M. H. F. *et al.* Trombose de Prótese Mecânica Aórtica em Mulher de 65 Anos com Infecção pelo SARS-CoV-2. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [S.l.], v. 115, n. 6, p. 1180-1183, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20200754>

KLOK, F. A. *et al.* Incidência de complicações trombóticas em pacientes críticos de UTI com COVID-19. **Tromb Res.**, [S.l.], v. 191, p. 145-147, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.thromres.2020.04.013>.

LORENZO, N. *et al.* Trombose Ventricular Esquerda e Tromboembolismo Pulmonar em um Paciente de Covid-19 Assintomático. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [S.l.], v. 119, n. 6, p. 996-998, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20210590>.

MURARO, A. P. *et al.* Óbitos por condições de saúde posteriores à COVID-19 no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 331-336, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023282.16752022>.

ROSSI, F. H. Tromboembolismo venoso em pacientes COVID-19. **Jornal Vascular Brasileiro**, [S.l.], v. 19, p. e20200107, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1677-5449.200107>

SAVIOLI, F. Há uma justificativa para o uso de heparina nos pacientes graves com COVID-19? **Einstein**, São Paulo, v. 18, p. eED5758, 2020. DOI: https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2020ED5758

SILVA, M. C. C. S. *et al.* Obstrução arterial aguda de membros superiores após infecção de COVID-19: um relato de caso. **Revista Brasileira de Doenças Infecciosas**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 102045, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.102045>.

SILVEIRA, G. C. *et al.* Trombose venosa profunda tardia após COVI-19: relato de caso. **The braz jou of inf.**, [S.l.], v. 25, n. 1. p. 101131, 2021, DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bjid.2020.101131>.

TANG, N.; LI, D.; WANG, X.; SUN, Z. Parâmetros anormais da coagulação estão associados a mau prognóstico em pacientes com pneumonia por novo coronavírus. **Jor of Throm and Haem**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 844-847, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/jth.14768>.

VIANA, T. *et al.* Infarto Agudo do Miocárdio com Trombose Coronária em um Paciente com Covid-19 sem Fatores de Risco para Doença Cardiovascular. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [S.l.], v. 116, n. 3, p. 511-515, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36660/abc.20200972>.

VIVAS, D. *et al.* Recomendações sobre o tratamento antitrombótico durante a pandemia de COVID-19. Declaração de posição do Grupo de Trabalho sobre Trombose Cardiovascular da Sociedade Espanhola de Cardiologia. **Revista Especialidade de Cardiologia**, [S.l.], v. 73, v. 9, p. 749-757, 2020. DOI: [10.1016/j.rec.2020.04.025](https://doi.org/10.1016/j.rec.2020.04.025).

ZHAI, Z. *et al.* Prevenção e Tratamento do Tromboembolismo Venoso Associado à Infecção pela Doença de Coronavírus 2019: Uma Declaração Consensual Antes das Diretrizes. **Thieme**, [S.l.], v. 120, n. 6, p. 937-948, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1055/s-0040-1710019>.

WANG, C. *et al.* Disfunção de macrófagos alveolares e tempestade de citocinas na patogênese de dois pacientes graves com COVID-19. **EBioMedicine**. [S.l.], v. 57, p. 102833. 2020. DOI : <http://dx.doi.org/10.1016/j.ebiom.2020.102833>.

WICHMANN, D. *et al.* Achados de autópsia e tromboembolismo venoso em pacientes com COVID-19: Um estudo de coorte prospectivo. **Revista ACP**, [S.l.], v. 173, n. 4, p. 268-277, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7326/M20-2003>.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	EVENTOS TROMBÓTICOS NO CONTEXTO DA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA
RECEBIDO	23/05/2024
AVALIADO	04/07/2024
ACEITO	11/08/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Srta.
NOME COMPLETO	Polyana do Nascimento Cavalcante Sousa
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Centro Universitário Inta - UNINTA
CIDADE	Sobral
ESTADO	Ceará
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Inta – UNINTA Membro da Liga Acadêmica de Embriologia Integrada a Histologia - LAEH
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Srta.
NOME COMPLETO	Maria Djany Freitas Bezerra
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Centro Universitário Inta - UNINTA
CIDADE	Sobral
ESTADO	Ceará
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário Inta - UNINTA Membro da Liga Acadêmica de Embriologia Integrada a Histologia - LAEH
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Maria Auxiliadora Silva Oliveira
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Centro Universitário Inta - UNINTA
CIDADE	Sobral
ESTADO	Ceará
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduada em Biologia pela Universidade Regional do Cariri - URCA; mestrado em Agronomia-Fitotecnia pela Universidade Federal do Ceará - UFC; docente do curso de Medicina do Centro Universitário Inta - UNINTA.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.
Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: polyanacavalcante92@gmail.com Autor 2: djanyfreitas@gmail.com Autor 3: auxiliadora.oliveira@uninta.edu.br

**RESPOSTA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO NORDESTE À COVID-19:
UMA ANÁLISE BASEADA EM DADOS ABERTOS PARA AS MICRORREGIÕES DAS
CAPITAIS EM 2020 E 2021**

Recebido: 23/04/24 | *Avaliado:* 10/07/24 | *Aceito:* 20/08/24

Eneida Santana

Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia e Mestre em Ciência da Informação - UFBA. Bibliotecária-documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

E-mail: eneida@ifba.edu.br

Tereza Kelly Gomes Carneiro

Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Alagoas. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

E-mail: terezakelly@ifba.edu.br

RESUMO

O uso de dados abertos governamentais como subsídio para planejamento de políticas públicas ainda é um processo pouco difundido no Brasil, e vários esforços vêm sendo realizados pelo governo para reverter esse quadro, em especial na educação. Atualmente existem vários dados disponibilizados de forma gratuita e aberta sobre o ensino público brasileiro. Todavia, a existência destes dados não significa que os mesmos estão sendo utilizados para processos de gestão pública. Neste contexto, este estudo buscou contribuir para minimizar essa atual lacuna no uso de dados abertos educacionais, ao criar um modelo que possibilita estimular processos de interação e colaboração entre escolas e analisar estratégias desenvolvidas pelas escolas. Para isso foram utilizados dados do INEP relativos ao período da COVID-19 relativos às microrregiões das capitais nordestinas no período de 2020 a 2021. Os resultados indicam que o modelo atende ao que foi proposto e poderá ser incorporado pelos gestores educacionais como estratégia para tomada de decisão. A abordagem foi qualitativa e adota como processo metodológico a modelagem do conhecimento baseada nos princípios FAIR e das redes complexas.

Palavras-chave: Redes complexas. Dados Governamentais. Educação. Covid-19.

ABSTRACT

The use of open government data to support public policy planning is still a relatively new process in Brazil, and the government has been making several efforts to reverse this situation, especially in education. There are currently several data points available for free and openly on Brazilian public education. However, the existence of these data does not mean that they are being used for public management processes. In this context, this study sought to contribute to minimizing this current gap in the use of open educational data by creating a model that makes it possible to stimulate processes of interaction and collaboration between schools and to analyze strategies developed by schools. For this purpose, data from INEP related to the COVID-19 period for the microregions of the northeastern capitals in the period from 2020 to 2021 were used. The results indicate that the model meets its purpose and can be incorporated by educational managers as a decision-making strategy. The approach was qualitative and adopts knowledge modeling as a methodological process based on the FAIR principles and complex networks.

Keywords: Complex Networks. Government Data. Education. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Debater o planejamento de políticas públicas voltadas à gestão da educação básica, especialmente em um momento posterior ao vivenciado pela população durante a pandemia da Covid-19, tornou-se um assunto primordial e urgente em diversos países. Para fundamentar este debate, países como o Brasil, por exemplo, realizaram pesquisas pontuais direcionadas ao levantamento de dados para compreender qual o real cenário das suas escolas, após a Pandemia da Covid-19. Uma análise para construção de políticas públicas fundamentadas em dados faz-se necessário, visto que os conjuntos de dados governamentais abertos atuam como recursos informacionais para composição de políticas baseadas em evidências. Contudo, os gestores públicos ainda se deparam com limitações na utilização de dados governamentais para subsidiar as tomadas de decisão, tendo em vista a dificuldade em identificar estes dados sobre as escolas de forma acessível, com fácil localização e de forma que possam ser compreendidos e reutilizáveis.

Disposto a suprimir a colaborar com a redução dessa limitação em relação ao uso de dados abertos, o governo brasileiro criou o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, que estabelece o compromisso do governo em promover o desenvolvimento da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, através da instrução normativa nº 4, de 12 de abril de 2012 levando em consideração o decreto sem número do mês de setembro de 2011.

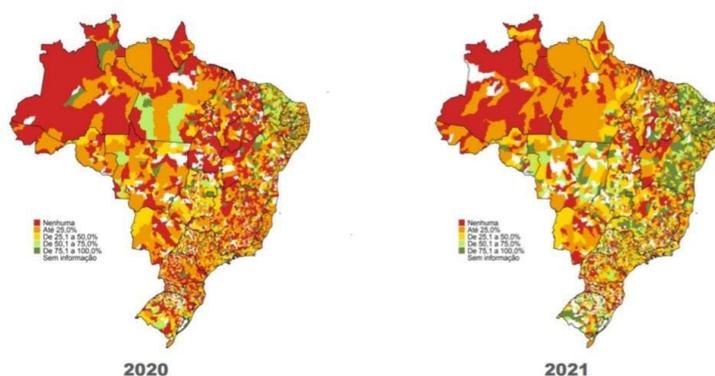
É preciso reconhecer e enfrentar com urgência o problema que é a necessidade de ampliação dos modelos de visualização dos dados governamentais abertos da educação brasileira, em especial após período pandêmico, pois esses dados podem colaborar decisivamente na tomada de decisões de gestores públicos.

Neste contexto e com o intuito de contribuir com a difusão do conhecimento sobre os dados abertos governamentais da educação, buscamos representar o cenário das escolas municipais das capitais do nordeste brasileiro nos anos 2020 e 2021, tendo como premissa difundir métodos de uso e reuso de dados públicos, considerando que o direito à informação consiste em fundamento básico da democracia.

A investigação foi realizada através do conjunto de dados abertos coletados a partir da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica” realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo por objetivo central identificar as escolas que adotaram ações e quais estratégias de realização das atividades escolares no ano letivo 2021 foram utilizadas diante da necessidade de enfrentamento à Covid-19. O relatório apresentado pelo INEP em 2022, por exemplo, mostra

o percentual de escolas de todo o país que realizaram aulas síncronas pela internet durante o período, com base nos dados da pesquisa, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Percentual de escolas, segundo os municípios brasileiros, que realizaram aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor

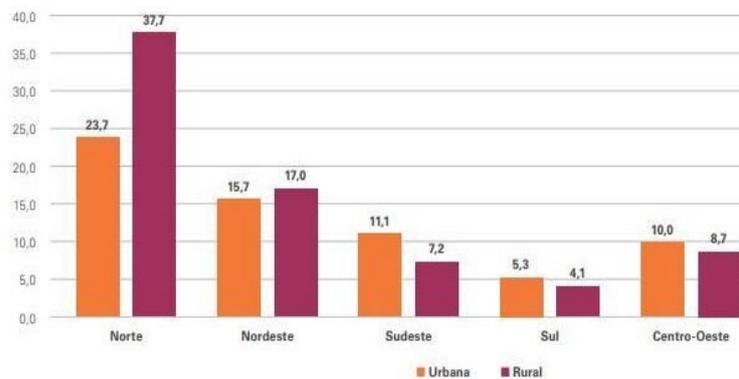


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Resultados da segunda edição da pesquisa -Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil (2022) - Adaptada pelos autores.

A preocupação deste estudo com o cenário da educação na região Nordeste do Brasil pós pandemia, dá-se pelo seu recorrente cenário da exclusão escolar que historicamente atinge a região. Como pode ser observado pelo dados processados pelo relatório “Cenário da exclusão escolar no Brasil” no ano 2019 o Nordeste, já apresentava três estados com percentuais abaixo da média nacional: Piauí (1,5%), Rio Grande do Norte (1,7%) e Bahia (2,5%), enquanto o Ceará registra o mesmo percentual da média nacional (2,7%). Destacam-se os estados de Alagoas (4,3%), da Paraíba (3,4%) e de Sergipe (3%), que apresentam os piores indicadores de exclusão na região. (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021).

O relatório elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denominado “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19” publicado em novembro de 2020, aponta que “as crianças entre 6 e 10 anos vivendo em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas pela exclusão escolar durante a pandemia em 2020”. É importante ressaltar que as crianças na faixa etária dos 6 e 10 anos são integrantes das redes de ensino municipal da educação básica. Os dados podem ser corroborados através do gráfico comparativo com as demais regiões do país.

Figura 2 - Distribuição de crianças de 6 a 10 anos, segundo condição de não frequência à escola, em áreas urbanas e rurais por Grandes Regiões, 2020 (%)



Fonte: IBGE. Pnad-Covid, nov. 2020 - Adaptada pelos autores.

Enfim, o estudo realizado buscou discorrer sobre a composição dos dados abertos governamentais no Brasil, a representação destes dados pelos sistemas responsáveis pelo acompanhamento da educação básica, em especial durante a Covid-19, associando à discussão de gestão e tratamento de dados abertos através dos princípios FAIR disseminados por Mons et al. (2017), e ao final apresenta um processo para modelagem do conhecimento baseado no estudo de redes complexas desenvolvida por Watts-Strogatz (1998).

2 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL E OS PRINCÍPIOS FAIR

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal nº 8.777, foi decretada em de 11 de maio de 2016, e teve como principal objetivo “promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados aberto” (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016).

Para que a efetividade desta política de dados abertos é necessário que os dados possam ser localizados, acessíveis, possam ser tratados e lidos por diversas linguagens computacionais, além de serem reutilizáveis como fonte informacional e recurso para futuras pesquisas científicas. Nesta perspectiva, faz-se a necessidade da implementação dos princípios FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable) discutidos por Mons *et al* (2017).

Para Mons *et al* (2017) os princípios FAIR torna necessário que o dado possa ser: a) Findable/Achável - Recomenda que os dados devem ser indexados em repositórios seguros, além de apresentarem identificador, descritores e metadados que facilitem sua localização nos repositórios; b) Accessible/Acessível - Determina que o dado não tenha uma periodicidade

limitada da sua disseminação nos repositórios, além de garantir que o acesso siga o uso de protocolos de comunicação, abertos e gratuitos; c) Interoperable/Interoperável – Recomenda que os dados possam ser integrados com outros dados ou facilmente “compreendidos” pela linguagem de máquinas; d) Reusable/Reutilizáveis - Garante que os dados possam ser reusados em novas frentes de trabalho.

Utilizamos, deste modo, as recomendações dos princípios FAIR para limitarmos os repositórios brasileiros e os conjuntos de dados que compõem esta pesquisa, consideramos os dados da pesquisa Covid-19 e do cenário das escolas do nordeste brasileiro, pois estes estavam devidamente indexados em repositórios governamentais, com identificadores, descritores e metadados claros que facilitam sua localização e compreensão.

2.1 SISTEMA DE CRIAÇÃO DE DADOS ABERTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DADOS PRODUZIDOS NO CONTEXTO DA COVID -19

Os dados utilizados nesta pesquisa fazem parte do repositório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é o órgão responsável pela atenção aos sistemas educacionais. O INEP é referência nacional e internacional nas suas três áreas de atuação: “avaliações e exames educacionais; pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; e gestão do conhecimento e estudos educacionais” (Ministério da Educação, 2022).

A principal instância mantida pelo INEP com a expertise voltada à educação básica é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Por meio deste sistema são aplicados instrumentos de coletas capazes de promover o conhecimento dos níveis de aprendizagem dos estudantes da educação básica, com maior riqueza de detalhes.

O SAEB também é responsável pela organização do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB), medida calculada e utilizada para representar as taxas de aprendizagem, abandono e compreensão de componentes curriculares pelos estudantes.

Além de gerir o SAEB, o INEP é responsável pela aplicação do Censo Escolar da Educação Básica. O Censo é uma pesquisa estatística realizada anualmente em duas etapas, e ocorre em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória a participação dos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008.

No ano de 2020 o Censo Escolar da Educação Básica, teve a sua aplicação alterada após a declaração da situação global de pandemia realizada pela Organização Mundial da Saúde

(OMS), em decorrência do surto causado pelo coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Por este motivo, o governo brasileiro instituiu diretrizes nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelecem normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Ministério da Educação, 2022). A partir desta data, as atividades escolares presenciais foram suspensas em todas as instituições de ensino públicas e privadas do Brasil.

A partir desta de excepcionalidade, diversas ações foram implementadas ao longo do país no campo da educação. Para compreender o que de fato foi realizado, e como o cenário da educação básica foi preparado para receber os estudantes após a flexibilização da pandemia, o INEP, realizou a pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil” que teve como objetivo identificar as ações adotadas pelas escolas brasileiras diante da necessidade de medidas de enfrentamento à disseminação da Covid-19.

A pesquisa possibilita, com base nas respostas, identificar os impactos educacionais no ano letivo de 2020 e 2021 em todo o País. Tendo como mote investigativo a reconstrução e aplicação do calendário escolar e a adoção de medidas pedagógicas e sanitárias. A coleta dos dados da pesquisa foi realizada em duas etapas:

- I. A primeira parte levanta três questões, referentes ao calendário escolar e aos ajustes realizados pelas escolas na data de término do ano letivo; às estratégias de mediação de ensino nos modos presencial, remota e híbrida; e ao tempo em que cada estratégia de mediação de ensino foi adotada pela escola, em virtude das medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022).
- II. A segunda parte da pesquisa apresenta oito questões com o objetivo de conhecer as estratégias adotadas pelas escolas para a continuidade das atividades escolares durante o ano letivo. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022).
- III. Neste estudo realizamos o recorte do conjunto de dados originário da aplicação da segunda parte da pesquisa.

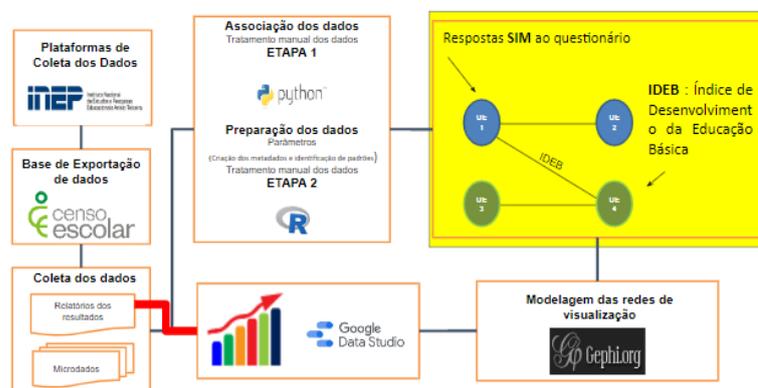
3 MODELAGEM DO CONHECIMENTO

A modelagem do conhecimento consiste em criar representações de ideias ou informações de modelo a permitir sua melhor compreensão e difusão. Além disso a modelagem facilita seu armazenamento e estruturação de novas ideias e construção de novos conhecimentos. Para esta tarefa podemos criar mapas mentais ou conceituais, e dependendo do domínio do conhecimento, outras formas de representação. De acordo com Gordijn e Akkermans (2003), modelar uma ideia contribui explicitamente para o seu entendimento comum por todas as partes interessadas envolvidas. E um dos caminhos para modelagem do conhecimento é o uso de redes sociais, conforme Carneiro *et al* (2019) ao afirmar que o estudo das redes sociais é um importante caminho científico para representação dos fenômenos sociais e do conhecimento. Pois a modelagem de uma rede nos possibilita determinar o comportamento geral de algum processo independente e o resultado de possível influência sobre diferentes processos.

Para isso são utilizadas métricas que trazem informações sobre a o comportamento da rede. Neste estudo foram consideradas as seguintes métricas: **Grau Médio:** o grau médio indica o número médio de vizinhos de um vértice e pode ser usado como medida de influência ou importância. Além disso, a distribuição de graus auxilia na identificação da topologia da rede; **Centralidade de grau:** destaca a importância de um ator com base no número conexões que ele mantém com outros atores; **Centralidade de proximidade:** determina a importância de um ator com base em quão próximo esse ator está dos outros atores na rede; **Centralidade de intermediação:** indica a importância de um ator, com base em seu papel como intermediário nas comunicações entre outros atores; **O caminho mínimo médio:** indica a menor distância média a ser percorrida para atingir qualquer ator na rede; **Coefficiente de aglomeração:** o coeficiente de agrupamento fornece a probabilidade de que um ator A conectado a um ator B também esteja conectado a um ator C vizinho a B; e **Distância Média:** a distância média entre nós em uma rede é a média das distâncias entre todos os pares de nós. Essa propriedade nos permite determinar o quão próximos os atores da rede estão. E essa propriedade é fundamental para o cálculo de outros atributos da rede, como centralidade de proximidade e intermediação, bem como eficiências globais e locais.

Este foi o caminho seguido no por esse estudo, ao estabelecer as possibilidades de conexão entre os dados coletados a partir da aplicação da pesquisa nas escolas. Resultando na elaboração do modelo de construção do conhecimento, representado na Figura 3.

Figura 3 - Modelo de processamento do conhecimento



Fonte: Elaboração própria.

O modelo é estruturado através das fases de identificação e coleta de dados na plataforma do INEP, seguida da fase computacional de exportação dos dados e microdados publicados. Logo após são incorporadas as etapas de associação dos dados, seguindo os princípios FAIR, para a formulação de metadados, unificação de indicadores e adaptação da linguagem computacional para futuros processamentos e leituras.

De posse do dados tratados em um formato reutilizável, atribuímos um *script* de conexão a base de dados, capaz de promover a identificação e ligação entre as escolas que: a) tivessem o mesmo Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) no ano 2019 e b) tivessem respondido “sim” para as perguntas da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”.

Os estudos de Watts-Strogatz (1998) possibilitam discutir e avaliar, a partir de uma visão de complexidade, as múltiplas conexões que podem ser estabelecidas entre os sujeitos, coisas e informações/dados. E dentro das tipologias definidas por esses estudiosos, optamos neste estudo, realizar uma análise das relações entre as escolas pesquisadas que apresentassem o a topologia de rede *Small World*¹. Isso porque, conforme demonstrado por Monteiro *et al* (2016), as redes que apresentam esta topologia possuem maior resiliência e eficiência na propagação de informações. Para desenho dos grafos e cálculo de suas propriedades utilizamos o recurso computacional (*Gelphi 0.9.2*), um software para análise de grafos de redes.

A etapa seguinte do modelo consiste na estruturação destas redes e dos dados que processamos das respostas à pesquisa do INEP, através do desenvolvimento de painéis

¹ Segundo Watts e Strogatz (1998), redes de mundo pequeno são aquelas em que há uma tendência à transitividade. Com base nesse fato, Watts (1999) propôs um método para determinar se uma rede tem uma topologia de mundo pequeno: o coeficiente de aglomeração médio e o caminho mínimo médio do grafo são comparados com os valores correspondentes de um grafo aleatório equivalente (mesmo número de vértices e grau médio).

interativos (*Dashboard*), capaz de promover interação para fundamentar a discussão e garantir que a gestão dos dados abertos da educação da básica brasileira siga os princípios FAIR.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo atuou na investigação dos dados levantados de um total de 2.082 escolas que responderam à citada pesquisa no período de 2021. Cada município investigado apresentou um total de escolas específico, em concordância com o número de estudantes que compõem atualmente a comunidade de ensino, são eles: a) Maceió - 144; b) Salvador - 417; c) Fortaleza - 304; d) São Luís - 198; e) João Pessoa - 186; f) Recife - 295; g) Teresina - 318; h) Natal - 146 e i) Aracaju - 74.

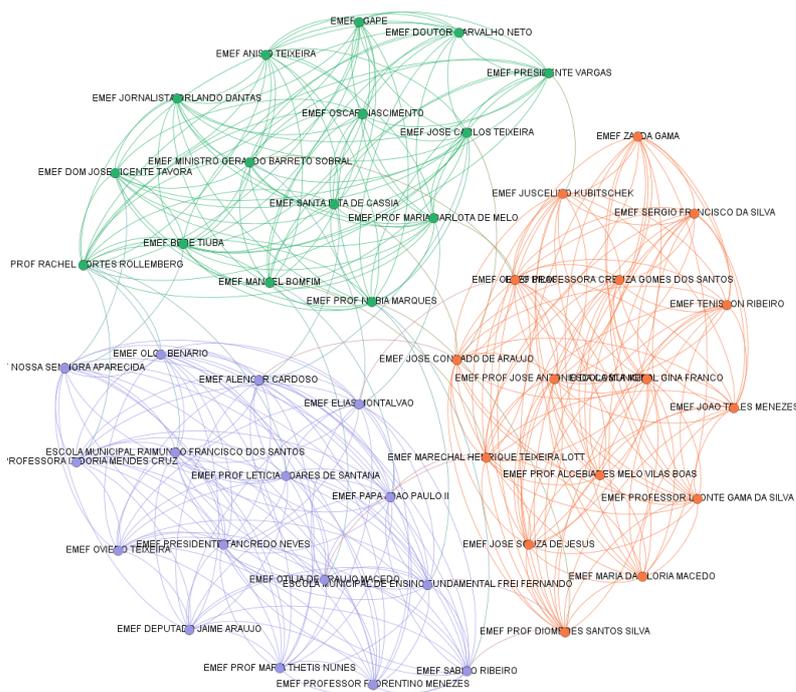
Com base no modelo desenvolvido foi possível trazer duas importantes contribuições: a primeira relacionada aos processos de gestão para estimular processos de interação e colaboração entre escolas: a segunda, possibilitar analisar as estratégias desenvolvidas pelas escolas no tocante ao ensino-aprendizagem com os alunos.

A primeira contribuição foi estruturada a partir do estudo de Monteiro *et al* (2016) e Carneiro *et al* (2018), que evidenciam que os modelos de redes complexas desenvolvidos na perspectiva da colaboração e afinidade são capazes de possibilitar a criação de estratégias que estimulem a colaboração e difusão de conhecimentos entre os atores de uma rede. Logo, o modelo aqui apresentado poderá ser usado como ponto de partida para tomada de decisões da gestão municipal, uma vez que indica que escolas precisam receber maior apoio no processo de interação e troca de experiências. Por exemplo, se existe um grupo onde a interação e troca é mais favorecido, caso uma escola desenvolva melhores estratégias de avaliativas, será mais fácil socializar junto às demais escolas deste grupo. O que não ocorreria em um grupo onde a rede apresentasse menor centralidade de grau, distancia média mais elevada e grau médio elevado.

Como Aracaju, capital de Sergipe, foi uma das últimas cidades do Nordeste a retomar as aulas presenciais, utilizamos seus dados para simular a aplicação do modelo aqui proposto. Essa simulação foi baseada nas informações coletadas sobre as estratégias adotadas durante a pandemia da Covid-19. Os resultados obtidos, representados na Figura 4, revelam a proximidade e comunicabilidade entre as escolas de Aracaju durante o desenvolvimento e aplicação das estratégias de enfrentamento à Covid-19, as métricas de centralidade de grau, distância média e grau médio, possibilitou identificar quais escolas possuem maior relevância dentro da rede, quantificando o número de conexões e afinidades entre elas. Como resultado,

foi possível também classificar a rede de escolas em três grandes subgrupos distintos, cada um com características específicas em termos de colaboração e interação entre as instituições de ensino.

Figura 4 - Rede de similaridade de respostas do município de Aracaju - Sergipe, Brasil



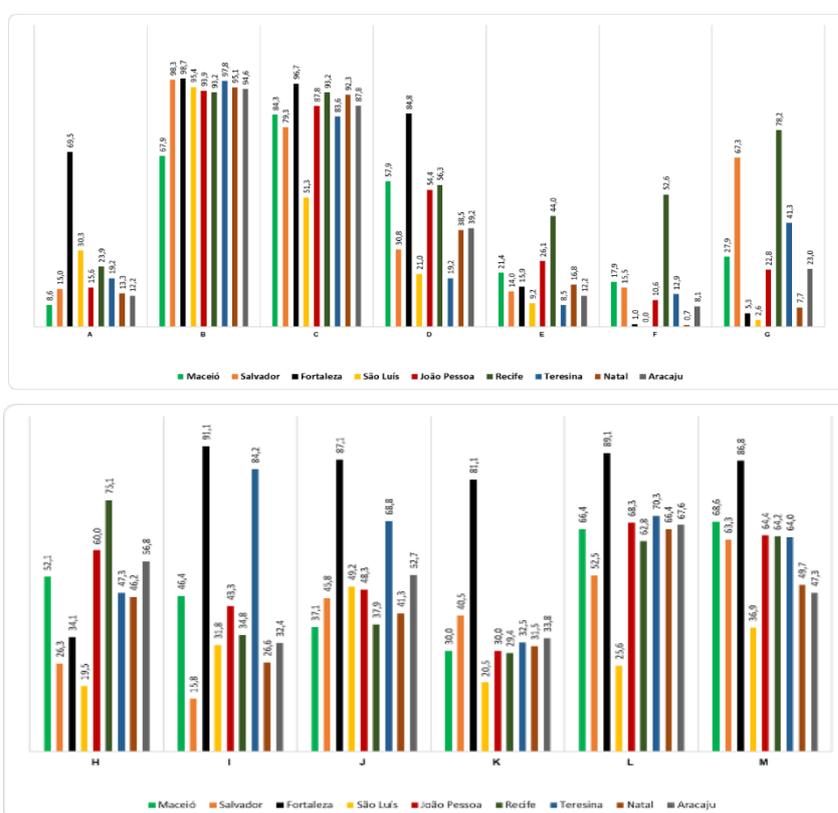
Fonte: Elaboração própria.

As escolas com maior índice de centralidade de grau, destacadas na rede pela cor verde, demonstram uma capacidade significativamente maior de colaboração com outras escolas na rede, apresentando em média 30% mais conexões em comparação com as demais. Por outro lado, as escolas representadas pela cor lilás evidenciam uma maior distância média de aproximadamente 2,44 entre si, indicando a necessidade de fortalecer a comunicação e colaboração entre essas instituições. Por fim, o grupo de escolas identificado pela cor laranja revela um bom nível de interação, com uma média de 11 conexões entre os dois grupos anteriores. Isso sugere um alto grau de influência dessas escolas na promoção da colaboração dentro da rede municipal de Aracaju no período pandêmico.

A segunda contribuição deste modelo apresenta é ele possibilita, também, por meio das visualizações das redes, analisar as estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos, como pode ser observado pelos gráficos da Figura 5 e 6.

Na Figura 5, observamos que: A) O município de Fortaleza desponta no processo de treinamento junto aos pais e alunos para uso de métodos/materiais dos programas de ensino não presencial. B) Os materiais impressos que requerem a retirada presencial na escola pelos alunos ou responsáveis configura-se como o principal suporte para o ensino-aprendizagem. C) Houve um movimento positivo para produção de materiais de ensino-aprendizagem na internet. D); E); F) e G) Foram identificadas dificuldades na aplicação de aulas ao vivo (síncronas) mediadas pela internet ou por TV/ rádio e com possibilidade de interação direta entre os alunos e o professor.

Figura 5 e 6 - Gráficos das estratégias e uso das ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos



Legenda: A - Realização de treinamentos com pais e alunos; B - Entrega de material impresso; C - Produção de material didático on line; D - Dificuldade na realização de aulas síncronas; E- Realização de aulas ao vivo pela internet sem possibilidade de interação direta; F - Transmissão de síncronas por TV ou rádio; G - Transmissão de aulas previamente gravadas (assíncronas) por TV ou rádio; H - Oferta de aulas gravadas; I - Realização de avaliações via internet; J - Realização de avaliações por envio de material impresso; K - Elaboração de planos de estudo; L - Atendimento virtual ou presencial escalonado com os alunos; M - Atendimento virtual ou presencial escalonado com os pais ou responsáveis
 Fonte: Elaboração própria.

Já a Figura 6, permite identificar que: H) Houve a disponibilização de aulas previamente gravadas (assíncronas) pela internet pelas escolas, no entanto as escolas dos municípios de São

Luís e Natal apresentaram maior dificuldade em atender a esta estratégia; I) Apenas os municípios de Fortaleza e Teresinha obtiveram amplo destaque na realização de avaliações e testes, remotamente, pela internet; J) Todos os municípios tiveram a realização de de avaliações e testes, remotamente, com envio/devolução de material físico como principal recurso avaliativo; K) Ocorreu de modo discreto, exceto para o município de Fortaleza, o suporte aos alunos, seus pais ou responsáveis para a elaboração e o desenvolvimento de planos de estudos/estudos dirigidos; L) e M) Foram realizados de modo similar os atendimentos virtual ou presencial escalonado com os alunos e pais ou responsáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso e reuso de dados abertos governamentais pode promover autonomia à sociedade para atuar, propor e pensar os problemas sociais através de políticas baseadas em evidências provenientes das informações derivadas dos dados. Todavia, isso não ocorre de forma direta e simples, é preciso que estudos multidisciplinares se debrucem sobre esta temática e proponham caminhos para que isso seja possível. Foi nesse contexto, que este artigo apresentou sua contribuição, ao propor um modelo de gestão de dados abertos baseado nos princípios FAIR na estruturação de dados e nos estudos de redes complexas.

O estudo de caso utilizando os dados educacionais das capitais nordestinas demonstrou que é possível estabelecer grupos por similaridades que possibilitam maior capacidade de êxito na implementação de ações governamentais, pois as similaridades facilitam a gestão e difusão de conhecimento, tão necessários às políticas públicas.

Espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam como estímulo ao desenvolvimento de um processo de olhar sistêmico, compartilhado e coletivo sobre estratégias coletivas de superação realizadas no período pandêmico.

REFERÊNCIAS

BARABÁSI, Albert-László; WATTS, Duncan J.; NEWMAN, Mark (Ed.). **The structure and dynamics of networks**. Princeton University Press, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lista de pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a pandemia da Covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&layout. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria de nº 68/2016 - Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/Portaria68EGD.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CARNEIRO, T.; PEREIRA, H.; GALEFFI, D. Redes de afinidade como estratégia de gestão pedagógica e difusão do conhecimento em cursos na modalidade a distância. *In: Construção e difusão do conhecimento: conectando saberes*. Salvador, BA. EDIFBA, 2019.

CARNEIRO, T. K. G. et al. A Distance Learning Pedagogical Management Model based on Affinity Networks. *Obra Digital: Journal of Communication and Technology*, v. 14, p. 13-33, 2018. Barcelona: Universidad de Vic-Universidad Central de Cataluña. Disponível em: <http://revistesdigitals.uvic.cat/index.php/obradigital/article/view/146>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GORDIJN, Jaap; AKKERMANS, J. M. Value-based requirements engineering: exploring innovative e-commerce ideas. **Requirements engineering**, v. 8, p. 114-134, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) COVID-19. Microdados. Rio de Janeiro, RJ. IBGE, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MILGRAM, Stanley. The small world problem. **Psychology today**, v. 2, n. 1, p. 60-67, 1967.

MONS, B. *et al.* Cloudy, increasingly FAIR; revisiting the FAIR Data guiding principles for the European Open Science Cloud. **Information Services & Use**, v. 37, n. 1, p. 49-56, 2017.

MONTEIRO, R. L. S. *et al.* A model for improving the learning curves of artificial neural networks. **PLoS One**, v. 11, p. e0149874, 2016. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0149874>. Acesso em: 23 abr. 2024.

WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. Collective dynamics of 'small-world' networks. **Nature**. New York: Cornell University, 1998. Disponível em: <http://www.nature.com/nature/journal/v393/n6684/abs/393440a0.html>. Acesso em: 23 abr. 2024.

WATTS, Duncan J.; STROGATZ, Steven H. Collective dynamics of ‘small-world’ networks. **Nature**, v. 393, n. 6684, p. 440-442, 1998.

WATTS, Duncan J. Networks, dynamics, and the small-world phenomenon. **American Journal of sociology**, v. 105, n. 2, p. 493-527, 1999.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	ABSENTEÍSMO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM
RECEBIDO	23/04/2024
AVALIADO	10/07/2024
ACEITO	20/08/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Dra.
NOME COMPLETO	Eneida Santana de Ávila Goulart
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Instituto Federal da Bahia - IFBA
CIDADE	Camaçari
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia-UFBA (2023) e Mestre em Ciência da Informação UFBA (2011). É Bibliotecária-documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Camaçari.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Dra.
NOME COMPLETO	Tereza Kelly Gomes Carneiro
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Instituto Federal da Bahia - IFBA
CIDADE	Camaçari
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia-UFBA (2014) e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2005). É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - Campus Camaçari.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: eneida@ifba.edu.br Autor 2: terezakelly@ifba.edu.br
---	--

HISTORICIDADE DA REDE 5G (QUINTA GERAÇÃO): APLICAÇÕES E DESAFIOS

Recebido: 31/07/24 | *Avaliado:* 01/08/24 | *Aceito:* 26/08/24

Washington Lima de Santana

Discente do curso de Engenharia de Energias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: wtel@fsonline.com.br

Anderson Dourado Sisnando

Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia e Pós-Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: anderson.dourado@ufrb.edu.br

Kilder Leite Ribeiro

Doutorado em Astrofísica pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Mestrado em Ciências Técnicas Nucleares. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
E-mail: kilder@ufrb.edu.br

Robson Hebraico Cipriano Maniçoba

Doutorado e Mestrado em Engenharia Elétrica e de Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
E-mail: rhcmanicoba@uesb.edu.br

Alex Ferreira dos Santos

Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade São Paulo. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Estadual de Feira de Santana.
E-mail: alex.ferreira@ufrb.edu.br

RESUMO

A tecnologia sem fio provocou mudanças na sociedade e nas formas de negócio. A evolução dos dispositivos móveis desde o sistema de comunicação analógico ao que se tem hoje de comunicação instantânea, forneceram de forma eficiente as necessidades da sociedade. No entanto, devido as novas demandas de uso de banda larga fixa e móvel, comunicação massiva de Internet, cidade e indústrias baseados na efemeridade da informação, fora exigido uma rede confiável e de baixa latência. Neste sentido, a rede 5G tem se apresentado como um facilitador na transformação digital, trazendo tecnologias e experiências inéditas. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a rede 5G e sua nova arquitetura, demonstrando através de seus resultados as possíveis aplicações e possibilidades técnicas da nova rede, bem como, elencar os desafios a serem superados. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados com recorte temporal entre os anos de 2019 e 2023. Os tópicos sucedem esta introdução, descrevem sobre a historicidade das redes de comunicações móveis, caracterização da rede 5G, panorama atual da nova arquitetura nos contextos global e local (Brasil), além de apresentar a aplicabilidade da rede. O estudo de revisão permitiu observar que a nova rede de quinta geração, tem o potencial de possibilitar novas aplicações e modelos de negócios que podem melhorar drasticamente a qualidade de vida em todo o mundo. Ainda que existam desafios, operadoras e empresas do ramo de tecnologia tem feito esforços para tornar a rede 5G realidade, principalmente no Brasil.

Palavras-chave: 5G. Internet das Coisas. Aplicações de Redes.

ABSTRACT

Wireless technology has brought about changes in society and business practices. The evolution of mobile devices from the analog communication system to what we have today, instant communication, has efficiently met society's needs. However, due to the new demands for the use of fixed and mobile broadband, massive internet communication, and cities and industries based on the ephemerality of information, a reliable and low latency network was required. In this sense, the 5G network has presented itself as a facilitator in digital transformation, bringing new technologies and experiences. Therefore, this work aims to analyze the 5G network and its new architecture, demonstrating through its results the possible applications and technical possibilities of the new network, as well as listing the challenges to be overcome. To this end, a bibliographical survey was carried out in the main databases with a time frame between the years 2019 and 2023. The topics follow this introduction, describing the historicity of mobile communications networks, characterization of the 5G network, current panorama of the new architecture in global and local contexts (Brazil), in addition to presenting the applicability of the network. The review study made it possible to observe that the new fifth generation network has the potential to enable new applications and business models that can drastically improve the quality of life around the world. Even though there are challenges, operators and technology companies have made efforts to make the 5G network a reality, especially in Brazil.

Keywords: 5G. Internet of Things. Network Applications.

1 INTRODUÇÃO

Em uma década de conectividade, de maior velocidade de transferência de dados e de máquinas mais sofisticadas, cria-se uma clara tendência do aumento contínuo da quantidade de dispositivos móveis e da quantidade de dados que estes consomem. A previsão é que em 2025 esse número cresça mais 20 bilhões (GARCIA E SILVA; MARQUES, 2019).

O início dos sistemas de comunicação se deu por volta da década de 1960, durante a Guerra Fria (1947-1991), quando o Departamento de Defesa Norte-Americano propusera um sistema descentralizado de comunicação com o objetivo de resistir, caso houvesse ataque. Assim, a Agência de projetos de pesquisa avançada (*Advanced Research Projects Agency – ARPA*) criou a ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*). No final da referida década, através do protocolo de conexão da ARPANET, denominado de Protocolo de controle de rede (*Network Control Protocol – NCP*), os usuários já conseguiam o acesso a dispositivos e computadores remotamente, com transmissão de arquivos. Por ser uma rede de comunicação aberta, usada para fins científicos e militares, a ARPANET se popularizou, evidenciando também suas fragilidades e provocando o surgimento de protocolos mais eficazes como o *Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP)* (SHANTAF *et al.*, 2023; TRONCO, 2010).

Na década de 1980, a primeira geração (1G) de redes móveis permitiu a comunicação de voz em redes móveis analógicas por meio das ligações sem fio através de um aparelho telefônico. No entanto, o Sistema avançado de telefonia móvel (*Advanced Mobile Phone System – AMPS*) apresentava instabilidades e interferências, além de atender uma quantidade limitada de usuários e possuir problemas de estrutura. Problemas como a falta de segurança e questões econômicas tornaram o padrão inviável (FRAUENDORF; ALMEIDA DE SOUZA, 2022).

A segunda geração (1990), chamada de 2G, trouxe novas ferramentas, transformando o que antes era analógico em digital. Os primeiros sistemas, introduziram os serviços de voz digital, mensagens de texto e dados com operações básicas na Internet. Este avanço tecnológico proporcionou um aumento expressivo no uso de telefones celulares, os quais ganharam um design mais moderno, visores com cor, menor peso e o envio de mensagens, fotos e vídeos através do Serviço de Mensagens Curtas (*Short Message Service – SMS*). Além disso, o sistema de segurança se tornou mais confiável com a inclusão da criptografia digital (WEI *et al.*, 2014).

A partir de 2001, a terceira geração (3G) provocou grandes mudanças para o setor de telecomunicações móveis. A tecnologia propiciou uma taxa de transmissão de dados mais rápida e a solidificação de serviços de Internet móvel. Levando-se em consideração as

proporções territoriais do Brasil, o 3G conseguiu suprir as necessidades de conectividade da população durante os anos 2000, tornando-se uma tecnologia acessível por se conectar com mais de 90% da população (FRAUENDORF; ALMEIDA DE SOUZA, 2022). Uma década após o surgimento do 3G, a quarta geração (4G) incrementou as características e funcionalidades da geração anterior, aumentando a capacidade de transferência de dados e a popularização do uso de recursos multimídia, ampliando a possibilidade de uso de serviços de streaming de vídeos, músicas e videochamadas (WEI *et al.*, 2014).

O objetivo da evolução das redes é o aumento da velocidade de transmissão de dados. A tecnologia 5G marca a próxima geração de redes móveis e representa uma revolução em vários aspectos, com requisitos como transportar uma grande quantidade de dados em menor tempo, conectar com segurança um número extremamente grande de dispositivos e processar grandes volumes de dados com o mínimo de atraso. A proposta da quinta geração vai muito além do aumento do volume de transferência de dados, inclui, na verdade, flexibilidade e capacidade para suportar grandes inovações tecnológicas, como computação em nuvem, cidades inteligentes “smart cities”, carros autônomos, vídeos 3D, serviços médicos remotos, realidade virtual e aumentada e a internet das coisas (ALÉN-SAVIKKO, 2019).

A tecnologia 5G chega ao Brasil com o propósito de transformar as formas de interação e conectividade nas operações em todos os setores da economia, através da entrega de um número maior de funcionalidades e serviços com maior agilidade e, conseqüentemente, capacidade de promover maior produtividade na indústria nacional (FERNANDES *et al.*, 2023). As características apresentadas pelo 5G gerou e gera grandes expectativas nas possibilidades de seu uso. A maior velocidade na banda larga móvel em comparação com o 4G; a utilização das redes em malha 5G, na qual se pensa em um maior volume de conexões, fazendo com que um aparelho se conecte com outro, o que encadeia uma melhor rede, como observa-se em interfaceamento de sistemas ou Redes *Mesch*. Além da baixa latência do 5G, quando as redes garantem respostas rápidas para suas aplicações e o fatiamento de rede (*Network Slicing*), que garantirá a personalização dos serviços de Internet, o suporte, o isolamento e a multilocação das redes físicas comuns (SPADINGER, 2024).

Relatos de sucesso vêm sendo comuns entre os usuários dessas tecnologias. Shao (2020), propõem uma estrutura de sistema de *Edge Computing (Internet of Vehicular – EC-IoV)* habilitada para 5G para melhorar o desempenho do sistema EC-IoV já existente. O descarregamento computacional específico no sistema EC-IoV habilitado para 5G foi apresentado em três casos diferentes, e por meio destes, dois modos de comunicação são concluídos demonstrando o desempenho do sistema proposto através da avaliação e

comparação com o sistema existente. O projeto 5G Rural *First* realizou desde o plantio até a colheita com sucesso, utilizando tratores autônomos para semear, drones para monitorar plantações e máquinas para aplicar água, fertilizantes e defensivos agrícolas, todas as etapas foram realizadas por máquinas sem entrar nenhum trabalhador no campo (TANG *et al.*, 2021). Esses exemplos mostram que a tecnologia 5G já é realidade, no entanto deve passar por novas reestruturações em prol de melhorias e evoluções.

Tebe *et al.* (2022) propõem em seu artigo um sistema hospitalar móvel baseado em fatiamento de rede 5G, onde dois tipos de fatias, a saber, fatia de banda larga móvel aprimorada (*enhanced Mobile Broadband – eMBB*) e fatia de comunicações ultra confiáveis e de baixa latência (*ultra Reliable Low Latency Communications – uRLLC*), são dedicadas aos dados médicos. Os autores idealizaram um método de otimização para maximizar o rendimento dos dados médicos atribuídos à fatia eMBB. Também é proposto um algoritmo de alocação de recursos para confiabilidade de transmissão muito alta com latência muito baixa dos dados médicos atribuídos à fatia uRLLC. Os resultados da simulação indicam que nossa abordagem proposta pode atender com eficácia aos requisitos de sistemas hospitalares móveis para taxa de transferência de dados, confiabilidade e latência de locais remotos para centros hospitalares.

De maneira geral, a rede 5G pode ser definida e caracterizada por suas aplicações, as quais são divididas em três categorias: banda larga veloz, comunicação confiável e segura; e comunicação em massa (*Machine type communications – MTC*). (SPADINGER, 2024). A tecnologia 5G já é realidade, no entanto, devido a evolução que traz consigo, enfrenta dificuldades de popularização e utilização de forma homogênea. Essas lacunas a serem preenchidas e melhoradas aumentam o interesse de estudos acadêmicos e indústrias (Mistry *et al.*, 2020).

Neste sentido, o presente trabalho busca analisar a rede 5G e sua nova arquitetura, demonstrando através de seus resultados as possíveis aplicações e possibilidades técnicas da nova rede, bem como, elencar os desafios a serem superados. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados com recorte temporal entre os anos de 2019 e 2023. Os tópicos sucedem esta introdução, descrevem na fundamentação teórica sobre o panorama atual da nova arquitetura nos contextos global e local (Brasil), além de apresentar a aplicabilidade da rede.

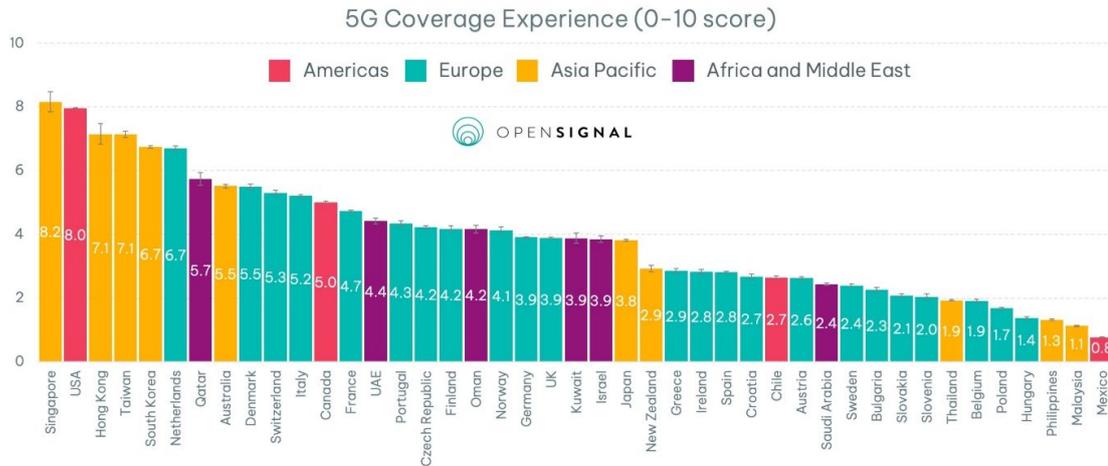
2 REFERENCIAL TEÓRICO

A tecnologia de quinta geração (5G) das redes de telecomunicações tem enorme potencial de transformação econômica e digital. O tema 5G está associado diretamente a questões geopolíticas e geoeconômicas, as quais se relacionam a capacidade de cobertura, sendo essa uma das medidas mais importantes da experiência móvel, uma vez que os utilizadores precisam de poder ligar-se a serviços móveis nos locais que visitam. O relatório elaborado pela Opensignal, denominado “Experiência de Cobertura da Opensignal” mede a cobertura geográfica de áreas povoadas em uma escala de 10 pontos para representar a experiência que os usuários recebem enquanto viajam por áreas onde razoavelmente esperariam encontrar cobertura.

Segundo o referido relatório, os dados de desenvolvimento global são combinados com a Experiência de Cobertura (Figura 1) para mostrar como os aspectos geográficos e econômicos do mercado podem afetar a experiência dos utilizadores. A experiência de cobertura 4G mostra que muitos mercados têm pontuações quase perfeitas, indicando a maturidade da tecnologia. No entanto, as pontuações da experiência de cobertura 5G são mais baixas, com os mercados dos EUA e da Ásia-Pacífico (APAC) na liderança. Os dados mostram que existem correlações entre a Experiência de Cobertura 5G e tanto o grau de urbanização como o Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita do mercado, destacando o efeito que os fatores econômicos e geográficos podem ter na Experiência de Cobertura.

De acordo com a Figura 1, a Coreia do Sul e os EUA têm uma pontuação relativamente alta em Experiência de Cobertura 5G – com os EUA empatando estatisticamente no primeiro lugar com Singapura. Isto deve-se, em parte, à implementação mais generalizada de 5G nos EUA em bandas de baixa frequência, permitindo um maior alcance geográfico em comparação com muitos outros mercados com grandes áreas terrestres.

Figura 1 - Representando a experiência de cobertura por país

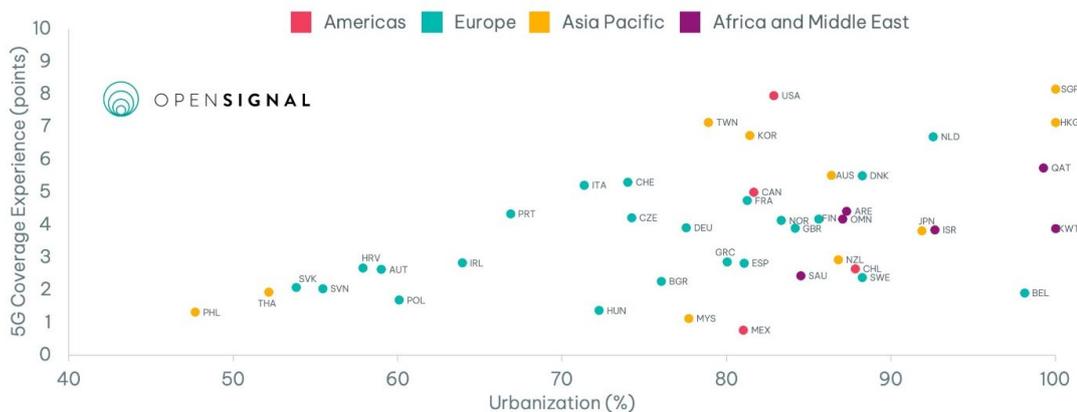


Source: © Opensignal Ltd 2023 | 43 selected 5G markets listed

Fonte: Opensignal (2023).

Uma percentagem mais elevada de urbanização num mercado significa que, mantendo-se todos os restantes fatores iguais, os operadores são capazes de servir proporcionalmente mais utilizadores com o mesmo número de estações base, o que se reflete numa maior experiência de cobertura 5G nesses mercados. A Figura 2 mostra que a pontuação aumenta junto com a percentagem de urbanização, com os mercados abaixo de 65% lutando para pontuar acima de três pontos. Alguns mercados, como Singapura e Hong Kong, têm quase 100% da sua população a viver em áreas urbanas. Isto beneficia-os enormemente quando se trata de implementar infraestrutura para 5G.

Figura 2 - Experiência de cobertura em 5G de acordo com a urbanização (global)



Source: © Opensignal Ltd 2023 | 43 selected 5G markets listed | urbanization data from worldbank.org

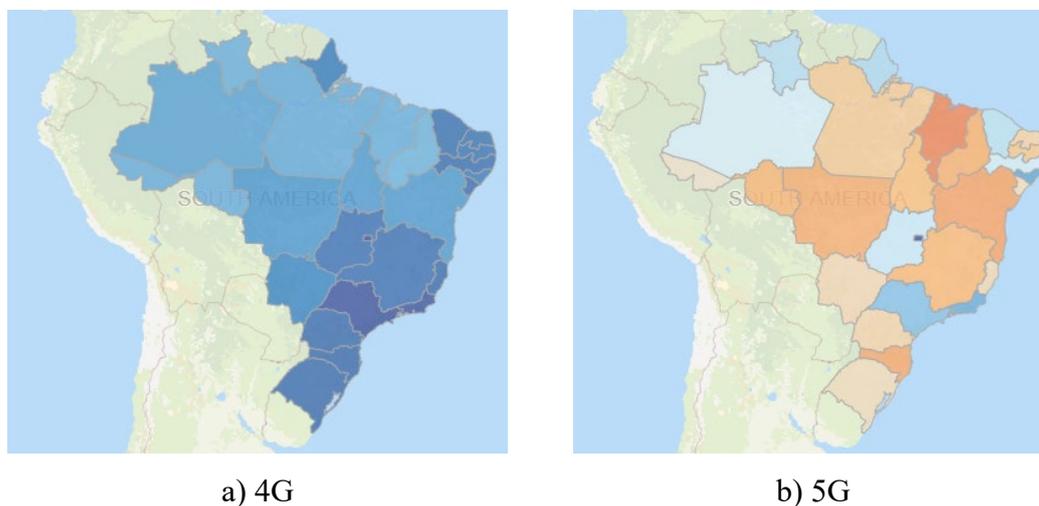
Fonte: Opensignal (2023).

O cenário de tecnologia de rede no Brasil possui aspectos similares a países em desenvolvimento. Alguns aspectos como concentração de renda, diferenças entre regiões e desigualdades sociais, são características importantes quando se trata de políticas públicas nacionais e que impactam no desenvolvimento de novas tecnologias.

Segundo a Anatel, todos os municípios brasileiros possuem acesso à telefonia móvel, o que não significa que suas áreas urbanas são totalmente cobertas, no entanto 92,44% do território possui sinal 3G ou 4G (Figura 3a). As cores demonstram que quanto mais próximo da cor azul mais forte, mais perto da conectividade em 100% a região está. A tecnologia 4G, por sua vez, já está em operação em 5.565 dos 5.570 municípios brasileiros e, segundo a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), a tecnologia está disponível a 99,6% da população brasileira. O 4G permite maior velocidade de navegação na internet, com até 100 megabits por segundo (Mbps) de download, tendo as primeiras antenas instaladas em 2013 nas cidades que receberam a Copa das Confederações.

Dados do mesmo período demonstram bom desempenho das instalações da rede 5G no território brasileiro, conforme apresentado pela ANATEL na Figura 3b. As cores demonstram que quanto mais próximo da cor azul, mais perto da conectividade em 100% a região está.

Figura 3 - Mapa de conectividade no Brasil



Fonte: Anatel (2023).

3 METODOLOGIA

Com o intuito de abordar os principais desafios e as principais aplicações do 5G e, em consequência, seus impactos na sociedade, este estudo faz uma abordagem qualitativa ao tema proposto, podendo também ser definido como pesquisa exploratória. Busca-se responder às

seguintes perguntas: “Quais são os principais desafios no processo de implementação da rede 5G? Quais impactos da rede 5G na sociedade? Quais as principais áreas de aplicação da rede 5G, reais e com prospecção?”

Quanto aos seus objetivos, de acordo com Gil (2008) e Mazucato (2018) essa pesquisa foi classificada como descritiva-exploratória, pois visou avaliar o potencial de aplicação e impacto da rede 5G na sociedade a qual será beneficiada. A pesquisa bibliográfica foi a forma de obtenção de dados sobre as áreas em que a rede 5G possui aplicabilidade. Para tanto, as fontes de pesquisas recorridas consistiram em artigos da de dados Google Acadêmico, Emerald insight, IEEE, Taylor&Francis, Science Direct; fazendo um recorte temporal entre os anos de 2019 a 2023.

As palavras-chaves utilizadas na busca bibliográfica incluíram: (“5G”) OR (“fifth generation”) AND (“connectivity”) OR (“technology”) AND (“Application”) AND (“challenge”). A escolha destas, além de servir de base para a construção do referencial teórico, propuseram a ligação entre a tecnologia e as demandas intrínsecas da sociedade. Os critérios para escolha dos artigos selecionados foram: serem trabalhos redigidos nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola; serem documentos classificados como artigo, revisão ou revisão de conferência e; abordarem a temática da rede 5G em estudos de caso.

Para isso, suas etapas de desenvolvimento foram divididas em: (a) definição do tema; (b) construção das hipóteses; (c) definição dos critérios; (d) definição das palavras-chave; (e) definição das bases de dados; (f) levantamento dos artigos nas bases de dados usando as palavras-chave; (g) seleção de documentos de acordo com os critérios; (h) extração da literatura selecionada; (i) seleção e preenchimento das perguntas que respondem ao problema levantado, após leitura dos resumos e introdução dos artigos. As etapas realizadas estão dispostas na Figura 4.

A pesquisa nas bases de dados escolhidas, foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2023, obtendo um total de 4838 artigos, os quais subdividem-se nas respectivas quantidades por base de dados, conforme demonstrado na Tabela 1.

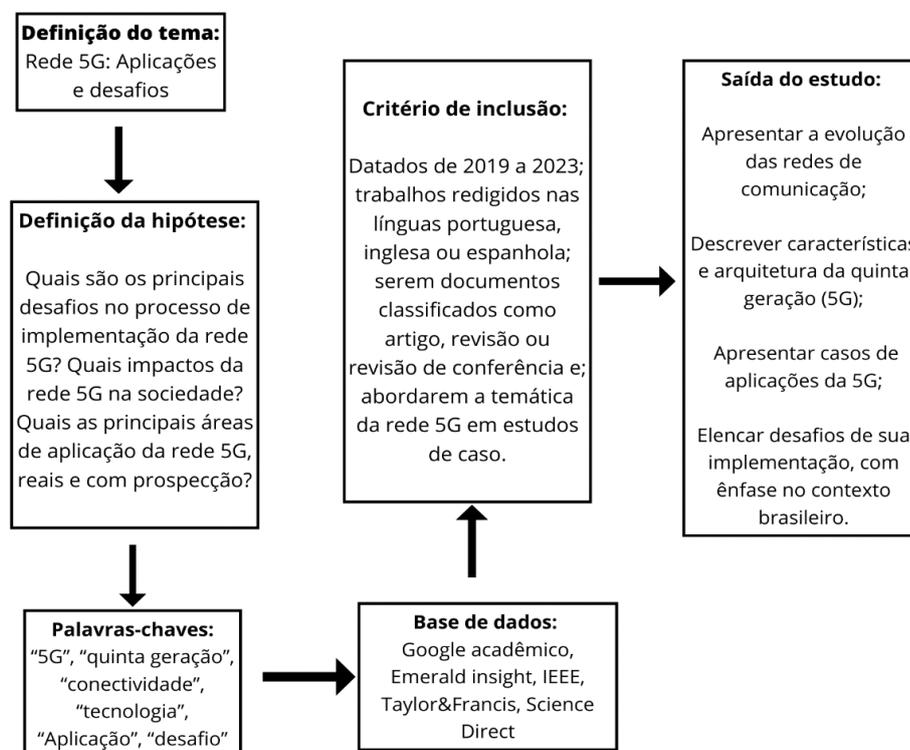
Durante a seleção de artigos, para além dos critérios citados anteriormente, foram excluídos artigos de acesso fechado (revistas pagas), e que não se referiam a aplicação e desafios relacionados a rede 5G. Assim, apenas 15 foram efetivamente utilizados para a construção do resultado.

Tabela 1 - Quantidade de artigos encontrados

	Base de Dados		
	Primeira busca	Artigos de revisão	Após leitura do título e resumo
Google acadêmico	287	80	9
Emerald insight	6000	4683	4
IEEE explorer	7833	56	12
Taylor & Francis	26	19	1
Science Direct	0	0	0
Total	14146	4838	26

Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 4 - Fluxograma com as etapas da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2024).

4 RESULTADOS

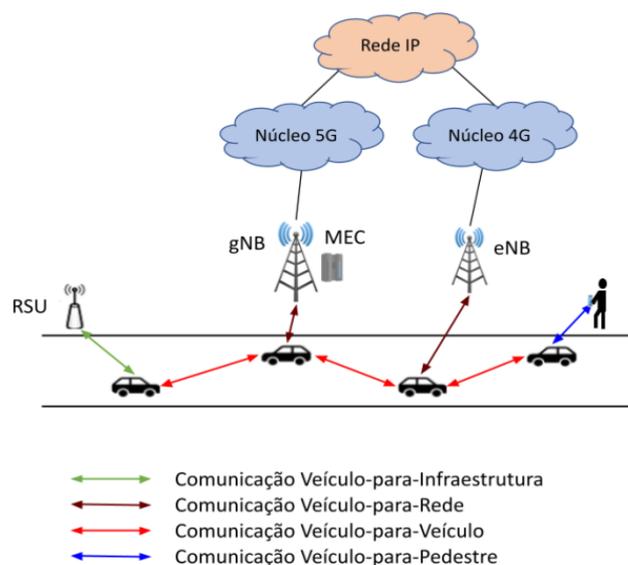
4.1 APLICAÇÕES DA REDE 5G

4.1.1 Internet dos Veículos (*Internet of Vehicles – IoV*)

A Internet dos veículos é uma área de pesquisa destinada a integração das redes *Ad Hoc Veiculares – Vehicular Ad Hoc Networks* (VANETs) e a Internet das Coisas (*Internet of Things – IoT*), contribuindo diretamente com os Sistemas de Transporte Inteligentes no desenvolvimento das Cidades Inteligentes. Essa integração adiciona novas capacidades às VANETs e amplia o ecossistema da comunicação entre veículos, proporcionando mais segurança para pedestres e veículos, economia de combustível, controle do tráfego e prevenção de colisões. No ecossistema IoV, a existência de dispositivos distintos gerando dados com estruturas diversas promove a coexistência de diferentes tecnologias de comunicação com o mesmo objetivo: garantir que o usuário possa utilizar os serviços disponíveis com segurança, conforto e eficiência, mantendo a privacidade dos dados trocados pelas entidades da rede (AGBAJE *et al.*, 2022).

A IoV estabelece que o veículo inteligente é capaz de se comunicar diretamente com os outros dispositivos integrantes da rede veicular, por meio do novo conceito de comunicação chamado Veículo-para-Tudo (*Vehicle-to-Everything – V2X*). Especificamente, o conceito de V2X engloba a capacidade do veículo se comunicar diretamente: com outros veículos, por intermédio da comunicação Veículo-para-Veículo; com dispositivos móveis de pedestres, mediante a comunicação Veículo-para-Pedestre; com a infraestrutura fixa na beira de estradas, com o uso da comunicação Veículo-para-Infraestrutura; ou com a infraestrutura da rede celular, através da comunicação Veículo-para-Rede, conforme ilustrado na Figura 5 (SEHLA *et al.*, 2022).

Figura 5 - Ecossistema da IoV



Fonte: SOTO *et al.*, 2022.

Para que a IoV se torne possível, é necessário a atuação de duas tecnologias, a tecnologia WiFi e a tecnologia celular (*Cellular Vehicle to Everything*). A tecnologia WiFi se baseia na comunicação sem fio para o envio ou recepção de mensagens e dados entre os dispositivos, necessitando de uma infraestrutura de comunicação em ruas e estradas, ou comunicação par a par entre veículos. Já a tecnologia celular, se baseia no uso da infraestrutura celular para habilitar as comunicações V2X (AGBAJE *et al.*, 2022).

Dentre as aplicações da Internet de veículos, destacam-se: o uso da direção cooperativa entre Veículos em Pelotão (*Vehicle Platooning*); a Direção Avançada (*Advanced Driving*), e a Direção Remota (*Remote Driving*). Na direção cooperativa entre Veículos em Pelotão, ou Veículos em Grupo, os veículos trafegam cooperativamente, proporcionando mais eficiência no trânsito à medida que reduzem a distância entre os outros veículos de seu pelotão e aumentam a velocidade de deslocamento, sem comprometer a segurança do trânsito. Já a Direção Avançada habilita a condução de veículos semiautomáticos, ou completamente automáticos, através do compartilhamento de dados coletados de dispositivos de beira de estrada ou de outros veículos, o que possibilita a coordenação da trajetória ou de manobras (por exemplo, conversão à direita/esquerda, estacionamento). Na Direção Remota, um motorista ou uma aplicação V2X controla um veículo remotamente, principalmente em ambientes que representem perigo para humanos, e em casos em que as trajetórias possuem poucas variações (por exemplo, transporte público) é habilitado o uso da condução baseada em nuvem (SEHLA *et al.*, 2022).

4.1.2 Veículos Aéreos não Tripulados (*Unmanned Aerial Vehicle – UaV*)

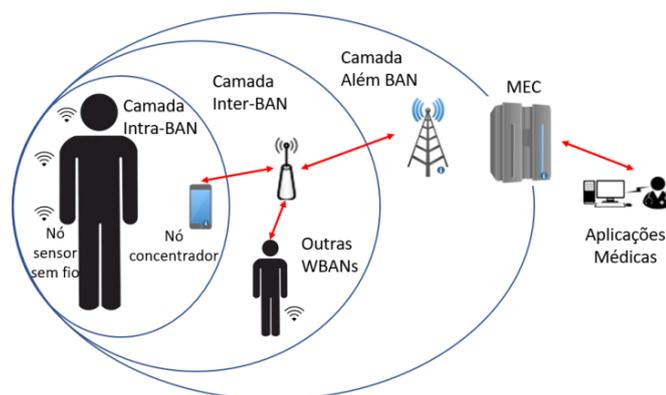
O uso de Veículos Aéreos Não Tripulados, a exemplo dos drones; tem ganhado destaque em diversos setores da sociedade, tendo em vista que estes veículos podem realizar uma série de tarefas devido à sua versatilidade, mobilidade e baixa altitude de operação. Um UAV é um dispositivo voador inteligente que possui uma unidade de processamento, sensores que auxiliam a navegação e movimentação, uma fonte energética (por exemplo, bateria, combustível), dispositivos de comunicação e mecanismos de voo. Ele é capaz de se movimentar cooperativamente em grupo ou isolado, se comunicando com as estações de controle para troca de dados e recepção e/ou sinalização de comandos (FOTOUHI *et al.*, 2019).

4.1.3 Aplicações de e-Health

Com a pandemia de COVID-19 (2019-2021), novas tecnologias médicas foram impulsionadas, em especial, as que facilitaram as medidas de distanciamento e isolamento social. Neste sentido, as aplicações e-Health tiveram destaque no período, remodelaram as interações interpessoais através de sensores inteligentes e das Redes de Sensores sem fio (*Wireless Sensor Networks – WSNs*), para o acompanhamento remoto de sinais vitais e da recuperação do paciente é primordial para o controle da disseminação de doenças. Em especial, as Redes Corporais sem fio (*Wireless Body Area Networks – WBANs*) são responsáveis pela coleta dos sinais vitais, emoções e hábitos de pacientes e pelo envio dos dados ao corpo clínico para acompanhamento e prescrição de tratamentos (SANTOS *et al.*, 2020).

A aplicação mais frequente é o uso de sensores com baixo consumo de energia para monitoramento de sinais vitais do paciente, através da comunicação Intra-BAN. O grande volume de dados é enviado pela Internet para serem processados, com o intuito da equipe médica que acompanha o estado de saúde do paciente e propõe tratamentos necessários. Com a proliferação das redes de área corporal sem fio (*Wireless Body Area Network – WBAN*), o volume de dados a serem processados se torna imensurável e as redes 5G com o paradigma MEC (Computação de Borda de Múltiplo Acesso) podem ofertar recursos computacionais sob demanda e de larga escala (ALENOGHENA *et al.*, 2022). A Figura 6 denota a arquitetura básica destas redes.

Figura 6 - Arquitetura de Rede WBAN



Fonte: SANTOS *et al.*, 2020.

Além de auxiliar no monitoramento dos sinais vitais, destaca-se também a telemedicina, possibilitando o atendimento a distância, além de cirurgias educativas remotas, avaliações e suporte paramédico durante o transporte de pacientes para o hospital, entre diversos outros. É possível observar que altas taxas de dados em *uplink* (UL) e *downlink* (DL) e baixas latências são necessárias para manter a segurança das atividades médicas. Em especial para realização de cirurgias, uma vez que é utilizado um sistema robótico mestre-escravo. Além disso, para a realização de exames, a taxa de DL é extremamente alta, sendo atendida apenas pelas redes 5G. A eficiência energética é outro desafio enfrentado pelas aplicações eHealth. No contexto de monitoramento de sinais vitais, a vida útil das baterias de sensores invasivos é um tema relevante estudado pela comunidade acadêmica (SABA *et al.*, 2020).

4.1.4 Manufatura Inteligente (*Smart Manufacturing*)

A evolução dos setores industriais acompanha os ciclos de desenvolvimento das tecnologias. A revolução mais recente é a quarta geração, também conhecida como Indústria 4.0, a qual representa a evolução dos setores industriais, que passam a utilizar a conexão de diferentes máquinas, objetos e dispositivos para facilitar a coleta de dados e automatizar a manufatura de um produto. No entanto, já é mencionado a Indústria 5.0 como a próxima revolução que permitirá uma customização em massa através da criatividade dos especialistas trabalhando em conjunto com máquinas inteligentes, eficientes e extremamente precisas (MADDIKUNTA *et al.*, 2022).

A Manufatura Inteligente consiste em aplicações baseadas em *Cyber-Physical Manufacturing Systems* (CPMS) e no paradigma da IoT. O CPMS possibilita controle com

precisão próxima a do tempo real a partir de qualquer local. Para tanto, utilizam-se as redes sensores sem fio, a computação na nuvem, a computação na borda e a computação em nuvem. Nesse cenário industrial, há ainda a possibilidade de implantação da comunicação máquina para máquina (*Machine to Machine – M2M*) e da manufatura colaborativa, que ocorre quando máquinas e humanos coexistem. Essas aplicações demandam alta confiabilidade, alta cobertura, baixa latência, dentre outras características que não estão disponíveis na rede 4G, mas se tornam acessíveis na rede 5G (WU *et al.*, 2021).

Além dos requisitos específicos das aplicações, o ambiente industrial é desafiador para a rádio propagação do 5G. A presença de grande número de maquinário com superfície metálica lisa gera múltiplas reflexões de sinal, assim como o considerável tamanho dificulta a propagação direta. O processo industrial e a presença de grande quantidade de motores geram muita interferência eletromagnética aleatória, alterando as características do meio sem fio e, conseqüentemente, o modelo de canal de propagação em comparação com ambientes de escritórios (JIANG *et al.*, 2021).

4.1.5 Gêmeos Digitais (*Digital Twins*)

O funcionamento da tecnologia gêmeos digitais, tornou-se possível graças a possibilidade de conexão de um número massivo de sensores IoT. Apesar da criação de uma representação virtual do objeto, rede ou sistema real, essa representação virtual pode ou não estar conectada ao objeto real. Para que isso seja possível, considerando os casos nos quais o gêmeo digital conversa em tempo real com o gêmeo físico, é necessária uma rede extremamente confiável e robusta, com baixa latência e alta conectividade (WU *et al.*, 2021).

Como exemplo de gêmeos digitais, pode-se citar o The Spirent 5G DT2 que emula em software a réplica de uma rede 5G para teste de comportamento e performance de diversas aplicações. No contexto de emulação de redes 5G, há também a iniciativa da Huawei que, em 2020, lançou a primeira solução de engenharia para criar um site digital 5G que é uma réplica de um site físico (HUAWEI, 2020).

As características fundamentais que permitem identificar um gêmeo digital verdadeiro conectado em tempo real, e não um simples modelo digital, são a auto adaptação, autorregulação, automonitoramento e autodiagnóstico. A perda de conectividade ou mesmo atraso da conexão pode representar um desvio do gêmeo digital em relação ao sistema real. A computação de borda no 5G contribui muito para a diminuição da latência possibilitando que

as redes de 5ª geração surjam como candidata natural para habilitar a expansão da utilização de gêmeos digitais (ZHOU *et al.*, 2021).

A tecnologia de gêmeos digitais usufrui em maior ou menor escala de todas as características dos cenários de uso do 5G. O foco maior é no cenário de mMTC e uRLLC, por conta da necessidade de conexão de diversos dispositivos e inúmeros sensores dentro do ambiente industrial, além da necessidade de troca de informações quase que em tempo real, sendo idêntico ao tempo de reação e interação entre homem e máquina, permitindo a utilização de soluções de automatização mais complexas com operação remota de equipamentos e máquina. A confiabilidade da conexão também é extremamente importante não podendo haver perda de conexão (ISTO *et al.*, 2020).

4.1.6 Sensoriamento e controle em Redes Elétricas Inteligentes (*Smart Grids*)

As redes elétricas inteligentes implementam sensores e tecnologias de controle e comunicação nos sistemas de potência para coordenar e gerenciar as atividades do setor elétrico diferente dos sistemas tradicionais, onde a comunicação cobria somente os centros de controle das subestações de energia, nas redes elétricas inteligentes a comunicação bidirecional abrange desde a geração de energia até o consumidor, aumentando demasiadamente o fluxo de dados gerados pelas redes elétricas (ESENOGHO *et al.*, 2022).

As subestações de geração e transmissão, muitas vezes, se encontram em locais de difícil acesso, sendo, em alguns casos, não assistidas, ou seja, operam sem supervisão *in loco* humana. A dificuldade de acesso a essas subestações e a necessidade de constante supervisão com requisitos estritos na comunicação enseja o estudo de novas tecnologias, tais como as redes 5G, para atender às demandas dessa nova geração das redes elétricas (ADRAH *et al.*, 2022).

Ainda no Domínio de Distribuição, a automação dos sistemas de distribuição integra o gerenciamento de dados, inteligência artificial, atuadores e sensores inteligentes para aumentar a confiabilidade e qualidade da energia entregue ao consumidor e diminuir a despesas operacionais. Com o crescimento da medição inteligente e a integração dos medidores inteligentes com centros de controle e casas inteligentes, torna-se necessária uma rede de comunicação sem fio capaz de lidar com um altíssimo número de dispositivos a baixo custo. As redes 5G surgem como uma forma técnica e economicamente viável de atender a essa demanda (ADRAH *et al.*, 2022).

4.1.7 Atendimento de áreas remotas ou de difícil acesso

Alguns locais, como plataformas de petróleo, centros de pesquisa avançados em locais remotos, ou mesmo áreas rurais ou de baixa densidade demográfica, usualmente carecem de uma infraestrutura de telecomunicações. A dificuldade de acesso e o alto custo de instalação e manutenção da infraestrutura impedem a disponibilização de redes de alta velocidade baseada em tecnologias como fibra ótica. Devido a essas dificuldades, se torna necessário a busca de outras soluções para atender a esses cenários, que usualmente precisam da comunicação de forma confiável para diversas aplicações de saúde, sensoriamento e controle. Nesse contexto, as redes 5G surgem com suporte a adaptações capazes de atender a essas necessidades com um custo viável.

Apesar de ter muitas características em comum com a manufatura inteligente, as plataformas de petróleo não são ambientes comuns. Elas estão localizadas em áreas remotas e inóspitas que na maioria dos casos não possuem infraestrutura de comunicação, havendo grande dependência de conexões por satélite. Por demandarem baixa latência, alta disponibilidade e grande quantidade de dispositivos conectados, o atendimento a plataformas de petróleo por meio de conexão por satélite representa um desafio para os cenários de uso eMBB, uRLLC e mMTC (MAROUFKHANI *et al.*, 2022).

Diferentemente do ambiente terrestre, onde normalmente há grande disponibilidade e a infraestrutura de comunicação é relativamente fácil de ser implantada, o ambiente marítimo proporciona uma série de desafios e problemas para uma comunicação precisa e de qualidade. Pode-se citar desafios relacionados a eficiência de comunicação (taxa, latência, confiabilidade), integração multidisciplinar entre tecnologias e a deterioração aos equipamentos causadas pelo ambiente marítimo. Além disso, plataformas são metálicas o que prejudica a adoção de soluções por radiopropagação. Nesse cenário, as redes 5G surgem como grandes candidatas para suprirem as necessidades desse ambiente, facilitando a integração entre as diversas aplicações e provendo os requisitos necessários para o pleno funcionamento de todas (MAROUFKHANI *et al.*, 2022).

Nos dias atuais há uma demanda reprimida por conectividade sem fio em áreas remotas e rurais. O atendimento a zonas rurais ou plataformas de pesquisa remotas é desafiador porque essas áreas normalmente não possuem infraestrutura de comunicação. A rede 4G, desenvolvida para atender principalmente os requisitos e necessidades do ambiente urbano, e a cobertura padrão viabilizada pelas células 5G padrão, utilizadas em ambientes urbanos, são ineficazes para atendimento as áreas rurais e remotas. Algumas tecnologias habilitadoras adotadas nas

redes 5G, por exemplo o uso de frequências mais altas e MIMO, podem ocasionar uma cobertura limitada das células 5G. Em áreas urbanas isso não é um problema, mas em áreas remotas não é alcançado um número suficiente de assinantes de forma a viabilizar um custo aceitável por assinante atendido. Soma-se a isso o investimento necessário em CAPEX para aquisição de equipamentos, licenças, aquisição de espectro de radiofrequência e infraestrutura (torres, energia, *backhaul*) (MENDES *et al.*, 2020).

De acordo com Guilherme *et al.* (2023), no cenário de demandantes de tecnologias da informação (TIC), 26,61% dos demandantes de soluções e serviços TIC acreditam que o agronegócio será o setor mais impactado com soluções e softwares para a tecnologia 5G, seguido pela indústria (22,94%), serviços (22,94%), varejo (11,93%), setor público (9,15%) e saúde (6,42%). Neste sentido, nos últimos anos, a agricultura está evoluindo e se transformando de acordo com as revoluções (1, 2, 3, 4 e 5G), sendo a 4G pioneira em integrar inovações como: Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas práticas agrícolas tradicionais (ZHOU *et al.*, 2021), Tecnologias como Sensoriamento Remoto, Internet das Coisas (IoT), Veículos Aéreos Não Tripulados (UAVs), *Big Data Analytics* (BDA) e *Machine Learning* (ML) são essenciais para continuar o avanço nas práticas agrícolas.

Apesar do termo agricultura inteligente já existir antes de algumas tecnologias como por exemplo, Veículos Aéreos Não Tripulados (UAVs), a adição dessa e de outras tecnologias tem funções importantes na melhora da produção, produtividade, otimização no uso de implementos agrícolas, processos de produção, monitoramento e controle de condições ambientais. Além do monitoramento de solo, status hídricos são feitos realizados com maior exatidão a irrigação, controle de pragas e manejo de espécies daninhas. Importante ressaltar que todo esse avanço tecnológico é positivo para redução dos impactos diretos e indiretos causados ao ambiente pela agricultura, sendo considerada como uma abordagem de tecnologia verde quando comparada a agricultura tradicional aplicada de forma mais ampla no mundo (BOURSIANIS *et al.*, 2022).

Segundo Correia *et al.* (2023), o Brasil ainda está no processo inicial de adesão a agricultura Inteligente e busca oportunidades de negócios nesse setor, uma vez que é grande produtor de soja, milho entre outras culturas. O desenvolvimento e uso dessas máquinas melhoradas e conectadas estão em fase de protótipos em fazendas integradas. Por meio de algumas startups já é possível encontrar usar tipos padrões abertos dos quais são capazes de combinar diferentes conjuntos de dados. Desse modo, a 5G pode ser considerada um suporte necessário para melhorias na agricultura inteligente e IoT. A IoT é uma peça fundamental para a realização de atividades físicas no campo, onde a agricultura inteligente determina a função e local de ação por meio da comunicação da 5G.

4.1.8 Atendimento de áreas remotas ou de difícil acesso

Devido ao avanço nas comunicações e o crescimento do número de dispositivos móveis e diversas aplicações que utilizam streaming de vídeo que necessitam de baixa latência e altas taxas de dados, a demanda pela comunicação móvel sem fio está crescendo rapidamente. O crescimento do tráfego está sendo impulsionado pelo número crescente de assinaturas de smartphones e pelo aumento do volume médio de dados por assinatura, alimentado principalmente por mais visualização de conteúdo de vídeo. Em 2026, espera-se que as redes 5G transportem 53% do tráfego total de dados móveis (ERICSSON, 2020).

De acordo com Salva-Garcia *et al.* (2018), os autores propuseram uma nova estrutura 5G-UHD para alcançar streaming de vídeo adaptável tendo em vista um grande desafio técnico para atender à crescente expectativa dos usuários de ultra alta definição (UHD) de entrega contínua de vídeo de alta qualidade em pontos de acesso 5G, onde é comum ocorrer congestionamento. Dentre das principais vantagens esperadas nas futuras redes 5G, espera-se lidar com streaming de vídeo UHD.

Outros autores como Ali Muthanna *et al.* (2020), ressaltam o crescente interesse em aplicativos baseados em vídeo em que resultou em um rápido aumento no tráfego de dados sem fio e atendendo às rigorosas demandas de qualidade de experiência. A ideia trazida se refere a modelos de transmissão de tráfego de vídeo em redes 5G com base em ondas milimétricas em conjunção com unidades de nuvem no limite de rede de acesso de rádio (RAN) para descarregar a rede subjacente atingindo assim maior eficiência em termos de descarga, sobrecarga, cobertura e atraso.

4.2 DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Questões técnicas relacionadas a privacidade e segurança são importantes quando se fala de conectividade. Aspectos de acesso, autenticação, criptografia e como prover acesso a apenas dispositivos confiáveis são pontos importantes e que deve ser devidamente endereçado. Uma falha de segurança pode permitir ataques a toda infraestrutura da virtualização da rede (*Network Functions Virtualization – NFV*) podendo ocasionar a sua manipulação ou desligamento. Somam-se ao caso anterior aspectos relacionados ao uso de inteligência artificial que precisam ser mais bem estudados para que seja possível extrair todo o potencial de forma a incrementar a eficiência de sistemas físico cibernéticos (SPINELLI; MANCUSO, 2020).

A comunicação móvel possibilita grandes avanços científicos ao longo de suas gerações, pois flexibiliza e universaliza a troca de informações em tempo real, tornando os usuários e dispositivos ubíquos, através de computação móvel, redes de sensores, entre outros. Entretanto, essas características também contribuem para que os ataques aumentem de forma exponencial, porque a superfície de ataque aumenta conforme mais dispositivos são conectados e há possibilidade desses mesmos dispositivos serem vetores de ataques distribuídos, causando prejuízos financeiros, roubo de informações e até mesmo uma guerra eletrônica. O tráfego dentro de uma célula, geralmente apresenta flutuações recorrentes e possui rajadas a qualquer instante, assemelhando-se com o comportamento de pessoas, que possuem características aleatórias no deslocamento ao longo do dia. A análise de segurança das redes tem ganhado foco em diversos campos de pesquisa, sobretudo na detecção de anomalias. Entretanto, a detecção em tempo real torna-se desafiadora em função da quantidade de dados gerados pelos dispositivos, pois requer um monitoramento ininterrupto de eventos, processos e mensagens na infraestrutura (ARIYALURAN HABEEB *et al.*, 2019).

Uma das principais características da rede 5G é a escalabilidade, seja pela ótica de novos serviços ofertados pelos provedores, quanto por uma maior utilização por parte de consumidores, sensores, dispositivos inteligentes, entre outros. Dessa forma, estender a capacidade da rede torna-se fundamental para garantir essa escalabilidade. Nesse sentido, técnicas como fatiamento da rede são comumente tema de estudos para alcançar a escalabilidade, fornecendo uma maior flexibilidade na administração dos recursos. A utilização de recursos virtualizados e automatizados, fundamentais na rede 5G, são agravantes no ponto de vista de segurança, pois os provedores devem garantir que o fatiamento seja eficaz, evitando que agentes externos possam interromper o serviço e garantindo que o plano de dados continue íntegro. Nesse contexto, é proposto um arcabouço utilizando o modelo ARIMA para prever ataques, e o modelo LSTM para prever anomalias e falhas (BENSLIMEN *et al.*, 2021).

Com o avanço das tecnologias, os meios de comunicação sem fio tornaram-se extremamente populares, fazendo com que a tecnologia associada evolua contínua e rapidamente para suportar a comunicação de dados em tempo real com qualidade, como a realização de vídeo chamadas. No entanto, na rede 5G, diversos sensores e dispositivos também são parte fundamental das comunicações, sendo imprescindível estabelecer uma robusta proteção do ponto de vista de infraestrutura, privacidade de usuários e, sobretudo, software para esses dispositivos (ZHANG *et al.*, 2019). Lopez *et al.* (2021) propõem a utilização de codificadores automáticos variacionais condicionais (*Conditional Variational Autoencoders*)

para integrar os rótulos de intrusão dentro das camadas de decodificação, permitindo ser utilizado para predição de ataques e reconstrução de informações faltantes.

Com a implantação das redes 5G por todo o mundo, várias aplicações e casos de uso são criados utilizando todas as vantagens e recursos oferecidos por essas redes e desafiando os seus limites. Esse fato impulsiona os pesquisadores a trabalhar na próxima geração de redes móveis celulares, buscando uma grande evolução para suprir as demandas futuras da sociedade (ALWIS *et al.*, 2021).

O desenvolvimento de novas tecnologias surge para aprimorar as gerações antecessoras. A tecnologia desenvolvida para rede 5G contribui de forma significativa para diminuição da latência das redes móveis através da utilização de novas faixas de frequências com comprimento de onda milimétricas, utilização inteligente do espectro e redefinição do núcleo da rede (GIORDANI *et al.*, 2020). No entanto, mesmo antes de sua completa implementação, a rede possui limitações e a sua sucessora, 6G, já vem sendo amplamente estudada para resolver problemas principalmente de automação e inteligência artificial, com uma quantidade de dispositivos conectados ainda maior e novos conceitos.

A próxima geração das redes de telecomunicações deverá comportar uma quantidade crescente de terminais inteligentes, tais como celulares e sensores, disponibilizar aplicações de tempo real e prover inteligência e confiança embarcadas na infraestrutura de rede. Para atender a esses requisitos, a sexta geração das redes móveis, 6G, vislumbra o uso de novas tecnologias de inteligência artificial, de cadeia de blocos (blockchain) e de fornecimento de serviços para Internet das Coisas (CHOWDHURY *et al.*, 2020).

As aplicações 6G futuras apresentarão requisitos rigorosos e exigirão recursos de rede estendidos em comparação com as redes 5G desenvolvidas atualmente (ALWIS *et al.*, 2021). Na rede 6G, todos os dispositivos de ponta são concebidos para se conectarem à Internet e os aplicativos de inteligência artificial serão amplamente usados por esses dispositivos. A principal característica da rede 6G é uma conectividade ainda maior através do conceito de *Internet of Everything* (IoE), sendo uma integração entre sensores, dispositivos e qualquer objeto conectado. A IoE pode ser considerada uma extensão da Internet das Coisas abrangendo dados, processos, pessoas e dispositivos (CHOWDHURY *et al.*, 2020).

A utilização da rede 6G tem como objetivo aprimorar a fidelidade nas comunicações, tendo como desafios estabelecer comunicações ultra confiáveis e de baixa latência (*Ultra-Reliable Low Latency Communications* – URLLC). Esses conceitos permitem contribuir de maneira significativa em diversas áreas de missão crítica, permitindo por exemplo, que a comunicação tátil seja implementada para garantir que as interações físicas em tempo real sejam

executadas, como a tele operação. Questões relativas à segurança, sigilo e privacidade de dados terão grande foco nas redes 6G. A maioria das aplicações de inteligência artificial são orientadas a dados, aumentando a preocupação com a segurança e privacidade dos dados coletados. O uso de inteligência artificial e questões relacionadas à privacidade de dados são temas em constante ascensão, sendo cada vez mais necessário que questões como a mitigação de vazamento de informações estejam presentes nas arquiteturas do núcleo das redes. Portanto, a criptografia, recomendada para qualquer serviço, será mandatória na rede 6G (SUN *et al.*, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um panorama geral da produção científica mundial sobre a disseminação e aplicação da rede 5G. Com o estudo foi possível perceber a vasta aplicabilidade da rede 5G, tendo em vista seus claros benefícios para conectividade, velocidade de transmissão de dados e segurança; ainda que seu uso de maneira isonômica necessite de adaptabilidade e investimento, os desafios são identificáveis e soluções para tais já estão sendo levantadas por estudiosos. Por isso, o objetivo de descrever a rede 5G e sua nova arquitetura, abordando os casos de uso e os desafios de implantação dessa rede foi alcançado.

Definitivamente o 5G não é apenas mais uma atualização evolucionária da geração anterior, mas sim uma tecnologia revolucionária que eliminará os limites de acesso, largura de banda, desempenho e limitações de latência na conectividade em todo o mundo. A rede 5G, tem o potencial de possibilitar novas aplicações e modelos de negócios que podem proporcionar melhorias na qualidade de vida por meio de novos casos de uso que exigem alta comunicação instantânea de dados, baixa latência e conectividade massiva, podendo ser aplicados na área da saúde, indústria, veículos autônomos, cidades inteligentes, casas inteligentes e a IoT.

Existem grandes desafios para que o 5G se torne uma realidade. Dentre os principais, destaca-se os investimentos significativos necessários pelas operadoras que terão que se reinventar para criar modelos de negócios. Por fim, o 5G abre espaço para uma nova era das comunicações móveis e colocará a tecnologia sem fio como um pilar fundamental para movimentar a economia de empresas, países e, de forma geral, a vida das pessoas. Como sugestão de trabalhos futuros, enfatiza-se a importância de estudos de soluções para os principais desafios de implantação dessas redes, principalmente no que se refere aos desafios de cobertura da rede. Assim sugere-se um trabalho de prospecção tecnológica sobre a aplicação de inteligência artificial para resolver os desafios de cobertura da rede 5G.

REFERÊNCIAS

- ADRAH, C. M. *et al.* **Deploying 5G architecture for protection systems in smart distribution grids.** IEEE Power & Energy Society Innovative Smart Grid Technologies Conference (ISGT), p. 1-5. 2022.
- AGBAJE, P. *et al.* Survey of interoperability challenges in the Internet of Vehicles. **IEEE Transactions on Intelligent Transportation Systems**, v. 23, n. 12, p. 22838-22861, 2022.
- ALÉN-SAVIKKO, A. Network neutrality in the era of 5G—a matter of faith, hope, and design?. **Information & Communications Technology Law**, v. 28, n. 2, p.115-130, 2019.
- ALI MUTHANNA, M. S. *et al.* **Analysis of the Advantages of Millimeter Waves for Video Traffic Transmission in 5G Networks.** IEEE Conference of Russian Young Researchers in Electrical and Electronic Engineering (EIConRus), p. 51-53. 2020.
- ALWIS, C. D. *et al.* Survey on 6G frontiers: Trends, applications, requirements, technologies and future research. **IEEE Open Journal of the Communications Society**, v. 2, p. 836-886, 2021.
- ANATEL. **Panorama do 5G no Brasil.** Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/panorama>. Acesso em: jun. 2024.
- ARIYALURAN HABEEB, R. A. *et al.* Real-time big data processing for anomaly detection: A survey. **International Journal of Information Management**, v. 45, p. 289-307, 2019.
- BENSLIMEN, Y. *et al.* Attacks and failures prediction framework for a collaborative 5G mobile network. **Computing**, v. 103, n. 6, p. 1165-1181, 2021.
- BOURSIANIS, A. D. *et al.* Internet of things (IoT) and agricultural unmanned aerial vehicles (UAVs) in smart farming: A comprehensive review. **Internet of Things**, v. 18, p. 100187, 2022.
- CHOWDHURY, M. Z. *et al.* 6G wireless communication systems: Applications, requirements, technologies, challenges, and research directions. **IEEE Open Journal of the Communications Society**, v. 1, p. 957-975, 2020.
- CORREIA, T. P. *et al.* Tecnologia e produção agrícola: uma interface promissora e de gestão. **Agriculturae**, v. 5, n. 1, p.20-27, 2023.
- ERICSSON. Ericsson Mobility Report. **Ericsson**, n. November, p. 36. 2020.
- ESENOGHO *et al.* Artificial intelligence Internet of Things and 5G for next-generation smartgrid: A survey of trends challenges and prospect. **IEEE Access**, v. 10, p. 4794-4831, 2022.
- FERNANDES, A. V. *et al.* 5G no Brasil: equilíbrio entre cooperação e concorrência. **Revista do IBRAC**, n. 2, p. 218-253, 2023.

FOTOUHI, A. *et al.* Survey on UAV cellular communications: Practical aspects, standardization advancements, regulation, and security challenges. **IEEE Communications surveys & tutorials**, v. 21, n. 4, p. 3417-3442, 2019.

FRAUENDORF, J. L.; ALMEIDA DE SOUZA, É. The different architectures used in 1G, 2G, 3G, 4G, and 5G networks. **The Architectural and Technological Revolution of 5G**. Cham: Springer International Publishing, p. 83-107, 2022.

GARCIA E SILVA, H. B.; MARQUES, R. M. Falsa percepção de gratuidade: a prática do zero-rating e o Marco Civil da Internet. **Transinformação**, v. 31, 2019.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIORDANI, M. *et al.* Toward 6G networks: Use cases and technologies. **IEEE Communications Magazine**, v. 58, n. 3, p. 55-61, 2020.

GUILHERME, *et al.* Impactos Econômicos da Implantação do Ecossistema 5G No Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Brasil. **Cadernos CEPEC**, v. 12, n. 1, 2023.

HUAWEI. **Huawei launches industry's first site digital twins based 5G digital engineering solution**. 2020. Disponível em: <https://www.huawei.com/en/news/2020/2/site-digitaltwins-based-5g-digital-engineering-solution>. Acesso em: jul. 2024.

ISTO, P. *et al.* 5G based machine remote operation development utilizing digital twin. **Open Engineering**, v. 10, n. 1, p. 265–272, 2020.

JIANG, T. *et al.* 3GPP standardized 5G channel model for IIoT scenarios: A survey. **IEEE Internet of Things Journal**, v. 8, n. 11, p. 8799-8815, 2021.

LOPEZ, A. M. *et al.* **Towards secure wireless mesh networks for uav swarm connectivity: Current threats, research, and opportunities**. Proceeding of 3rd International Workshop on Wireless Sensors and Drones in Internet of Things (WiDroIT), p. 1-6. 2021.

MADDIKUNTA, P. K. R. *et al.* Industry 5.0: A survey on enabling technologies and potential applications. **Journal of Industrial Information Integration**, v. 26, p. 100257, 2022.

MAROUFKHANI, P. *et al.* Digital transformation in the resource and energy sectors: A systematic review. **Resources Policy**, v. 76, p. 102622, 2022.

MAZUCATO. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Organizador: Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018.

MENDES, L. L. *et al.* Enhanced remote areas communications: The missing scenario for 5G and beyond 5G networks. **IEEE Access**, v. 8, p. 219859-219880, 2020.

MISTRY, I. *et al.* Blockchain for 5G-enabled IoT for industrial automation: a systematic review, solutions, and challenges. **Mechanical systems and signal processing**, v. 135, p. 106382, 2020.

OPENSIGNAL. **Compreendendo o 5G e a cobertura geral em todo o mundo**. Disponível em: <https://www.opensignal.com/2023/05/17/understanding-5g-and-overall-coverage-worldwide>. Acesso em: jul. 2024.

SABA, T. *et al.* Secure and energy-efficient framework using Internet of Medical Things for e-healthcare. **Journal of Infection and Public Health**, v. 13, n. 10, p. 1567-1575, 2020.

SALVA-GARCIA, P. *et al.* 5G-UHD: Design, prototyping and empirical evaluation of adaptive Ultra-high-Definition video streaming based on scalable H.265 in virtualised 5G networks. **Computer Communications**, v. 118, n. April, p. 171-184. 2018.

SANTOS, A. C. *et al.* **Aplicações em redes de sensores na área da saúde e gerenciamento de dados médicos: tecnologias em ascensão**. Sociedade Brasileira de Computação, 2020.

SEHLA, K. *et al.* Resource allocation modes in C-V2X: from LTE-V2X to 5G-V2X. **IEEE Journal Internet of Things**, v. 9, n 11, p. 8291-8314, 2022.

SHANTAF, A. M. *et al.* **A comparison study of TCP/IP and named data networking protocol**. AIP Conference Proceedings. AIP Publishing, 2023.

SHAO, V. M. **5G: The Complicated Relationship Between ITU and 3GPP**. 2020. Disponível em: <https://medium.com/swlh/5g-the-complicated-relationship-between-itu-and-3gpp-719938f42b8>. Acesso em: jul. 2024.

SOTO, I. *et al.* A survey on road safety and traffic efficiency vehicular applications based on C-V2X technologies. **Vehicular Communications**, v. 33, p. 100428, 2022.

SPADINGER, R. Implementação da tecnologia 5G no contexto da transformação digital e da indústria 4.0. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, v. 1, 2024.

SPINELLI, F.; MANCUSO, V. Toward enabled industrial verticals in 5G: A survey on mec-based approaches to provisioning and flexibility. **IEEE Communications Surveys & Tutorials**, v. 23, n. 1, p. 596-630, 2020.

SUN, Y. *et al.* When machine learning meets privacy in 6G: A survey. **IEEE Communications Surveys Tutorials**, v. 22, n. 4, p. 2694-2724, 2020.

TANG, Y. *et al.* A survey on the 5G network and its impact on agriculture: Challenges and opportunities. **Computers and Electronics in Agriculture**, v.180, p.105895, 2021.

TEBE, P. I. *et al.* **Remote Patients Monitoring and Pretreatment in 5G-Based Mobile Hospital Systems**. 7th IEEE International Conference on Signal and Image Processing (ICSIP), p. 729-733, 2022.

TRONCO, T. R. A brief history of the internet. **New Network Architectures: The Path to the Future Internet**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2010. p. 1-11.

WEI, L.; HU, R. Q.; QIAN, Y.; WU, G. Key elements to enable millimeter wave communications for 5G wireless systems. **IEEE Wireless Communications**, v. 21, n. 6, p. 136-143, 2014. ISSN 1558-0687.

WU, Y. *et al.* Digital twin networks: A survey. **IEEE Internet of Things Journal**. v. 8, n. 18, p. 13789-13804, 2021.

ZHANG, S. *et al.* Towards secure 5G networks: A survey. **Computer Networks**, v. 162, p. 106871, 2019.

ZHOU, Z. *et al.* Secure and latency-aware digital twin assisted resource scheduling for 5G edge computing-empowered distribution grids. **IEEE Transactions on Industrial Informatics**, v. 18, n. 7, p. 4933–4943, 2021.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	ABSENTEÍSMO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM
RECEBIDO	31/07/2024
AVALIADO	01/08/2024
ACEITO	26/08/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Washington Lima de Santana
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
CIDADE	Feira de Santana
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Discente do curso de Engenharia de Energias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Anderson Dourado Sisnando
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
CIDADE	Feira de Santana
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia e Pós-Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Kilder Leite Ribeiro
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
CIDADE	Feira de Santana
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutorado em Astrofísica pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Mestrado em Ciências Técnicas Nucleares. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
AUTOR 4	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Robson Hebraico Cipriano Maniçoba
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
CIDADE	Feira de Santana
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutorado e Mestrado em Engenharia Elétrica e de Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

AUTOR 5	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Alex Ferreira dos Santos
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PGCC) da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS.
CIDADE	Feira de Santana
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade São Paulo. Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Estadual de Feira de Santana.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	<p>Autor 1: wtel@fsonline.com.br</p> <p>Autor 2: anderson.dourado@ufrb.edu.br</p> <p>Autor 3: kilder@ufrb.edu.br</p> <p>Autor 4: rhcmnicoba@uesb.edu.br</p> <p>Autor 5: alex.ferreira@ufrb.edu.br</p>
---	---

UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Recebido: 16/07/24 | *Avaliado:* 14/08/24 | *Aceito:* 29/08/24

Evaldo Santos Nascimento

Graduado em Letras/Português com habilitação em Inglês e respectivas literaturas na Universidade Dom Pedro II, funcionário público, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Salvador; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.

E-mail: evaldoletrologo@hotmail.com

Suzana Barreto Martins

Graduada em Pedagogia com habilitação em administração e coordenação de projetos pedagógicos na Universidade do Estado da Bahia; funcionária pública, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Barreiras; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.

E-mail: suzanabmartins@hotmail.com

Jaqueline Jamil

Mestrado em Administração Estratégica pela Universidade Salvador. Graduação em Administração Geral pela Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão. Professora Formadora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Professora da Faculdade UNIFASS.

E-mail: jjoliveira@uneb.br

RESUMO

Este artigo examina a importante conexão entre a gestão eficaz dos recursos na educação pública e o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil. Reconhecendo a educação pública de qualidade como um motor vital para o progresso socioeconômico, a pesquisa busca responder à questão central: como a gestão dos recursos educacionais pode promover o sucesso econômico do país? Para explorar essa questão, o estudo teve como objetivo geral avaliar o impacto da gestão de recursos na educação pública sobre a economia brasileira. Os objetivos específicos incluíram: analisar os fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos educacionais e sua relação com a economia brasileira; identificar e descrever as contribuições da gestão de recursos educacionais para o desenvolvimento econômico; e explorar as estratégias atuais utilizadas para viabilizar esse sucesso econômico. Foram considerados como base para este estudo autores como Barbosa Filho e Pessoa (2010), Dias e Dias (2007), Ranilce Mascarenhas (2007), Milone (1998), entre outros. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, proporcionando uma análise detalhada da realidade educacional e econômica do Brasil. O estudo revela que, apesar de investimentos significativos, a má distribuição e gestão ineficiente dos recursos ainda são desafios persistentes. O artigo conclui enfatizando a necessidade de políticas educacionais contínuas e bem geridas, independentes de ciclos governamentais, para sustentar o crescimento econômico do Brasil a longo prazo. As considerações finais resumem os principais achados e destacam a importância de uma visão estratégica e comprometida com a educação de qualidade para o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: Educação pública de qualidade. Sucesso econômico. Gestão de recursos. Capital humano. Qualificação.

ABSTRACT

This article examines the important connection between effective resource management in public education and sustainable economic development in Brazil. Recognizing quality public education as a vital engine for socioeconomic progress, the research seeks to answer the central question: how can the management of educational resources promote the country's economic success? To explore this issue, the study's general objective was to evaluate the impact of resource management in public education on the Brazilian economy. The specific objectives included: analyzing the conceptual and historical foundations of educational resource management and its relationship with the Brazilian economy; identify and describe the contributions of educational resources management to economic development; and explore current strategies used to enable this economic success. Authors such as Barbosa Filho e Pessoa (2010), Dias e Dias (2007), Ranilce Mascarenhas (2007), Milone (1998), among others, were considered as the basis for this study. The research adopts a qualitative approach, providing a detailed analysis of the educational and economic reality in Brazil. The study reveals that, despite significant investments, poor distribution and inefficient management of resources are still persistent challenges. The article concludes by emphasizing the need for continuous and well-managed educational policies, independent of government cycles, to sustain Brazil's long-term economic growth. The final considerations summarize the main findings and highlight the importance of a strategic vision and commitment to quality education for the country's economic development.

Keywords: Quality public education. Economic success. Resource management. Human capital. Qualification.

1 INTRODUÇÃO

Os indicadores de saúde, educação e renda de um país são mensurados por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com o objetivo de avaliar o grau de desenvolvimento de determinada sociedade nestes parâmetros. A partir da publicidade desses dados, é fácil observar que os países que mais se destacam por seu IDH também são aqueles que mais investem em educação e que destinam maiores porcentagens de seu Produto Interno Bruto (PIB) a este setor, uma vez que cada país determina a destinação e a distribuição das porcentagens de utilização desta unidade de medida. Baseados nessas perspectivas, percebe-se que educação e economia sempre estiveram interligadas.

No entanto, além desses investimentos financeiros, é necessário que se considere a educação não como uma política de um determinado governo, mas como uma política contínua que independe de governo e ou partidos. É importante vislumbrar um crescimento econômico estável a partir do sucesso da educação pensada por meio de estratégias cogitadas a médio e longo prazo.

E, nesse sentido, a gestão pública tem papel importante nos desdobramentos do crescimento e sucesso econômico do país, uma vez que se trata da habilidade de fazer o que precisa ser feito (LIMA, 2006) salientando que sua eficiência está diretamente ligada ao planejamento e organização daquilo que é finalidade precípua da gestão pública, qual seja, promover o bem comum, garantindo o que é essencial e fundamental ao povo.

Ante estas observações, este estudo propõe a Gestão no Setor Público como linha de formação específica utilizada para desenvolver este projeto, abordando o tema “Educação pública de qualidade e o sucesso econômico de um país” sendo apresentado com o título “Um olhar sobre a gestão de recursos na educação e o sucesso da economia brasileira”.

É notório que os investimentos voltados para a educação no Brasil possuem características e expectativas de curto prazo, de modo que não promovem transformações significativas e duráveis a este setor, nem tampouco à economia. O financiamento da educação não é somente um dos principais instrumentos de democratização do ensino, mas também um importante instrumento que permite viabilizar uma educação pública de qualidade, e consequentemente, capaz de proporcionar um progresso financeiro satisfatório a todos os setores da economia. Nesse sentido, teremos como questão problema para este estudo: **De que forma a gestão dos recursos na educação pública pode proporcionar o sucesso da economia brasileira?**

Para tanto, e visando orientar as ações da pesquisa em conexão com a problemática proposta, este estudo foi projetado ao seguinte objetivo geral: Avaliar de que forma a gestão dos recursos na educação pública pode proporcionar o sucesso da economia brasileira. Este se desenvolverá em três objetivos específicos: Relatar os fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública e sua relação com a economia brasileira; descrever como a gestão de recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso da economia brasileira; e, analisar que estratégias são utilizadas, via gestão dos recursos públicos no sentido de proporcionar uma educação pública de qualidade e viabilizar o sucesso da economia brasileira.

A qualidade da educação pública, é pilar fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. A eficácia do sistema educacional público tem um impacto direto na vida da população, pois, não só capacita os indivíduos para o mercado de trabalho, como também promove a inclusão social, reduzindo as disparidades de renda e oportunidades. No contexto brasileiro em que persistem desafios estruturais e desigualdades socioeconômicas, a gestão eficaz dos recursos destinados à educação é crucial para promover uma transformação significativa e sustentável.

Diante das considerações apresentadas, esta pesquisa se justifica pela sua relevância para a compreensão dos mecanismos que ligam a gestão dos recursos na educação pública ao sucesso econômico do Brasil, bem como pela sua contribuição para a formulação de políticas mais eficazes e voltadas para o bem-estar social e econômico da população brasileira.

Foi desenvolvida de acordo com o delineamento de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, livros, artigos científicos, teses e dissertações. Foram utilizados como fontes livros, periódicos e artigos científicos, considerando como base os autores Barbosa Filho e Pessoa (2010), Dias e Dias (2007), Ranilce Mascarenhas (2007), Milone (1998), entre outros.

Este artigo está dividido em 5 (cinco) partes. A primeira, ora apresentada, é a introdução, em que traz a linha de formação específica, o tema, o problema, os objetivos e a justificativa. A segunda trata-se do referencial, apresentando as principais características e fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública. Na sequência está a metodologia utilizada no estudo seguida da análise das estratégias utilizadas na gestão dos recursos públicos no sentido de proporcionar uma educação pública de qualidade. E, por fim, tem-se as considerações finais, destacando os pontos fortes e impactos da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A forte relação existente entre os níveis de escolaridade da população de um país e seu crescimento econômico tiveram evidências publicadas na literatura ao longo das últimas décadas, como resultado de estudos relativos à teoria do capital humano. Os níveis de habilidades adquiridas com a escolarização, tanto no sentido quantitativo como qualitativo, possibilitam a elevação da renda no mercado de trabalho, apresenta uma maior qualidade dos serviços prestados, demonstrando um efetivo crescimento econômico do Estado e conseqüentemente do país.

Estudos já publicados constataram que a teoria do crescimento econômico é competência não somente do capital físico como também de uma outra variável capaz de explicar a elevação da produtividade e do crescimento, trata-se da teoria do capital humano. Mincer (1958), Schultz (1964) e Becker (1964) *apud* Barbosa Filho e Pessôa, (2010), em seus estudos sobre esta teoria apresentaram variáveis relativas aos anos de escolaridade, de modo que, ao elevar este nível, o trabalhador inserido no mercado de trabalho eleva também os níveis salariais, melhorando a economia da região.

O conceito de capital humano desenvolvido por economistas como Gary Becker, enfatiza que o conhecimento, as habilidades e a saúde dos indivíduos são ativos valiosos que contribuem para o crescimento econômico. Investir em educação pública de qualidade permite que as pessoas adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para se tornarem trabalhadores produtivos e inovadores, impulsionando a produtividade e a competitividade do país.

Não há uma definição consensual entre os economistas sobre o que caracteriza o capital humano, todavia, em todas as análises se observa um ponto comum: qualquer fator que aumente o retorno do trabalho, que eleve a produtividade, é tido como capital humano e, por isso, a definição se torna significativamente ampla. Para Schultz (1960, 1961) *apud* Dias e Dias (2007), a educação formal, a capacitação, a experiência, a própria alimentação, a saúde, a migração, o ambiente familiar, cultural e a sociedade onde se vive, constitui o capital humano de um indivíduo.

Como ele é parte do homem, o capital humano torna-se um fator de produção de propriedade intransferível, sendo humano por estar configurado no homem e capital por ser uma fonte de satisfação futura ou por vislumbrar futuros rendimentos. Como é de propriedade

de titularidade intransferível, segue o seu proprietário e lhe assegura determinado poder de barganha, tornando-se um insumo de “conhecimento”, rompendo com o paradigma de que a mão de obra é um mero fator produtivo homogêneo, substituível facilmente (Pires, 2005) *apud* Dias e Dias (2007).

Segundo Nelson e Phelps (1966) *apud* Dias e Dias (2007), é consenso entre muitos economistas o argumento de que o melhoramento do grau de escolaridade de uma pessoa eleva a sua habilidade para receber, decodificar e entender informações, e isso é extremamente relevante no processo de aprendizagem e execução de diversos trabalhos. Resultados de pesquisas revelam que a qualidade da educação, medida a partir do desempenho dos estudantes em testes de matemática e ciências é fator de grande relevância para o crescimento econômico (BARBOSA FILHO e PESSÔA, 2010). O próprio Schumpeter (1976) *apud* Dias e Dias (2007) infere que a inovação tecnológica é o principal elemento da competição capitalista, de tal forma que não se teria espaço para unidades produtivas que não sejam inovadoras, necessitando cada vez mais de capital humano, mão de obra com capacidade para criar, inovar e não apenas para executar tarefas rotineiras, de baixa qualificação.

Nesse sentido, diversos estudos empíricos demonstram uma forte correlação entre níveis mais altos de educação e crescimento econômico sustentável. A educação proporciona uma base sólida para o desenvolvimento de setores econômicos diversificados, estimula a inovação, melhora a eficiência produtiva e aumenta a capacidade de adaptação a mudanças tecnológicas e econômicas. E aqui citamos como exemplo o notável estudo de Barro e Lee (2013), que analisou dados educacionais de 146 países ao longo de 60 anos e encontrou uma relação positiva entre a escolaridade média da população e o crescimento econômico. Este estudo evidenciou que investimentos em educação de qualidade resultam em um aumento significativo da produtividade e competitividade de um país, corroborando com a dada importância de políticas educacionais eficazes para o desenvolvimento econômico sustentável.

No contexto específico da educação pública brasileira, é importante destacar que o país enfrentou ao longo dos séculos (e ainda enfrenta) diversos desafios para garantir uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Somente a partir da década de 1930, a educação em alguns estados brasileiros passa por um processo de construção de uma nova prática de ensino, de um novo fazer/saber pedagógico, tendo como centro do processo o aluno. Inclusive, foram propostas Campanhas de educação para jovens e adultos no sentido de promover etapas de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário.

Cabe destacar que a educação pode ser compreendida como um mecanismo de sinalização no mercado de trabalho, visto que o nível de qualificação da população apresenta-

se como uma alternativa para amenizar as discrepâncias econômicas, além de fortalecer as economias regionais e nacional. Segundo Barbosa Filho e Pessôa (2010):

Uma evidência comumente alegada em favor da teoria da sinalização para os diferenciais de salários associados aos diferenciais de educação é o prêmio de diploma. Em geral, a taxa de retorno de um ano adicional de estudo quando este ano adicional corresponde ao fim de um ciclo é significativamente maior do que a taxa de retorno de um ano a mais de escolaridade se este ano adicional não completar um ciclo, isto é, não estiver associado a um diploma.

Daí a necessidade de completar os ciclos de escolarização da Educação Fundamental (1º ao 9º Ano), do Ensino Médio e Profissional (1º ao 3º ou 4º Ano), e Ensino Superior, elevando os níveis quantitativos. Entretanto não podemos relativizar a produtividade do capital humano somente aos índices quantitativos. Outrossim, a qualidade do ensino deve ser postulada como variável equivalente, embora não seja única, ao crescimento e sucesso econômico. E como num círculo, quanto maior a renda e a escolaridade, maiores são os índices de crescimento da qualidade da educação.

Uma pesquisa realizada pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP aponta que a educação é essencial para o crescimento socioeconômico de um país, visto que países que investem na educação obtêm retorno em setores como na indústria, setores públicos e privados e prestação de serviços, haja vista que têm em suas nações pessoal qualificado para exercer funções de maneira eficiente e eficaz. Entretanto, segundo a mesma pesquisa, o Brasil é um dos países que mais investe em educação, porém, muitas vezes esses recursos não são bem distribuídos ou quase sempre mal planejados, comprometendo com isso, o retorno social positivo ofertado pela educação.

O contexto histórico da educação no Brasil evidencia que, mesmo conseguindo avançar na escolaridade média, não houve avanços na qualidade do ensino, o que compromete os processos de formação profissional. A destinação dos recursos na educação precisa estar em harmonia com a quantidade e a qualidade. Sobre a destinação de recursos públicos Ranilce Mascarenhas (2007, p. 118) cita Pinto (2001):

O Brasil precisa encontrar uma saída mais inteligente para lidar com o gasto na educação, pois um país cuja administração pública gasta menos de R\$ 500,00 por ano para manter uma criança na escola pública, e mais de R\$ 1.500,00 por mês para manter um jovem na FEBEM precisa rever sua política e investir suas prioridades.

Ademais, os efeitos sociais da educação podem ser observados em outras situações e mesmo assim ainda terá aplicações efetivas no mercado de trabalho e no crescimento e sucesso

econômico. O impacto da educação em situações como o aumento da proximidade entre as pessoas, facilita a comunicação, possibilita a redução da criminalidade, além de melhorar a democracia com o aumento da consciência política, e ainda conscientiza as pessoas em relação a vícios ensejando a uma taxa de retorno social da educação capaz de superar a taxa de retorno privado (FILHO E PESSÔA, 2010).

Sobre isso, foi apresentado no relatório da Fiesp (2010),

Reduzidos anos de escolaridade também são correlacionados com maiores taxas de natalidade da população e menores cuidados com a saúde. Além disso, uma população sem acesso à educação tem comprometido seu exercício da cidadania, contribuindo para a ineficiência dos serviços públicos da nação. Dessa maneira, o Índice de Desenvolvimento Humano pode mostrar a resultante de vários impactos da menor escolaridade de um país.

Nessas perspectivas, a relação de causalidade da educação com outras variáveis que não seja a de renda, pode ensejar em relativo potencial no Índice de Desenvolvimento Humano evidenciando uma superação dos retornos sociais em relação aos retornos privados, observados nas decisões de consumo, poupança, saúde e fertilidade. Outra observação relevante diz respeito ao efetivo exercício da democracia pelos cidadãos, uma vez que a escola é um ambiente formador de indivíduos sociais e, portanto, um dos principais meios existentes na sociedade que promove a formação de cidadãos democráticos.

3 METODOLOGIA

Para a realização do artigo foi utilizada uma abordagem qualitativa, visando explicar a dinâmica das relações sociais, corroborando com Minayo (2002), o qual destaca que a abordagem qualitativa busca uma maior compreensão das estruturas e instituições, partindo do pressuposto de que estas são o resultado da ação humana objetivada.

O estudo teve como base o tipo de pesquisa bibliográfica explicativa, objetivando explorar e compreender as causas e efeitos por trás de um fenômeno específico, que neste caso tratou-se da gestão de recursos na educação. Segundo Gil (2002), a pesquisa explicativa tenciona não apenas descrever características de determinados fenômenos, mas também explicar por que e como eles ocorrem, contribuindo para um entendimento mais profundo e detalhado do mundo real, além de fornecer insights importantes para a tomada de decisões e resolução de problemas.

A pesquisa bibliográfica utilizou as palavras chave: educação pública de qualidade, sucesso econômico, gestão de recursos, capital humano e qualificação, extraídas de autores como Barbosa Filho e Pêsoa (2010), Schultz (1960, 1961) *apud* Dias e Dias (2007), Milone (1998) destacando a relação entre a teoria do capital humano e o crescimento econômico, Ranilce Mascarenhas (2007) cita Pinto (2001) tratando da gestão (destinação) de recursos na educação, Pochmann (2011) que trata do financiamento da educação para o desenvolvimento em palestra sobre o Plano Nacional de Educação, Siedenberg (2003) apresentando os Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico na revista *Desenvolvimento em Questão* e, informações do relatório da Fiesp (2010) apresentando o crescimento e sucesso econômico a partir da qualificação por meio da educação.

A pesquisa explicativa teve como principal objetivo elucidar as relações de causa e efeito entre variações, identificando as razões subjacentes que explicam o fenômeno: de que forma a gestão de recursos na educação pública pode proporcionar o sucesso da economia brasileira. Para tanto, foram definidas e cumpridas as etapas que fizeram alcançar ao alvo, que foram: Relatar os fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública e sua relação com a economia brasileira, descrever como a gestão de recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso da economia brasileira e, por fim, analisar que estratégias são utilizadas, via gestão dos recursos públicos no sentido de proporcionar uma educação pública de qualidade e viabilizar o sucesso da economia brasileira.

3.1 COMO OS DADOS FORAM ANALISADOS

A organização e interpretação dos dados e informações já se apresentou inicialmente na fase exploratória, onde os pesquisadores no processo de investigação foram identificando e construindo interpretações capazes de gerar novas questões ou aperfeiçoar as questões propostas, dada a natureza da pesquisa qualitativa.

Para esta etapa de análise de dados foram adotadas as seguintes fases: exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação desses dados. Para tanto, inicialmente foi feita uma seleção no sentido de uma verificação para detecção de falhas ou erros. Em seguida, análise e tratamento dos resultados obtidos na análise documental. E, por fim, realizou-se a classificação desses dados com base na relevância do que foi proposto/apresentado como pressupostos teóricos e objetivos da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a apresentação e análise dos dados, a atenção foi direcionada a três aspectos principais: fundamentos conceituais e históricos da gestão de recursos na educação pública e sua relação com a economia brasileira; como a gestão de recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso da economia brasileira; e que estratégias são utilizadas, por meio da gestão dos recursos públicos, para proporcionar uma educação pública de qualidade e viabilizar o sucesso da economia brasileira.

4.1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA BRASILEIRA

A gestão de recursos na educação pública é um aspecto crucial para o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao longo das últimas décadas, diversos estudos têm evidenciado a forte relação entre os níveis de escolaridade da população e o crescimento econômico do país (FERREIRA e ISSLER, 1997). Autores como Barbosa Filho e Pessoa (2010) destacam que investir em educação pública de qualidade é fundamental para elevar a produtividade e a competitividade da mão de obra brasileira.

Em análise aos dados de investimento em educação no Brasil, importantes tendências são reveladas. Primeiramente, observa-se um aumento, ainda que lento, porém gradual no percentual do investimento público direto em relação ao PIB (Figura 1) indicando um reconhecimento da importância da educação como vetor para o desenvolvimento socioeconômico do país. Esse aumento é consistente em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até a educação superior.

No entanto, é importante observar a distribuição desse investimento entre os diferentes níveis de ensino. Nota-se que, historicamente, a maior parte dos recursos é direcionada para a educação básica, especialmente para o ensino fundamental e médio. Isso reflete uma preocupação em garantir uma base sólida de educação para a população brasileira, o que é fundamental para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a participação ativa na economia.

Figura 1 - Estimativa do percentual do investimento público direto em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino - Brasil 2000-2018

Ano	Percentual do Investimento Público Direto em relação ao PIB (%)							
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino					Ensino Médio	Educação Superior
		Educação Básica	Educação Infantil	De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais			
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7	
2001	4,0	3,3	0,3	1,2	1,1	0,6	0,7	
2002	4,1	3,3	0,3	1,4	1,1	0,4	0,8	
2003								
	3,8	3,1	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7	
2004	3,8	3,2	0,4	1,3	1,1	0,4	0,6	
2005	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,4	0,7	
2006	4,2	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,6	
2007	4,4	3,7	0,4	1,4	1,3	0,6	0,7	
2008	4,6	3,9	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7	
2009	4,8	4,1	0,3	1,6	1,5	0,6	0,7	
2010	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8	
2011	5,0	4,2	0,4	1,5	1,4	0,9	0,8	
2012	5,0	4,2	0,5	1,5	1,3	0,9	0,8	
2013	5,1	4,3	0,5	1,5	1,3	0,9	0,8	
2014	5,0	4,2	0,6	1,4	1,3	0,9	0,8	
2015	5,1	4,2	0,6	1,4	1,3	1,0	0,9	
2016	5,2	4,3	0,6	1,4	1,2	1,0	0,9	
2017	5,2	4,1	0,6	1,4	1,2	1,0	1,0	
2018	5,2	4,2	0,6	1,4	1,2	1,0	1,0	

Fonte: Inep/MEC - Tabela elaborada pela Deed/Inep.

Notas:

- 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
- 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
- 7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma

Fonte: INEP/MEC, 2020.

A relação entre esses dados de investimento em educação e o desenvolvimento econômico do Brasil é bastante significativa. Investir em educação é investir no capital humano do país, capacitando indivíduos com conhecimentos e habilidades necessárias para contribuir de forma mais eficaz para a economia. Uma mão de obra qualificada e com conhecimento técnico tende a ser mais produtiva, inovadora e adaptável às demandas do mercado de trabalho, o que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico e a competitividade nacional.

Além disso, o investimento em educação básica é particularmente importante para reduzir as desigualdades sociais e econômicas, promovendo maior inclusão e oportunidades para todos os segmentos da sociedade. Isso cria um ambiente mais propício para o crescimento econômico sustentável, pois uma população mais consciente tende a ser mais empreendedora e engajada no processo de desenvolvimento.

A análise desses dados reforça a importância de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade e da acessibilidade da educação em todos os níveis. Somente através de

investimentos consistentes e bem direcionados será possível alcançar um desenvolvimento econômico mais equitativo, dinâmico e sustentável para o Brasil.

Além da relação entre escolaridade e crescimento econômico, é importante considerar também o impacto da educação na redução das desigualdades sociais. Estudos demonstram que países com sistemas educacionais mais equitativos tendem a apresentar índices menores de pobreza e desigualdade de renda, além de uma maior coesão social (ZAMBERLAN, 2019). Nesse sentido, a gestão eficaz dos recursos na educação pública não apenas impulsiona o desenvolvimento econômico, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro aspecto relevante é a influência da educação na formação de uma força de trabalho qualificada e adaptável às demandas do mercado. Com o avanço da tecnologia e a globalização da economia, torna-se cada vez mais necessário investir em educação para garantir que os trabalhadores estejam preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (SEVERINO, 2007). A gestão adequada dos recursos na educação pública pode fornecer os meios necessários para o desenvolvimento de habilidades técnicas, cognitivas e socioemocionais que são essenciais para o sucesso no mercado de trabalho e para a inovação econômica.

Dados como a taxa de alfabetização também evidenciam a relação entre os investimentos em educação e o sucesso da economia brasileira, pois trata-se de um indicador fundamental que reflete não apenas o acesso à educação básica, mas também a qualidade dos programas educacionais e o impacto das políticas públicas na sociedade como um todo.

No período compreendido entre o final do século XX e o início do século XXI, o Brasil implementou políticas públicas voltadas para a universalização do ensino fundamental e a redução do analfabetismo. Programas como o “Brasil Alfabetizado” com investimentos de R\$1,4 bilhões entre os anos de 2008 e 2014 (Portal MEC), e a expansão da rede de escolas públicas contribuíram significativamente para o aumento da taxa de alfabetização no país.

Dados do Ministério da Educação revelam que houve quedas significativas nas taxas de analfabetismo no Brasil. Apesar dessas quedas, é importante ressaltar que ainda há desafios a serem enfrentados para alcançar um nível ideal de alfabetização e educação básica. A persistência de bolsões de analfabetismo, especialmente em regiões mais remotas e economicamente desfavorecidas, evidencia a necessidade contínua de investimentos em programas de alfabetização e educação para adultos, bem como em melhorias na qualidade do ensino fundamental e médio.

Essa melhoria na taxa de alfabetização teve um impacto direto na capacidade da população de participar ativamente da força de trabalho e contribuir para a economia. Por exemplo, em áreas rurais onde o acesso à educação era historicamente limitado, o aumento da taxa de alfabetização possibilitou que mais pessoas tivessem oportunidades de emprego em setores como agricultura, pecuária e serviços, impulsionando o desenvolvimento econômico local.

Além disso, a melhoria na taxa de alfabetização também está relacionada à redução da pobreza e das desigualdades sociais. Com mais pessoas alfabetizadas, capazes de ler, escrever e compreender informações básicas, há uma maior capacidade de acesso a oportunidades de emprego melhor remuneradas e uma participação mais ativa na vida cívica e política do país.

A evolução da taxa de alfabetização no Brasil é um exemplo concreto de como os investimentos em educação básica podem gerar impactos positivos, não apenas no desenvolvimento individual dos cidadãos, mas também no crescimento econômico e social de toda a nação.

Outro dado histórico importante à esta análise diz respeito ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é uma ferramenta para avaliar a qualidade da educação em diferentes países, incluindo o Brasil. Com a participação de 70 países, o PISA fornece insights valiosos sobre a preparação dos jovens para a vida adulta e permite comparações entre sistemas educacionais ao redor do mundo.

No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que seleciona uma amostra representativa de escolas e estudantes para participarem do exame. A edição do ano de 2015 envolveu 902 escolas públicas e particulares de todas as regiões do país, com uma amostra de 25,7 mil estudantes.

Os resultados do PISA são fundamentais para entender o progresso educacional de um país ao longo do tempo. No período de 2000 a 2009, o Brasil foi uma das nações que mais evoluíram no exame, demonstrando um avanço significativo na educação básica. Esse avanço é especialmente importante para o desenvolvimento econômico, pois uma mão de obra bem educada e qualificada é essencial para impulsionar a produtividade e a competitividade.

No entanto, apesar dos progressos alcançados, ainda há desafios a serem enfrentados. O Brasil ocupa a 53ª posição na tabela geral da OCDE, indicando que há espaço para melhorias na qualidade da educação. Além disso, é fundamental que os investimentos em educação sejam contínuos e direcionados para áreas que tragam resultados efetivos, como a melhoria da

infraestrutura escolar, a formação de professores e o desenvolvimento de currículos alinhados com as demandas do mercado de trabalho.

Portanto, os dados do PISA fornecem uma base sólida para análises e implementação de políticas educacionais, ajudando o Brasil a identificar áreas de melhoria e a investir de forma estratégica na educação no sentido de possibilitar a garantia do sucesso econômico e social a longo prazo.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARA O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A contribuição da gestão eficaz dos recursos na educação pública para o sucesso econômico do Brasil é multifacetada. Em primeiro lugar, ao investir em educação de qualidade, o país está capacitando sua força de trabalho para ser mais produtiva e inovadora. Isso se alinha com a teoria do capital humano, que enfatiza a importância dos conhecimentos, habilidades e saúde dos indivíduos como ativos valiosos para o crescimento econômico (Becker, 1964).

Investimentos em programas de capacitação profissional como cursos técnicos e tecnológicos, podem fornecer às pessoas habilidades específicas necessárias para atender às demandas do mercado de trabalho. Um exemplo é o programa Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) instituído em 2011 pelo Governo Federal oferecendo cursos gratuitos de formação técnica e profissionalizante em diversas áreas, capacitando os trabalhadores para empregos mais qualificados e melhor remunerados.

A inovação e o desenvolvimento tecnológico são fundamentais para a competitividade econômica do Brasil, e a educação de qualidade é essencial para impulsionar estes setores. Instituições de ensino superior e centros de pesquisa desempenham um importante papel nesse processo, oferecendo conhecimento e recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras. Um exemplo é o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que contribui para o avanço da indústria aeroespacial brasileira por meio de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas.

Outro ponto essencial, é garantir um acesso equitativo à educação de qualidade para todos os cidadãos, no sentido de reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão econômica. Programas de assistência estudantil, como bolsas de estudo e financiamento estudantil, podem ajudar a garantir que estudantes de baixa renda tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais que seus pares mais privilegiados. Um exemplo é o programa Bolsa Família, que oferece apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade, ajudando a

garantir que seus filhos possam frequentar a escola e ter acesso a uma educação de qualidade. E, como exemplo mais recente, o programa “Pé-de-Meia” instituído nesse ano de 2024 pelo governo federal como incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, na tentativa de democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens do ensino médio.

Esses exemplos destacam como uma gestão eficaz dos recursos na educação pública pode contribuir para o sucesso econômico do Brasil, capacitando a força de trabalho, promovendo a inovação e reduzindo as desigualdades sociais. No entanto, a persistência de impasses na gestão pública muitas vezes impede que se tenha uma educação de qualidade. Problemas como má distribuição de recursos, falta de transparência, corrupção e burocracia excessiva podem comprometer os investimentos destinados à educação e dificultar a implementação de políticas educacionais eficazes. Enquanto essas questões não forem devidamente abordadas e solucionadas, será difícil alcançar os objetivos de uma educação pública de qualidade que seja verdadeiramente capaz de impulsionar o crescimento econômico de forma sustentável e inclusiva.

4.3 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA PROPORCIONAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E VIABILIZAR O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A gestão eficaz dos recursos na educação pública desempenha um importante papel no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Na tentativa de garantir uma educação de qualidade que promova o sucesso econômico do país, algumas estratégias já foram empregadas no Brasil. Dentre elas destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que assegura um financiamento estável e redistributivo para a educação básica em todo o território brasileiro. É um fundo de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. Foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e substituiu o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O principal objetivo do Fundeb é financiar a educação básica pública, compreendendo desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo também a educação de jovens e adultos e a educação especial. Dentre suas finalidades, estão a distribuição dos recursos para estados e

municípios de forma a garantir um padrão mínimo de qualidade no ensino, a valorização dos profissionais da educação e a redução das desigualdades educacionais.

O Fundeb é uma importante fonte de financiamento para a educação básica no Brasil e desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e qualidade educacional em todo o país. Ele é essencial para garantir o acesso à educação e para contribuir com o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Portanto, ao garantir um financiamento adequado para a educação básica, o Fundeb contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera.

Uma outra estratégia fundamental é a revisão das políticas de destinação de recursos no sentido de garantir uma distribuição mais equitativa e eficiente dos investimentos em educação. Isso pode envolver a elaboração de planos de educação de longo prazo, que estabeleçam metas claras e diretrizes para a alocação de recursos de acordo com as necessidades específicas de cada região. É nessa perspectiva que deve ser considerado como meio de planejamento e execução o Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação em todo o país, orientando a aplicação dos recursos de forma mais eficaz.

O fortalecimento da formação profissional e técnica se encaixa neste planejamento, pois este investimento é essencial para preparar os indivíduos para o mercado de trabalho e impulsionar o desenvolvimento econômico. Isso pode incluir a expansão da oferta de cursos técnicos e tecnológicos em áreas estratégicas, como tecnologia da informação, engenharia e saúde, bem como parcerias entre instituições de ensino e empresas para oferecer programas de aprendizagem e estágio, a exemplo do já citado Pronatec.

Outro destaque importante, ainda sobre estratégias, é o incentivo à pesquisa e inovação no campo educacional que se trata de ação fundamental ao avanço da qualidade do ensino e ao desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas. Dentro desta estratégia está o financiamento de projetos de pesquisa em educação, criação de incentivos para a capacitação de professores e a implementação de políticas de apoio à inovação educacional nas escolas.

No Brasil, já está em andamento o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), implementado efetivamente no ano de 2009 e consolidado por meio do Decreto nº 7.219 em 2010, regulamentado pela Portaria nº 96 de 2013, o qual oferece bolsas de estudo para estudantes de licenciatura participarem de projetos de pesquisa e práticas pedagógicas nas escolas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino.

No contexto brasileiro, apesar da importância das estratégias mencionadas, a implementação eficaz enfrenta desafios. Um dos principais é a falta de recursos financeiros

suficientes ou sua má distribuição, o que compromete a capacidade do sistema educacional no oferecimento de uma educação de qualidade. Além disso, a burocracia e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo muitas vezes dificultam a implementação de políticas educacionais eficazes.

A que se falar também da resistência a mudanças por parte de alguns atores políticos e sociais, que podem dificultar a adoção de medidas inovadoras e a implementação de reformas necessárias para melhorar a qualidade do ensino. Além disso, a desigualdade socioeconômica e regional no Brasil representa um obstáculo adicional, uma vez que as condições socioeconômicas dos alunos têm um impacto significativo em seu desempenho educacional. Superar esses desafios requer um compromisso político e social contínuo, bem como investimentos adequados em educação e medidas para promover uma maior equidade e eficiência na gestão dos recursos educacionais.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados revelam uma série de desafios enfrentados pela gestão dos recursos na educação pública brasileira, incluindo a má distribuição de recursos, a baixa qualidade do ensino em algumas regiões e a falta de investimentos adequados em formação profissional e técnica. Esses desafios têm impactos significativos no desenvolvimento econômico do país, afetando a competitividade da mão de obra, a inovação e a produtividade.

No entanto, os resultados também apontam para oportunidades de melhoria por meio de políticas educacionais mais eficazes e orientadas para o desenvolvimento sustentável. É fundamental que o governo e as instituições educacionais trabalhem em conjunto para identificar e implementar estratégias que promovam uma distribuição mais equitativa dos recursos, garantindo o acesso à educação de qualidade em todo o país.

Além disso, investir na formação profissional e técnica é essencial para preparar os trabalhadores para os desafios do mercado de trabalho moderno e impulsionar a inovação e o crescimento econômico. Isso requer um maior investimento em programas de capacitação e qualificação profissional, bem como parcerias entre o setor público e o setor privado para garantir que as habilidades e competências dos trabalhadores estejam alinhadas com as demandas do mercado.

Outro aspecto importante é o incentivo à pesquisa e inovação no campo educacional. Promover a pesquisa educacional e a implementação de novas metodologias de ensino pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de uma força de trabalho

mais qualificada e inovadora. Isso requer investimentos em infraestrutura educacional, capacitação de professores e apoio à realização de projetos de pesquisa educacional.

Ademais, os dados apresentados destacam a importância da gestão eficaz dos recursos na educação pública para o sucesso econômico do Brasil. Embora existam desafios a serem superados, como a má distribuição de recursos e a baixa qualidade do ensino, há oportunidades para melhorias por meio de políticas educacionais mais eficazes e orientadas para o desenvolvimento sustentável. Investir na formação profissional e técnica, bem como promover a pesquisa e inovação educacional, são passos fundamentais para impulsionar o crescimento econômico e garantir um futuro próspero para o país.

5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS

O quadro abaixo apresenta uma visão abrangente das características, pontos positivos e negativos, bem como sugestões de intervenção para melhorar a gestão de recursos públicos na educação pública no Brasil. A implementação eficaz dessas sugestões pode contribuir significativamente para proporcionar uma educação de qualidade e, conseqüentemente, viabilizar o sucesso econômico do país.

Quadro 1 - Resultados e tendências na gestão de recursos públicos para a Educação Pública no Brasil

Características	Pontos positivos	Pontos negativos	Sugestão/intervenção
Revisão das Políticas de Destino de Recursos	Promover uma alocação eficiente de recursos; estabelece metas claras e diretrizes.	Resistência política; falta de continuidade devido as mudanças de governo.	Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação contínua; garantir compromisso multipartidário com as metas condicionais.
Fortalecimento da Formação Profissional e Técnica	Preparar os indivíduos para o mercado de trabalho; aumento da empregabilidade e produtividade.	Desigualdade na oferta de cursos técnicos entre regiões; falta de infraestrutura adequada.	Expansão de parcerias público-privadas; aumento de investimentos em infraestrutura e tecnologia em escolas técnicas.
Incentivo à Pesquisa e Inovação Educacional	Melhorar a qualidade do ensino a partir do desenvolvimento de novas metodologias pedagógicas.	Falta de financiamento contínuo; resistência às mudanças por parte dos professores e administradores escolares.	Aumentar o financiamento para pesquisa educacional; promover programas de capacitação para professores e administradores escolares.

Quadro 1 - Resultados e tendências na gestão de recursos públicos para a Educação Pública no Brasil

Características	Pontos positivos	Pontos negativos	Sugestão/intervenção
Plano Nacional de Educação (PNE)	Oferecer um plano estratégico de longo prazo; metas claras para melhorar a educação.	Implementação desigual entre estados; falta de recursos para atingir todas as metas.	Fortalecer a cooperação entre os níveis de governo; garantir financiamento adequado para todas as metas do PNE.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Oferece cursos gratuitos de formação profissional; colabora com instituições de ensino e empresas.	Desigualdade na distribuição dos cursos; qualidade variável dos programas.	Expandir o alcance do Pronatec para regiões carentes; garantir padrões de qualidade uniformes em todos os cursos oferecidos.
Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)	Aumentar o financiamento para educação básica; promove equidade na distribuição de recursos.	Complexidade e burocracia na gestão dos fundos; discrepâncias dos recursos.	Simplificar os processos de gestão do fundo; garantir maior transparência e equidade na distribuição dos recursos.

Fonte: Elaboração própria (2024).

6 CONCLUSÃO

O presente artigo analisou a relação intrínseca entre a gestão eficaz dos recursos na educação pública e o desenvolvimento econômico do Brasil. A análise evidenciou que, apesar de esforços e investimentos significativos, a distribuição e gestão desses recursos ainda enfrenta desafios críticos que precisam ser abordados para garantir uma educação de qualidade e, por conseguinte, um crescimento econômico sustentável.

Primeiramente, foi destacado que a gestão dos recursos na educação pública não pode ser vista apenas como uma questão financeira, mas também como um aspecto estratégico que influencia diretamente a formação de capital humano e a competitividade econômica do país. O estudo dos fundamentos conceituais e históricos revelou que, ao longo das décadas, houve uma compreensão crescente da importância de investir em educação para promover o desenvolvimento socioeconômico.

Os dados analisados mostram que, embora o Brasil tenha registrado avanços em indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), ainda existe uma

significativa disparidade na qualidade da educação oferecida em diferentes regiões. Isso é reflexo de uma gestão ineficaz dos recursos, onde a alocação equitativa e o uso eficiente ainda são metas a serem plenamente alcançadas.

Além disso, a pesquisa identificou que políticas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) têm desempenhado um papel fundamental na tentativa de garantir uma distribuição mais justa dos recursos e na promoção de uma educação de qualidade. No entanto, a efetividade dessas políticas depende de uma gestão contínua e estratégica, que vá além dos ciclos políticos e se baseie em planejamentos de longo prazo.

O fortalecimento da formação profissional e técnica foi identificado como uma das principais estratégias para alinhar a educação com as necessidades do mercado de trabalho, promovendo assim a inserção de indivíduos capacitados na economia. Programas como o Pronatec e iniciativas de parceria entre instituições de ensino e o setor privado são exemplos de esforços bem-sucedidos que contribuem para preparar a força de trabalho para os desafios futuros.

O incentivo à pesquisa e inovação no campo educacional também foi apontado como fundamental para o desenvolvimento de novas metodologias e práticas que possam melhorar a qualidade do ensino e a aprendizagem. Projetos de pesquisa educacional e programas de capacitação de professores são necessários para fomentar um ambiente de aprendizado dinâmico e adaptado às demandas contemporâneas.

Ademais, o sucesso econômico do Brasil está profundamente ligado à capacidade de oferecer uma educação pública de qualidade. A gestão eficaz dos recursos educacionais não só promove o desenvolvimento de capital humano altamente qualificado, mas também reduz as desigualdades sociais e regionais, criando um ambiente mais propício para o crescimento econômico sustentável. Para alcançar esses objetivos, é essencial que a educação seja tratada como uma prioridade contínua e estratégica, independentemente das mudanças governamentais, garantindo assim que todos os brasileiros tenham acesso a oportunidades educativas que lhes permitam contribuir plenamente para a economia do país. A adoção de políticas educacionais integradas, com foco na equidade e eficiência, é a chave para transformar a educação pública em um verdadeiro motor de desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

BARRO, R. J.; LEE, J. W. A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950-2010 [Um novo conjunto de dados sobre o nível educacional no mundo, 1950-2010]. **Journal**

of Development Economics, Estados Unidos, maio, 2013. Seção de artigos, p. 184-198. Disponível em: <https://www.nber>.

DIAS, J.; DIAS, H. A. Crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda e investimento em educação nos estados brasileiros: teoria e análise econométrica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 34, out./dez. 2007.

FERREIRA, P. C.; ISSLER, J. V. **Educação e crescimento**. In: FONTES, R. (Ed.) Estabilização e crescimento. Viçosa: UFV, 1997.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra?. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 11, n. 2, p. 265-303, maio/ago. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MASCARENHAS, R. **A qualidade da educação na escola pública e o comportamento da cidadania global emancipada**: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil. 2007. 310 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, A. F. *et al.* **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

POCHMANN, M. **Financiamento da educação para o desenvolvimento**. Audiência Plano Nacional de Educação. Brasília (DF), jul./2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo. Cortez, 2007.
SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Rio Grande do Sul (RS), ano 1, n. 1, jan./jun. 2003.

ZAMBERLAN, L. *et al.* **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: ed. Unijuí, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Indicadores INEP - Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 13 maio 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Indicadores MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33571> 13/05. Acesso em: 13 maio 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/687499-CONHECA-O-NOVO-FUNDEB,-QUE-AMPLIA-GRADUALMENTE-OS-RECURSOS-DA-EDUCACAO>. Acesso em: 14 maio 2024.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA
RECEBIDO	16/07/2024
AVALIADO	14/08/2024
ACEITO	29/08/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Evaldo Santos Nascimento
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduado em Letras/Português com habilitação em Inglês e respectivas literaturas na Universidade Dom Pedro II, funcionário público, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Salvador; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Suzana Barreto Martins
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduada em Pedagogia com habilitação em administração e coordenação de projetos pedagógicos na Universidade do Estado da Bahia, funcionária pública, atuando em escolas públicas municipais na cidade de Barreiras; cursando Administração Pública pela UNEAD-UNEB.
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Jaqueline Jamil
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestrado em Administração Estratégica pela Universidade Salvador. Graduação em Administração Geral pela Unidade Baiana de Ensino Pesquisa e Extensão. Professora Formadora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Professora da Faculdade UNIFASS.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: Rua São Jorge, 27, Bairro São Gonçalo - Cabula - Salvador-BA Autor 2: Rua Coelho Neto, 112, Bairro Santa Luzia - Barreiras-BA Cep. 47800-759
---	---

EDUCAÇÃO FINANCEIRA:
UM ESTUDO A PARTIR DOS GRADUANDOS DE ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - DCH -
CAMPUS-I SALVADOR

Recebido: 09/07/06/24 | **Avaliado:** 15/08/24 | **Aceito:** 29/08/24

Antônio César Mota Pastor Filho

Graduando em Administração pela Universidade do Estado da Bahia - Uneb

E-mail: cesarpastorfilho@hotmail.com

Carlos Alberto Orge Pinheiro

Doutor em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pela Faculdade de Tecnologia Senai CIMATEC. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Salvador, com especialização em Auditoria Econômica e Financeira pela Universidade Gama Filho. Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

E-mail: capinheiro@uneb.br

RESUMO

No presente trabalho será posto em prática a discussão referente ao tema, educação financeira: um estudo a partir dos graduandos de administração e contabilidade da Universidade do estado da Bahia (UNEB) – DCH – *campus*-I Salvador. Observando que conhecimentos sobre finanças pessoais ainda é algo superficial, tendo em vista que com frequências por meio dos noticiários são relatados índice de endividamento em que se encontram a população brasileira. E este fato fica ainda mais evidente ao notar as disciplinas ofertadas dos cursos de administração e contabilidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – *campus*-I Salvador (DCH), onde ambos os cursos não possuem nenhuma disciplina voltada para o ensino da educação financeira pessoal. No que se diz respeito os mesmos deveriam ter disciplinas voltadas para melhor instruir os estudantes no quesito educação pessoal financeira, contribuindo para uma reflexão crítica sobre essa questão ajudando os estudantes a melhor lidar com as finanças. Diante dessa realidade surgiram algumas inquietações como por exemplo: Como a ausência de disciplinas voltadas a educação financeira pessoal, pode interferir nas finanças dos universitários? como a falta de disciplinas voltadas a educação financeira pessoal, pode a vir a influenciar na carreira de futuros administradores e contadores? Buscando responder tais questionamentos e inquietações sobre a educação das finanças pessoais de estudantes de administração e contábeis, de modo a compreender tais inquietações. Foi elaborado um objetivo geral o qual busca demonstrar como a ausência de disciplinas voltadas para a educação financeira pessoal entre os componentes curriculares dos cursos de administração e contábeis comprometem na formação dos discentes. Nesse sentido, foi possível trazer a colaboração do diálogo com teóricos que defendem a inserção de disciplinas de educação financeira para o cotidiano da sala de aula. A falta de educação financeira não só promove perdas financeiras, mas também priva sobre como a lidar com tal perda, pois se conhecendo sobre o sistema financeiro em um momento difícil o indivíduo saberá recorrê-lo e fará o uso consciente de suas finanças, algo que poucos utilizam e consequentemente compromete suas finanças de modo que chegam a ficar endividadas ou até mesmo inadimplentes por um longo período. Nesta perspectiva este estudo foi desenvolvido para chamar a atenção do quanto disciplinas voltadas a educação financeira pessoal devem esta inseridas na grade curricular dos cursos de administração e contabilidade.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento. Finanças pessoais. Inadimplência. Planejamento financeiro.

ABSTRACT

This paper will discuss the topic of financial education: a study based on undergraduate students in administration and accounting at the State University of Bahia (UNEB) – DCH – campus-I Salvador. It is important to note that knowledge about personal finances is still superficial, given that the news frequently reports the level of debt in which the Brazilian population finds itself. This fact becomes even more evident when observing the subjects offered in the administration and accounting courses at the State University of Bahia – UNEB – campus-I Salvador (DCH), where both courses do not have any subjects focused on teaching personal financial education. In this regard, they should have subjects focused on better instructing students on the subject of personal financial education, contributing to a critical reflection on this issue, helping students to better deal with finances. Given this reality, some concerns have arisen, such as: How can the absence of subjects focused on personal financial education interfere with the finances of university students? How can the lack of disciplines focused on personal financial education influence the careers of future administrators and accountants? Seeking to answer such questions and concerns about the personal finance education of business administration and accounting students, in order to understand such concerns. A general objective was developed that seeks to demonstrate how the absence of disciplines focused on personal financial education among the curricular components of business administration and accounting courses compromises the training of students. In this sense, it was possible to bring the collaboration of the dialogue with theorists who defend the inclusion of financial education disciplines in the daily classroom. The lack of financial education not only promotes financial losses, but also deprives people of how to deal with such losses, because by knowing about the financial system in a difficult time, the individual will know how to resort to it and will make conscious use of their finances, something that few use and consequently compromises their finances so that they end up in debt or even defaulting for a long period. From this perspective, this study was developed to draw attention to the extent to which subjects focused on personal financial education should be included in the curriculum of administration and accounting courses.

Keywords: Financial education. Indebtedness. Personal finance. Default. Financial planning.

1 INTRODUÇÃO

Possuir conhecimento sobre finanças é necessário, principalmente no que se diz a respeito a ter habilidades que possibilitem o controle entre renda e gastos, de modo a obter o equilíbrio, algo que por princípio da perspectiva parece ser simples, mas que na verdade não é, principalmente para aquelas pessoas que são afetadas por compras de impulso ou para manter *status* (MARQUES; SOUZA; BARROS, 2014).

É notável que vivemos em constantes transformação e desenvolvimento tecnológico, que proporcionam atualizações a todo momento. Tal situação possibilita que as empresas possam vir promover no mercado inovações e criação de novos produtos que despertam o interesse dos consumidores pela aquisição de bens, sem mesmo ter uma necessidade por aquela compra, o que resulta em compras por impulso além de manter *status* que nem sempre é compatível com sua renda.

Tendo em vista a importância da educação financeira na vida de todos, se faz necessário buscar conteúdos que dizem respeito ao assunto. No ponto de vista dos brasileiros, e ao acompanhar informações percebe-se que o conhecimento sobre finanças é algo superficial (VIEIRA *et al.*, 2009).

De modo a contribuir para alcançar o objetivo principal da pesquisa, foram desenvolvidos objetivos específicos os quais permitiram: Apresentar argumentos convincentes com base em autores sobre a necessidade de disciplinas voltadas para a educação financeira pessoal, descrever os possíveis efeitos ocasionados pela falta de educação financeira na vida dos estudantes e demonstrar o posicionamento dos discentes com relação a inserção de disciplinas de finanças pessoal, utilizando-se de suas opiniões, mediante a análise dos gráficos.

Vislumbrando tal situação de déficit sobre as finanças pessoais, partindo da perspectiva de que possam estar presentes nos estudantes de graduação dos cursos de administração e de contabilidade dos cursos da Universidade do Estado da Bahia - UNEB no *campus* de Salvador - BA, este artigo tem por finalidade responder, a partir da percepção destes estudantes, ao seguinte questionamento: Como a ausência de disciplinas voltadas a educação financeira pessoal, pode interferir nas finanças dos universitários?

O presente artigo apresenta-se estruturado com introdução, referencial teórico o qual discorre com temas relacionados a pesquisa como educação financeira, endividamento e inadimplência, planejamento financeiro e aplicação financeira, e composto pela metodologia aplicada na pesquisa, apresentação e análise dos dados e por fim as considerações finais a qual contribuirá para argumenta as contribuições e o cenário em que se encontra os estudantes

mediante a conhecimentos sobre finanças pessoais e inserção de disciplinas de finanças pessoais nas matrizes curriculares dos cursos de administração e contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Discorrer sobre educação em um contexto geral requer cuidados, uma vez que a educação em qualquer eixo temático precisa ser colocada em prática cotidianamente pelas pessoas, mesmo que se saiba que a educação é alternativa para uma tomada de decisão adequada. Ela possibilita alcançar os objetivos que se almejam. Inserida no contexto da educação, dentre os diversos eixos temáticos que podem ser colocados em prática, está o eixo financeiro.

Alguns países já fazem mudanças circunstanciais com relação ao ensino fundamental e médio, como é o caso de países como Noruega, Dinamarca, Suécia, Israel, Canadá entre outros, os quais já tem implementado no sistema educacional componentes curriculares voltados para educar financeiramente crianças e jovens, conforme explica Nunes (2022), enquanto, no Brasil, ainda é um ensino restrito, de forma que é disposto a poucos estudantes (KYIOSAKI, 2018).

Conhecimentos contribuem para mudanças de comportamento, que conseqüentemente levam os jovens a criarem anseio pelo assunto, de modo que permitam agregar entendimento de como lidar com finanças, fazendo com que no decorrer do tempo coloquem em prática o que aprenderam (Organisation for economics co-operation - OECD, 2005).

Na era da informação, a educação e o aprendizado contínuo são essenciais para agregar conhecimento sobre determinada temática. Mas infelizmente, conforme explica Kyiosaki (2018), ir à escola ou universidade apenas, não preparará os jovens financeiramente para um mundo que se expande e evolui rapidamente. Assim, conforme o autor explica, as escolas e as universidades mudam lentamente e o mundo está mudando em alta velocidade.

Isto reflete em um cenário em que estudantes reféns de um sistema educacional frágil, desatualizado com o mundo atual, que apenas contribui com componentes curriculares básicos, que tradicionalmente incluem na sociedade cidadãos com um aprendizado incompleto, uma vez que noções financeiras não são abordadas (LOPES JÚNIOR *et al*, 2014).

A sala de aula tem papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento, que deve ser multiplicado diante da sociedade, ou seja, as experiências e aprendizados adquiridos no ambiente acadêmico deve ser compartilhada entre pessoas (Savoia, Saito, Santana, 2007). O

autor traz consigo o pensamento o qual é compartilhado entre a comunidade acadêmica, a qual tem como um dos objetivos oferecer algum retorno a sociedade.

A ausência da educação financeira nas escolas permite para um maior despreparo daqueles jovens que deixam o ensino médio bem como aqueles que ingressam ao ensino superior cuja renda mensal permite acesso a inúmeras formas de crédito, colaborando para a inadimplência (FRANCO, 2007).

A ausência da educação financeira pode conduzir o indivíduo ao consumo que mediante a seu comportamento e anseios, poderá ocasionar consequências que os conduziram ao endividamento e até mesmo a inadimplência, a partir do momento que não terá mais capacidade de honra com suas obrigações e compromissos firmados a longo prazo.

2.2 CONSUMO, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Consumir faz parte do ímpeto humano, pois é necessário consumir para que se venha obter suprimentos e demais bens que são indispensáveis para a sobrevivência. A vontade de almejar algo se justifica justamente por estes anseios de consumo primário, o qual desperta o psíquico humano, promovendo a necessidade de consumir. Isto pode ocasionar uma sociedade consumista, sem controle e responsabilidade com seus recursos financeiros (BAUMAN, 2008).

A vontade de consumir ou comprar algo pode ser explicada mediante a satisfação e prazer que são despertados na mente humana, por uma propaganda, a qual instiga o desejo de consumir e possuir determinado produto, de modo que ao consumir, tais anseios permitam-se a ser satisfeito por uma necessidade a qual foi induzida, que conduzirá ao consumo, mesmo sem qualquer necessidade (PINTAUDI, 1989; PADILHA, 2006).

Em uma sociedade impulsionada a consumir intensamente, a busca pela felicidade se apresenta como oportunidade ideal nas campanhas de *marketing* e propagandas, as quais fazem com que desperte nas pessoas o sentimento de satisfação e realização ao adquirir determinado bem, demonstrando os como elementos essenciais para alcançar o objetivo teoricamente explícito (BAUMAN, 2008).

Esta mesma perspectiva pode ser vista em Silva (2014) ao explicar que o ato de consumir gera o estado de alegria e euforia momentânea, mas que, com o tempo pode se tornar um vício a qual transmite a se sensação ilusória e permanente da satisfação. Sendo que tal cenário poderá evoluir para uma espécie de ciclo vicioso.

Mediante o comportamento atual da sociedade quanto as suas práticas as quais levam a consumir é importante frisar que alguns consomem por *status* e modismo, do que realmente por

necessidade de adquirir determinado bem, sendo facilmente persuadidos a comprarem determinados produtos. Há em alguns uma vontade incontrolável para usufruir um determinado bem, produto ou marca (CONSTANTINI, 2016).

O consumo traz consigo uma situação delicada no que se diz respeito ao endividamento e a inadimplência. Mas antes de apresentar uma concepção do atual momento, é necessário ter uma noção do que cada um significa, pois endividamento e inadimplência são distintos. Enquanto o endividamento se refere a qualquer pagamento futuro assumido no tempo, a inadimplência representa a impossibilidade em arcar com este pagamento futuro (MEIRA *et al*, 2022).

Ao considerar que o endividamento está relacionado com motivações afetivas (Baumeister e Vohs, 2003; Ledoux, 1996; Loewenstein, 1992) esta emotividade ao promover o descontrole do recurso financeiro pessoal torna-se responsável por gastos superiores a renda disponível, desencadeando para uma situação de endividamento e inadimplência.

A quantidade de endividados no Brasil no mês de março correspondeu a 77,5% das famílias as quais apresentaram no mês alguma dívida, segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (G1, 2022). Em outubro de 2022 o cenário se apresentou com o número de famílias endividadas atingindo 79,3% do total de lares no país.

No cenário da pesquisa realizada pela CNC (2022), o cartão de crédito alavanca o índice de dívidas em 86,5% das famílias. Um outro dado da pesquisa refere-se ao fato de que as mulheres estão mais endividadas que os homens: o percentual é 80,9% contra 78,2% para os homens. As mulheres acumulam mais dívidas no cartão de crédito e no cheque especial. Os homens estão endividados em carnês de loja, crédito pessoal, financiamento de carro e da casa própria ou crédito consignado.

Diante deste cenário é necessário que faça um planejamento financeiro hábito esse que muitas vezes as famílias desconhecem ou se quer tem a possibilidade de realizar pois o consumo desenfreado lhe encaminhou muitas vezes para as insolúveis algemas do endividamento.

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejamento financeiro não é sinônimo de recursos financeiros inesgotáveis, mas auxilia a todos e em especial aos jovens na aquisição de bens, na realização de uma viagem ou até mesmo na tomada de decisões com relação as prioridades as quais sejam necessárias a sobrevivência humana, conforme explica Costa e Bessa (2022). Para os mesmos autores o

planejamento é o processo pelo qual se administram os próprios recursos financeiros com o propósito de atingir objetivos de curto, médio e longo prazo, evitando o endividamento e a possível inadimplência.

Para Cerbasi (2009) o planejamento não é garantia de alcançar o sucesso, mas a ação sem planejamento pode levar aqueles que lidam com recursos financeiros a resultados insatisfatórios. Contudo, desejo mais planejamento e ação aproximam dos objetivos definidos. Logo, o planejamento serve como alicerce para que se possa colocar em prática ações, que permitam uma ideia do que se venha a ser, pois através de um modelo ou padrão de organização é possível pôr em prática através da dedicação e disciplina (PINHEIRO, 2009).

Agir compulsivamente quando for as compras, e gastar além da renda sem qualquer planejamento e consciência do quanto está sendo desembolsado poderá resultar no comprometimento dos recursos financeiros futuros (Dessen, 2014). A autora ainda explica que contrair uma dívida exige planejamento. Uma nova dívida fará parte do orçamento pessoal a partir do mês seguinte à contratação. Logo, tal situação pode ser equacionada e resumida, exigindo disciplina e equilíbrio com os gastos, evitando assim, a busca por auxílio de familiares para evitar a inadimplência e a cobrança de juros.

Para Costa e Bessa (2022) o planejamento financeiro pessoal atua na prevenção contra situações inesperadas, de modo a estar preparado para possíveis ocorrências que possibilitem a formação de reservas financeiras. Com isso, recomenda-se possuir reservas financeiras para arca com eventuais situações de emergência. O autor ao apresentar este cenário, auxilia na preparação para possíveis acontecimentos que estão além do controle pessoal, a exemplo de doenças, acidentes, manutenção do lar, entre outros imprevistos.

O planejamento financeiro pessoal é aliado no momento da aquisição de um bem, pois no que se diz a respeito a evitar juros desnecessário neste momento, se planejar é fundamental. Tal fato ganha embasamento, conforme Cerbasi (2009), ao esclarecer que ao não estar preparado para a aquisição, será preciso pagar juros que encarecerão a compra. Com isso a questão de empréstimos, financiamentos, consórcios e o uso de cartões de créditos sem controle podem levar ao aumento das dívidas e até mesmo a inadimplência.

A ação de pôr em prática o planejamento financeiro pessoal ajuda a ter controle dos gastos, proporcionando um ciclo de vida e poupança conforme explicam Modigliani e Brumberg (1954). Permitir a rentabilidade e segurança através da formação de poupança, em que consumo, renda e poupança façam parte desta equação. Para isso é necessário desenvolver conhecimentos sobre formação de poupança e estar disposto (ou não) a correr riscos além de ser paciente perante a resultados à longo prazo.

Logo, além da educação financeira a qual deve ser ensinada, Costa e Bessa (2022) afirma que o planejamento financeiro pessoal também corrobora para conscientização do consumo, dado que a utilização do recurso é feita de forma a seguir o planejamento proposto. Assim, evitam-se dívidas desnecessária e até mesmo a inadimplência.

Segundo Meinberg (2017), o gerenciamento das próprias finanças permitirá conhecer os gastos de modo a compreender com o que se está sendo gasto os próprios recursos e tal reflexão está alinhada com Mosca (2009) ao explicar que o planejamento financeiro pessoal contribui para a compreensão de que o controle sobre os gastos possibilitará permitir mudanças significativas no padrão e qualidade de vida, contribuindo para que a população possa investir parte de seu recurso em diferentes aplicações financeiras o que favorece na consolidação de uma sociedade fortalecida, uma vez que seu são capazes de poupar e construir novo horizontes.

2.4 APLICAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira não pode ser somente resumida em conscientizar, guardar recurso financeiro, organizar e planejar, mediante uma perspectiva a qual se reserva determinado recurso financeiro para adquirir um bem. Conforme Pinheiro (2009), o conhecimento permitirá um olhar amplo sobre as finanças pessoais, por exemplo, instigando o uso dos recursos financeiros não gastos em aplicações financeiras.

Para muitas pessoas, poupar significa investir, ou seja, deixar seu dinheiro na caderneta de poupança ou sem qualquer tipo de movimentação na conta bancária, para ser utilizado futuramente. Essa concepção mediante as explicações de Cerbasi (2009) está equivocada, pois o autor explica que existe uma diferença entre poupar e fazer aplicações financeiras. Desta forma, quem faz aplicação financeira está ao menos protegendo suas reservas financeiras dos efeitos da inflação (perda do poder de consumo da moeda) para uma situação de emergência ou até mesmo iniciando sua aposentadoria privada.

Aprender a realizar aplicação financeira não é algo que se consegue da noite para o dia, requer tempo e conseqüentemente no decorrer do aprendizado ocorrerão erros, mas ao se ter noção sobre as aplicações financeiras, cria-se segurança para investir recursos financeiros, pois vale salientar que investir é uma maneira a qual o recurso financeiro estará obtendo rentabilidade (NEGRI, 2010).

Logo, uma boa estratégia para aplicação financeira é a diversificação. Para Hoffman (2020), não se deve limitar apenas a uma opção, devendo diversificar, pois é interessante ter estratégias que permitam alocar os recursos financeiros nas mais diversificadas opções, pois

caso isso não ocorra pode significar riscos. Então a combinação em renda fixa (rentabilidade menor quando comparada a renda variável, menor volatilidade e risco) e variável (rentabilidade maior quando comparada a renda fixa, maior volatilidade e risco) deverá auxiliar na formação de reservas financeiras.

Mas para que essa diversificação ocorra deve-se conhecer as possibilidades de aplicações financeiras conforme explicam Elton *et al.* (2020) que quem deseja obter proteção sobre os efeitos da inflação precisa ter plena consciência desta rentabilidade, saber exatamente o valor disponível para fazer frente aos seus gastos e compromissos permitindo a possibilidade de realizar, então, aplicações financeiras.

Para Housel (2021) deveriam as pessoas tomarem decisões quanto as aplicações financeiras com base nos seus objetivos pessoais e nas particularidades de cada opção de aplicação financeira. A visão do autor concilia aplicações financeiras e objetivos, pois existem objetivos tanto para o curto, médio e longo prazo.

Para Hoffman (2020) ter uma noção clara dos objetivos, bem como os prazos e riscos ajudam a delimitar o perfil conservador, moderado ou agressivo. Ao compreender esses perfis será possível verificar os possíveis resultados obtidos com as aplicações financeiras e, desta maneira, satisfazer as necessidades do momento.

O perfil conservador consiste em segurança e menor risco, sendo o foco a segurança e não a rentabilidade, já o moderado leva em conta a segurança, mas o importante é a maior rentabilidade, assumindo risco. Por fim, o agressivo é o perfil que está disposto a assumir qualquer tipo de risco em suas aplicações financeiras, cuja rentabilidade deve ser significativa, assumindo eventuais perdas (ELTON *et al.*, 2020).

Diante do exposto, podem se levar em conta dois motivos pelo quais não são feitas aplicações financeiras. Conforme explicam Silva *et al* (2020) a falta de conhecimento a qual desmotiva de certa forma muitos a realizarem aplicações financeiras e, o receio de perdas financeiras, algo que a falta de informação poderá conduzir a tal cenário, pois é algo que tem se tornado recorrente, principalmente com falsas promessas de rentabilidade acima das taxas de juros oferecidas pelo mercado financeiro.

A adoção de disciplinas de educação financeira proporciona que agentes propulsores possibilite uma mudança de consciência financeira por parte dos discentes, ou seja, traz mudança de comportamento no momento do consumo, proporciona capacidade de raciocínio, identifica oportunidades, trabalha nas tomadas de decisões e atitudes com as finanças pessoais, proporciona a melhora na qualidade de vida.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa e quantitativa, pois faz uso de material já existente para consolidar os conhecimentos acerca do contexto, necessitando analisar o mérito do conteúdo. Se propõe a aplicação de questionário de opinião como instrumento de pesquisa, através de uma amostra, sem identificação de qualquer natureza do respondente, ainda não havendo indagações que possam expor quem se propôs a responder.

Logo, está enquadrada em uma pesquisa de opinião pública, haja vista que se entende como opinião pública, a opinião da maioria, de grupos sociais, a soma de opiniões individuais ou, até mesmo, como a soma de percepções similares sobre algo contabilizadas por meio de uma pesquisa (Weber, 2017). A pesquisa de opinião tem o papel de agregar todas aqueles que tem desejos e objetivos em comum, com foco a chegar a um determinado resultado (MININEL, 2022).

O formulário de coleta de opinião, como ferramenta de pesquisa, necessita dentro do seu universo, da mensuração de uma amostra representativa. Conforme proposto neste artigo, há como público-alvo, um universo de 277 estudantes, sendo 140 de Administração e 137 de Ciências Contábeis, segundo informações da Secretaria Acadêmica do Departamento de Ciências Humanas I da UNEB, *Campus I*. Estes estudantes estão cursando do 5º ao 8º semestre, incluindo os dessestrematizados. A seleção e delimitação deste público se dá a este período pois são estudantes que já tiveram contato com disciplinas voltadas a finanças em semestres anteriores, algo que agregará conhecimento para responder o questionário que foi aplicado.

Usando determinações estatísticas com um nível de confiança de 95%, um desvio padrão de 0,5 e uma margem de erro (intervalo de confiança) de +/- 5, tem-se que a pesquisa deve ser realizada com, no mínimo, 161 estudantes cursos de Administração e Ciências Contábeis entre os meses de abril e maio de 2024. A pesquisa de opinião com a coleta de dados dos estudantes foi realizada através de questionários eletrônicos de forma anônima.

Ademais, baseando-se na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, entende-se que há dispensa da necessidade de submissão do presente projeto de pesquisa ao CEP/UNEB (Comitê de Ética em Pesquisa), em que, nos termos do Art. 1º, Parágrafo I, informa que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP as pesquisas de opinião pública com participantes não identificados.

Para isso, foi realizado o compartilhamento de link do questionário em diversos meios como em grupos de WhatsApp das turmas dos cursos de administração e contábeis, além do compartilhamento do código QR code, nas salas e no quadro de informações dos cursos em

questão, salientando que o público-alvo foi delimitado a partir do quinto semestre dos respectivos cursos, além de complementar com informações de modo a fortalecer o embasamento teórico da pesquisa, sendo que tal fato possibilita o aumento da confiabilidade do que se está sendo escrito e norteando o ponto de vista do autor.

Adaptado do questionário aplicado na pesquisa de Silva *et al* (2020) o mesmo encontra-se estruturado em 16 perguntas, as quais buscam identificar a percepção dos estudantes sobre a interferência da ausência de disciplinas voltadas a finanças pessoais nas finanças e no comportamento financeiro dos mesmos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Com o objetivo de compreender a percepção dos graduandos de administração e contábeis em relação a educação financeira pessoal, foi elaborado um questionário eletrônico para os discentes responderem, de modo que permita ser observado como a falta de disciplinas voltadas a educação financeira pessoal possa interferir no comportamento das finanças pessoais destes estudantes.

As primeiras perguntas do questionário permitem apresentar as características do perfil dos respondentes, mediante algumas variáveis.

Tabela 1 - Curso e turno

CURSOS	PORCENTAGEM
ADM - MATUTINO	28,7%
ADM - NOTURNO	32,3%
CONTÁBEIS - MATUTINO	14,6%
CONTÁBEIS - NOTURNO	24,4%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Tabela 2 - Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	PORCENTAGEM
17 A 20 ANOS	7,3%
21 A 25 ANOS	48,2%
26 A 30 ANOS	18,3%
31 A 35 ANOS	10,4%
36 A 40 ANOS	9,8%
ACIMA DE 40 ANOS	6,0%

Fonte: Elaboração própria (2024).

TABELA 3 - Atividade Remunerada

EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA	PORCENTAGEM
SIM	88,4%
NÃO	11,6%

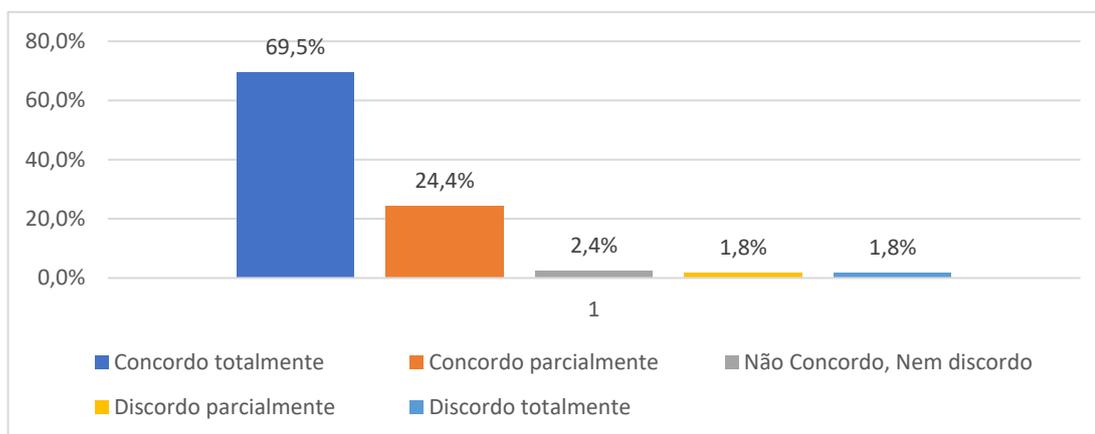
Fonte: Elaboração própria (2024).

Na Tabela 1 verifica-se que 61% dos estudantes são do curso de administração e 39% são dos cursos de contábeis. Do total dos alunos que responderam à pesquisa 48,2% alunos tem idade entre 21 a 25 anos, conforme Tabela 2. Se somarmos os alunos de 17 a 30 anos, tem-se 73,8%. Estes dados são importantes para a amostra, pois pode-se verificar o perfil dos entrevistados.

Um total de 88,4% dos respondentes exerce atividade remunerada, ou seja, 145 alunos exercem alguma atividade remunerada, enquanto 11,6% dos estudantes, cerca de 19 alunos que participaram da pesquisa não exerce qualquer atividade devendo os mesmos dependerem dos pais, familiares ou possuem alguma bolsa.

As perguntas abaixo estão relacionadas a inserção de disciplinas de educação financeira pessoal em sala de aula além da prática da educação financeira no ambiente acadêmico, e os conhecimentos até então adquirido mediante as disciplinas de finanças vista em sala de aula, conforme Gráficos 1 e 2.

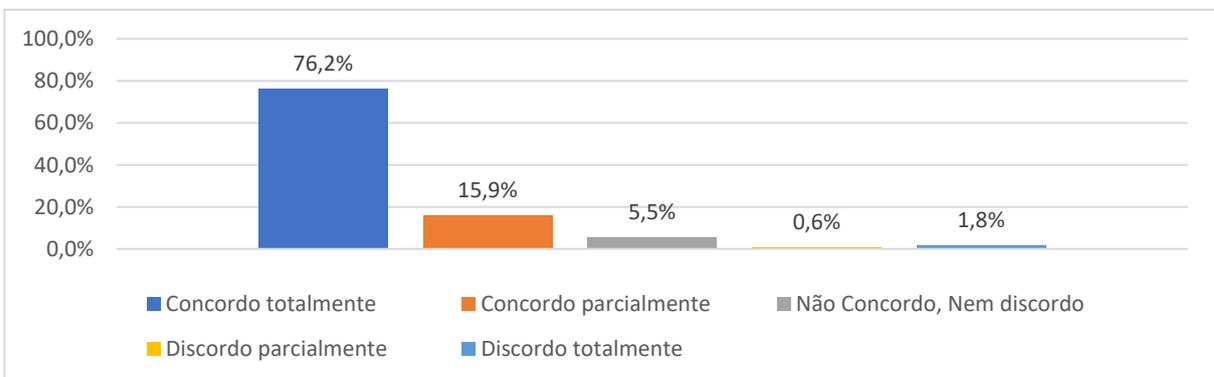
Gráfico 1 - A importância de estudar educação financeira pessoal na graduação



Fonte: Elaboração própria (2024).

O Gráfico 1 apresenta que dos estudantes entrevistados 69,5% concordam totalmente que é importante estudar educação financeira pessoal na graduação, já 24,4% concordam de forma parcial, sendo que se somarmos os estudantes que concordam de forma total e parcial teremos 93,9% dos respondentes, que representa um total de 154 alunos dos 164 que contribuíram para a pesquisa. Isso demonstra o quanto os estudantes valorizam o conhecimento que os auxiliam na gestão dos recursos financeiros. Tal percepção está alinhada com Savoia, Saito, Santana (2007) ao descreverem o papel da Universidade no desenvolvimento e implementação do conhecimento sobre finanças perante a sociedade, ou seja, as salas de aulas têm como objetivo multiplicar conhecimento, podendo repassar para diversas pessoas.

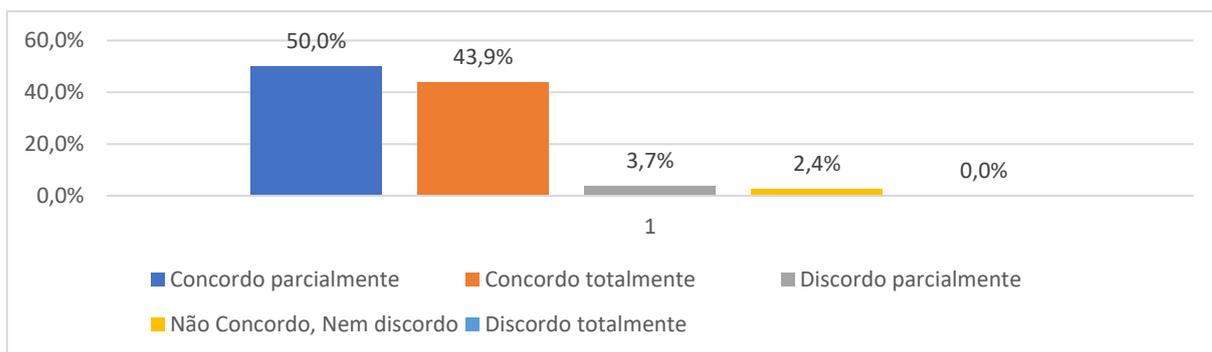
Gráfico 2 - Matriz dos cursos conter disciplinas sobre finanças pessoais



Fonte: Elaboração própria (2024).

Com relação a inserção de disciplinas com ênfase para educar financeiramente os discentes, a percepção dada pelos estudantes é que os mesmos concordam totalmente com a inserção de disciplina de finanças pessoais na matriz curricular (76,2% dos estudantes), conforme Gráfico 2. No mesmo Gráfico 15,2% concordam de forma parcial, enquanto 5,5% não discordam e nem concordam. Tais percepções estão alinhadas com Kyiosaki (2018) ao afirmar que o modelo de ensino é o mesmo aplicado a cerca de 50, 60 anos atrás.

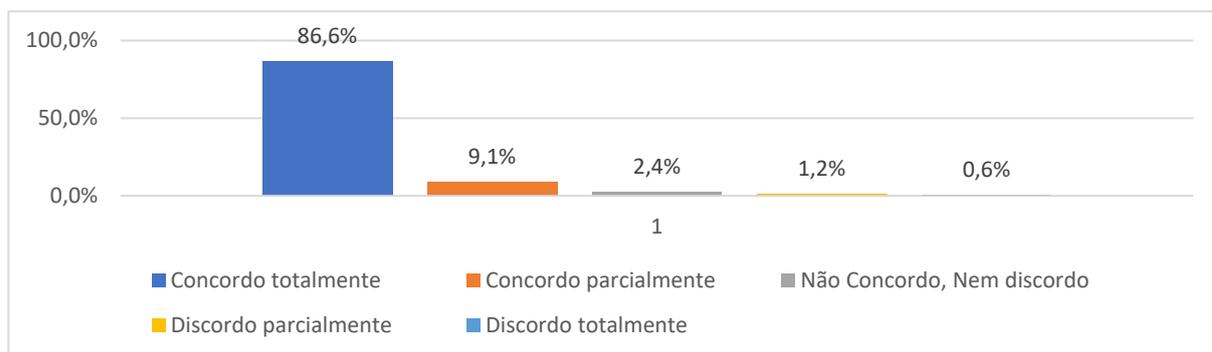
Gráfico 3 - Conceitos vistos em aula de finanças empresariais e sua contribuição



Fonte: Elaboração própria (2024).

Tendo em vista que os alunos têm contato com disciplinas de finanças empresariais, como citado anteriormente, com base no Gráfico 3, cerca de 43,9% concordam totalmente, enquanto 50% concordam parcialmente que é possível usar alguns conceitos vistos nas disciplinas para a gestão das finanças pessoais em busca de um equilíbrio.

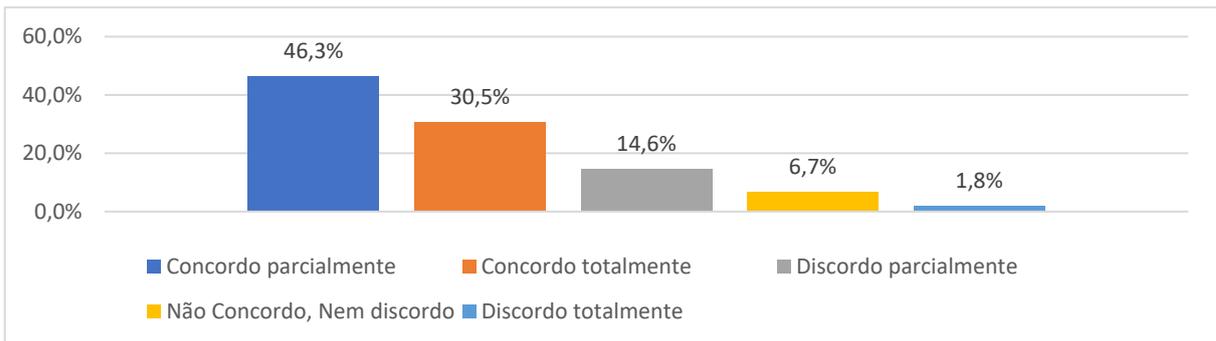
Gráfico 4 - Sobre a educação financeira ser adquirida na infância



Fonte: Elaboração própria (2024).

Sobre a importância de aprender a educação financeira na infância, 86,6% dos estudantes concordam que é na infância que se deve começar a educar financeiramente, conforme Gráfico 4. Tal percepção está alinhada com Nunes (2022) ao contextualizar que o Brasil se encontra abaixo de muitos países como Estados Unidos, Noruega, Reino Unido entre outros, em decorrência de não se preocupar em educar financeiramente as crianças e jovens. Savoia, Saito e Santana (2007), explicam que nestes países a educação financeira é fundamento obrigatório no ambiente de ensino.

Gráfico 5 - O conhecimento da educação financeira ser adquirido fora da universidade

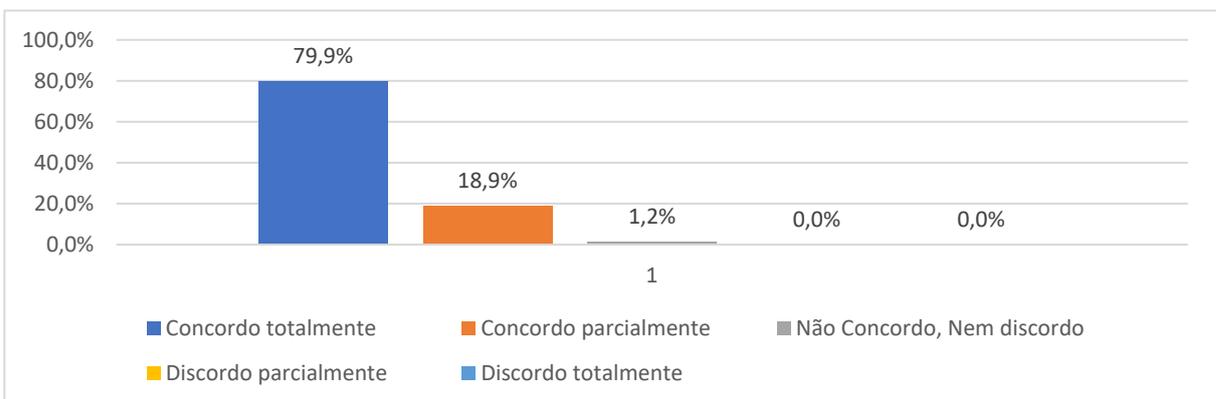


Fonte: Elaboração própria (2024).

Apesar dos estudantes concordarem que a universidade tem papel fundamental no desenvolvimento das habilidades a respeito da educação financeira, sem contar a importância da inserção de disciplinas pautadas no tema, 14,6% discordam parcialmente e 1,8% discordam totalmente, conforme Gráfico 5. Desta forma, pode-se assimilar que a educação financeira deve ser adquirida no ambiente familiar, por meio da internet de modo a visualizar dicas, pelos livros de autoajuda que auxiliam na orientação das finanças pessoais e até mesmo durante a infância como citado anteriormente, através do ensino fundamental e do ensino médio.

As perguntas a seguir avaliam a percepção dos estudantes sobre o conhecimento dos mesmos com relação mídia, consumo impulsivo, endividamento e inadimplência além de entender o discernimento que os estudantes possuem, possibilitando observar quais caminhos os estudantes tendem a seguir quando se trata de suas finanças.

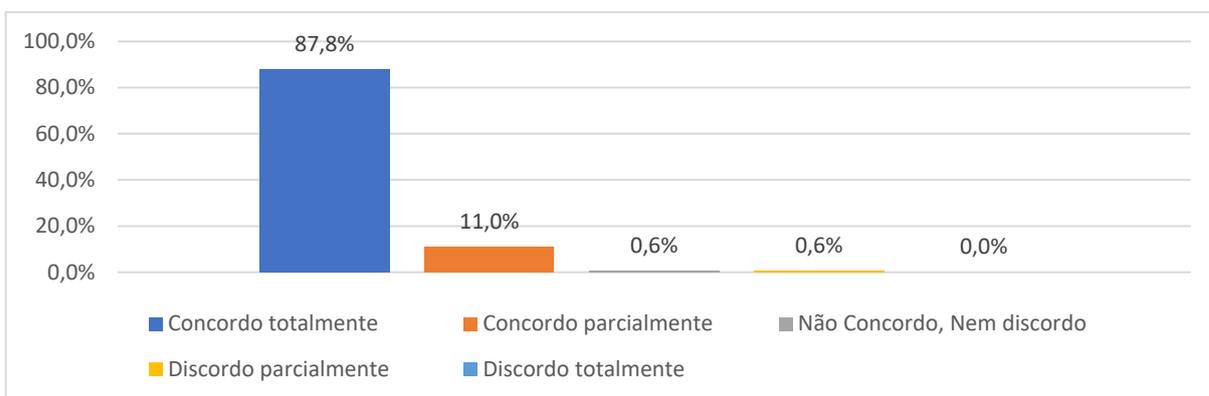
Gráfico 6 - A influência da mídia no consumo impulsivo e o papel da educação financeira



Fonte: Elaboração própria (2024).

Assim, para os estudantes a percepção é que a mídia possui um poder de convencimento, ou seja, 79,9% dos estudantes percebem tal realidade, conforme Gráfico 6. Tal fato demonstra que uma boa parcela dos estudantes compreende o papel da mídia diante da sociedade quando se trata de consumo, pois, seu papel é instigar e promover anseios para a aquisição de bens, mas ao adquirir conhecimentos sobre finanças pessoais, e possível desenvolver competências, dentre elas, comportamento que conduzem para a uma melhor tomada de decisão.

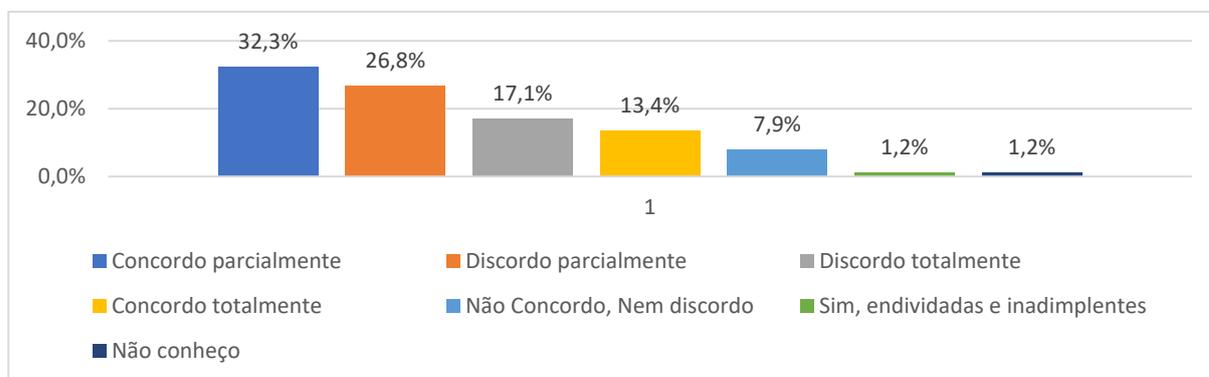
Gráfico 7 - A falta de gestão financeira e o endividamento



Fonte: Elaboração própria (2024).

Sobre a relação falta de gestão financeira e endividamento, 87,8% dos discentes concordam totalmente que a falta de gestão pode conduzi-los ao endividamento. Isto está alinhado com Cerbasi *et al.* (2004) que explica que o principal mediador que conduz ao endividamento é a falta da gestão financeira. Para isso a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE defende a implementação e habilitação de modelos de ações planejadas e voltadas para a sociedade (OCDE, 2005).

Gráfico 8 - Relação entre endividamento e inadimplência

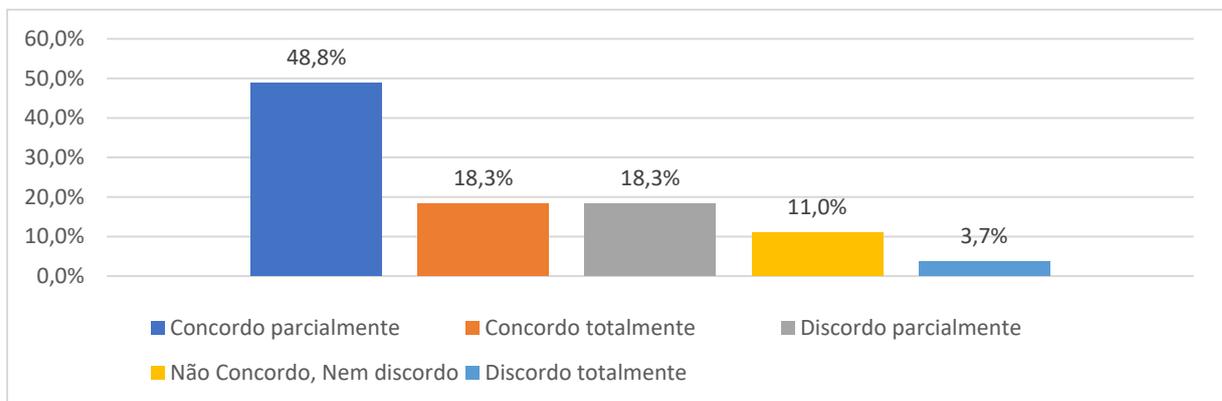


Fonte: Elaboração própria (2024).

Sobre a inadimplência é necessário saber a diferença entre o que é endividamento e inadimplência. Segundo Meira *et al* (2022) os termos apesar de serem semelhantes e terem relação, são distintos, pois o endividamento se refere a qualquer pagamento futuro assumido no tempo e a inadimplência representa a impossibilidade em arcar com este pagamento futuro.

Com isso e através do Gráfico 8, 17,1% dos estudantes discordam totalmente que pessoas endividadas são pessoas inadimplentes, sendo que 26,8% discordam de forma parcial. Dentre os respondentes 7,9% não concordam e nem discordam, enquanto 32,3% concordam de forma parcial e 13,4% concordam totalmente. Logo, 28 dos discentes, os quais responderam que discordam totalmente compreendem os conceitos do que é inadimplência.

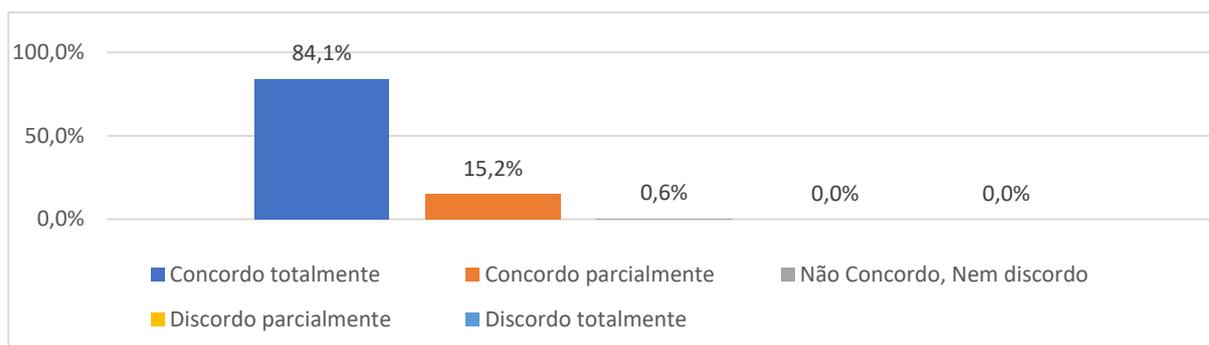
Gráfico 9 - As compras por impulso e a inadimplência



Fonte: Elaboração própria (2024).

No Gráfico 9, 48,8% dos respondentes concordam de forma parcial, enquanto, 18,3% de forma total que as compras por impulso são responsáveis pela inadimplência. Quando se trata da inadimplência pode-se entender o cenário de diversas formas mediante a ocasionalidade, mas tal fato pode ser entendido pela facilidade de crédito disponível no mercado, além de vantagens oferecidas pelo cartão de crédito em parcelar compras, sem contar nas ofertas e lançamentos que são tentadoras para os cidadãos (Vasconcelos *et al*, 2020). A percepção dos alunos indica, conforme Gráfico 9, que uma minoria não coloca as compras por impulso como o principal problema.

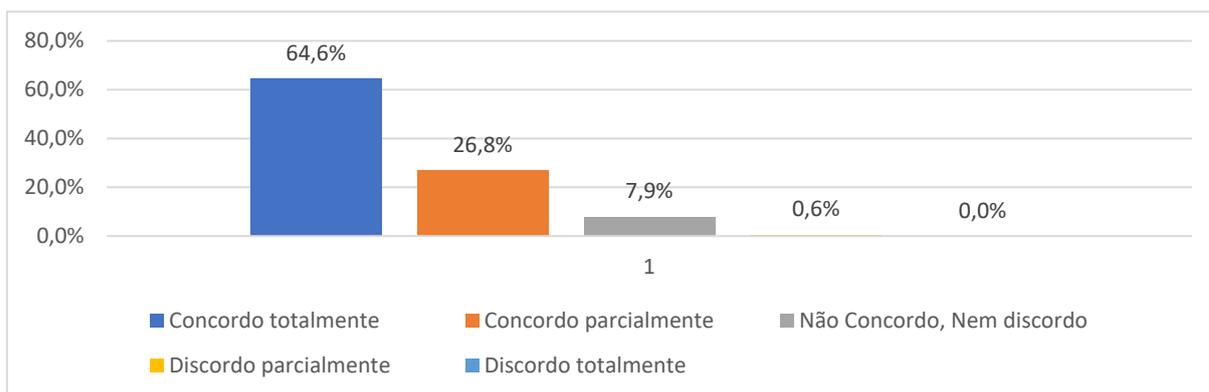
Gráfico 10 - Educação financeira: comportamento e planejamento de curto e longo prazo



Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao adquirir conhecimento sobre finanças, são atribuídas competências para manusear ferramentas que possibilitam gerir de maneira eficiente os recursos próprios, logo o uso destas ferramentas está relacionado ao comportamento do indivíduo junto a suas finanças (Pinheiro, 2009). Quando questionados com relação ao consumo consciente para que se possa ter equilíbrio nos gastos de modo que permita realizar planejamentos de curto e longo prazo, 84,1% concordam totalmente e 15,2% concordam de maneira parcial conforme Gráfico 10. Tal percepção dos estudantes é reforçada em Costa e Bessa (2022) ao afirmar que ao elaborar um planejamento de curto ou longo prazo a depender da necessidade do indivíduo, o mesmo estará se preparando para que seus objetivos possam ser alcançados.

Gráfico 11 - O uso de ferramentas e a importância para o gerenciamento de gastos

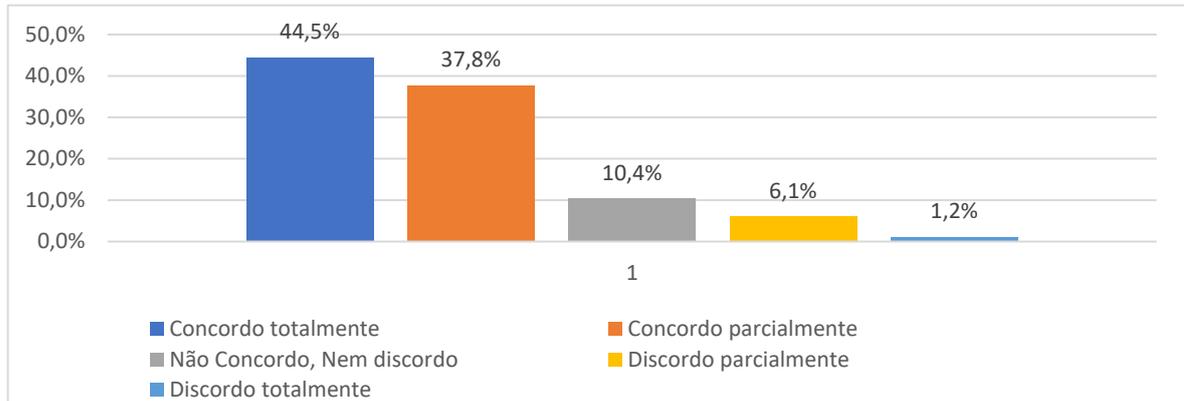


Fonte: Elaboração própria (2024).

A realização de um planejamento necessita do uso de ferramentas para auxiliar no gerenciamento dos gastos, quer sejam mecanismos como cadernos de anotações, software, aplicativos de celular entre outros programas e sistemas existentes. No Gráfico 11 para o uso das ferramentas citadas 64,6% concordam totalmente e 26,8% concordam de maneira parcialmente sobre a importância das ferramentas para gerenciamento dos gastos, nota-se que

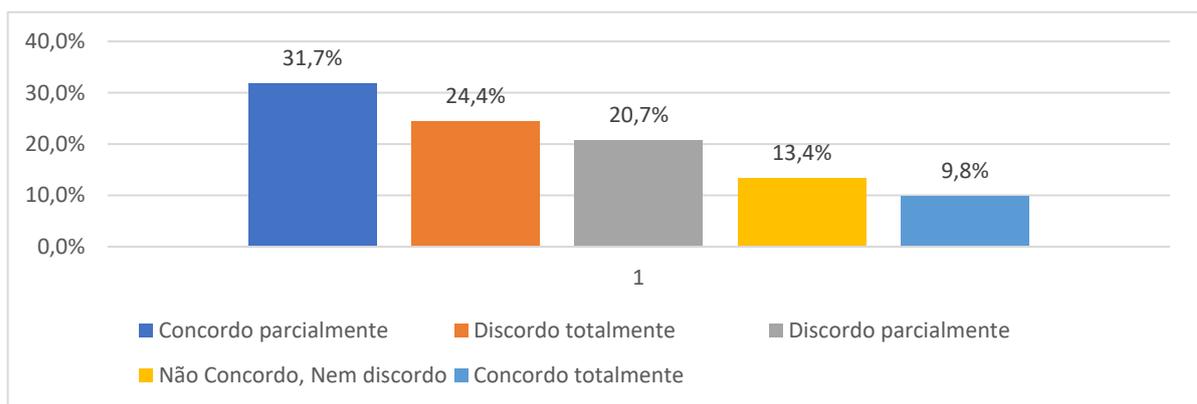
a percepção dos estudantes é a mesma da OCDE que orienta o quanto é importante primeiramente calcular os gastos e ter um controle eficaz daquilo que se gasta primeiramente (OCDE, 2005).

Gráfico 12 - Investimentos rentáveis para formação de poupança



Quanto a percepção dos estudantes com relação a busca de investimentos rentáveis como CDB, Tesouro Direto e ações, 44,6% concordam totalmente e cerca de 37,8% concordam de forma parcial. Logo, os discentes compreendem algo sobre o assunto. Para Negri (2010) aprender sobre investir não é algo que acontece de modo imediato, é necessário conhecimento e tempo, sabendo avaliar rentabilidade e risco.

Gráfico 13 - Manter o padrão de vida utilizando-se da poupança nos próximos meses



Fonte: Elaboração própria (2024).

E notável que eventualidades possam ocorrer, e pensando justamente sobre tal fato foi levantado a hipótese com relação a um possível comprometimento da perda de rendas. No Gráfico 13, pode-se verificar que 9,8% concordam de forma total e os que concordam de forma parcial representam 31,7%, 24,4% discordam totalmente e 20,7% discordam de forma parcial.

Ou seja, mais da metade dos alunos, excluindo aqueles que não concordam ou discordam, percebem que não é possível manter o padrão de vida com recursos da poupança.

Para Cerbasi (2012, p. 18) o planejamento financeiro permitirá à condução na formação do patrimônio mínimo para a sobrevivência, de modo, que nos momentos de instabilidade ocasionado por algumas situações que saia do controle como de desemprego, doença ou planos frustrados em sua atividade de negócios, tenham-se reservas disponíveis. Com essas reservas será possível manter o padrão de consumo até que a normalização da situação. Mosca (2009) consolida o que foi dito ao afirmar que o planejamento financeiro ordena a vida financeira de tal maneira que permita ao indivíduo ter reservas para os imprevistos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo norteador da presente pesquisa, visa propor a inserção de disciplinas de educação financeira aos discentes de administração e contábeis, de modo a contribuir em suas carreiras profissionais e vidas pessoais. Mediante a leitura do referencial teórico, pode-se observar os objetivos a serem alcançados ou, ao menos, instigados perante os estudantes, e até aqueles que busquem adquirir ou implementar a educação financeira em sua rotina.

Podemos notar mediante a leitura e explicações contidas no referencial teórico que a educação financeira desenvolve competências e habilidades que possibilitam manuseio das ferramentas que compõe o sistema financeiro, isso permite que os discentes utilizem os aprendizados adquiridos para lidar com seus recursos próprios, auxiliando na tomada de decisões em momentos de imprevistos e até mesmo na aquisição de bens, em resumo, contribui para o equilíbrio dos orçamentos e de modo a alcançar metas e com o dever de conscientizar, possibilitando a estabilidade das finanças pessoais.

Um cenário o qual é ressaltado de forma insistente no trabalho se dá perante a situação de endividamento e inadimplência os quais estão em alta, sendo explicados justamente pela ausência de educação financeira pessoal em sala de aula, tanto na educação básica, quanto nos meios acadêmicos.

A ausência da educação financeira, poder ser entendida por muitos pela força do hábito, ou seja, em decorrência de não pensar no amanhã, de comprar por impulsos, e bem verdade que possa haver com os hábitos os quais cotidianamente são postos em prática, mas a educação financeira tem o papel de conscientizar e alertar quanto a se ter controle sobre os recursos financeiros próprios, principalmente desenvolvendo a necessidade de pensar no longo prazo, pois imprevistos podem acontecer a qualquer momento.

A presente pesquisa demonstra conteúdos propondo uma temática voltada para a área de finanças, a qual levanta um assunto a ser discutido e proposto em sala de aula, voltado para a educação financeira pessoal de estudantes de administração e contábeis, de modo a permitir e auxiliar em suas respectivas carreiras profissionais e pessoais, não apenas desenvolvendo profissionais para cuidar somente de finanças empresariais. Logo, constatou-se que os acadêmicos, semelhante a pesquisa proposta por Silva *et al* (2020), tem a percepção de conhecimento superficial sobre o tema.

Os resultados obtidos conduzem a uma breve comparação com semelhante pesquisa realizada na cidade do Recife-PE por Silva *et al* (2020), a qual foi elaborada com a mesma temática, de modo, a propor a inserção de disciplinas em sala de aula. tal pesquisa foi citada em alguns momentos. Diante dos dados obtidos na pesquisa, pode-se chegar a conclusão que os estudantes apresentam noções sobre finanças pessoais, mas que para desenvolver competências e habilidades para lidar com as próprias finanças requerem instrução para obter conhecimentos necessários para ter segurança quando manusear e conduzir suas finanças.

Os estudantes apresentam conhecimento básicos sobre finanças pessoais, mas que não lhes são suficiente para a maturação de um conhecimento sobre finanças mais aprofundado, quando questionados sobre manter o padrão de vida atual mediante a utilização da poupança caso fosse demitido do emprego ou perdesse direito a auxílios ou ativos de renda fixa que tivesse, e notado que uma quantidade satisfatória possui um gestão consciente dos recursos e utiliza-se da poupança para guarda seu dinheiro, por ser apresentar como meio seguro para deixar seus recursos guardados, mas que possui baixo retorno, do contrário, caso estivesse investido poderia estar trazendo um retorno satisfatório.

Ausência de disciplinas de finanças pessoais conduzem estudantes para as dívidas que do contrário, caso não venham a ser acompanhadas ou negociadas, poderão conduzir para a inadimplência. Com isso a situação de determinados indivíduos se torna complexa e, sua solução irá resultar em esforços.

Significativa parcela dos estudantes concordam que a inserção da educação financeira deve ser iniciada desde o ensino fundamental, pois já é maturado a parti da infância conhecimentos mesmo que superficiais, que com o passar dos anos permitirá alcançar habilidades e competências para lidar com as finanças pessoais na vida adulta e profissional.

Os estudantes obtêm contato no decorrer de seus cursos com finanças empresariais, que lhe oferece alguma noção sobre finanças, mas tal contato não são suficientes para desenvolver competências essenciais para o manuseio de ferramentas do sistema financeiro, logo os

estudantes concordam que seria importante a implementação de disciplinas de educação financeira pessoal no curso de administração e contábeis.

A pesquisa ainda serve como intermediadora a possíveis futuras pesquisas acadêmicas com pauta no tema presente, de modo que possa ser realizada em outras cidades e regiões do Brasil e até mesmo internacionalmente, pois educação sempre será algo de importância para ser tratado, não importa sua esfera, mas, tudo aquilo que visa educar é necessário perante a sociedade.

A inserção de disciplinas de educação financeira pessoal em sala de aula, ainda que de maneira introdutória em cursos de férias ou disciplinas optativas para ser cursada pelos discentes, na percepção dos alunos agrega conhecimento e maturação com seus recursos próprios, consolidando indivíduos responsáveis e preocupados com o longo prazo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMEISTER, R. VOHS, K. **Willpower, choice and Self control in time**. New York: Russel Sage, 2003.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2009.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

CONSTANTINI, Vanderlei. Consumo excessivo, status, poder e endividamento. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/consumo-excessivo-status-poder-e-endividamento>. Acesso em: 10 nov. 2022.

COSTA, D.; BESSA, S. **Compreensão econômica de estudantes do ensino médio em diferentes contextos socioeconômicos**. Revista de Educação e Cultura Contemporânea. v. 19. n. 60. 2022.

DESSEN, Marcia. **Finanças Pessoais: O Que Fazer Com Meu Dinheiro**. São Paulo: Trevisan Editora, 2014.

ELTON, E. J. *et al.* **Moderna Teoria das Carteiras**. São Paulo: Atlas, 2020.

FRANCO, T. C. O jovem e o crédito: uma estratégia de endividamento precoce. XV Seminário de Iniciação Científica da PUC- Rio, 2007. Disponível em: http://www.pucrio.br/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/dir/relatorio_thiago_franco.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

G1. Endividamento bate recorde em março puxado pelo cartão de crédito, diz CNC. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/31/endividamento-bate-recorde-em-marco-puxado-pelo-cartao-de-credito-diz-cnc.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2022.

HOUSEL, Morgan. **A psicologia financeira: lições temporais sobre fortuna, ganância e felicidade**. Rio de Janeiro: Casa dos Livros Editora, 2021.

LEDOUX, J. **Emotional networks and motor control: a fearful view**. New York: University New York, 1996.

LOEWENSTEIN, G. **The fall and rise of psychological explanations in the economics of intertemporal choice**. New York: Elster, 1992.

LOPES J. *et al.* **Nível de conhecimento financeiro dos jovens da geração e estudantes de um centro universitário na zona sul de São Paulo**. FECAP. 2014. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/jspui/handle/tede/381>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MARQUES, E. V.; SOUZA, A. C. A.; PESSOA, Y. B. Análise da Gestão Financeira Pessoal de Gestores e Microempreendedores do Município de Fortaleza-Ceará. A Luz Das Finanças Comportamentais. *In: SIMPOI 2014. Anais [...]*. São Paulo, 2014.

MEINBERG, Daniel; NOVAIS, Leandro.; SENNA, Livia.; TORRES, Frederico.; VELOSO, Ewerton. **Educando Seu Bolso**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2017.

MEIRA, M. L. S. *et al.* **Educação financeira para jovens**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Ensino Médio com habilitação profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas) - Etec de Poá, Poá, 2022.

MININEL, Carla. **Pesquisa de opinião: tipos, características e como aplicar**. Brasil Questionpro. Disponível em: <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/pesquisa-de-opiniao-como-aplicar-para-seu-negocio/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MODIGLIANI, F., BRUMBERG, R. **Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954.

MOSCA, A. **Finanças comportamentais gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

NEGRI, A. L. L. Educação Financeira para o Ensino Médio da rede pública: Uma proposta inovadora. *In: Dissertação (Mestrado em Educação). Anais [...]*. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2010.

NUNES, Tassia. Porque países têm investido na educação financeira para crianças - Como isso ajudará no comportamento humano para o desenvolvimento do país. Disponível em: <https://brainlatam.com/blog/porque-paises-tem-investido-na-educacao-financiera-para-criancas-e-como-isso-ajudara-no-comportamento-humano-para-o-desenvolvimento-do-pais-1449>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ORGANISATION for Economic and Co-Operation Development. **Improving Financial Literacy**. OCDE/OECD. Analysis of Issues and Policies. Paris, 2005. Acesso em: 23 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Assessoria de Comunicação Social. **Advancing National Strategies for Financial**

Education. OCDE, 2014. Disponível em: www.oecd.org/finance/financialeducation/35108560.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

PINHEIRO, C. A. O. **Tenha modos com seu dinheiro.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

PINTAUDI, S. M. **O Templo da Mercadoria.** Estudo sobre os Shoppings Centers do Estado de São Paulo. 1989. 156 f. Tese (Doutorado em Geografia). *In*: INSTITUTO DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (FFLCH). [Anais]. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1989.

SAVOIA, J. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *RAP*, Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 27 maio 2024.

SILVA, A. B. B. **Mentes consumistas: do consumismo à compulsão por compras.** 1. ed. São Paulo: Globo, 2014.

SILVA, Sandrielle Rosilene da.; VASCONCELOS, Gabriela de.; SANTOS, João Paulo Barbosa dos Santos.; CARVALHO, Robson Goés de. A educação Financeira Pessoal: Como a Falta de Instrução Sobre Finanças Pessoais Interfere no Comportamento Financeiro dos Graduandos em Administração e Economia, *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 44., 2020, online, 2020. **Anais [...]**. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J.; RIBEIRO, M. L.; LOHMANN, G. G. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., São Paulo, 2009. **Anais [...]** São Paulo: SEMEAD, 2009.

WEBER, A. F.; PÉRSIGO, P. M. **Pesquisa de Opinião Pública: princípios e exercícios.** 1. ed. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2017. p. 86. v. 1.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO A PARTIR DOS GRADUANDOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - DCH - CAMPUS-I SALVADOR
RECEBIDO	09/07/2024
AVALIADO	15/08/2024
ACEITO	29/08/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Antônio César Mota Pastor Filho
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduando em Administração pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Carlos Alberto Orge Pinheiro
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutor em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pela Faculdade de Tecnologia Senai CIMATEC. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Salvador, com especialização em Auditoria Econômica e Financeira pela Universidade Gama Filho. Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: cesarpastorfilho@hotmail.com Autor 2: capinheiro@uneb.br
---	--

A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA CIDADE DE BARREIRAS, BAHIA

Recebido: 17/07/24 | *Avaliado:* 25/08/24 | *Aceito:* 04/09/24

Maria Regina Souza do Prado

Pós-graduada em Gestão Sustentável dos Recursos Naturais do Cerrado pela UNYAHNA e Administração Pública pela Universidade Candido Mendes - Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia e Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia. Técnica Universitária do DCH-Campus IX da Universidade do Estado da Bahia
E-mail: reginamsp@hotmail.com

Renata dos Santos Mendes

Pós-graduada em Docência em Educação Infantil e Ensino Fundamental pelo Instituto de Educação Superior (UNYAHNA), Gestão e Planejamento Educacional: Ênfase em Empreendedorismo, Tecnologia e Educação à Distância pela Faculdade Montenegro e Políticas Públicas para a Educação pela Faculdade Einstein (Facei). Graduada em Pedagogia e Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia. Assistente Administrativo da Escola Municipal Dr. Othoniel Gomes de Andrade, Barreiras/BA
E-mail: mendes13@yahoo.com.br

Areza Batista Gomes Barros

Mestrado em Análise Regional (UNIFACS). Graduação em Economia com Ênfase em Economia Empresarial (UNIFACS), e graduação em Administração (UniBF. Integra do Cadastro de Avaliadores do INEP- SISBASIS. Integra o quadro de docentes elaboradores de itens do Banco Nacional de de Itens (BNI) da Educação Superior - INEP. Atua como Professora-titular Estácio Salvador nos cursos de Administração, Recursos Humanos, Estética e Logística.
E-mail: arezabgb@uneb.br

RESUMO

Este artigo trata da qualidade do atendimento público, com foco na atuação dos servidores sob a perspectiva da qualidade e eficiência para os cidadãos-usuários. Nesse sentido, o propósito do estudo foi analisar a consolidação das políticas de atendimento em uma universidade pública na cidade de Barreiras, Bahia, e, com esse objetivo, desdobrou-se em objetivos específicos: avaliar o nível de satisfação dos cidadãos-usuários com o atendimento prestado na instituição; conhecer as estratégias de melhoria no atendimento adotadas pela instituição de ensino; verificar a efetivação das leis e normas de atendimento aos cidadãos na instituição. Para subsidiar as discussões e análises dos dados, a fundamentação teórica baseou-se na Constituição Federal do Brasil de 1988, no Decreto nº 1.171/1994, no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, na Lei nº 8.429/1992 - Improbidade Administrativa, na Lei nº 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, além das obras de Silva (2021), Moscovici (1999) e Bonifácio (2023), para abordar tanto a trajetória da administração pública quanto a oferta do serviço público, avaliação, estratégias e a qualidade no atendimento. A metodologia adotada incluiu pesquisa exploratória, com abordagem bibliográfica e pesquisa documental, utilizando um questionário de opinião. Nessa perspectiva, a pesquisa a partir do questionário permitiu uma visão específica sobre o atendimento na instituição pública. Os resultados apontaram a importância da comunicação entre os cidadãos/usuários e a administração para melhorar o serviço na instituição, a subjetividade nas respostas dos pesquisados, o desconhecimento das leis que regem o serviço público e dos instrumentos de avaliação da instituição, bem como a satisfação dos usuários/cidadãos com o serviço prestado. Na análise dos dados, percebe-se o quanto é relevante agregar valores estratégicos e de avaliação, assim como a formação dos agentes públicos. Ademais, destaca-se a relevância deste estudo, dada a amplitude e a complexidade do tema. Acredita-se também que a administração pública precisa entender as questões coletivas e encontrar estratégias que legalmente garantam os direitos dos cidadãos.

Palavras-chave: Serviço Público. Leis. Avaliação. Qualidade. Estratégias.

ABSTRACT

This article deals with the quality of public services, focusing on the performance of civil servants from the perspective of quality and efficiency for citizen-users. In this sense, the purpose of the study was to analyze the consolidation of service policies at a public university in the city of Barreiras, Bahia, and, with this objective, it was divided into specific objectives: to evaluate the level of satisfaction of citizen-users with the service provided at the institution; to understand the strategies for improving service adopted by the educational institution; to verify the effectiveness of laws and standards for service to citizens at the institution. To support the discussions and data analysis, the theoretical basis was based on the 1988 Brazilian Federal Constitution, Decree No. 1,171/1994, the Code of Professional Ethics for Civil Servants of the Federal Executive Branch, Law No. 8,429/1992 - Administrative Impropriety, Law No. 8,112/1990 - Legal Regime for Civil Servants of the Union, in addition to the works of Silva (2021), Moscovici (1999) and Bonifácio (2023), to address both the trajectory of public administration and the provision of public services, evaluation, strategies and quality of service. The methodology adopted included exploratory research, with a bibliographic approach and documentary research, using an opinion questionnaire. From this perspective, the research based on the questionnaire allowed a specific view of the service provided by the public institution. The results showed the importance of communication between citizens/users and the administration to improve the service in the institution, the subjectivity in the responses of the respondents, the lack of knowledge of the laws that govern the public service and the institution's evaluation instruments, as well as the satisfaction of users/citizens with the service provided. The analysis of the data shows how important it is to add strategic and evaluation values, as well as the training of public agents. Furthermore, the relevance of this study is highlighted, given the scope and complexity of the topic. It is also believed that the public administration needs to understand collective issues and find strategies that legally guarantee the rights of citizens.

keyword: Public Service. Laws. Evaluation. Quality. Strategies.

1 INTRODUÇÃO

O serviço público, na perspectiva democrática, tem grande relevância no atendimento ao público, na oferta de bens e na prestação de serviços, considerando os princípios da administração pública. A supremacia do interesse público é uma máxima no campo do direito, tendo em vista os direitos fundamentais e outros princípios que asseguram aos cidadãos bens e serviços por meio do Estado, a partir dos tributos.

Nos últimos anos, a administração pública tem buscado avanços tecnológicos, promovido reformas administrativas e adotado novas normas e legislações que orientam os servidores na prestação de serviços para melhor atender aos cidadãos. No entanto, ainda é comum que os usuários se queixem da demora no atendimento, corrupção, desinformação, apatia, desrespeito, negligência e jogo de responsabilidade, entre outros problemas.

Considerando que os problemas e dificuldades na oferta das atividades públicas fazem parte da realidade da maioria das organizações públicas, a escolha de uma instituição pública na cidade de Barreiras, BA, Nordeste do Brasil, para a realização desta pesquisa sobre a qualidade do atendimento se justifica por ser uma universidade pública e também um local propício para a produção de conhecimentos e para a formação de pessoas politizadas, conhecedoras de seus direitos e deveres.

No contexto do atendimento e diante das tecnologias de informação e comunicação, bem como das garantias legais que sustentam a prestação de serviços públicos aos cidadãos-usuários, surgiu o questionamento: como se dá a atuação dos servidores diante das políticas de atendimento em uma determinada universidade pública na cidade de Barreiras, Bahia, sob a perspectiva de qualidade e eficiência para os cidadãos-usuários?

A pesquisa desenvolvida tem como tema a consolidação das políticas de atendimento em uma universidade pública na cidade de Barreiras, Bahia. Nesse cenário, o objetivo geral consistiu em analisar a política de qualidade de atendimento aos cidadãos-usuários adotada nessa universidade, e os desdobramentos para o estudo foram: (I) avaliar o nível de satisfação dos cidadãos-usuários com o atendimento prestado na instituição; (II) conhecer as estratégias de melhoria no atendimento adotadas pela instituição de ensino; e (III) verificar a efetivação das leis e normas de atendimento aos cidadãos na universidade pública na cidade de Barreiras, Bahia.

O presente artigo está dividido em cinco partes. A primeira, a introdução, evidencia o tema, o problema, o objetivo e a justificativa. A segunda aborda o referencial teórico, com foco nas leis que regem o serviço público no Brasil, como a Constituição Federal (CF), o Código de

Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a Lei de Improbidade Administrativa e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, entre outras abordagens, como as de Silva (2020) e Bonifácio (2023).

Na sequência, a metodologia apresenta como foi conduzida a pesquisa exploratória, com base em uma proposta bibliográfica e documental, utilizando um questionário de opinião. Esse caminho atendeu aos objetivos projetados e proporcionou estratégias para a análise dos dados. Por fim, na conclusão deste artigo, são apresentados os resultados e as considerações finais.

Ademais, espera-se que este estudo contribua para o aprimoramento dos instrumentos de avaliação de satisfação do usuário na universidade, bem como favoreça o acompanhamento da prestação de serviços por meio do controle social e possibilite a capacitação permanente dos servidores. Dessa forma, por intermédio dos conhecimentos, das normas e dos princípios da qualidade no atendimento ao público, o atendimento à comunidade acadêmica e à sociedade do município de Barreiras poderá ser aperfeiçoado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NAS ORGANIZAÇÕES

A consolidação da democracia brasileira tem garantido aos cidadãos não apenas o direito aos serviços públicos, mas também o poder de exigir que estes sejam prestados com qualidade. Essa conquista só foi possível após a realização de diversas reformas administrativas no país; a criação de leis e normas que estabelecem direitos e deveres dos agentes públicos e cidadãos; e a participação ativa dos cidadãos, que exige atuação eficiente dos agentes públicos e ações das organizações baseadas em suas demandas.

O primeiro modelo de gestão pública adotado no Brasil, durante o período colonial e oligárquico, conhecido como patrimonialista, permitia que políticos e funcionários públicos utilizassem seus cargos para atender a interesses particulares (DANTAS, 2022). Dessa forma, a prevalência do interesse privado em detrimento do interesse público trouxe diversas consequências para a administração pública, como má gestão dos bens públicos, clientelismo, corrupção e privilégios pessoais. Alguns desses resquícios são percebidos até hoje nas organizações.

Além disso, na busca por um paradigma que garantisse uma divisão clara entre o público e o privado, o governo de Getúlio Vargas (1934-1937) implementou a Reforma Administrativa

Burocrática em 1930, cujos fundamentos se baseavam no formalismo, impessoalidade e profissionalismo (SOARES; PENDIUK, 2022). No entanto, o excesso de controle sobre os processos trouxe muita morosidade no atendimento aos cidadãos, pouca flexibilidade pessoal e organizacional, e resistência a mudanças, resultando em ineficiência no setor público.

Diante do aumento das demandas sociais trazidas pela Constituição Cidadã de 1988 e da expansão das ideologias neoliberais no país, o sistema burocrático entrou em crise (BERTONCINI; PRESENTE, 2021). A partir dos anos 90, o Brasil começou a adotar um modelo de gestão baseado no gerencialismo, que focava no controle com ênfase nos resultados e na oferta de serviços que atendesse aos interesses dos cidadãos, na eficiência administrativa e na adoção de melhores práticas do setor privado no setor público.

A última reforma administrativa se concretizou com a Emenda Constitucional 19/1998, que inseriu no artigo 37 da Constituição Federal o preceito maior do gerencialismo: a eficiência. O texto passou a ser: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988).

A Emenda Constitucional nº 19, de 4 de julho de 1998, reforçou o artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece, entre outras coisas, que todos os representantes da administração pública devem obedecer às normas legais e colocá-las em prática, possibilitar a transparência dos atos, utilizar os recursos de forma racional sem prejudicar a qualidade do serviço prestado, atuar de forma ética e não fazer acepção de pessoas.

Embora o modelo gerencial não desconsidere a observância da lei, ele demonstra que a qualidade na prestação do serviço público vai além do simples cumprimento das normas legais e burocráticas por parte dos servidores. As organizações públicas precisam buscar eficiência, exercer sua função social, conhecer as necessidades dos cidadãos-usuários, capacitar os servidores e avaliar o atendimento conforme os padrões de qualidade da administração pública.

Além disso, o que o servidor concebe sobre sua prática de atendimento muitas vezes não é suficiente para medir o nível de qualidade na prestação do serviço no órgão público. É importante, nesse processo, considerar a percepção dos usuários para identificar as fragilidades estruturais, humanas e tecnológicas que impedem as organizações de alcançar o grau de satisfação desejado.

2.2 MARCOS LEGAIS DO ATENDIMENTO PÚBLICO

O brasileiro, desde o nascimento, depende da prestação de serviços públicos para ter acesso à saúde, educação, saneamento básico, assistência social, cultura, trabalho e até mesmo aos registros que comprovam sua existência. O que poucos sabem é que, por trás de cada serviço prestado, há diversas leis que regem os órgãos, agentes e atividades públicas, com o intuito de garantir que os direitos dos cidadãos sejam efetivamente assegurados.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu não só o dever do Estado de prestar serviços públicos a todos, sem distinção de raça, credo ou religião, mas também o direito dos cidadãos ao acesso às informações de seu interesse. Com essa regulamentação constitucional, que garante aos cidadãos sob a tutela do Estado o direito à informação, ficou evidente não apenas a permissão para o controle social das atividades administrativas, mas também a proteção e a realização de outros direitos dos cidadãos.

No âmbito jurídico brasileiro, o direito ao acesso às informações de interesse particular ou coletivo ganhou reforço com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Seus artigos detalham aspectos como prazos, divulgação, obtenção de informações através de meios eletrônicos, requerimentos, tratamento de informações pessoais, recursos, grau de sigilo, entre outros mecanismos que permitem a monitoração das atividades públicas.

Outra lei importante para a melhoria do serviço público é a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), que orienta os servidores sobre as condutas que devem ser evitadas na administração, principalmente quando o ato provoca enriquecimento ilícito, causa prejuízo ou lesão ao erário, ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, atentando contra os princípios da administração pública.

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), e a Lei nº 6.677/1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia) são consideradas importantes diretrizes para a prática dos servidores, pois contêm informações sobre direitos e deveres.

Sobre o atendimento no serviço público da Bahia, a Lei nº 6.677/1994 deixa claro nos artigos 175 e 176 que o servidor é obrigado a prestar atendimento com presteza, fornecer os dados requeridos pelos cidadãos, salvo informações sigilosas, expedir certidões, agir com base no princípio da moralidade administrativa, ser pontual e tratar bem os cidadãos, entre outras obrigações.

Não menos importante, o Código de Ética nº 1.171/1994 orienta os servidores federais a serem leais aos princípios éticos e às leis, acima das vantagens financeiras do cargo ou qualquer outro interesse particular.

Embora a observância dessas leis por parte dos agentes públicos seja muitas vezes vista por cidadãos como sinônimo de burocracia na prestação do serviço público, é válido lembrar que a administração pública tem avançado com o modelo gerencial nos últimos anos. Fundamentado no princípio da legalidade, esse modelo busca direcionar suas ações com base nas demandas dos usuários.

Considerando que a atividade pública é financiada pelos impostos dos cidadãos, o Estado não tem autonomia absoluta e sua atuação está subordinada à lei, que expressa a vontade geral do povo (ALEXANDRINO; PAULO, 2013). Assim, os servidores, como representantes da administração pública, têm o dever de cumprir as normas legais e colocá-las em prática durante a prestação do serviço.

Em síntese, a presença e o cumprimento das leis na atuação pública são essenciais para proteger os direitos dos cidadãos, garantir que os serviços oferecidos pelo Estado sejam realizados de forma transparente, eficiente e justa, sem arbitrariedades e abusos de poder por parte daqueles que prestam o serviço.

2.3 AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PÚBLICO

Por intermédio da atividade pública, os cidadãos têm acesso a uma variedade de serviços essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. A qualidade do atendimento prestado pelas instituições competentes é um aspecto crucial para a satisfação dos usuários e a efetividade das atividades públicas como um todo. Nesse sentido, a avaliação do atendimento torna-se uma ferramenta indispensável para identificar pontos fortes e fracos, bem como para propor melhorias.

Junto a ideia de avaliação encontra-se o monitoramento, que está diretamente ligado a qualidade do atendimento. A esse respeito, (UNB, p. 4, 2019 *apud* VESLOGUZOVA *et al.*, 2020) “O monitoramento pode ocorrer como uma atividade sistêmica de observação, análise, avaliação e predição do estado do serviço bem como um sistema ou método de monitoramento de seu estado”. Este processo permite a observação dos serviços durante o desenvolvimento, sua avaliação e análise do impacto de diversos fatores externos.

Nesse cenário, Silva (2020) acrescenta que a “avaliação é uma grande oportunidade para o usuário/cidadão se reconhecer como parte importante do processo de prestação do serviço público”.

A pesquisa de satisfação enquanto instrumento de revisão da qualidade da prestação do serviço público envolve a análise sistemática e criteriosa dos processos e interações entre agentes públicos e cidadãos durante a prestação de serviços. Busca ainda verificar se as demandas dos usuários estão sendo atendidas de forma satisfatória, ágil, eficiente e acessível. A avaliação de atendimento pode abranger diferentes aspectos, como tempo de espera, cordialidade dos atendentes, clareza das informações fornecidas, resolução de problemas e adoção de medidas para aprimorar a experiência do cidadão.

A implementação de indicadores de desempenho mostra-se muito evidente em qualquer atividade realizada pelas organizações, servindo como termômetro para compreender as causas que desencadeiam efeitos positivos ou negativos na fase de execução e nos resultados alcançados (PEREIRA; PACHECO, 2020, p. 04).

A avaliação sobre o atendimento prestado no órgão público funciona como um canal de comunicação entre o usuário e a organização. Nesse processo é possível compreender a perspectiva do cidadão/usuário acerca do serviço que está sendo prestado, indicando as suas prioridades e as suas insatisfações à administração pública, em contrapartida, a organização pode elaborar estratégia de ação para melhor atendê-los.

Dessa forma, implementar a avaliação do atendimento nas instituições públicas pode significar a adesão de medidas corretivas, promover a inovação e aprimorar continuamente seus serviços. Porém, diante de tal processo há o risco dessa ferramenta não ter eficácia na instituição, sem o engajamento dos servidores e participação dos usuários. Para Bonifácio (2023, p. 07) “A necessidade das pessoas é compreendida quando elas têm a oportunidade de se expressar, de opinar, de dizer o que sentem, de dizer o que querem”. Acrescenta, ainda, dos agentes públicos estarem preparados e dispostos a ter no centro o cidadão.

No ponto de vista de Bonifácio (2023), quando o gestor pretende pôr em prática a avaliação de atendimento, precisa estar ciente que o processo deve ser contínuo e constante na interação com os cidadãos. Contudo, a aproximação com a sociedade; a adoção de canais de diálogo, claros, simples e efetivos; o tratamento eficiente nas devolutivas feitas aos cidadãos; a legalidade dos atos; a efetivação da transparência e ética; o envolvimento e o comprometimento de toda equipe, são algumas das medidas que podem ser aderidas nas organizações para obter bons resultados do instrumento de revisão da qualidade da prestação do serviço público.

Enfatiza-se que, durante a implantação de um instrumento democrático e participativo na administração pública, não basta pensar somente nas medidas que promovam o envolvimento dos cidadãos e dos servidores no processo, é preciso o gestor saber analisar a especificidade de cada mecanismo avaliativo e escolher a melhor técnica para obter as informações sobre as demandas dos cidadãos e o que orientar nas tomadas de decisões da organização.

Dessa forma, é interessante sinalizar algumas sugestões, como: I - Os questionários, entrevistas ou ferramentas *online* (indicado para coletar opiniões e percepções dos usuários sobre o atendimento recebido); II - A monitoração de indicadores pré-definidos (permite melhor verificar o tempo médio de espera, taxa de resolutividade, número de reclamações); III - As avaliações qualitativas por meio de observações diretas, visitas técnicas ou grupos de discussão (obtem informações mais detalhadas sobre a qualidade do atendimento, como a cortesia dos servidores, a clareza das informações e a efetividade das soluções); IV - As ouvidorias e canais de *feedback* (servem mais para coletar as reclamações, sugestões e elogios dos cidadãos).

Logo, ao implementar a avaliação do atendimento no serviço público a organização tem a oportunidade de diminuir o distanciamento entre os cidadãos e administração pública, identificar pontos fortes e fracos e propor melhorias que tragam a satisfação dos usuários. Observa-se que para isso é necessário engajar os servidores e os usuários durante o processo, escolher estrategicamente a técnica capaz de demonstrar, de forma fidedigna, as demandas e percepções que os usuários têm do serviço público prestado na organização.

2.3.1 Boas práticas de atendimento no serviço público

A maior parte das reclamações dos brasileiros com o serviço público está relacionada à falta de empatia, demora no atendimento, tratamento frio, irresponsabilidade, desinformação, desrespeito e ignorância por parte dos servidores. Situações como essas devem ser evitadas, pois prejudicam a imagem do serviço público e causam insatisfação nos usuários.

“A postura do servidor público durante o atendimento é muito importante. Um bom atendimento não é verificado apenas pelo que o servidor fala, mas também pelo profissionalismo de sua postura, seu comportamento, seu tom de voz e sua atitude” (MANUAL DA PREFEITURA DE VITÓRIA, 2017, p. 18).

Nesse contexto, a postura profissional do servidor está relacionada às suas características pessoais e atitudes no ambiente de trabalho, sendo um fator determinante na construção da imagem e credibilidade da instituição pública. Avaliar a própria prática e postura

profissional é uma forma de aprimorar o atendimento público, conforme a visão de Moscovici (1999).

A prática da autoavaliação é essencial para o aprendizado ao longo da vida. Aprender a se observar, examinar os próprios progressos, vitórias, fragilidades, acertos e desacertos, diagnosticar e comparar suas contribuições ao grupo com as de outros membros, explorar os sentimentos em relação aos triunfos e fracassos, e as reações diante dos obstáculos – tudo isso contribui para o crescimento pessoal e interpessoal.

Aqui, a autoavaliação é vista como um instrumento que pode provocar nos servidores reflexões, mudanças de hábitos e o desenvolvimento de novas habilidades para lidar com os usuários. Isso é especialmente importante quando se pretende adotar um atendimento de qualidade nas instituições públicas. Na efetivação de boas práticas, os servidores precisam seguir algumas regras (Manual da Prefeitura de Vitória, 2017; Cerqueira, 2019), tais como: atendimento respeitoso, escuta ativa, orientações assertivas e objetivas, comunicação clara e oficial, entre outras práticas.

2.4 ESTRATÉGIAS NA MELHORIA DO ATENDIMENTO PÚBLICO

As mudanças na oferta de bens e serviços no campo do trabalho exigiram, ao longo da história, mudanças também no comportamento dos indivíduos quanto à utilização dos novos recursos que surgiram, e isso não é diferente na administração pública.

Alguns recursos já são apontados e orientados na literatura, bem como nos atos normativos, para viabilizar um melhor atendimento ao cidadão. Com a pandemia, por exemplo, os atendimentos precisaram ser adaptados para atender às novas demandas através de meios remotos, pré-agendados ou realizados totalmente no formato virtual.

Com o propósito de melhorar o atendimento, na visão de Santos (2021), as organizações podem utilizar diversos recursos tecnológicos, como: guichês de autoatendimento para reduzir as filas de espera; agendamento automatizado por aplicativo, WhatsApp, site ou outros meios, para que o cidadão não precise sair de casa; notificações por e-mail, SMS ou WhatsApp; autoatendimento por aplicativo; e a adoção de vários canais de atendimento e informações, como site, telefone, aplicativo, redes sociais, SMS, WhatsApp, e-mail, mural, local físico e folhetos.

Pondera-se que, mesmo com toda a praticidade, eficiência, eficácia e efetividade que os novos recursos de atendimento devem proporcionar, os protocolos de segurança precisam ser

mantidos, garantindo aos usuários os princípios que regem os atos públicos, ou seja, toda a administração pública deve ser preconizada e assegurada.

3 METODOLOGIA

Diante do problema proposto, o caminho metodológico partiu da abordagem dedutiva à luz da pesquisa bibliográfica e exploratória, numa perspectiva quali-quantitativa. Na compreensão do problema e no desdobramento do estudo, foram utilizadas a observação e a opinião do público-alvo.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, imprescindível a qualquer investigação, com o propósito de construir a fundamentação epistemológica. Isso permitiu aprofundar a compreensão da temática a partir das produções elaboradas e constituídas, além de percorrer caminhos científicos devidamente certificados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória foi assertiva por proporcionar o desenvolvimento do estudo com uma visão geral, aproximada e de familiarização com o tema. Além disso, como instrumento, foi contemplada a pesquisa documental para atender à complexidade dos dados qualitativos, no que diz respeito às leis, atos normativos, orientações políticas de organização institucional, regimentos das atribuições dos servidores, protocolos de atendimento e limites das funções dos servidores públicos da instituição.

Especificamente para a coleta de dados, foi elaborado um questionário com elementos pertinentes à exploração do tema. Este questionário foi criado na plataforma Google Forms e, em seguida, o link foi disponibilizado aos participantes (acadêmicos) durante um período de 5 (cinco) dias.

Os questionários foram aplicados a 5,03% dos 894 acadêmicos com matrículas ativas nos sete cursos ofertados pela universidade no primeiro semestre de 2024, o que equivale a 45 acadêmicos. A escolha desse público-alvo se justificou pelo fato de serem diretamente beneficiados pelos serviços prestados na instituição nos últimos anos.

Para a análise dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 84), se caracteriza pela “objetividade, sistematização e inferência”. Essa técnica é mais apropriada para a proposta de pesquisa e para o processo de organização, categorização e interpretação dos dados à luz das concepções teóricas estudadas.

Por fim, os dados desta pesquisa foram analisados com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), no Código de Ética nº 1.171/1994, no Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia (Lei nº

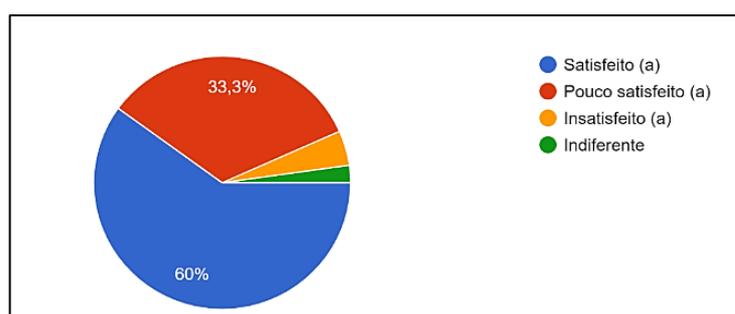
6.677/1994), além das concepções sobre a qualidade do atendimento na prestação do serviço público à luz de Alexandrino & Paulo (2013), Sá (2016), Lucas e Silveira Júnior (2013), Neves (2011), entre outros autores pertinentes à prestação do serviço público.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Mediante o objetivo da pesquisa observou que 91,1% dos acadêmicos encontram-se entre 16 e 26 anos de idade, tal como que 28,9% estão no 7º ou 8º semestre e 24,4% entre o 3º e 4º semestre, o que conjectura-se que este grupo de pessoas tem um histórico de socitações de serviços em relação ao vínculo com a instituição.

Na sequência foi indagado aos usuários sobre a satisfação com o atendimento prestado, em que 60% classificam-se satisfeitos e 33,3% pouco satisfeitos, conforme Gráfico 1.

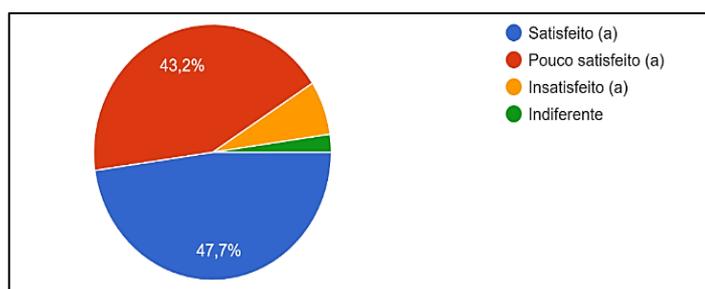
Gráfico 1 - Atendimento prestado pela Universidade



Fonte: Pesquisa TCC - Administração Pública (2024).

Além disso, de modo específico, foi inquerido a respeito da eficácia, o tempo de espera no atendimento, devolutivas, encaminhamentos e soluções das demandas e necessidades, 47,7% se veem satisfeitos e 43,2% pouco satisfeitos, como é possível observar no Gráfico 2.

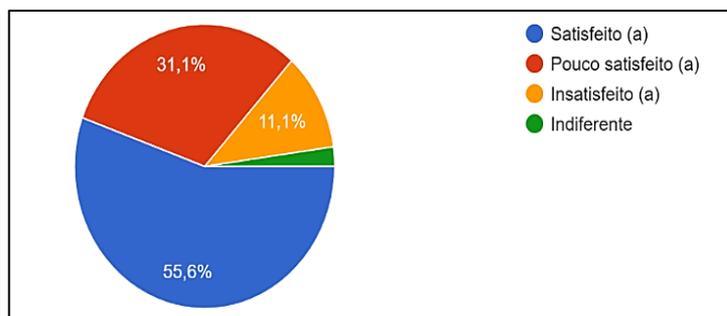
Gráfico 2 - Eficácia, o tempo de espera no atendimento, devolutivas, encaminhamentos e soluções das demandas e necessidades pela Universidade



Fonte: Pesquisa TCC - Administração Pública (2024).

Acrescentando a essa linha de raciocínio foi questionado quanto a clareza durante a comunicação no atendimento, e, 55,6% apresentam-se satisfeitos, 31,1% pouco satisfeitos e 11,1% apresentaram-se insatisfeitos aos quesitos solicitados.

Gráfico 3 - Clareza na comunicação no atendimento

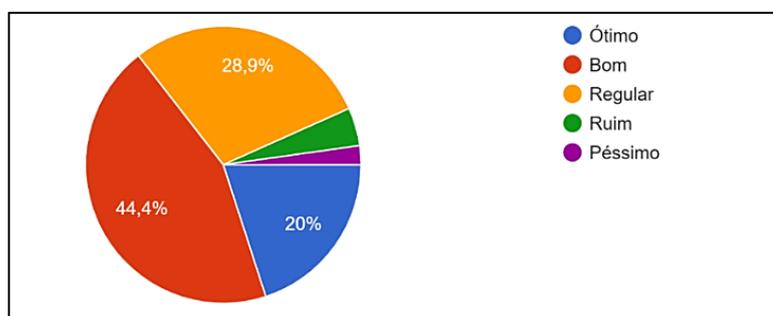


Fonte: Pesquisa TCC - Administração Pública (2024).

Nas abordagens apresentadas nos Gráficos 1, 2 e 3, o atendimento relacionado a comunicação nas informações, eficácia, devolutivas e necessidades, confirmam que as respostas variam pouco, ficando os quantitativos bem próximos, indicando a coerência quanto ao entendimento e interpretação dos questionamentos colocados.

Diante do perfil funcional, foi indagado aos acadêmicos, como julgam o interesse dos funcionários em propor alternativas nas necessidades solicitadas. Assim, 20% acreditam ser ótimo, 44,4% disseram que é bom e 28,9% regular. As opiniões podem ser visualizadas no Gráfico 4.

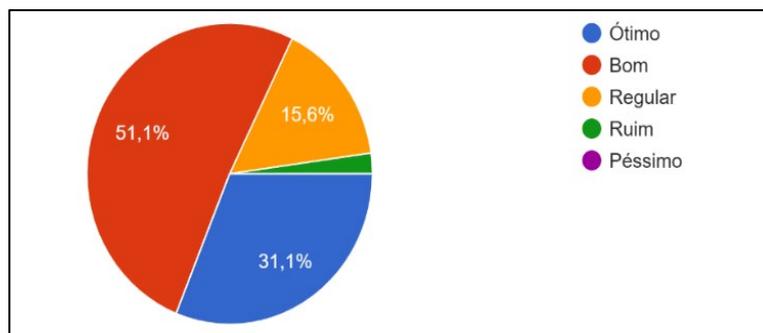
Gráfico 4 - Interesse dos funcionários em propor alternativas



Fonte: Pesquisa TCC - Administração Pública (2024).

Associado a indagação anterior foi inquerido sobre a cordialidade e gentileza dos funcionários e, 51,1% dos acadêmicos responderam ser bom, 31,1% ótimo, 15,6% ponderaram numa compreensão regular, de acordo demonstrado abaixo:

Gráfico 5 - Cordialidade e gentileza dos funcionários



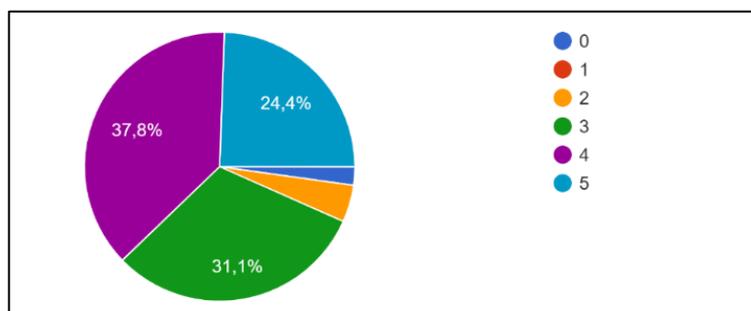
Fonte: Pesquisa TCC - Administração Pública (2024).

Com base nas respostas dos participantes nos Gráficos 4 e 5 há indícios de que na atuação da atividade pública, os servidores estejam agindo conforme o que versa o art. 175 da Lei 6.677/ 1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia), o qual estabelece que o servidor deve ser eficiente e dedicado as atribuições do cargo, atender os cidadãos com presteza e tratá-los com urbanidade e respeito.

Nesse quesito, também o Manual da Prefeitura de Vitória (2017) legitima sobre a importância da postura do servidor público no atendimento, fundamentado pelo profissionalismo, cordialidade e assertividade, desde o tom de voz às atitudes. Na pesquisa, os acadêmicos classificaram que a postura está em consonância com os parâmetros cordiais e profissionalismo de atendimento.

Na continuidade, em escalas de 0 - 5, foi questionado aos participantes se o serviço da instituição de ensino poderia ser indicado a amigos ou conhecidos, e assim, 24,4% expuseram totalmente positivo a uma possível indicação, 37,8% sinalizaram a escala 4 e 31,1% a 3.

Gráfico 6 - Indicação do serviço a amigos ou a conhecidos



Fonte: Pesquisa TCC - Administração Pública (2024).

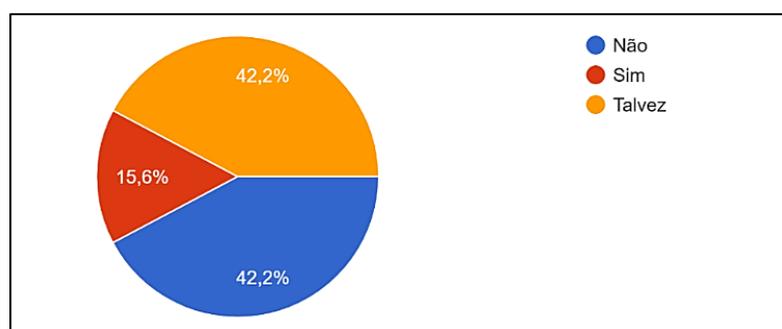
No que se refere o conhecimento dos servidores sobre os protocolos, informações e direcionamentos, 51,1% avaliaram como bom, 22,2% regular e 17,8% como ótimo.

Diante dessas respostas, em que a maioria dos estudantes não se sentem, totalmente, seguros para indicar os serviços prestados pela instituição a amigos ou conhecidos, isso demonstra que as expectativas da maioria dos usuários não estão sendo superadas com o atendimento prestado, o que pode impactar diretamente na reputação da instituição no ambiente externo.

Nesses termos, o Manual da Prefeitura de Vitória (2017) preconiza algumas estratégias para a qualidade do atendimento, expondo entre outras orientações, que o servidor precisa manter os usuários informados sobre a competência de todos os setores, bem como orientar os cidadãos durante o atendimento presencial, virtual e telefônico sobre a obtenção do serviço. Para mais, necessita tratar o problema ou direcionar ao setor competente com objetividade e clareza. A precisão das informações e celeridade devem permitir a rapidez nas respostas e devolutivas aos solicitantes.

Nessa perspectiva, foi perguntado aos acadêmicos a respeito de serem ouvidos e compreendidos durante a interação, 80% acreditam que sim e 20% afirmaram que não. Com esses dados, é possível concluir que a maioria aprova o atendimento e sentem-se satisfeitos. Diante do conhecimento dos acadêmicos acerca das leis que regulamentam a prestação do serviço e o atendimento público, 42,2% pontuaram desconhecer, 42,2% afirmaram possivelmente ter compreensão do assunto, 15,6% alegaram conhecer.

Gráfico 7 - Conhecimento dos acadêmicos sobre as leis que regulamentam o Administração Pública



Fonte: Pesquisa TCC - Administração Pública (2024).

A afirmação de desconhecimento das leis que regulamentam a prestação do serviço e o atendimento público pelos acadêmicos evidencia a ausência de um pressuposto conceitual importante. Avaliar um determinado contexto sem conhecer o que legalmente rege e fundamenta tais situações pode levar a equívocos na interpretação da realidade, resultando em uma visão parcial, unilateral e superficial.

Em um contexto em que a administração pública só pode atuar quando existe uma lei que determine ou autorize os atos administrativos (ALEXANDRINO; PAULO, 2013), o desconhecimento das leis por parte dos pesquisados, que são os titulares originários da “coisa pública”, pode comprometer a efetivação das políticas de qualidade de atendimento na instituição pública pesquisada. Isso ocorre porque, quando as pessoas não conhecem seus direitos e deveres legais, reduz-se automaticamente a capacidade de fiscalizar e cobrar melhorias. Essa falta de conhecimento impacta negativamente a implementação adequada das políticas públicas, a exigência de serviços públicos de qualidade, o acesso aos mecanismos de reclamação e defesa de direitos, e a participação no processo de decisão que afeta seus interesses.

O Manual da Prefeitura de Vitória (2017, p. 08) expõe que o serviço público de qualidade é aquele que cumpre os princípios da Lei contidos no artigo 37 da Constituição Federal.

Todos esses princípios constitucionais que fundamentam a prestação do serviço público são essenciais para a consolidação das políticas de atendimento em qualquer instituição pública. Além disso, eles estão presentes em todas as leis que estabelecem os direitos dos cidadãos e norteiam a prática dos servidores, como o Regimento dos Servidores Federais e do Estado da Bahia, a Lei de Acesso à Informação, e a Lei de Improbidade Administrativa, entre outras.

Durante a pesquisa, foi possível observar que o canal e mecanismo de atendimento mais utilizado pelos acadêmicos é o atendimento presencial individualizado, com 46,7% optando por essa forma. Em comparação, 17,8% utilizam telefone, SMS e WhatsApp, e 15,6% preferem site, aplicativo e redes sociais.

A predominância do atendimento presencial indica que, culturalmente, os acadêmicos confiam mais ou percebem maior agilidade nos processos realizados fisicamente. Diante dos processos tecnológicos de informação e comunicação, sugere-se que a instituição elabore estratégias para a adoção de outros canais e mecanismos, como site, telefone, guichês, aplicativo, redes sociais, SMS, WhatsApp, e-mail, mural, local físico e folhetos (SANTOS, 2021).

Sobre a instituição acadêmica como um todo, foi questionado aos participantes se conheciam algum instrumento de avaliação institucional da Universidade para manifestar reclamações, questionamentos ou elogios. A maioria, 73,3%, afirmou não conhecer tais instrumentos, enquanto 26,7% disseram conhecer.

Entre os que afirmaram conhecer alguma ferramenta, 41,2% apontaram a ouvidoria, 29,4% mencionaram questionários online (como Typeform, Wufoo, SurveyMonkey,

MindMiners, Google Forms e Survio), 23,5% citaram outros instrumentos, e 5,9% mencionaram a entrevista presencial ou por telefone.

A ausência de conhecimento dos instrumentos de avaliação adotados na instituição, por parte dos acadêmicos, demonstra a necessidade de a universidade investir mais em ferramentas que possibilitem o conhecimento das necessidades dos cidadãos-usuários. Sem acesso a essas informações, a instituição não consegue verificar o nível de satisfação do cidadão/usuário em relação ao serviço prestado e, conseqüentemente, adotar estratégias e ações para melhor atendê-los.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a qualidade na prestação de serviço público vai muito além do simples cumprimento das normas legais e burocráticas por parte dos servidores. As organizações públicas precisam cumprir sua função social, conhecer as necessidades dos cidadãos-usuários, capacitar os agentes públicos e avaliar o atendimento conforme os padrões de qualidade da administração pública.

Embora os resultados da pesquisa mostrem que a maioria dos entrevistados se sente muito satisfeita com o atendimento prestado pela instituição, há uma leve insatisfação demonstrada nas respostas em relação à capacidade dos servidores de propor alternativas para os problemas, à cordialidade e à gentileza dos funcionários, entre outras questões que acabam por enfraquecer a consolidação da política de qualidade do atendimento na instituição.

Quando a maioria afirma que não tem conhecimento das leis que regem a prestação do serviço público, as respostas dos entrevistados são consideradas de caráter subjetivo. Diante disso, e da variação nas outras respostas sobre o atendimento, não é possível definir o nível de efetivação das leis e normas de atendimento aos cidadãos na universidade pública na cidade de Barreiras, Bahia.

A ausência de conhecimento dos participantes em relação aos instrumentos de avaliação da qualidade do atendimento adotados pela instituição demonstra que a universidade precisa criar meios de envolver os cidadãos e servidores no processo de avaliação da qualidade do atendimento. Quando munidos de informações sobre o local de trabalho e as necessidades dos usuários, os servidores são capazes de avaliar suas práticas e tomar decisões mais assertivas para melhorar a utilização dos recursos públicos, aumentar a produtividade e alcançar os objetivos institucionais.

A avaliação de satisfação dos usuários em relação ao atendimento prestado na universidade deve ser vista como um canal de comunicação entre ambos, pois é através dela que a comunidade acadêmica poderá intervir diretamente na forma como o serviço é prestado, indicando suas prioridades e insatisfações, enquanto a administração elabora estratégias para melhor atendê-los.

É pertinente destacar, ainda, que este trabalho não abordou todos os aspectos relevantes desta temática, dada a sua abrangência e complexidade. Estudos mais aprofundados à luz de outros referenciais teóricos poderão ampliar e dar mais sustentação às reflexões aqui apresentadas. Consciente das limitações deste estudo, sugerem-se os seguintes temas como objetos de futuras pesquisas: perfil dos servidores no atendimento; uso de tecnologias no atendimento do serviço público, etc.

Diante do objetivo deste estudo e dos resultados, é recomendável que a instituição realize uma autoavaliação, aprimore seus instrumentos de avaliação de satisfação do usuário e favoreça o acompanhamento da prestação de serviço por meio do controle social, das normas e dos princípios de qualidade no atendimento ao público, oportunizando, assim, a melhoria no atendimento à comunidade acadêmica e à sociedade no município de Barreiras.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 21.ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

BAHIA. **Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Disponível em: http://www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais/images/pdf/legislacao/LEI_6677_94-ESTATUTO_SERVIDOR_PBLICO.pdf. Acesso em: 04 dez 2021.

BERTONCINI, M.; PRESENTE, V. R. As alterações dos modelos de gestão estatal e uma proposta de conceituação de governança da administração pública. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 41, n. 86, p. 123-147, 2021. DOI: 10.5007/2177-7055.2020v41n86p123. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/78186>. Acesso em: 23 ago 2023.

BONIFÁCIO, W. **A gestão pública democrático participativa como instrumento para a construção de uma comunidade mais solidária, justa e cooperativa**: cidadãos servindo a comunidade e uns aos outros. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/a-gestao-publica-democratico-participativa-como-instrumento.html>. Acesso em: 06 jul 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da

Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 04 dez 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.** Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm#:~:text=nenhum%20Estado%20po de%20crescer%20ou,mais%20a%20de%20uma%20Na%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 04 dez 2021.

BRASIL. **Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18429.htm. Acesso em: 04 dez 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Acesso em: 04 dez 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 04 dez 2021.

CERQUIRA, J. C. **Cartilha para atendimento ao usuário do serviço público. 2019.** Disponível em: https://ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/20192_TCC concluidos/CERQUEIRA_Cartilha_Atendimento_Usuario_SP.pdf#: Acesso em: 10 ago 2023.

DANTAS, F. Repensando o patrimonialismo: ainda uma chave explicativa do estado brasileiro? **Fórum Sociológico** [Online], 15 dez. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologico/10732>; DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.10732>. Acesso em: 04 ago 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano.** 5. ed. Rio Janeiro: José Olympio, 1999.

PEREIRA, Russlana Rocha. PACHECO, Isis Bruna Gomes. **Indicadores de desempenho como ferramenta na gestão da qualidade no serviço público.** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Russlana-Pereira/publication/355085259_Indicadores_de_desempenho_como_ferramenta_na_gestao_da_qualidade_no_servico_publico_Performance_. Acesso em: 10 jan 2024.

SANTOS, J. **Como melhorar o atendimento em instituições públicas?** Disponível em: <https://blog.cosmrobots.io/> Acesso em: 06 dez 2021.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA; Wander Cleber Pereira da; PEDROSA, Glauco Vitor; GOMES, Marília Miranda Forte. **Proposta de modelo de avaliação da satisfação de usuários de serviços públicos**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade Gama, 2020.

SOARES, A. F. C.; PENDIUK, F. Raízes da Burocracia: a trajetória da administração pública no Brasil rumo ao ordenamento jurídico de sua eficiência. ANIMA: **Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet**. Curitiba, v. 27, jul./dez., 2022. ISSN 2175-7119. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf>. Acesso em: 23 ago 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. FACULDADE DO GAMA. **Pesquisa e modelo de avaliação da gestão da qualidade dos Serviços públicos federais**: Relatório técnico. Ministério da Economia (ME) - Secretaria de Governo Digital (SGD). Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Automação de Serviços Públicos no âmbito da Jornada da Transformação dos Serviços. ITRAC, 2019.

VITÓRIA. Prefeitura municipal. **Excelência no atendimento e boas práticas no serviço público**. Vitória, 2017. Disponível em: <https://gestaopublicaeficiente.com.br/2018/12/20/cartilha-orienta-sobre-excelencia-e-boas-praticas-no-servico-publico/>. Acesso em: 23 ago 2023.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA CIDADE DE BARREIRAS, BAHIA
RECEBIDO	17/07/2024
AVALIADO	25/08/2024
ACEITO	04/09/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Maria Regina Souza do Prado
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Pós-graduada em Gestão Sustentável dos Recursos Naturais do Cerrado pela UNYAHNA e Administração Pública pela Universidade Candido Mendes - Instituto Prominas. Graduada em Pedagogia e Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia. Técnica Universitária do DCH-Campus IX - UNEB.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Renata dos Santos Mendes
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Pós-graduada em Docência em Educação Infantil e Ensino Fundamental pelo Instituto de Educação Superior (UNYAHNA), Gestão e Planejamento Educacional: Ênfase em Empreendedorismo, Tecnologia e Educação à Distância pela Faculdade Montenegro e Políticas Públicas para a Educação pela Faculdade Einstein. Graduada em Pedagogia e Administração Pública pela UNEB. Assistente Administrativo da Escola Municipal Dr. Othoniel Gomes de Andrade, Barreiras/BA.
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Areza Batista Gomes Barros
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade Salvador - UNIFACS
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestrado em Análise Regional (UNIFACS). Graduação em Economia com Ênfase em Economia Empresarial (UNIFACS), e graduação em Administração (UniBF. Integra do Cadastro de Avaliadores do INEP-SISBasis. Integra o quadro de docentes elaboradores de itens do Banco Nacional de de Itens da Educação Superior - INEP. Atua como Professora-titular Estácio Salvador nos cursos de Administração, Recursos Humanos, Estética e Logística.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: reginamsp@hotmail.com Autor 2: mendes13@yahoo.com.br Autor 3: arezabgb@uneb.br
---	--

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMAÇARI NA SOLUÇÃO DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA SUS

Recebido: 16/07/24 | *Avaliado:* 30/08/24 | *Aceito:* 09/09/24

Alex Pereira da Silva

Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). MBA em Auditoria e Perícia pela Faculdade Alfa América, sou especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduado Contabilidade e Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Discente do curso Administrador Público UNEAD da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: alex.persil@gmail.com

Paulo César Souza Costa

Pós-graduado em Saúde Pública e Saúde da Família, Direito Administrativo e Econômico e Direito Ambiental pela Faculdade Intervale. Graduado em Direito pela Faculdade Apoio, graduado em Gestão de Eventos pela UNIJORGE, graduando em Administração Pública pela UNEB. Atualmente está como Presidente do Conselho de Saúde de Camaçari e Presidente do Grupo Ante Aids de Camaçari. Discente do curso Administrador Público UNEAD da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: paulogaac1@hotmail.com

Sonia Pinto

Pós-Doutorado pela Open University - UK. Doutora em Difusão do Conhecimento pela UFBA. Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Especialista em Educação e Novas Tecnologias da Comunicação e Informação pela UNEB. Pedagoga, graduada pela Universidade Católica do Salvador. Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão.
Tutora do curso Administrador Público UNEAD da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: spinto@uneb.br

RESUMO

Este artigo examina o desempenho do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari, Bahia, na resolução de denúncias entre 2019 e 2020, recebidas pela Ouvidoria SUS e pelo próprio Conselho. Em um contexto pós-redemocratização do Brasil, onde a participação da sociedade civil na saúde pública foi fortalecida pela Constituição de 1988, este estudo ressalta a relevância desses conselhos na transparência e na implementação de políticas de saúde. Adotando uma abordagem multidimensional, busca-se avaliar a eficácia desses órgãos no tratamento de reclamações do SUS. A metodologia qualitativa empregada inclui análise de documentos como atas de reuniões e relatórios do Conselho, além de legislação pertinente. Os resultados visam proporcionar uma compreensão detalhada do papel dos Conselhos Municipais de Saúde na supervisão e melhoria contínua dos serviços de saúde locais, apoiando a gestão democrática e participativa do sistema de saúde público do Brasil.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Saúde. Ouvidoria SUS. Reclamações SUS. Controle Social.

ABSTRACT

This article examines the performance of the Municipal Health Council of Camaçari, Bahia, in resolving complaints from 2019 to 2020, received by the SUS Ombudsman and the Council itself. In a post-redemocratization context in Brazil, where public health's civil society participation was strengthened by the 1988 Constitution, this study highlights the importance of these councils in transparency and health policy implementation. Adopting a multidimensional approach, it seeks to assess the effectiveness of these bodies in handling SUS complaints. The qualitative methodology used includes document analysis such as meeting minutes and Council reports, as well as relevant legislation. The results aim to provide a detailed understanding of the role of Municipal Health Councils in overseeing and continuously improving local health services, thus supporting the democratic and participatory management of Brazil's public health system.

Keywords: Municipal Health Council. SUS Ombudsman. SUS Complaints. Social Control.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1980, os movimentos sociais ganharam espaço com a redemocratização do Brasil. Este fenômeno histórico, marcado pela elaboração da Constituição em 1988, aproximou a sociedade civil da política e possibilitou um Controle Social cada vez mais qualificado, deliberativo, independente e representativo no Sistema Único de Saúde. Neste contexto, os Conselhos Municipais de Saúde se tornaram decisivos na transparência municipal, planejamento e consolidação de estratégias de Saúde, sobretudo, na organização da atenção básica e Saúde da Família. Este artigo busca analisar o Conselho Municipal de Saúde de Camaçari por meio de uma de suas atribuições mais importantes: atuação na resolução de denúncias que os usuários do Sistema Único de Saúde realizaram junto à Ouvidoria e ao Conselho Municipal de Saúde no biênio 2019 a 2020.¹

A escolha do tema foi definida sob o prisma de três aspectos: o pessoal, o profissional e o social. O enfoque pessoal nasceu por meio da vivência dos pesquisadores que, desde os anos da juventude, estiveram envolvidos com movimentos sociais em busca da criação, ampliação e controle social das políticas públicas governamentais municipais. A partir do viés profissional, o tema os motiva através da sua relação com o serviço público, com atividades relacionadas à avaliação, controle e gestão de políticas públicas, entre elas, as de saúde. Diante do exposto, o aspecto social está diretamente ligado às vivências anteriores à experiência profissional dos autores que, como munícipes e usuários do sistema de saúde, mantêm vivo, em cada um, o desejo comunitário de lutar por uma saúde de qualidade para todos.

Diante desses aspectos, considera-se que o tema, “O Conselho Municipal de Saúde de Camaçari (BA) na solução das denúncias recebidas pela Ouvidoria SUS”, atende a proposta da atividade por representar um tema relevante para a sociedade. Ele perpassa por princípios fundamentais para o Estado Democrático de Direito, sendo eles o direito à saúde, a liberdade de expressão e a participação da sociedade civil. Além disso, a Constituição Federal do Brasil resguarda a universalidade e os direitos constituídos no SUS.

A Constituição Federal de 1988 (CF88) no Art. 196, versa que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

¹ Atribuição amparada no Regimento Interno do CSN, art. 14: VI - acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do SUS, dando ciência ao Plenário, quando necessário.

A CF88 garante assegura diversos direitos, dentre eles, a participação popular na avaliação e controle das políticas públicas, que pode ocorrer de forma individual, coletiva ou representativa. Nesse contexto, os Conselhos Municipais de Saúde desempenham um papel elementar, haja vista serem entidades legalmente constituídas pela comunidade, tendo como objetivo acompanhar as verbas destinadas e à disposição do Sistema Único de Saúde (SUS), sejam municipais, estaduais, distritais e/ou federais. Além disso, tais conselhos participam da elaboração das metas para a saúde e controlam a execução das ações na saúde (BRASIL, 1988).

Outro pilar da pesquisa é o papel da Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua principal missão é garantir e ampliar o acesso do cidadão na busca efetiva dos direitos à saúde, como garante a Constituição Federal de 1988. Entre suas responsabilidades destaca-se o recebimento de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais manifestações da população quanto aos serviços e atendimentos prestados pelo SUS (BRASIL, 1990).

Deste modo, busca-se compreender qual a participação do Conselho Municipal na solução das denúncias recebidas pela ouvidoria do SUS, quais ações posteriores foram tomadas e de que forma será possível antevê-se para não haver repetição de fatos denunciados.

A pergunta central desta pesquisa é: “O Conselho Municipal de Saúde de Camaçari tem participado, acompanhado e proposto soluções às denúncias recebidas pela Ouvidoria do SUS?”. Para responder a essa questão faz-se necessário compreender o papel desempenhado pelo conselho nesse contexto.

O Conselho de Saúde é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo. Ele é composto por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários. Esses órgãos são espaços de participação social na administração do sistema público de saúde. Sua atuação envolve a formulação e o controle da execução da política de saúde, incluindo a proposição de estratégias de coordenação e gestão do SUS.

Um dos fatores mais importantes para o sucesso na implantação do SUS é a consolidação do controle social, onde os Conselhos de Saúde desempenham um importante papel. Por meio deles, a população exerce o direito de fiscalizar as ações do Estado em relação à elaboração, controle e fiscalização das políticas de saúde, dentro de cada esfera de atuação (Nacional, Estadual, Distrital e Municipal).

A Resolução nº 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde, que estrutura os demais Conselhos de Saúde, destaca em sua quinta diretriz as competências desses conselhos:

XVI - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente.

XVII - Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias.

Desta forma, entre as responsabilidades do Conselho Municipal está a função de acompanhar a qualidade dos serviços de saúde prestados no âmbito municipal, assim como, a satisfação ou insatisfação dos usuários do serviço.

O estudo visa investigar as funções, limitações e contribuições do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari, na Bahia, focando em sua atuação na resolução de denúncias e reclamações reportadas à Ouvidoria SUS do município durante o período de 2019 a 2020. Este objetivo abrangente se desdobra em várias metas específicas, incluindo a análise de dados relacionados às soluções providas pela Ouvidoria SUS. Além disso, pretende-se estabelecer uma relação entre as atas das reuniões do Conselho Municipal e os processos de denúncias e reclamações finalizados pela Ouvidoria. Uma caracterização detalhada do conteúdo, dos procedimentos de abertura, encaminhamento, resposta e conclusão das denúncias e reclamações recebidas também é um objetivo crucial. Por fim, o estudo busca discutir o papel do Conselho Municipal como um agente secundário na implementação e monitoramento das políticas de saúde locais, evidenciando sua importância no contexto da saúde pública em Camaçari.

2 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem científica voltada para responder a questões relevantes para a sociedade. Seu foco vai além das aparências, buscando revelar a realidade subjacente. Para tanto, este estudo emprega procedimentos metodológicos específicos para investigar as dinâmicas entre o Conselho Municipal de Saúde de Camaçari e a Ouvidoria SUS, especialmente em relação às denúncias e reclamações recebidas pelo sistema de saúde no biênio de 2019 a 2020.

Na literatura, diferentes tipos de delineamentos de pesquisa são destacados, como descritos por Gil (1994) e Lakatos e Marconi (2010), que incluem a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, cada uma com suas particularidades quanto aos objetivos. Quanto aos procedimentos, identificamos o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, a documental, a participante e a experimental. E, por fim, a abordagem do problema, que pode ser qualitativa ou quantitativa. Nosso estudo se classifica como uma pesquisa exploratória e

bibliográfica com abordagem qualitativa, focando na análise documental das atas do Conselho Municipal de Saúde, bem como outros documentos relevantes.

Para identificar a literatura pertinente, foram utilizados os descritores “Conselho Municipal de Saúde”, “Ouvidoria SUS”, “Reclamações SUS”, e “Controle Social”. A pesquisa inicial, utilizando esses descritores individualmente, resultou em um total de 11.158 estudos, demonstrando a necessidade de refinar a pesquisa. A busca combinada dos termos “Conselho Municipal de Saúde” e “Ouvidoria SUS” revelou 46 estudos, enquanto a inclusão de todos os descritores na busca reduziu o número para 41 estudos pertinentes. Esta seleção meticulosa envolveu a análise de títulos e resumos para assegurar a relevância dos estudos em relação ao objetivo principal da pesquisa.

Para garantir a completude e a relevância das informações coletadas, também foi realizada uma revisão das referências bibliográficas dos estudos selecionados, visando identificar outros trabalhos importantes que poderiam ter sido inicialmente omitidos. Este método rigoroso permitiu não apenas a compreensão das funções e limites do Conselho Municipal de Saúde e da Ouvidoria SUS em Camaçari, mas também destacou práticas eficazes e áreas para melhorias no tratamento de denúncias e reclamações no sistema de saúde municipal.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988 (CF), conhecida como a Constituição Cidadão, coloca o cidadão no centro das decisões com todos seus direitos e deveres. Fiscalizar a gestão pública é uma forma de garantir melhores condições para o serviço público, além de promover a transparência e a *accountability*. Nesse sentido, instrumentos como o Conselho Municipal de Saúde e a Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) desempenham um papel crucial no exercício do controle social.

3.1 OS CONSELHOS DE SAÚDE E O COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Conselho Municipal de Saúde uma posição de destaque e importância no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. O Conselho Municipal de Saúde é uma instância colegiada de caráter permanente e deliberativo, composta por representantes do governo, dos prestadores de serviços, dos profissionais de saúde e dos usuários do sistema, conforme estabelecido pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.142/1990) e

pela Lei nº 8.080/1990. Ele é composto por representantes da sociedade civil e do governo e pretende acompanhar e avaliar a execução das políticas de saúde, permitindo a participação ativa da comunidade na tomada de decisões e na formulação de diretrizes para o setor (BRASIL, 1990).

Os Conselhos de Saúde, ao constituírem espaços de participação social na gestão do sistema público de saúde, desempenham um papel crucial na formulação e supervisão da política de saúde, propondo estratégias de coordenação e gestão do SUS. Eles fortalecem o controle social, um elemento fundamental para o sucesso na implementação do SUS, ao permitir que a sociedade intervenha na administração pública, direcionando as ações do Estado consoante os interesses da comunidade. Essa capacidade de intervenção possibilita que a população fiscalize as ações estatais relacionadas à elaboração, controle e fiscalização das políticas de saúde em cada esfera de atuação (LANDERDHAL *et al*, 2010).

De acordo com Faria (2008), o modelo assistencial proposto no país foi idealizado a partir de diretrizes voltadas para a atenção integral, regionalização, hierarquização, referência e contrarreferência. Todavia, existe um distanciamento do cotidiano na atenção básica que, muitas vezes, responde a um modelo já esgotado. Por inúmeros fatores, como gestão local e recursos investidos para acompanhar os ideais presentes nas diretrizes, acabam por ocasionar contradições na oferta dos serviços. Contudo, enfrentar este modelo, em vista do potencial real e romper com dogmas e tradições das práticas em saúde, é um desafio que perpassa pela efetivação da construção de um novo modelo de assistência (FRANCO; MERHY, 1999).

Consoante o Ministério Público (2010, p. 30), os Conselhos de Saúde são, em síntese, colegiados de caráter permanente e deliberativo, formado por representantes do governo, profissionais de saúde e usuários do SUS. Em estudo sobre o controle social de políticas públicas a partir do conselho de saúde, Cássio Alves entende ser necessário a existência de local físico com características de imparcialidade “onde não haja coerção aos participantes e seja garantido a tomada de decisões, com base na prática discursiva, permitindo assim a deliberação” (ALVES, 2017, p. 137).

A representação institucional da democracia liberal possui um elemento que promove uma participação popular restritiva, resumida ao voto. Neste contexto, o Estado conduz os rumos desta política (VIEIRA, 2010). Os fatores que compõem o perfil dos membros de um conselho são decisivos para os limites do desenvolvimento da própria atuação do corpo diretivo. Vieira observou que o tipo de vínculo, faixa etária, formação e outros elementos são bases para o que chamou de “Construção da Legitimidade” e estão associados aos limites de atuação dos conselheiros. A autora entende que a “legitimidade está associada à atuação efetiva dentro de

suas bases e ao apoio recebido de quem representa” (VIEIRA, 2010, p. 125). A implementação de Conselhos representa um método eficiente para assegurar o controle social sobre a aplicação de recursos públicos, permitindo a fiscalização e a participação cidadã nas decisões.

3.2 OUVIDORIAS SUS, A VOZ DO CIDADÃO

Na gestão pública brasileira, os serviços de ouvidoria são concebidos para promover a participação da sociedade, reconhecendo sua capacidade de oferecer *insights* valiosos para o aprimoramento da democracia, o controle administrativo, a avaliação de políticas e a melhoria dos serviços públicos. Esse modelo institucional reconhece que as demandas e necessidades expressas pelos cidadãos às ouvidorias podem servir como fonte direta de informações, especialmente no contexto da saúde pública, embora ainda sejam subutilizadas (CALIARI *et al.*, 2020).

No Brasil, a implantação da ouvidoria no setor público, visando à defesa dos direitos dos cidadãos, iniciou-se no final do século 20, durante o processo de redemocratização do país, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988. A partir desse momento, os direitos individuais ganharam destaque perante o Estado, que reconheceu a importância de ouvir seus cidadãos para adaptar seus processos e serviços às demandas populares. O Houaiss define o conceito de ouvidor do poder público como a pessoa encarregada pelo estado de defender os direitos do cidadão, recebendo e investigando queixas e denúncias de abuso de poder ou mau serviço por parte de funcionários, ou instituições públicas (HANNA, 2016).

A Ouvidoria-Geral do SUS foi estabelecida em 2003 como um departamento da Secretaria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde (MS), visando promover a participação popular. Suas funções incluem o recebimento e processamento de manifestações da sociedade, realização de pesquisas junto aos cidadãos e implementação da Rede Nacional de Ouvidorias do SUS. A Ouvidoria-Geral baseia-se na Constituição Federal de 1988 e em normativas posteriores, ganhando força com a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS) de 2005, que a inclui como componente, em coordenação com outras instâncias de participação, como conselhos e conferências de saúde (BRASIL, 2003; CALIARI, 2020). A Ouvidoria do SUS funciona como um canal de comunicação direta entre os usuários do sistema e as autoridades responsáveis, possibilitando o registro e o acompanhamento de reclamações, sugestões e denúncias relacionadas à prestação de serviços de saúde.

As ouvidorias do Sistema Único de Saúde (SUS) desempenham um papel essencial no controle social em saúde, promovendo a participação dos usuários e aprimorando os serviços oferecidos. Elas funcionam como intermediárias entre usuários e gestores, transmitindo demandas e sugestões às autoridades competentes. Além disso, captam feedback dos usuários para avaliar a satisfação e identificar problemas na assistência. Contribuem também para fiscalizar os recursos públicos destinados à saúde, promovendo transparência e accountability. Como mecanismos de participação social, as ouvidorias permitem que os usuários tenham voz ativa na gestão e melhoria dos serviços de saúde, democratizando o sistema de saúde (ANTUNES, 2008).

Silva *et al* (2016), em sua pesquisa com gestores, identificaram que as principais atribuições de uma ouvidoria do SUS incluem sugerir mudanças na gestão, avaliar e reavaliar os serviços prestados, facilitar o acesso dos usuários à administração pública e promover a democracia participativa no SUS. A pesquisa revelou que os gestores percebem a ouvidoria como um mecanismo de participação da comunidade e uma instância promotora de cidadania, reconhecendo a importância da voz individual dos usuários. Considerar a ouvidoria como um instrumento de participação da comunidade é um ato de coragem e ousadia, refletindo valores éticos comprometidos com a gestão do SUS.

3.3 A RECLAMAÇÃO NO SUS, O CONTROLE SOCIAL EM AÇÃO

O controle social é um conceito das Ciências Sociais que envolve o condicionamento ou limitação das ações dos indivíduos pelos grupos sociais e pela sociedade, baseados em valores, normas e comportamentos. No contexto brasileiro, após a redemocratização política e a promulgação da Constituição de 1988, o controle social passou a ser entendido como a capacidade da sociedade de exercer vigilância e controle sobre o Estado. Essa nova compreensão implica a participação ativa da sociedade na formulação, acompanhamento e verificação das políticas públicas (STOTZ, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Através do Conselho de Saúde e da Ouvidoria SUS, o controle social se fortalece, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade e da eficiência do sistema de saúde, em consonância com os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, tais como a universalidade, integralidade e equidade no acesso à saúde. Essas instâncias possibilitam a participação ativa dos cidadãos na gestão e fiscalização das políticas de saúde, promovendo a transparência e a democratização do sistema.

A participação popular é essencial na gestão pública e se concretiza no SUS por meio de instâncias colegiadas, formais ou informais, promovendo democratização e corresponsabilização entre Estado e sociedade civil. Esses espaços de controle social garantem a inclusão de demandas sociais de diversos grupos. No entanto, é crucial enfrentar desafios nos canais de participação para garantir um controle social efetivo e uma gestão participativa. Reconhecer esses desafios é o primeiro passo para desenvolver estratégias que superem os obstáculos encontrados (GOMES; ORFÃO, 2021).

Os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 concebem o SUS com ampla participação da sociedade na discussão, formulação, gestão e controle da política pública de saúde. Além disso, o Ministério da Saúde, ao discutir a gestão participativa como uma das diretrizes do SUS, reconhece que a interlocução com os usuários, movimentos sociais e entidades da sociedade favorece a escuta das necessidades e promove a inclusão de novos atores políticos na gestão, contribuindo para a ampliação do processo de redemocratização da sociedade brasileira (BRASIL, 2010).

Nessa conjuntura, a participação democrática da sociedade em espaços de debate e tomada de decisão de políticas públicas deve ser orientada pela preocupação em garantir e promover os direitos sociais da população, atendendo às suas necessidades sociais. O conceito de "controle social participativo", como parte da institucionalidade do Estado, é um fenômeno recente na história do Brasil. A composição dos conselhos de saúde, regulamentada pela legislação ordinária, estabelece uma representação paritária: 50% dos assentos são destinados a representantes dos usuários e os outros 50% são reservados para gestores, prestadores de serviços públicos e privados, e trabalhadores da saúde (BRASIL, 2010, LUZ *et al.*, 2020).

A comunicação dos cidadãos com a Ouvidoria-Geral do SUS desempenha um papel crucial na gestão e aprimoramento do sistema de saúde brasileiro. Esta interação é vital por várias razões. Primeiramente, as manifestações dos cidadãos dão um valioso feedback para a gestão do sistema, permitindo a identificação de áreas de falhas e oportunidades de melhoria nos serviços de saúde oferecidos. Além disso, ao expressarem suas demandas e necessidades, os cidadãos exercem sua participação ativa na administração pública da saúde, contribuindo para o desenvolvimento de políticas mais adaptadas às necessidades reais da população. As manifestações/reclamações também servem como evidências valiosas para os gestores do SUS ao tomar decisões, auxiliando na definição de prioridades e na implementação de medidas mais eficazes. Por fim, essas interações possibilitam identificar problemas sistêmicos recorrentes, permitindo uma abordagem mais estruturada e eficiente para resolvê-los. Em suma, a comunicação dos cidadãos com a Ouvidoria-Geral do SUS é essencial para promover a

transparência, a responsabilidade e a melhoria contínua do sistema de saúde, garantindo que as políticas e práticas adotadas atendam às necessidades e expectativas da população brasileira (CALIARI, 2020).

Portanto, a participação ativa da sociedade na gestão e controle das políticas de saúde, evidenciada por meio de mecanismos como a Ouvidoria-Geral do SUS, é essencial para a construção de um sistema de saúde mais justo, eficiente e responsivo às necessidades da população. Ao promover a transparência, a responsabilidade e a inclusão dos cidadãos nas decisões relacionadas à saúde pública, estamos fortalecendo os princípios democráticos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa. É fundamental reconhecer o valor da voz dos cidadãos e continuar aprimorando esses canais de comunicação para garantir que suas necessidades sejam adequadamente atendidas e que o sistema de saúde continue a evoluir conforme os anseios da sociedade brasileira.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os pesquisadores promoveram a solicitação das atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari (CMSC) referentes aos anos de 2019 e 2020. O CMSC apresentou as atas mensais; porém, de imediato, informou a ausência das atas referentes aos meses de março e abril de 2020. Justificou-se que, com o início da pandemia de SAS COVID-19 e o consequente lockdown, o CMSC foi surpreendido pela impossibilidade de encontros presenciais, como previamente estabelecido, necessitando de 60 dias para se adaptar às reuniões virtuais.

Quadro 1 - Quantificação das Atas do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari

Atas da CMSC - 2019/2020		
Previstas	Entregues	Selecionadas
24	22	4

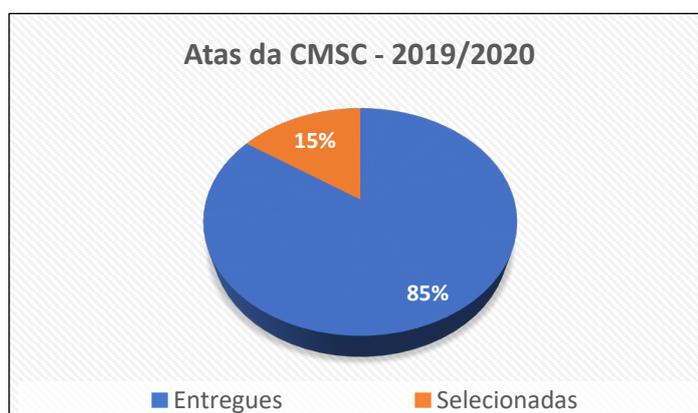
Fonte: Elaboração própria (2024).

As atas são documentos indispensáveis a este trabalho, visto que se trata de uma pesquisa documental com análise de dados institucionais. De acordo com Laville e Dionne (1999), a pesquisa documental inclui publicações de organismos que definem orientações, enunciam políticas, projetos e prestação de contas, além de compilar dossiês sobre os temas relacionados à saúde pública, sendo considerados materiais aptos para investigação. O processo

de codificar, categorizar, analisar e interpretar esses documentos também constitui uma análise de dados.

Entre o material coletado, foram identificadas e categorizadas 22 atas, numeradas e datadas. Os documentos foram submetidos à leitura e identificação com os descritivos “Ouvidoria” e “Reclamações”, deste modo, foram selecionadas 15% da amostra, as quais foram analisadas com fulcro do objeto de pesquisa.

Gráfico 1 - Percentual de Atas selecionadas



Fonte: Elaboração própria (2024).

Na análise das atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari-BA, emergem duas temáticas centrais, que refletem as preocupações e as intervenções estratégicas do conselho quanto às reclamações admitidas pela Ouvidoria SUS: a implementação de mecanismos de fiscalização e a promoção de ações preventivas na saúde.

Figura 1 - Ação de agentes externos

denúncias de vereadores que foram as filas para atendimento,

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari (2019; 2020).

Segundo a denúncia demonstrada na Figura 1, o mecanismo de fiscalização do conselho propõe a formação de uma comissão especial, com o objetivo de investigar irregularidades nas marcações de consultas e procedimentos nas unidades de saúde. Este movimento é uma resposta direta a denúncias de uso indevido dos serviços, com o propósito de assegurar equidade e transparência no acesso à saúde.

Figura 2 - Monitoramento do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari

Outra demanda foi que o acolhimento aos usuários em algumas clínicas prestadoras de serviços está sendo indevido, pois ocorre a marcação de muitos procedimentos para o mesmo dia e, além de não dar conta de tantos usuários, os funcionários destas clínicas ainda chegam atrasados, causando aglomeração de usuários e prestando um atendimento insatisfatório. Foi solicitada uma visita técnica do Conselho [REDACTED]

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari (2019; 2020).

Evidencia-se um processo de monitoramento contínuo das atividades dos prestadores de serviços de saúde, como a solicitação da Figura 2. Nela, com o conselho apresenta-se atuando decisivamente na recepção de reclamações encaminhadas para auditoria, o que, conseqüentemente, pode resultar em penalidades severas, como multas e rescisão contratual, como evidenciado na figura 3 e reforçado na Figura 4.

Figura 3 - Inaptidão de prestador de serviços de saúde

[REDACTED] sobre denúncia realizada em relação as coletas de laboratório da Clínica [REDACTED] Fala sobre transporte inadequado das amostras e uma série de outras inadequações que considerou o prestador inapto para o serviço.

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari (2019; 2020).

Figura 4 - Quantificação das Atas do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari

[REDACTED] as denúncias chegam aos órgãos competentes como o conselho, ouvidoria e auditoria, os encaminhamentos são dados desde multas até rescisão contratual. [REDACTED]

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari (2019; 2020).

Paralelamente às ações corretivas, o conselho destaca a necessidade de investir em estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças. Essa abordagem é vista como fundamental para reduzir a dependência do sistema de saúde em relação a exames e medicamentos, buscando um ciclo mais sustentável e menos intervencionista no tratamento de saúde.

Nas reclamações recorrentes, em termos práticos, o conselho também abordou questões específicas relativas à demanda dos serviços locais, como a necessidade de aumento da capacidade de atendimento em nefrologia, seja através da aquisição de mais equipamentos de diálise ou pela expansão dos horários de atendimento. Questões sobre a gestão de atendimento na UPA de Abrantes, como a garantia de atestados de comparecimento, e reclamações sobre o

serviço em clínicas, incluindo acolhimento inadequado e aglomerações, também foram discutidas. Essas discussões refletem uma atuação ativa do conselho na identificação e resolução de problemas operacionais e estruturais, visando melhorar continuamente a qualidade e o acesso aos cuidados de saúde na comunidade.

Desta forma, a análise detalhada das atas do conselho, ressalta o papel proativo do órgão em garantir a integridade e a eficácia dos serviços de saúde oferecidos, bem como em promover uma abordagem de saúde mais preventiva e menos reativa.

A discussão no Conselho de Saúde deve abordar sua ampla integração com a gestão. As atas evidenciam que todas as reuniões contam com a presença da Ouvidoria SUS e da Auditoria SUS, além de outros órgãos de controle social, como outras secretarias e conselhos, de maneira periódica. Em algumas ocasiões, com a participação da Ordem dos Advogados (OAB), as reuniões foram realizadas na sede da OAB em Camaçari.

Reclamações e demandas foram frequentemente apresentadas durante as reuniões, tanto por usuários quanto pela Ouvidoria SUS e pela Auditoria SUS. Observa-se uma significativa participação popular e que, conforme a praxe, o Conselho de Saúde de Camaçari é aberto a toda a população. De forma similar aos demais conselhos, com representatividade conforme a lei, permite-se que qualquer usuário faça denúncias presencialmente.

Durante as reuniões, tanto a Ouvidoria quanto a Auditoria encaminham as demandas, ora para a Ouvidoria do Ministério da Saúde, ora para a Auditoria inspecionar um serviço ou unidade específica. Assim, o conselho opera de maneira aberta, pautando e tratando as demandas apresentadas pelos próprios usuários ou seus representantes, que frequentemente utilizam o conselho para realizar denúncias devido à sua natureza menos formal, permitindo a verbalização direta. Essa abordagem presencial é amplamente utilizada para o encaminhamento de denúncias e a subsequente resolução.

Por fim, ao refletir sobre o quadro analítico e as características da presente pesquisa, é possível observar o pioneirismo deste trabalho, visto que não há na literatura uma abordagem sobre a Ouvidoria SUS no Município de Camaçari. Além disso, muito recentemente os pesquisadores têm avançado sobre o tema, a partir de um contexto analítico mais regional e local. Embora ajude a fortalecer os estudos no campo das ferramentas de participação social junto ao SUS, a amostragem deste trabalho é relativamente pequena. Ela permite estabelecer um importante diálogo, mesmo com uma amostragem que restrinja as nossas considerações.

No entanto, é preciso retomar e enfatizar alguns aspectos relevantes como a análise crítica da abertura de reuniões para o usuário SUS, os mecanismos de fiscalização e a comissão especial formada para responder diretamente às denúncias. Não podemos deixar de considerar

a importância da prevenção de doenças e as formas de abordagens do conselho a partir das reclamações recorrentes. Urge também a necessidade da criação de um observatório permanente, amplo e articulado entre diferentes instituições e áreas do conhecimento. Esse observatório seria responsável pela coleta de dados mais abrangentes, permitindo intervenções diretas e transformadoras na gestão pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs-se a analisar o papel do Conselho Municipal de Saúde de Camaçari, Bahia, no tratamento das denúncias recebidas pela ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o biênio de 2019 a 2020, com o objetivo de avaliar a efetividade e o impacto das ações do Conselho na resolução de reclamações e na promoção de melhorias nos serviços de saúde locais. Mediante uma investigação rigorosa, incluindo análise de atas e documentos, constatou-se que o Conselho desempenhou um papel significativo na supervisão e na resposta às demandas dos usuários, agindo como uma ponte essencial entre a população e as autoridades de saúde.

A análise revelou que o Conselho não apenas interveio eficazmente em casos específicos de reclamações, mas também promoveu iniciativas de prevenção e educação em saúde, destacando-se como um órgão de controle social ativo e responsivo. A participação do Conselho na fiscalização das práticas de saúde e na implementação de medidas corretivas demonstrou ser um fator crucial para garantir transparência e equidade no acesso aos serviços de saúde do município.

Apesar dos progressos observados, alguns desafios persistem, como a necessidade de maior agilidade na resolução de denúncias e a ampliação do alcance das ações preventivas. Para pesquisas futuras, sugere-se um estudo longitudinal que avalie os impactos a longo prazo das intervenções do Conselho na qualidade dos serviços de saúde do município. Além disso, seria proveitoso investigar a interação entre o Conselho Municipal de Saúde e outras instâncias de controle social, como as conferências de saúde, para uma compreensão mais abrangente do ecossistema de participação cívica na gestão da saúde pública.

Este estudo destaca a importância dos Conselhos Municipais de Saúde como mecanismos vitais para a manutenção da integridade e eficácia do SUS. Intensifica-se, assim, a necessidade de fortalecer essas entidades para continuarem a promover uma saúde pública de qualidade e democraticamente gerida. Ao enfatizar o controle social, reitera-se o direito

constitucional à saúde e o poder da participação cidadã na formulação e fiscalização das políticas de saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cássio Guilherme. G. **Controle social de políticas públicas: aos conselhos municipais e sua forma de atuação e controle na execução de políticas públicas - uma observação crítica sobre a atuação do conselho municipal de Saúde de Santa Cruz.** 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

ANTUNES, Ludmila Rodrigues. Ouvidorias do SUS no processo de participação social em saúde. **Saúde coletiva**, p. 238-241, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 20 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 01 out 2021.

BRASIL. **Ministério Público, conselhos municipais de saúde e noções gerais sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).** Edição, outubro, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.141, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

CALIARI, Rafael Vulpi; RICARDI, Luciani Martins; MOREIRA, Marcelo Rasga. Análise das manifestações à Ouvidoria-Geral do SUS, no período de 2014 a 2018: evidências para a tomada de decisões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 205-218, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (BRASIL). **Resolução n. 333, de 4 de novembro de 2003.** Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 2003.

FARIA, Horácio Pereira et al. **Unidade Didática I: Organização do Processo de Trabalho na Atenção Básica à Saúde - Mod. 2.** Editora UFMG; NESCON/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

FRANCO, Túlio Batista. e MERHY, Emerson Elias. **Programa de Saúde da Família (PSF): Contradições de um Programa Destinado à Mudança do Modelo Tecnoassistencial.** São Paulo, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, José Felipe de Freitas e ORFÃO, Nathalia Halax. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 1199-1213, 2021.

HANNA, Eduardo Kalil. **Como implantar ouvidoria e atuar nessa área**, 1ª edição. São Paulo: Editora Trevisan, 2016. E-book. ISBN 9788599519530. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519530/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Camaçari. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/camacari.html>. Acesso em 13 jun. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 320-320.

LANDERDHAL, Maria Celeste. et al. Resoluções do Conselho de Saúde: instrumento de controle social ou documento burocrático? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2431–2436, ago. 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUZ, Helder Corrêa; et al. (2020). Democratização da saúde: desafios da municipalização e descentralização administrativa relacionado a participação e controle social. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 1, p. 508-523. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-035>.

OLIVEIRA, Ana Maria Caldeira.; IANNI, Aurea Maria Zöllner.; DALLARI, Sueli Gandolfi. Controle social no SUS: discurso, ação e reação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 8, p. 2329-2338, ago. 2013.

SILVA, Raelma Paz. et al. O pensamento dos gestores municipais sobre a ouvidoria como um potencial instrumento de gestão participativa do SUS. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 110, p. 81-94, jul. 2016.

STOTZ, Navarro Stotz. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. **Saúde Debate**, v. 30, n. 73/74, p. 149-160. 2006;

VIEIRA, Natália Aurélio. **A representação dos usuários no Conselho Municipal de Saúde de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA
RECEBIDO	16/07/2024
AVALIADO	30/08/2024
ACEITO	09/09/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Alex Pereira da Silva
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Camaçari
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). MBA em Auditoria e Perícia pela Faculdade Alfa América. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduado Contabilidade e Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia. Discente do curso Administrador Público UNEAD/UNEB.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Paulo Cezar Souza Costa
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Camaçari
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Pós-graduado em Saúde Pública e Saúde da Família, Direito Administrativo e Econômico e Direito Ambiental pela Faculdade Intervale. Graduado em Direito pela Faculdade Apoio. Graduando em Administração Pública (UNEB). Presidente do Conselho de Saúde de Camaçari e Presidente do Grupo Ante Aids de Camaçari. Discente do curso Administrador Público UNEAD/UNEB.
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Sonia Pinto
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Camaçari
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Pós-Doutorado pela Open University - UK. Doutora em Difusão do Conhecimento (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Especialista em Educação e Novas Tecnologias da Comunicação e Informação (UNEB). Pedagoga, graduada pela Universidade Católica do Salvador. Professora Assistente da UNEB. Tutora do curso Administrador Público UNEAD da Universidade do Estado da Bahia.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: alex.persil@gmail.com Autor 2: paulogaac1@hotmail.com Autor 3: spinto@uneb.br
---	--

FATORES QUE LEVAM AFRODESCENTES A NÃO ASSUMIREM CARGOS DE LIDERANÇA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Recebido: 08/07/24 | *Avaliado:* 16/08/24 | *Aceito:* 16/09/24

Adriana Souto Carreiro

Estudante do Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: adriana1500carreiro@gmail.com

Laesandro Araújo dos Santos

Estudante do Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: laesandro@gmail.com

Washington Luiz de Santana

Estudante do Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: washingtonirara@gmail.com

Josete Bispo Ribeiro

Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA). Professora Assistente, em regime de dedicação exclusiva, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: jobispo@uneb.br

RESUMO

Fatores que levam afrodescendentes a não assumirem cargos de liderança em instituições públicas, associando a discriminação racial com outros elementos presentes nesta trajetória. Para tanto, buscamos a partir dessa temática, identificar questões comuns relacionada a esse grupo, como também o relacionamento no ambiente organizacional e debater as várias formas de preconceitos aos afrodescendentes ainda hoje. A pesquisa classifica-se como bibliográfica, com o objetivo de entender a ausência de lideranças afrodescendentes nas organizações. Partindo desses fatos questiona-se o quanto a história racista, o racismo estrutural e o racismo institucional atuam diante da baixa representatividade do negro nos altos cargos de liderança. Os resultados apontam fatores que levam o negro a não assumir cargos de liderança, discussões e a construção de políticas públicas de reparação dessa população que vive, ainda hoje, a margem da sociedade. Principalmente, dentro das instituições sejam elas públicas ou privadas. Assim, a formação acadêmica como via principal e o aumento da representatividade de afrodescendentes na gestão pública dão oportunidade a todos e promove a equidade entre os cidadãos.

Palavras-chave: Representatividade. Cargos de liderança. Negros. Racismo.

ABSTRACT

Factors that lead people of African descent to not assume leadership roles in public institutions, associating racial discrimination with other elements present in this trajectory. To this end, we seek, based on this theme, to identify common issues related to this group, as well as the relationship in the organizational environment and debate the various forms of prejudice against people of African descent even today. The research is classified as bibliographic, with the objective of understanding the absence of African descent leadership in organizations. Based on these facts, it is questioned how much racist history, structural racism and institutional racism act in the face of the low representation of black people in high leadership roles. The results point to factors that lead black people to not assume leadership roles, discuss and build public policies to replace this population that lives, even today, on the margins of society. Mainly, within institutions, whether public or private. Thus, academic training as the main path and increasing the representation of Afro-descendants in public management provides opportunities for everyone and promotes equity among citizens.

Keywords: Representation. Leadership positions. Black people. Racism.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países da América Latina que depois do continente africano abriga um dos maiores contingentes de afrodescendentes do mundo, muitos desses africanos foram trazidos para o Brasil, através do que podemos chamar de migração forçada ou tráfico de pessoas da África para o trabalho escravo nas lavouras de café e cana-de-açúcar brasileiras.

Essa enorme população de africanos trazida de forma desumana em porões de navios negreiros para o Brasil contribuíram não só com a sua força de trabalho como também para a formação da identidade étnica brasileira. Mas essa população ao longo dos tempos sofreram e ainda sofrem com uma série de situações que não correspondem a realidade de uma população dita civilizada, moderna de um país democrático. As desigualdades entre a população negra em sua maioria e os ditos brancos já que existe até mesmo uma falta de identificação em se assumir como negro no Brasil, esse e uma série de outros fatores vem contribuindo para uma enorme ausência de afrodescendentes assumirem cargos de liderança em instituições públicas. Em se tratando de órgãos governamentais onde o processo seletivo é diferenciado dos setores privados muitos negros se deparam não só com as inúmeras burocracias de acesso a esses postos de trabalho, como também há limitações e avanços em cargos de liderança por fatores de preconceito racial, racismo estrutural, baixa escolaridade, a falsa política do assistencialismo, as desigualdades de gêneros e ausência de identidade midiática e até mesmo estética nos meios de comunicação e informação.

A política de cotas nas universidades e concursos públicos contribuiu para equiparar mesmo que tardiamente o desnivelamento intelectual, social e econômico dos muitos afrodescendentes no Brasil. Daí se faz a seguinte interrogação: porque muitos homens e mulheres pretos ainda sofrem com situações de desqualificação profissional e continuam a serem desvalorizados profissionalmente dentro das instituições públicas ao concorrerem a cargos de liderança? Dentro dessa dinâmica, e considerando a invisibilidade de pessoas negras no setor público, especialmente em cargos de lideranças, o estudo tem como escopo, “A ausência de afrodescendentes em cargos públicos, principalmente em setores de liderança”.

O estudo visa tratar de questionamentos, principalmente sobre a ausência de negros em órgãos públicos, a saber: analisar a existência de lideranças negras na gestão de organizações e o relacionamento no ambiente organizacional; debater as várias formas de preconceitos aos afrodescendentes ainda hoje.

Para tal, o cenário é revelado em levantamento feito pela organização não governamental (ONG) República.org, dedicada a melhorar a gestão de pessoas no serviço

público. O estudo mostra que os negros são apenas 35,09% dos servidores públicos ativos do executivo federal, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape) de 2020.

E nos cargos de Direção e Assessoramento (DAS) de maior numeração são, normalmente, cargos responsáveis por tomadas de decisões políticas ou burocráticas e de gerenciamento de equipes. Elas representam menos de 15% desses cargos no maior DAS (6). Em outras palavras, a maior parte das pessoas que tomam as principais decisões em setores públicos federais do Brasil são homens brancos.

Lembrando que a população negra chega a 85.783.143, segundo dados do IBGE. Ou seja, o Brasil apresenta-se como o primeiro país do mundo com a maior população de residente de origem africana fora do continente africano, desde o início do processo de migração desses povos para o nosso país, através do regime escravocrata.

E hoje após 134 anos do fim da escravidão no Brasil, muitos dos afrodescendentes que moram e trabalham no nosso país continuam sendo vítimas de preconceitos, desrespeito e desvalorização profissional. O racismo sempre foi visto como sendo uma concepção individualista atribuído a grupos isolados ou a uma irracionalidade a ser combatida nos ramos jurídicos, através da aplicação de sanções civis, indenizações ou ações penais. Para fins de uma concepção individual, somente um preconceito ou do ponto de vista de uma patologia. Porém, as discussões e a construção de políticas públicas de reparação dessa população que por muitos anos viveu a margem da sociedade. Fez com que se lance uma luz para novas interpretações sobre o preconceito que muitos afrodescendentes passam diariamente, principalmente, dentro das instituições sejam elas públicas ou privadas. E saltam aos olhos a marginalização de muitos profissionais negros a postos de liderança, chamando-nos a um pensar mais aprofundado sobre a concepção das várias formas de racismo vista hoje pelas nossas instituições de forma não só individualista mais institucional e estrutural, aumenta a representatividade de afrodescendentes na gestão pública, nas três esferas de poder, quebrando as desigualdades e fortalecendo a democracia.

Apesar de que, há alguns avanços nas políticas afirmativas das organizações públicas, pois a questão racial é um desafio que deve ser superado. A população negra do país corresponde mais da metade, assim como o racismo estrutural em suas variadas formas. O número de pessoas negras nos cargos de liderança no setor público brasileiro é muito pequeno, porém, com o surgimento de programas e cursos de capacitação de lideranças negras e o acesso às oportunidades dentro das organizações públicas, abriu um novo horizonte ofertando novas possibilidades para quem almeja um cargo de liderança no setor público e qualifica a população

afrodescendente para assumir qualquer cargo público. Ou seja, o setor público tem muito o que avançar na formação de lideranças negras, sendo necessário fortalecer a educação, as relações interpessoais e o desenvolvimento de pessoas para que cheguem aos cargos de liderança. Por fim, a questão do racismo estrutural enfrentado pelo servidor negro nas instituições quando o mesmo chega a um cargo de liderança é muito grande e recheado de obstáculos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A liderança tem um papel fundamental na gestão pública. Para tanto, tem a finalidade de executar serviços, visando à satisfação das pessoas. No entanto, grande parte dos cargos de liderança no setor público vem representado por maioria branca e se considerar a remuneração, qualificação ou autoridade de poder, a presença de servidores afrodescendentes é ainda mais reduzida, em particular mulheres. De modo que, é necessário pensar a proporcionalidade em todos os níveis hierárquicos da administração pública.

Afinal, dentro de uma instituição seja ela pública ou privada um líder antes de mais nada deve ter um comportamento educativo para com a sua equipe. Tendo em vista que as organizações vivem a era da gestão do capital intelectual, buscando incessantemente atrair e preservar o conhecimento existente e gerar inovações por meio da criatividade. Sendo assim, quando uma forma educativa se torna estratégica na dinâmica das organizações, cabendo ao líder o papel de facilitador da aprendizagem de indivíduos e equipes. Segundo Paulo Freire (1997), ensinar é promover a construção do conhecimento, ensinar é pensar certo, ensinar é promover a construção do conhecimento, ensinar é pensar certo, ensinar é escutar.

Ainda nesse contexto, o dicionário Houaiss (2010), liderança é o espírito de chefia, posição ou característica de líder; pessoa que possui esse espírito ou pessoa que exerce a essa chefia e em nenhum momento ele especifica como ser branco, pardo ou preto.

2.1 LIDERANÇA NEGRA NO BRASIL

Uma das principais lideranças negras conhecida no Brasil foi Zumbi dos Palmares que chegou a abrigar cerca de 20 mil pessoas no Quilombo dos Palmares e de forma estratégica, bem organizada e com um enorme poderio militar e político, Nascimento (2021). Zumbi ganhou respeito e admiração de seus compatriotas quilombolas devido às suas habilidades como guerreiro, a qual lhe conferia coragem, liderança e conhecimentos.

O autor Milton Santos em um dos seus livros descreve de uma forma bastante

sistematizada a divisão de tarefas e a forma como elas estão representadas. Em quais mãos concentram o poder de capital e produção.

[...] a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos, mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 143).

E mas adiante em outra obra de Santos. Ele começa a sua aula inaugural na Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde reafirma as desigualdades sociais étnico-raciais existentes “A cidade se desenvolve pondo as pessoas nos seus lugares - aliás essa é uma expressão bem baiana -, nos seus lugares geográficos e nos lugares sociais. Segue... O resto é o grosso da população, é deixado à espontaneidade, que agora também se chama jogo de mercado, cientificamente ajudado pelo poder público (SANTOS, 2006, p. 01).

2.2 RAÇA E RACISMO

Raça, o termo raça é usado enquanto senso comum para determinar grupos a partir de suas características. De modo que, a complexidade do termo é dinâmico e está atrelado às circunstâncias históricas. Assim, vemos que “a história da construção política e econômica das sociedades contemporâneas”, está diretamente relacionada com a história da raça (ALMEIDA, 2019, p. 24). Parte daí para dizer que antes de se consolidar enquanto estrutura, o racismo se fez nas instituições. “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 40). É nesse sentido que as organizações brasileiras, públicas e privadas, são dominadas e controladas por homens e mulheres brancas e, como consequência, as regras e padrões impostas dificultam direta ou indiretamente a ascensão de negros aos cargos de liderança.

Fica claro que as marcas do período de escravidão no país, principalmente com relação às práticas sociais, e a maneira pela qual o trabalho degradante foi imposto a população negra, possibilitou a manutenção de poder de determinados grupos, entidades e organizações. A partir daí, podemos compreender o racismo através de critérios que relacionam racismo e subjetividade; racismo e Estado; e racismo e economia. Esses critérios são essenciais para entender “as três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural” (ALMEIDA,

2019, p. 27).

A concepção individualista, o racismo é limitado a atos isolados e pontuais feitos por indivíduos. Neste caso, há um tratamento do ato como desvio comportamental. De acordo com Almeida (2019, p. 28).

Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. Desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais serão as principais formas de enfrentamento do problema.

Já o racismo institucional, demonstra que as organizações condicionam o comportamento de indivíduos através de normas e ferramentas de controle, da mesma forma que são atravessadas por indivíduos e grupos. De modo que, os conflitos existentes em um âmbito social, são absorvidos pelas organizações. O que esta concepção carrega de diferente da concepção individual é o poder e dominação como principal elemento de relação racial, tendo em vista que a segunda é tida superficialmente como de ordem comportamental. Segundo Almeida (2019, p. 31):

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Ou seja, a existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultam a ascensão de negros e/ou mulheres nos espaços de poder ou em cargos de liderança.

Por último, partimos do conceito de que o racismo não se trata de algo criado pelas organizações e sim reproduzido por ela. O racismo estrutural é decorrente da própria estrutura racista e da forma como todas as relações, seja políticas, econômicas e familiares foram se normalizando na estrutura social. Compreender o racismo estrutural é entender que ele faz parte de uma estrutura, ocorrendo de forma deliberada e orgânica. Conforme Almeida (2019, p. 38):

A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa do sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial, que além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo.

2.3 A INCLUSÃO DOS NEGROS EM CARGOS DE LIDERANÇA NO SERVIÇO PÚBLICO

A inclusão dos negros em cargos de liderança no serviço público é um fator determinante e urgente, assim como a mudança de comportamento dos indivíduos, sociedade e instituição pública. Gabriela Moncau, colunista do site Brasil de Fato, entrevistou o antropólogo Kabengele Munanga e ele afirma que: “racismo é um monstro complexo” e o fundamental hoje são políticas para “a inclusão dos negros em todos os setores da vida nacional”, tornando-se necessário identificar as metas que devem ser alcançadas e o que motivaria esse grupo alcançar esses objetivos. Por isso, evidenciar a existência do racismo estrutural e mostrar a sociedade brasileira que essa estrutura é uma coisa que você não vê, não é visível. Mas, que são comportamentos enraizados nas relações de dominação e de poder, representadas pelas instituições.

Maslow (1962) cita o comportamento motivacional do indivíduo, que é explicado pelas necessidades humanas. Entende-se que a motivação é o resultado dos estímulos que agem com força sobre os indivíduos, levando-os a ação. Para que haja ação ou reação é preciso que um estímulo seja implementado, seja decorrente de coisa externa ou proveniente do próprio organismo.

O conhecimento arrancado de muitas e penosas horas de estudo são praticamente deixados de lado. Rapidamente o servidor é treinado para entrar no molde pré-estabelecido de sua rotina e a única atitude esperada dos mesmos é a predisposição para receber essas informações e está rapidamente habilitado para reproduzir aquilo que a rígida hierarquia estará pronta e treinada para cobrar. Por outro lado, o servidor negro, na maioria das vezes, tem a impressão que entra no serviço público através do concurso, tem capacidade técnica e intelectual, mas empaca no cargo que tomou posse e não conseguem evoluir. Daí a importância da meritocracia para ocupação dos cargos em comissão, através de concursos internos e avaliação periódica, levando em conta a eficiência e eficácia de cada servidor.

A identificação de fatores que levam afrodescendentes a não assumirem cargos de liderança nas instituições públicas desmotiva essa classe de servidores, por isso, é objeto de pesquisas recentes. Os fatores decisivos que traz confiança ao servidor negro ou não é a confiança na instituição, como: plano de carreira, equilíbrio entre remuneração e contribuição do servidor e um ambiente agradável para o colaborador.

Nota-se que baseada na definição de Locke, o homem usa de sua bagagem individual de crenças e valores para avaliar seu trabalho e essa avaliação resulta no estado emocional que, se

for agradável, produz satisfação, e, se for desagradável, leva a insatisfação. Portanto, satisfação no ambiente de trabalho, ascensão na carreira, independente, de cor e raça, assim como a motivação é uma variável de natureza afetiva e se constitui no processo mental de avaliação das experiências no trabalho que resulta em um estado agradável ou desagradável.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e se enquadra na categoria de pesquisa documental. Onde objetivo são os fatores que levam afrodescendentes a não assumirem cargos de liderança em instituições públicas.

A pesquisa apresenta como tática a busca bibliográfica, tendo como fonte principal as informações disponibilizadas em bibliotecas digitais, pela internet, artigos, revistas, gravações, jornais e livros físicos.

A análise, quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa documental, segundo a qual os resultados são baseados sobre os documentos norteadores publicados, relativos aos fatores que levam afrodescendentes a não assumirem cargos de liderança nas instituições públicas. Segundo Lakatos e Marconi (2001), “a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas”.

Esse e outros fatores norteadores são componentes chaves nos procedimentos metodológicos do projeto em estudo. No qual busca identificar quais os fatores que levam os afrodescendentes a não assumirem cargos de liderança: No âmbito das instituições públicas são os comportamentos no ambiente organizacional, as várias formas de preconceitos aos afrodescendentes ainda hoje.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Percebeu-se através das leituras que o Racismo Estrutural refere às maneiras pelas quais as políticas, práticas e normas de uma sociedade perpetuam a desigualdade racial, muitas vezes de maneira não intencional, mas que mantém privilégios para grupos brancos e perpetua a marginalização de grupos racializados. Nesse mesmo contexto, o Racismo Institucional envolve políticas, práticas e procedimentos dentro de instituições que resultam em tratamento discriminatório com base na raça, reforçando as desigualdades sociais. O fator histórico no Brasil tem uma longa história de colonialismo e escravidão, que moldou profundamente as

relações raciais no país, apesar da abolição da escravidão em 1888, o racismo persistiu através de formas institucionais e estruturais, como acesso desigual à educação, emprego e justiça. A população negra no Brasil é substancial, representando mais da metade da população. No entanto, a representação de negros em cargos de liderança e decisão nas organizações públicas muitas vezes é significativamente menor do que sua representação na população em geral. O acesso e oportunidades nas organizações públicas, frequentemente, reproduzem desigualdades através de práticas de recrutamento, promoção e distribuição de recursos que favorecem os brancos. Os negros ainda enfrentam discriminação no processo de contratação, bem como em termos de acesso a treinamento e oportunidades de desenvolvimento profissional. No ambiente de trabalho as experiências de discriminação racial, vai desde micro agressões até formas mais explícitas de preconceito que podem criar um ambiente de trabalho hostil para funcionários negros. O racismo estrutural e institucional não apenas prejudica os indivíduos afetados, mas também pode minar a eficácia das organizações públicas, resultando em perda de talentos, baixa moral e falta de representatividade. Dessa forma, intervenções sistêmicas, incluindo revisão de políticas, treinamento em sensibilidade cultural, estabelecimento de cotas e metas de diversidade, e promoção de uma cultura organizacional inclusiva, nas organizações públicas brasileiras, é essencial para identificar estratégias eficazes de combate à discriminação racial.

Outro fator analisado foi a baixa escolaridade entre afrodescendentes no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados no Censo Demográfico de 2022, apontam que das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever. Desse modo, revelam-se as disparidades educacionais entre afrodescendentes e outros grupos étnico-raciais. Nesse sentido, o acesso à educação básica, como taxas de matrícula e conclusão do ensino fundamental, pode fornecer insights sobre desigualdades iniciais no sistema educacional. Foi evidenciado também que o acesso e conclusão do ensino superior entre afrodescendentes possuem várias barreiras que impedem o acesso ao ensino superior para afrodescendentes, como falta de recursos financeiros ou discriminação no processo de admissão. Assim como a evasão escolar indica que os afrodescendentes enfrentam desafios adicionais que os levam a abandonar os estudos precocemente como pobreza, discriminação ou falta de apoio familiar. Diante do exposto, a necessidade de intervenções destinadas a reduzir as disparidades educacionais entre afrodescendentes, como programas de ação afirmativa e políticas de inclusão, pois o impacto dessas políticas ao longo do tempo pode ajudar a formar futuras iniciativas e aprimoramentos. Em suma, a implementação de políticas públicas é essencial para identificar e abordar as desigualdades educacionais existentes, visando promover a igualdade de oportunidades e garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos.

Dado o cenário de desigualdade racial sobre cotas raciais em concursos públicos no contexto das organizações públicas brasileiras. Há algumas considerações importantes a serem mencionadas como a implementação das cotas raciais para combater questões históricas enfrentadas pela população negra e indígena. Até porque, a introdução de cotas raciais em concursos públicos tem o potencial de aumentar a representatividade de grupos marginalizados, incluindo negros e indígenas, nos quadros das organizações públicas. Apesar de que há desafios e controvérsias sobre esse tema, com a suposta diminuição do mérito como critério de seleção e alegações de injustiça para candidatos não beneficiados pelas referidas cotas. Porém, é necessário que as organizações públicas realizem monitoramento e avaliação contínua da implementação das cotas raciais para garantir que essas políticas estejam alcançando seus objetivos. Concluindo, a análise de dados sobre cotas raciais em concursos públicos no Brasil pode fornecer uma visão abrangente sobre o impacto dessas políticas na diversidade e inclusão racial nas organizações públicas.

5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS

O objeto de pesquisa que trata dos fatores que levam afrodescendentes a não assumirem cargos de liderança em instituições públicas envolve a identificação e análise detalhada de elementos sociais, culturais, econômicos e institucionais. A seguir, apresento um quadro analítico que resume esses fatores, destacando os principais pontos positivos e negativos.

Quadro 1 - Fatores que impedem afrodescendentes de assumirem cargos de liderança em instituições públicas

(continua)			
Fator	Descrição	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Discriminação e preconceito	Barreiras implícitas e explícitas baseadas em raça que impedem a progressão na carreira.	Crescente conscientização e políticas de inclusão podem mitigar o impacto.	Mantém desigualdades sistêmicas, afetando autoestima e oportunidades.
Falta de representatividade	Baixa presença de afrodescendentes em posições de liderança que serviriam de modelos.	Políticas de ação afirmativa e cotas podem aumentar a diversidade.	Ausência de modelos dificultam aspirações e percepções de possibilidade.
Educação e qualificação	Desigualdades no acesso à educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento profissional.	Programas de capacitação específicos podem ajudar a superar essas barreiras.	Limita o acesso a cargos que exigem alta qualificação e experiência.

Quadro 1 - Fatores que impedem afrodescendentes de assumirem cargos de liderança em instituições públicas

(conclusão)			
Fator	Descrição	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Redes de contatos	Acesso limitado a redes profissionais e sociais que facilitam a ascensão profissional.	Iniciativas de mentoria e networking podem proporcionar suporte.	Exclusão de redes de influência e oportunidades de crescimento.
Políticas institucionais	Falta de políticas afirmativas efetivas para inclusão de afrodescendentes em cargos de liderança.	Adoção de políticas de inclusão pode transformar a cultura institucional.	Políticas superficiais ou inexistentes perpetuam a exclusão.
Preconceito implícito	Atitudes inconscientes e estereótipos negativos que influenciam decisões de contratação e promoção.	Treinamentos de conscientização e diversidade podem reduzir preconceitos.	Afeta a avaliação de competência e potencial, prejudicando oportunidades.
Remuneração e condições de trabalho	Diferenças salariais e de condições de trabalho entre afrodescendentes e não afrodescendentes.	Transparência salarial e políticas de igualdade podem corrigir essas disparidades.	Impacta a motivação e a permanência no serviço público.
Histórico de exclusão social	Consequências históricas da marginalização social e econômica de afrodescendentes.	Programas de reparação e inclusão social podem ajudar a nivelar o campo.	Mantém barreiras estruturais difíceis de superar individualmente.

Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise revela que os fatores que impedem afrodescendentes de assumirem cargos de liderança em instituições públicas são múltiplos e interligados, envolvendo tanto questões de preconceito e discriminação quanto desigualdades estruturais em educação e oportunidades. Enquanto há pontos positivos, como a crescente conscientização e a implementação de políticas inclusivas, os desafios persistem e exigem ações contínuas e abrangentes para serem superados. A adoção de medidas específicas, como programas de mentoria, capacitação, e políticas afirmativas, é essencial para promover a diversidade e a equidade no ambiente do serviço público.

6 TENDÊNCIAS FUTURAS

Como fecho desta pesquisa, destaco algumas observações e conclusões a respeito de tendências futuras nesta área, a saber:

- **Implementação de Políticas de Inclusão com Ações Afirmativas e treinamentos** obrigatórios para reduzir vieses inconscientes e promover um ambiente de trabalho inclusivo;
- **Fortalecimento de Redes de Apoio** focados em apoiar afrodescendentes;
- **Fiscalização e Transparência com monitoramento** para garantir práticas justas e transparentes, bem como avaliar o progresso e identificar áreas de melhoria;
- **Educação e Capacitação com bolsas de estudo** e programas de capacitação para afrodescendentes;
- **Desenvolvimento de Liderança** para desenvolver habilidades de liderança entre afrodescendentes e;
- **Conscientização Pública** para combater o racismo e promover a igualdade racial.

Para tanto, faz-se necessário que todos os envolvidos nessa causa se mobilizem para que as mudanças cogentes sejam realizadas, com a implementação de políticas de inclusão, o fortalecimento de redes de apoio, a fiscalização e transparência, a capacitação educacional, e a promoção de mudanças culturais e sociais são passos fundamentais para alcançar essa meta. A tendência futura aponta para uma maior conscientização e esforços contínuos para criar um ambiente mais inclusivo e equitativo.

7 CONCLUSÃO

É um grande desafio trabalhar com a temática da exclusão social de afrodescendentes em postos de liderança em instituições públicas. Pode-se observar a complexidade do assunto quando se trata de identidade étnica, sabendo que muitos brasileiros afrodescendentes não se identificam como negros, tornando ainda mais complexo a discussão da temática desses mesmos em cargos de liderança em instituições públicas, principalmente, em áreas estratégicas. Para o estudo em questão. Se faz necessário o uso de métodos e critérios bastante pertinentes.

O objetivo desse artigo é citar os fatores desse não pertencimento a esses cargos nas instituições e levantando a bandeira de como o Brasil apesar de tantos anos do fim da escravidão, afrodescendentes ainda sejam desacreditados de suas habilidades e competências em relação à administração de ocupar postos estratégicos com eficácia e eficiência. Portanto, a inexistência destes em cargos de liderança demonstra de forma clara a presença do racismo estrutural. Em contraste com os inúmeros servidores negros em cargos de apoio administrativo ou serviços gerais.

Implementar políticas públicas voltadas a atender essas desigualdades étnicas raciais. Onde a aplicação da prática da eficácia e eficiência dentro dos setores públicos, além da prática da meritocracia onde haja regras claras de avaliação de pessoas sejam elas brancas, pardas ou negras, por meio de métodos de progressão e avaliação onde a capacidade técnica e intelectual do servidor, sejam a base para a progressão. Sabendo que os órgãos públicos, assim como a sociedade de modo geral, seja exemplo de equidade e igualdade entre os pares, sejam eles afrodescendentes ou “não”, independente de gênero, idade e classe social. Mas, que contribuam para a construção de ambientes de trabalho harmônicos e iguais para todos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- CUNHA, N. et al. Aspectos comportamentais da gestão de pessoas. Rio de Janeiro. 8º ed. Editora FGV, 2006
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisa DPE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- Locke, E. A. The nature and causes of job satisfaction. Em M. D. Dunnette (Org.). Handbook of industrial and organizational psychology. Chigaco: Rand-McNally. 1976
- MASLOW, A H. **Introdução à psicologia do ser**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1962.
- MONCAU, Gabriela. Antropólogo Kabengele Munanga reconhece avanços mas alerta: “Racismo é um monstro complex”. **Brasil de Fato**, São Paulo (SP), 18 dez. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/18/antropologo-kabengele-munanga-reconhece-avancos-mas-alerta-racismo-e-um-monstro-complexo>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- REPÚBLICA.ORG. Disponível em: <https://republica.org/emdados/conteudo/especial-onde-estao-os-negros-no-servico-publico/> Acesso em: 17 jun. 2024.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maíra Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	FATORES QUE LEVAM AFRODESCENTES A NÃO ASSUMIREM CARGOS DE LIDERANÇA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
RECEBIDO	08/07/2024
AVALIADO	16/08/2024
ACEITO	16/09/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Adriana Souto Carreiro
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Possui graduação em Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Laesandro Araújo dos Santos
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Possui graduação em Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Washington Luiz de Santana
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Possui graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Católica do Salvador. Graduação em Administração Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente, servidor público da Câmara Municipal de Camaçari - Bahia, atuando na Diretoria Legislativa e na assistência do Plenário da Casa.
AUTOR 4	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Josete Bispo Ribeiro
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA). Professora Assistente, em regime de dedicação exclusiva, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: adriana150carreiro@gmail.com Autor 2: laesandro@gmail.com Autor 3: washingtonirara@gmail.com Autor 4: jobispo@unecb.br
---	--

ACÇÕES AFIRMATIVAS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CAMAÇARI, EM RESPOSTA AO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA NO BIÊNIO DE 2020 a 2021

Recebido: 22/06/24 | *Avaliado:* 01/07/24 | *Aceito:* 12/06/24

Jucley Souza de Araújo

Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia.

E-mail: jonas674@hotmail.com

Maria José M. dos Santos

Graduanda em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia.

E-mail: mjcsantos17@gmail.com

Nayara B. Moreira

Mestra em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade Anísio Teixeira

E-mail: naymoreira@uneb.br

RESUMO

O direito à educação é algo ainda pouco pleiteado pela sociedade brasileira, seja pela falta de conhecimento, ou pela falta de prioridade das referidas questões por parte do poder público. Nessa problemática, o direito à educação se tornou ainda mais desafiador no período pandêmico. As dificuldades do setor, se mostraram mais severas devido ao isolamento forçado. O uso das tecnologias digitais foram fundamentais para minimizar os danos educacionais nesse momento crítico da história mundial. Dentro dessa ótica, o presente trabalho analisa as ações afirmativas propostas pelo município de Camaçari, na Bahia, que buscou minimizar as desigualdades educacionais durante a pandemia, especialmente voltadas para as séries iniciais. As ações promovidas no biênio de 2020 a 2021 viabilizaram o ensino remoto no município de forma inédita no setor público. A metodologia do trabalho parte majoritariamente da revisão bibliográfica. Como resultado, o presente trabalho revelou que o município adotou medidas inovadoras nas séries iniciais de ensino fundamental, proporcionando educação de qualidade em modelo remoto, minimizando os efeitos da pandemia na educação básica municipal.

Palavras-chaves: Educação. Políticas Públicas. Pandemia. Tecnologias Digitais. Camaçari.

ABSTRACT

The right to education is something that is still little sought after by Brazilian society, either due to a lack of knowledge or a lack of priority for these issues on the part of the public authorities. In this context, the right to education has become even more challenging during the pandemic period. Even with the help of technological devices, meeting educational demands remotely was a separate chapter in surviving Covid-19. The use of digital technologies was essential to minimize educational damage at this critical moment in world history. From this perspective, this work reports on the affirmative actions proposed by the municipality of Camaçari, in Bahia, which sought to minimize educational inequalities during the pandemic, especially aimed at the initial grades. The actions promoted in the biennium from 2020 to 2021 made remote teaching viable in the municipality in a way that was unprecedented in the public sector. The work methodology was mainly a review. As a result, this work revealed that the municipality adopted innovative measures in the initial grades of elementary education, providing quality education in a remote model, minimizing the effects of the pandemic on municipal basic education.

Keywords: Education. Public Policy. Pandemic. Digital Technologies. Camaçari.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 mudou a realidade mundial. Além da busca pela contenção do vírus e as dificuldades impostas pelo isolamento sanitário, o período da pandemia ficou marcado pela implementação da prestação de serviços remotos. Obviamente, a administração pública também precisou se adequar à nova realidade. Com os serviços essenciais sendo prestados de forma reduzida, o setor público precisou se reinventar para além da área de saúde. A área educacional ganhou uma nova perspectiva durante a pandemia, com a sua prestação ocorrendo de forma remota pela primeira vez no setor público.

O direito à educação é garantido por lei no Brasil. Toda sua prestação governamental é elencada na constituição federal e na Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Com a realidade modificada pela pandemia, cumprir o que está evidenciado na legislação se tornou um desafio concreto. O isolamento suspendeu as aulas em todos os segmentos e exigiu uma adaptação rápida por parte de gestão, professores e alunos. Os segmentos maiores conseguiram se adaptar rapidamente, mas as séries iniciais necessitavam de uma perspectiva nova de ensino. É justamente dentro dessa nova realidade que a educação nas séries iniciais passou a ser ofertada por meio de tecnologias digitais. Novos recursos possibilitaram “a afirmação da Educação como política pública, representando a materialidade da intervenção do Estado” (AZEVEDO, 2008).

Mediante este cenário, o município de Camaçari buscou implementar medidas que minimizassem os impactos da pandemia na área educacional, promovendo igualdade entre os alunos da educação infantil e outros segmentos. Este trabalho demonstra a realidade municipal desenvolvida no viés de ações afirmativas para a educação municipal de Camaçari, nos anos de 2020 a 2021. Ao discutir essa temática, buscou-se analisar as soluções abordadas pela gestão municipal e os princípios determinados pela administração pública, a fim de traçar um panorama que demonstre alguma correlação entre tais elementos, traduzindo-as em informações tratadas que servirão de combustível para os diversos mecanismos de gestão, a fim de responder ao seguinte problema de pesquisa: quais ações realizadas pela gestão municipal de Camaçari, durante o período da pandemia de março de 2020 a dezembro de 2021, contribuíram para a adesão e o desempenho dos estudantes da rede municipal nas séries iniciais?

Para além do exposto, este trabalho objetiva identificar e analisar as ações oferecidas na rede municipal de Camaçari durante o período da pandemia, de março de 2020 a dezembro de 2021, e examinar os dados de adesão e desempenho dos estudantes da rede municipal no

biênio supracitado; além de estabelecer uma relação entre as ações afirmativas ofertadas no município de Camaçari e os dados de desempenho observados na rede, no recorte temporal mencionado.

O trabalho apresenta a figura do administrador público que possui um amplo leque de atuação; bem como uma formação multifacetada e diversa, que lhe possibilita um olhar refinado sobre as dinâmicas sociais e em especial, sobre aquelas pertinentes ao serviço público e sua relação direta com as demandas socioeconômicas atuais. No contexto de pandemia, o refinamento supracitado, se tornou mais evidente. O gestor público camaçariense, consciente das conseqüentes demandas do público das séries iniciais, buscou agregar ao seu fazer cotidiano os recursos referentes às tecnologias digitais, de forma eficiente, trazendo um grande diferencial para a educação pública da cidade. Os projetos implementados pela gestão do município de Camaçari, no recorte temporal concernente ao biênio de 2020 a 2021 propõe uma reflexão acerca da governança das tecnologias digitais no setor público, em especial àquela que tangencia a educação e suas modalidades; as ações de inclusão digital, para ampliação do alcance dos estudantes e suas famílias, considerando-se que em tempos pandêmicos, foram condicionados a esse novo formato de atuação e operação.

O presente artigo é dividido em cinco partes. A primeira é a introdução que apresenta uma percepção do que é o direito à educação, suas primeiras observações, além do tema, objetivos, metodologia e justificativa. A segunda parte é o referencial teórico que busca mostrar a realidade educacional antes da Covid-19 e quais foram as principais propostas educacionais implementadas no município de Camaçari durante o isolamento sanitário. O referencial apresenta ainda as medidas tecnológicas adotadas pela gestão para lidar com os efeitos da pandemia na seara educacional dos anos iniciais. A terceira parte apresenta a metodologia trabalhada no presente artigo. A quarta parte é a análise dos dados coletados durante a pesquisa e a quinta e última parte apresenta os resultados obtidos, além da previsão de possíveis tendências para a área educacional municipal a partir dos resultados obtidos no biênio de 2020 a 2021. Por fim, segue as conclusões do trabalho apresentado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo da premissa apresentada por Meirelles (1990) de que a Administração Pública é o aparelhamento do Estado, organizado para a realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas, é importante compreender que a sua estrutura e as suas atividades, devem partir do conceito de Estado, sobre o qual repousa toda a concepção moderna

de organização e funcionamento dos serviços públicos, a serem prestados aos administrados. Baseado nessa primícia, consideramos a importância da Administração Pública no cotidiano do cidadão e entendemos que a Administração pode ser prejudicial à coletividade quando age para beneficiar somente determinados grupos, tendo a pessoalidade como critério na tomada de decisões.

Os benefícios que uma Administração Pública consciente e atenta às demandas do mundo contemporâneo, pode trazer para a população a qual se direciona uma realidade mais justa e igualitária. Com as diferentes realidades que a população brasileira apresenta; a necessidade das políticas públicas são uma realidade cada vez maior, para atender as necessidades dos diferentes grupos sociais e minimizar a desigualdade local. A administração pública tem papel fundamental na identificação dos grupos sociais e seus anseios, além de planejar a forma de melhor executar os projetos que atendam a essa realidade.

No que compete as políticas públicas voltadas para a área de educação no Brasil, no geral, são propostas e criadas por lei nas esferas nacionais, estaduais ou municipais. Segundo Moraes (2016) “A gestão democrática do ensino público possui intrínseca relação com a genuína qualidade da educação”, o que justifica a preocupação relacionada a educação no país, uma vez que os índices que demonstram sua evolução geralmente são baixos comparados aos de outros países. Falar sobre educação é falar sobre direitos fundamentais da população. Por isso, este trabalho parte da premissa de explicar o que é um direito fundamental (TAVARES, 2010) e, porque a educação faz parte desse direito. Ao entender o contexto de garantias constitucionais que cerceia a educação brasileira.

O município de Camaçari, na Bahia, buscou implementar medidas que minimizassem os impactos da pandemia ocorridos pela Covid-19 (WHO, 2020). O foco na área educacional, por parte da gestão municipal, possibilitou uma igualdade entre os alunos da educação infantil, comparado a outros segmentos educacionais. Dentro desse escopo, este trabalho apresenta a realidade municipal desenvolvida no viés de ações afirmativas para a educação infantil municipal de Camaçari, nos anos de 2020 a 2021. Se faz mister demonstrar também o que são políticas públicas e de que forma a administração pública se utiliza delas para sanar questões sociais, diminuindo a desigualdade de classes (SANTOS, 2011). Dentro do período da pandemia, as políticas públicas voltadas para a educação, tiveram um papel extremamente relevante para manter as classes menos favorecidas assistidas durante o momento do isolamento.

Ao destacar a importância da educação no processo de formação do ser humano, este trabalho apresenta as leis nacionais que regulam o setor educacional brasileiro, considerando a

BNCC- Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A BNCC foi aprovada em 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e serve como referência para a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Sendo assim, entender os parâmetros da BNCC possibilitam o entendimento das ações afirmativas desenvolvidas pelo município de Camaçari, durante os anos de 2020 e 2021, para garantir o direito à educação fundamental. Atrelado ao entendimento da legislação vigente, se faz importante destacar o papel crucial das TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação que viabilizaram as propostas da gestão municipal em meio ao caos da Covid-19 (BARBOSA, 2014).

As TIC têm sido amplamente utilizadas para enriquecer os processos de ensino e aprendizagem (BARBOSA, 2014). Elas podem ser empregadas no desenvolvimento de materiais educacionais digitais, seja na realização de atividades interativas, na realização de cursos online (e-learning), na pesquisa de informações, na comunicação entre estudantes e professores, entre outras aplicações (BARBOSA, 2014). A rapidez da inovação tecnológica possibilitou garantir aos estudantes de educação infantil do município de Camaçari, o acesso à educação durante o momento de isolamento social, permitindo que os educandos produzissem e compartilhassem conhecimento no momento em que se encontravam sem contato e sem socialização (SILVA, 2018). Inevitavelmente, tudo com apoio e suporte das tecnologias disponíveis.

Destacando as muitas dificuldades sociais existentes na sociedade municipal, as ações criadas pela gestão de Camaçari foram inovadoras e de caráter revolucionário para o ensino de educação infantil (SOBRINHO, 2020). Adotar medidas que englobassem crianças pequenas em uma realidade nunca vista, foi desafiador e instigante. Os resultados obtidos dessas ações se tornaram referência nacional no quesito educação. Por ser um período específico na história mundial, este referencial apresenta as medidas que o administrador público municipal de Camaçari adotou para reduzir os danos sobre as crianças na área educacional, permitindo evidenciar a realidade municipal e suas ações de enfrentamento da Covid-19.

Os aplicativos de conectividade eletrônica e virtual, desde aqueles de acesso aos serviços de emissão de documentos ao cidadão, perpassando aos mecanismos instituídos como canais de comunicação entre os diversos braços institucionais e desembocando nos usos das TIC nas instituições escolares e de assistência social, são os objetos de estudo do projeto a ser desenvolvido (CETIC, 2020).

Neste viés, este trabalho apresenta as ações afirmativas desenvolvidas pela gestão municipal que buscou minimizar as diferenças sociais existentes na realidade municipal educacional, demonstrando as decisões acertadas e suas consequências; além de evidenciar as possibilidades e impactos ocasionados por estas, a partir dos dados relevantes para socialização entre os gestores públicos. Apresenta ainda, uma reflexão acerca da governança no setor público, em especial àquela que tangencia a educação e suas modalidades; as ações de inclusão digital, para ampliação do alcance dos estudantes e suas famílias, considerando-se que em tempos pandêmicos, foram condicionados a esse novo formato de atuação e operação.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é o processo mais importante para a construção de um trabalho acadêmico. É o caminho a ser percorrido para se atingir o objetivo pretendido, ao qual é a produção textual que responderá à hipótese promovida. Definir bem como acontecerá esse processo, é crucial para o pesquisador; por isso, alguns aspectos relevantes precisam ser destacados dentro do processo produtivo.

O presente estudo, preocupado com a abordagem que melhor corroborasse com o objetivo principal, tomou como lastro a estratégia qualitativa de pesquisa. O trabalho desenvolvido buscou interpretar o caráter subjetivo da abordagem, tentando compreender o contexto da pandemia e as particularidades do momento aplicadas à educação municipal de Camaçari. Quanto a tipologia da pesquisa; o trabalho apresentou como tática, a busca bibliográfica. A pesquisa tem como fonte principal os educadores do próprio município, que produziram reflexões baseadas nas experiências na sala de aula, a exemplo da pesquisadora e mestranda Raquel Sobrinho (2020).

A pesquisa bibliográfica utilizou ainda as palavras-chave educação, políticas públicas, pandemia, tecnologias digitais e Camaçari. A escolha desses termos deu-se após a revisão da literatura sobre o tema, principalmente, baseando-se na BNCC (BRASIL, 2018). Posteriormente, definidas essas palavras-chave, procedeu-se à busca no acervo da secretaria de educação municipal (SEDUC, 2020). A primeira palavra “educação” abordou conceitos desenvolvidos por Moraes (2016) e Tavares (2010). O termo “políticas públicas” foi desenvolvido baseado nas ideias e explicações segundo Santos (2011). As informações referentes à “pandemia” foram norteadas nos dados disponibilizados pela ONU (WHO, 2020).

Os dados disponíveis sobre as “tecnologias digitais” tiveram como referência os trabalhos de Barbosa (2014) que foram apoiados pelas ideias de Silva (2018). Sendo finalizados

pelos dados disponibilizados pelo Cetic (2020). A maioria dos conceitos identificados foi encontrada no acervo da SEDUC. Por fim, para complementar a busca com títulos de obras não disponíveis em versão eletrônica, procedeu-se a uma busca no acervo físico (impresso) de uma biblioteca universitária.

Ainda, a pesquisa pretendeu destacar a relação existente entre a modalidade de ensino à distância ofertada e os dados de desempenho apresentados no município de Camaçari no período de 2020 a 2021. Dentro desse aspecto, a pesquisa também se apresentou de forma exploratória por buscar levantar informações de um novo contexto que representa a solução municipal para o enfrentamento das consequências da covid-19 na área educacional de ensino infantil. Quanto aos instrumentos metodológicos, a pesquisa foi realizada, em parte, documental; na proposição que ora apresentamos, visitamos a plataforma de armazenamento de dados da Secretaria de Educação do município – SEDUC/ Camaçari, conhecida como Repositório das escolas; ali se encontram dispostos os projetos pedagógicos das unidades escolares do município, bem como todos os documentos indicadores de desempenho das escolas (relatórios bimestrais) e instruções normativas disparadas pelo órgão regulador da rede.

Na outra parte, a pesquisa apresenta-se também de forma descritiva, segundo a qual os resultados serão baseados sobre os documentos norteadores da oferta de educação à distância no município de Camaçari, bem como, sobre os indicadores de desempenho dos estudantes atendidos pela rede disponíveis nos arquivos da SEDUC, a fim de contemplar o gatilho das investigações realizadas em torno do objeto de estudos delimitado. Sob este prisma, partimos dos documentos disponíveis, acerca das estratégias adotadas para oferta de ensino à distância no município de Camaçari, perpassando os indicadores de desempenho disponibilizados para delinear o panorama educacional desejado para o biênio 2020/2021. Os resultados encontrados são apresentados na sequência.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O fechamento das escolas como medida de combate à disseminação da Covid-19 impactou significativamente no pensar e fazer educacional dos brasileiros. Com uma situação inédita na história da educação e um contexto que desafiava todos os agentes envolvidos no processo educativo (professores, alunos, gestores, coordenadores pedagógicos, pais/responsáveis e autoridades competentes) a dificuldade foi fazer com que a educação escolar acontecesse nesse período de crise. Enquanto perdurou o distanciamento social, as instituições de ensino precisaram criar estratégias para garantir a educação e reduzir os

prejuízos causados pelo vírus na vida acadêmica, pessoal e social dos estudantes. No entanto,

[...] por mais que a situação de pandemia vivida no país seja uma situação nova, pensar as saídas requeridas para os problemas decorrentes dela não pode ser de forma açodada, precisa buscar os melhores caminhos, que serão sempre aqueles que primam pela inclusão e garantia do direito à educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 18).

Não podemos nos esquecer que “as crianças e jovens de hoje são cidadãos globais, poderosos agentes de mudança, e representam a próxima geração de cuidadores, cientistas e médicos. Toda e qualquer crise é uma oportunidade de ajudá-los a aprender, cultivar a compaixão e aumentar sua resiliência, bem como de construir uma comunidade mais segura e mais acolhedora” (MENSAGENS, 2020, p. 3).

É preciso compreender que, para além da interrupção do processo de ensino e aprendizagem, o fechamento das escolas municipais, conforme sinalizou a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, desencadeou uma série de efeitos negativos para os estudantes municipais e seus familiares como, por exemplo: (i) Nutrição: muitos estudantes, especialmente aqueles mais necessitados, contam com a merenda para compor a alimentação diária; (ii) Mães, pais ou tutores não preparados para educação à distância: isso é uma realidade árdua para pais com níveis educacionais mais baixos ou recursos limitados; (iii) acesso desigual a plataformas digitais e internet adequada: esse é um obstáculo ao aprendizado contínuo (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, p. 05).

Ainda se pode citar como dificuldades para os alunos camaçarienses as lacunas na assistência à infância e exposição a violências, como na ausência de alternativas, os pais que seguem trabalhando, de casa ou não, acabam deixando as crianças sozinhas por longos períodos, expondo-as a situações diversas de risco. Inclui-se também a pressão não intencional no sistema de saúde, uma vez que as mulheres geralmente representam uma grande parcela dos profissionais de saúde e ainda são, ao mesmo tempo e lamentavelmente, as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, p. 05).

Contribuindo com a discussão, Oliveira e Souza (2020, p. 22) ressaltam que

[...] é importante ter em mente que os problemas educacionais decorrentes da crise podem envolver aspectos de outras naturezas (sociais, psicológicas, etc.) que não estejam necessariamente relacionados ao repasse de conteúdos programáticos ou a utilização de mecanismos de avaliação aos quais os estudantes são submetidos.

As unidades escolas escolares camaçariense tentaram traçar estratégias para amenizar

os prejuízos causados pela pandemia no que diz respeito ao ensino e aprendizagem; as soluções encontradas têm suas limitações no sentido de contemplar todos os estudantes, uma vez que as atividades remotas propostas, em sua maioria, requeriam o uso de aparatos tecnológicos digitais conectados à internet. Na realidade municipal, isso configura-se como um problema para muitos estudantes que não têm acesso ou têm acesso limitado às tecnologias digitais e à internet.

Em 2018, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 58% dos domicílios brasileiros não tinham acesso a computador e 33% não dispunham de internet. Ainda conforme a referida campanha, nenhum estado da federação chega a 80% de acesso com conexão por banda larga e mais da metade dos estados não chega a 60% com esse tipo de conexão (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020a, 2020b).

Logo, como bem descreveram Avelino e Mendes (2020, p. 58), [...] a falta de recursos tecnológicos destinados à educação, especialmente a educação infantil, acabaram por inviabilizar ainda mais o acesso à educação durante a pandemia. Se anteriormente a dificuldade estava em chegar até as escolas, no contexto pandêmico, muitos alunos vão enfrentar o fato de não terem recursos suficientemente para acompanhar as aulas online e executar as atividades solicitadas. Na prática, não dispõem dos aparatos tecnológicos digitais adequados conectados à internet para realizar as atividades remotas propostas como solução para o período de isolamento social.

Não há dúvida de que:

Com a internet, surgiu o potencial de termos um meio de comunicação verdadeiramente interativo no qual as pessoas podem se tornar criadoras, cocriadoras, curadoras ou editoras, e não apenas consumidoras de conteúdos. A internet cria o potencial para relações horizontais de comunicação entre as pessoas, ao invés de depender apenas de relações exclusivamente hierárquicas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, p.18).

Para que tais condições ocorram é preciso ter os materiais adequados, acessos aos aparatos tecnológicos digitais conectados à internet, assim como a devida familiaridade em utilizá-los. O conhecimento moderno exige um domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e, principalmente, formação intelectual; que tem na escola lugar de destaque para essa formação.

Arelado a isso, soma-se o fato que o Brasil é um país de dimensão continental:

[...] nem todas as crianças têm acesso à internet e as atividades propostas pelos educadores não chegam a elas. Além do mais, o ambiente de casa nem sempre é propício, repletos de violência doméstica, alimentação inadequada, iluminação precária, falta de orientação dos educadores para as atividades, entre outros problemas recorrentes no âmbito familiar que prejudicam a conclusão dessas atividades (AVELINO; MENDES, 2020, p. 60).

As desigualdades sociais e regionais influenciam para essas situações de que nos falamos Avelino e Mendes (2020) na citação acima. Existem algumas políticas públicas de inclusão digital que se efetivadas como propostas, diminuiriam os prejuízos causados pela suspensão das aulas no momento de crise, motivado pela Covid-19. O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicado em 30 de abril de 2020, trata da possibilidade da continuidade das atividades escolares por meios digitais, porém a falta da efetividade das políticas públicas de informatização das escolas na totalidade e de inclusão digital é algo que impactou no momento destacado.

A Educação a Distância (EaD) foi potencializada durante a pandemia, acabando por se tornar a principal alternativa municipal para a continuidade da educação escolar infantil, mediante o fechamento das escolas e suspensão das aulas presenciais em decorrência do isolamento social. No entanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, fez uma importante ressalva sobre o uso da EaD como ferramenta de auxílio as atividades presenciais na educação básica pelos seguintes motivos:

Fatores pedagógicos: a necessidade de atividades interacionais, lúdicas e afetivas na educação infantil; fortalecimento das relações cognitivas e de interação social nas demais etapas do ensino básico, além da pouca autonomia didática dos jovens nessa fase escolar. Fatores de condições de acesso e sociais: muitas famílias possuem baixa escolaridade, moram em cômodos únicos com uma televisão, sem computadores e por vezes com mais de um aparelho celular, mas sem acesso à internet banda larga; a depender dos instrumentos a serem empregados para atividades escolares não presenciais, a maior parte dos estudantes não terá como acessar ou desenvolver plenamente os conteúdos com qualidade (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 21).

O grande desafio que os profissionais da escola da educação infantil de Camaçari, na rede pública de ensino, precisaram levar em consideração ao pensar estratégias didáticas pedagógicas para desenvolver atividades remotas nessa etapa da educação durante a pandemia. Os fatores pedagógicos e os fatores de condições de acesso e os sociais influenciaram expressivamente nas dificuldades que estes profissionais tiveram de enfrentar para fazer com que a educação escolar acontecesse e assim, garantir o direito à educação. Ainda conforme a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a CNTE apresentou os pressupostos pelos quais

deveriam ser pautadas as ofertas contingenciais de educação não presenciais durante o período de distanciamento social:

A oferta escolar em caráter oficial precisa atender aos preceitos fundamentais de **acesso universal** dos estudantes e de padrão de qualidade para todos. As tecnologias para difusão das aulas remotas **não podem se pautar em processos de mercantilização e privatização da educação**. A coexistência da educação pública e privada e as diferenças socioeconômicas dos estudantes dessas duas redes de ensino exigem **tratar desigualmente os desiguais**. Os apontamentos de universidades (instituições de excelência na educação) e de entidades gestoras da educação básica, especialmente em âmbito municipal, sobre a utilização da EaD. A importância de se manter os contratos e as remunerações integrais dos trabalhadores da educação (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO, 2020b, p. 21, grifo do autor).

O CNE, que anteriormente era contrário à Educação Infantil EaD, diante do contexto pandêmico, passou a considerar a necessidade de se adotar atividades remotas utilizando tecnologias digitais conectadas à Internet, de modo que as crianças continuassem tendo uma rotina escolar adequada. O parecer n.º 05/2020, no que diz respeito aos direitos e aprendizagem, pontua que “[...] enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

O referido parecer acrescenta ainda que as atividades desenvolvidas para os alunos socioeconomicamente menos favorecidos precisam ser ponderadas levando em consideração esse aspecto, buscando incluí-los digitalmente, uma vez que um número expressivo não tem acesso ou possuem acesso limitado à internet. Conforme ressalta o parecer supracitado, “[...] sabe-se que quanto mais novas são as crianças, mais importante é o trabalho de intervenção educativa e interação social para o seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

São indicadas também os tipos de atividades a serem encaminhadas as famílias, a saber:

Para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura. Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 10).

Dentro desse contexto, as escolas e creches comunitárias de educação infantil do município de Camaçari, antes mesmo da homologação do parecer supracitado, já vinham adequando atividades de forma contingencial, buscando diminuir os impactos da suspensão das aulas na vida das crianças. Assim como contemplando as orientações da Secretaria de Educação (SEDUC) do município que, no dia 5 de maio de 2020, encaminhou as instituições de educação infantil um documento institucional (organizacional) a respeito das atividades remotas a serem desenvolvidas nessa etapa da educação. A ação de maior impacto na educação municipal durante a pandemia foi o programa "Mais e Melhor Educação", uma iniciativa da prefeitura de Camaçari, que visou fortalecer e ampliar a oferta educacional no município, com foco em proporcionar uma educação de qualidade desde a infância (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018).

O Projeto "Mais e Melhor Educação: em Casa" sinaliza a responsabilidade social de manter a população de Camaçari informada, com acesso a diferentes formas de conhecimentos e com o objetivo de apoiar e contribuir para a manutenção da rotina de estudos em casa, por meio de um plano semanal de atividades, utilizando ferramentas e recursos tecnológicos disponíveis e acessíveis ao público interessado. Seja site, e-mail, Facebook e Instagram da Seduc (CAMAÇARI, 2020, p. 2).

Durante a pandemia de Covid-19, a implementação desse programa na educação infantil enfrentou inúmeros desafios, exigindo adaptações e inovações para garantir a continuidade do ensino e a segurança dos alunos. Como a pandemia de Covid-19 transformou radicalmente o cenário educacional global, e em Camaçari não foi diferente, as medidas de distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais impuseram um desafio significativo especialmente para a educação infantil, um segmento que depende fortemente de interações presenciais e atividades lúdicas.

Para enfrentar os desafios impostos pela pandemia, o programa "Mais e Melhor Educação" em Camaçari adotou várias estratégias para minimizar os impactos da Covid-19 como, por exemplo, a implementação de plataformas digitais para ensino remoto. Ferramentas como WhatsApp e outras plataformas de videoconferência e mensagens foram utilizadas para manter as atividades educacionais (Alves Sobrinho; Araújo, 2018). Para mitigar a falta de acesso à tecnologia, a prefeitura trabalhou na distribuição de tablets e na instalação de pontos de internet gratuita em áreas mais carentes.

Visando minimizar essas dificuldades, a Prefeitura de Camaçari vem desenvolvendo ações para fornecer conectividade, através de wi-fi, de forma gratuita a seus usuários. Inicialmente foi disponibilizado wi-fi gratuito em sete praças e depois mais três passaram a contar com wi-fi gratuito para a população. A ação ocorre em parceria entre a Prefeitura de Camaçari e a Telemar, que vai implantar o serviço em outras seis praças do município. Para ter acesso, as pessoas devem se cadastrar informando nome completo, e-mail, data de nascimento e sexo [...] A medida beneficia as pessoas mais carentes, uma vez que garante o acesso à internet, que se torna cada vez mais importante, principalmente nesse momento de pandemia de Covid-19. O acesso é fácil e dispensa burocracia. A prefeitura destaca que esta é mais uma ação para elevar a acessibilidade digital em Camaçari (CAMAÇARI, 2021, p. 1).

Ainda foram distribuídos kits de atividades impressas para crianças que não tinham acesso à internet, garantindo que todos pudessem continuar o aprendizado em casa (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018). A prefeitura também forneceu orientações e suporte contínuo para os pais, capacitando-os para auxiliar as crianças nas atividades diárias. Programas educativos também foram transmitidos por emissoras de rádio e televisão locais, oferecendo conteúdos apropriados para a educação infantil. Essas transmissões serviram como uma forma de alcançar um público mais amplo e diversificado, especialmente aqueles em áreas com pouca conectividade digital (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018). A gestão municipal de Camaçari também aproveitou a pandemia para proporcionar investimentos significativos que foram realizados na capacitação dos professores para o uso de novas tecnologias e metodologias de ensino remoto. Desde webinários, workshops e cursos online; recursos foram oferecidos para garantir que os educadores estivessem preparados para os desafios do ensino à distância.

Apesar das iniciativas, segundo Sobrinho, Araujo e Neves (2020) a educação infantil em Camaçari durante a pandemia enfrentou diversos desafios. A disparidade socioeconômica se refletiu no acesso desigual à tecnologia, prejudicando especialmente os alunos de comunidades mais carentes. Manter o engajamento das crianças pequenas foi um desafio, devido à dificuldade de sustentar a atenção e a interação necessárias no formato remoto. A necessidade de infraestrutura tecnológica e recursos adicionais foi um obstáculo significativo, exigindo investimentos que nem sempre estavam disponíveis. A crise acelerou a adoção de

inovações tecnológicas e metodológicas, que continuarão a ser valiosas mesmo após o retorno das aulas presenciais (SOBRINHO; ARAUJO; NEVES, 2020).

Ainda assim, o programa "Mais e Melhor Educação" em Camaçari demonstrou resiliência e adaptabilidade diante dos desafios impostos pela pandemia. As iniciativas para garantir a continuidade do ensino, como o uso de tecnologias digitais, a distribuição de materiais didáticos e o apoio às famílias, foram cruciais para minimizar os impactos negativos. No entanto, a desigualdade no acesso à educação e a necessidade de maior investimento em infraestrutura permanecem desafios a serem enfrentados. A experiência acumulada durante a pandemia pode servir como um catalisador para melhorias contínuas no sistema educacional, garantindo uma educação de qualidade e equitativa para todas as crianças de Camaçari (SOBRINHO; ARAUJO; NEVES, 2020). Ao final do recorte temporal, a educação municipal para os anos iniciais apresentou um índice de 5.5 pontos, segundo dados do índice de desenvolvimento de educação básica (IDEB). Uma síntese das principais ações aplicadas pelo município para enfrentar a pandemia na área educacional são apresentadas no Quadro 1 abaixo¹:

Quadro 1 - Planilha de medidas educacionais para enfrentamento da pandemia em Camaçari (2020-2021)

(continua)		
Categoria	Descrição	Detalhes
Aulas Remotas	Implementação de plataformas e ferramentas para ensino à distância.	Aulas transmitidas via WhatsApp; Capacitação de professores para uso de Zoom e Google Meet; Criação de um portal educativo específico para educação infantil.
Materiais Didáticos	Distribuição de materiais físicos e digitais para alunos.	Distribuição de kits de atividades para crianças; Criação de uma biblioteca digital com acesso a livros e vídeos educativos.
Suporte Emocional	Apoio psicológico e emocional para alunos e famílias.	Atendimento psicológico via chamadas de vídeo; Oficinas de apoio emocional para pais e responsáveis.
Treinamento de Professores	Capacitação dos educadores para o ensino remoto e novas tecnologias.	Workshops semanais sobre ferramentas digitais; Criação de uma equipe de suporte técnico para auxiliar professores.

¹ Quadro elaborado baseado na publicação de Raquel Alves Sobrinho et al.

Quadro 1 - Planilha de medidas educacionais para enfrentamento da pandemia em Camaçari (2020-2021)

(conclusão)		
Categoria	Descrição	Detalhes
Comunicação com Pais	Estratégias de comunicação com pais e responsáveis para acompanhamento do aprendizado.	Encontros virtuais mensais com pais; Criação de um grupo no WhatsApp para comunicação rápida; Envio de e-mails semanais com atualizações do progresso dos alunos.
Apoio Alimentar	Distribuição de alimentos para famílias dos alunos.	Distribuição quinzenal de cestas básicas para famílias carentes; Programa de alimentação adaptado com entrega de kits nutricionais.
Atividades Extracurriculares	Implementação de atividades adicionais para manter o engajamento dos alunos.	Aulas de música e dança via Zoom; Sessões de leitura e contação de histórias online.
Inclusão Digital	Medidas para garantir que todos os alunos tenham acesso à tecnologia necessária.	Doação de tablets para alunos sem acesso a dispositivos; Parcerias com empresas de telecomunicações para fornecer internet gratuita; Treinamentos sobre uso de tecnologia para alunos e pais.

Fonte: Elaboração própria (2024).

No que diz respeito aos espaços educacionais camaçarienses, a interação entre escola, família e comunidade é essencial para o desenvolvimento das ações socioeducativas, na qualidade dos serviços prestados. Esse trabalho coletivo e cooperativo possibilita os profissionais conhecerem melhor o universo sociocultural das crianças, isto é, o meio familiar e social em que vivem (ALVES SOBRINHO; ARAÚJO, 2018). Os desafios e as perspectivas de fazer acontecer uma educação EaD na cidade são muitos. As ações educativas que ocorreram de forma remota, teve os aparatos tecnológicos digitais conectados à internet como principais recursos para que a escola de educação infantil do município não se desconectasse da vida dos partícipes da educação escolar.

Os impactos da pandemia da Covid-19 na educação de Camaçari são diversos e, certamente, perdurarão por muito tempo. Uma vez que a própria vivência humana se transformou com a pandemia, é natural que a realidade educacional também se modifique. As perspectivas e tendências para essa nova realidade serão discutidas mais a frente.

5 RESULTADOS E TENDÊNCIAS FUTURAS

Com base nas ações implementadas pela cidade de Camaçari durante a pandemia, podemos analisar alguns resultados e prever algumas tendências futuras para a educação infantil na região. Esses resultados e tendências refletem uma combinação de avanços tecnológicos, melhorias no suporte emocional e psicológico, e uma maior inclusão digital. Os resultados obtidos com as ações afirmativas na pandemia englobam a melhoria nas habilidades dos professores para utilizar ferramentas digitais e plataformas de ensino online, resultando em um ensino mais dinâmico e interativo; o aumento da familiaridade dos alunos com tecnologias digitais desde a infância, preparando-os melhor para um futuro cada vez mais digitalizado. Além de um maior acesso a dispositivos tecnológicos (tablets, computadores) e internet para famílias de baixa renda, reduzindo a desigualdade digital.

Para as tendências futuras no município vale destacar a adoção de um modelo de ensino híbrido que combine aulas presenciais e remotas, proporcionando flexibilidade e continuidade no aprendizado; a utilização de dados e tecnologia para personalizar o ensino conforme as necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais eficaz. Os programas de formação continuada para professores, focando em novas tecnologias educacionais, metodologias inovadoras e gestão emocional. Além de incluir o desenvolvimento de políticas educacionais que visem garantir a equidade no acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas. As ações implementadas durante a pandemia criaram uma base sólida para melhorias contínuas na educação infantil em Camaçari. O foco no desenvolvimento das competências digitais, na inclusão e no suporte emocional prepara a comunidade escolar para enfrentar desafios futuros e aproveitar novas oportunidades. As tendências apontam para uma educação mais equitativa, personalizada e integrada, onde a tecnologia e o bem-estar emocional desempenham papéis centrais no desenvolvimento das crianças.

Como a pandemia de COVID-19 impôs desafios significativos ao sistema educacional global, e Camaçari não foi exceção, se faz interessante observar que as medidas adotadas pela cidade oferecem um bom campo para futuras pesquisas; destacando a análise do impacto das medidas de ensino remoto sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças em idade pré-escolar na região, por exemplo. Novos estudos poderiam focar na adaptação das crianças aos novos métodos de aprendizado, a eficácia das ferramentas tecnológicas utilizadas e a capacidade dos educadores em oferecer suporte adequado em um ambiente virtual. Além

disso, seria valioso investigar como a interação limitada com colegas e professores afetou as habilidades sociais e emocionais das crianças.

Outro campo de pesquisa relevante envolve a avaliação das estratégias de retorno às aulas presenciais e os desafios enfrentados por educadores e alunos na readaptação ao ambiente escolar. Pesquisas futuras poderiam examinar as práticas de segurança sanitária implementadas, a adequação das infraestruturas escolares para atender às novas exigências e o impacto dessas mudanças na saúde mental e bem-estar das crianças e dos professores. Analisar diferentes abordagens adotadas por escolas públicas e privadas em Camaçari também poderia fornecer opiniões valiosas para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes no futuro. Por fim, é crucial explorar as desigualdades educacionais exacerbadas pela pandemia, especialmente em comunidades vulneráveis de Camaçari. Estudos poderiam investigar como fatores socioeconômicos influenciaram o acesso e a qualidade do ensino remoto, bem como as diferenças no apoio recebido por famílias de diferentes classes sociais.

Em suma, as medidas de enfrentamento adotadas por Camaçari para a educação infantil foram inteligentes e rápidas, servindo de modelo para outros municípios. O Quadro 2 sintetiza as principais ações municipais ao qual são as características do objeto de pesquisa, destacando os pontos positivos e negativos; assim como traz sugestões e intervenções quando necessário.

Quadro 2 - Pontos Positivos e Negativos - Camaçari - 2024

Características	Pontos positivos	Pontos Negativos	Sugestão/Intervenção
Adaptação ao Ensino Remoto	Implementação rápida de plataformas online e uso de ferramentas digitais.	Falta de acesso universal à internet e dispositivos eletrônicos para todas as crianças.	Investir em programas de distribuição de tablets e ampliar o acesso à internet, especialmente em áreas carentes.
Capacitação dos Professores	Treinamento em uso de tecnologias educativas para muitos professores.	Alguns professores tiveram dificuldades em se adaptar ao ensino remoto e faltou capacitação adequada para todos.	Realizar mais programas de formação contínua focados em tecnologias digitais e metodologias de ensino remoto.
Engajamento dos Pais e Responsáveis	Maior envolvimento dos pais na educação dos filhos devido ao ensino remoto.	Nem todos os pais têm disponibilidade ou conhecimento para ajudar no ensino em casa.	Oferecer workshops e materiais de apoio para orientar os pais sobre como auxiliar na educação remota.

Material Didático e Conteúdo	Desenvolvimento de conteúdos digitais e impressos adaptados para o ensino remoto.	Dificuldade em manter a atenção e engajamento das crianças em atividades online.	Desenvolver atividades mais interativas e lúdicas, além de integrar mais conteúdos audiovisuais para prender a atenção das crianças.
Infraestrutura das Escolas	Algumas melhorias na infraestrutura das escolas para receber alunos	Falta de infraestrutura adequada em muitas escolas para garantir medidas de distanciamento e higiene.	Realizar reformas e investimentos na infraestrutura das escolas.

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Quadro 2 reflete uma análise geral das características e dos desafios enfrentados pela educação infantil municipal de Camaçari durante os anos da pandemia, assim como possíveis sugestões e intervenções para melhorar a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos e professores em um futuro próximo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos para a educação infantil em Camaçari, assim como em muitas outras localidades. O ano de 2021 foi marcado por uma necessidade urgente de adaptação ao ensino remoto. A administração municipal teve que implementar rapidamente estratégias para continuar o processo educativo de maneira não presencial. Isso incluiu a introdução de plataformas de ensino de forma online, o que foi essencial para a manutenção da educação infantil durante o combate à Covid-19. Ferramentas como WhatsApp e outras plataformas de videoconferência tornaram-se comuns à época.

Contudo, alguns percalços foram aparecendo ao longo do caminho; a capacitação dos professores municipais exigiu um esforço considerável. Uma vez que para treinar os professores no uso dessas novas tecnologias, se fez necessário, cursos de capacitação também à distância. Muitos educadores tiveram que aprender rapidamente como manejar plataformas digitais e adaptar seus métodos de ensino para a educação infantil, que até então era um segmento que nunca tinha sido contemplado com aulas digitais anteriormente.

A distribuição de atividades impressas também foi uma solução para as famílias sem acesso à internet, garantindo que todas as crianças tivessem algum tipo de material educativo, visando minimizar os impactos das diferenças sociais no município. A rapidez na

implementação do programa “Mais Educação” para a educação infantil, garantiu que os municípios não perdessem tanto conteúdo no período de isolamento social. Com a ajuda das plataformas digitais, a gestão municipal de Camaçari, demonstrou a capacidade de adaptação da de educação durante emergências.

O ensino remoto levou a um maior envolvimento dos pais no processo educativo, criando uma parceria mais próxima entre escola e família. A falta de acesso à internet e dispositivos eletrônicos expôs desigualdades sociais significativas do município. Muitas crianças ficaram em desvantagem por não terem os recursos necessários para participar plenamente do ensino remoto. Dentro desse contexto, a qualidade do ensino remoto variou significativamente. A falta de experiência e treinamento adequado de alguns professores resultou em uma experiência educacional inconsistente, com muito a ser melhorado posteriormente.

A experiência com o ensino remoto apontou para a viabilidade do ensino híbrido como uma tendência futura. Este modelo combina o ensino presencial com o ensino online, permitindo flexibilidade e continuidade do aprendizado em diferentes circunstâncias. O futuro da educação infantil em Camaçari provavelmente verá um aumento no investimento em tecnologia. Um dos focos deverá ser a melhoria da infraestrutura digital nas escolas, garantindo acesso à internet e dispositivos para todos os alunos. Pedagogicamente, Camaçari deve desenvolver conteúdos educacionais mais interativos e envolventes, utilizando recursos multimídia.

Garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais, independentemente de suas condições socioeconômicas é a principal meta municipal. Além disso, oferecer suporte adicional às famílias e alunos que enfrentam maiores desafios, tanto em termos de recursos materiais quanto de apoio psicológico e educacional. A educação infantil em Camaçari enfrentou desafios significativos durante a pandemia, mas também demonstrou resiliência e capacidade de adaptação. Programas como o "Mais Educação" e a formação continuada dos professores foram cruciais para manter a qualidade do ensino. Para o futuro, a aposta no ensino híbrido, no investimento em tecnologia e na promoção da equidade será fundamental para construir um sistema educacional mais robusto e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALVES SOBRINHO, Raquel; ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Os espaços educacionais comunitários como lugar de inclusão social de criança em situação de vulnerabilidade. *In*: NEVES, Bárbara Coelho Neves; CORREIA, Patrícia Carla da Hora (Orgs.). **As tecnologias e**

o contexto da educação inclusiva: problematizações em espaços educacionais. São Cristóvão: UFS, 2018.

AVELINO, Wagner Feitosa Avelino; MENDES, Jessica Guimarães. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, maio, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3759679>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/AvelinoMendes>. Acesso em: 24 abr. 2024.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 79 p.

BARBOSA A. F. (coord). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras:** TIC Educação 2013. 2014. Disponível em: http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAMAÇARI. Câmara Municipal. **Lei nº 1.645, de 22 de dezembro de 2020. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Camaçari para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências**. Camaçari, 2020. Disponível em: <http://arquivos.camacari.ba.gov.br/cgm/planejamento/150221034334126789.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2024.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. COVID-19, **Educação e Proteção de crianças e adolescentes: comunidade escolar, família e profissionais da educação e proteção da criança e adolescente**. Guia para tomadores de decisão, volume 1, março de 2020a. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia1_FINAL.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. COVID-19 **Educação à Distância:** informe-se e saiba como agir, cobrar e trabalhar pela educação de maneira colaborativa. Guia para tomadores de decisão, v. 3, abril de 2020b. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia3-EaD_FINAL.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº. 05 de 30 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Parecer-CNE-CP_5_2020.pdf. Acesso em: 07 maio 2024.

CETIC. **TIC Kids Online Brasil**. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/kidsonline/> Acesso em 14 mar. 2024.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

MENSAGENS e **ações importantes a Covid-19, prevenção e controle em escolas**. Mar., 2020. Disponível em:

https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51955/OPASBRACOV1920015_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 abr. 2024.

MORAES, Bianca M. De. **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016.

OLIVEIRA, Hudson do Vale de; SOUZA, Francimeire Sales de. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 15-24, maio 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3753654>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/OliveiraSouza>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SANTOS, Kátia S. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil: Tecendo Fios**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0271.pdf> Acesso em: 14 mar. 2024.

SILVA, Claudio Gomes da. A Importância do Uso das TICS Na Educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 3, ed. 08, v. 16, p. 49-59, ago. 2018.

SOBRINHO, Raquel Alves; ARAÚJO, Jurandir de Almeida; NEVES, Barbara Coelho. Covid-19, Tecnologia Digital e Educação: reflexões sobre a suspensão das aulas no contexto das escolas e creches comunitárias do Município de Camaçari, BA. **Folha de rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, p. 71-83, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/525>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 530.

WHO. **World Health Organization**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 14 mar 2024.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	UM OLHAR SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO E O SUCESSO DA ECONOMIA BRASILEIRA
RECEBIDO	22/06/2024
AVALIADO	01/07/2024
ACEITO	12/06/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sr.
NOME COMPLETO	Jucley Souza de Araújo
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia, cursando 8º semestre.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Maria José M. dos Santos
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia, cursando 8º semestre.
AUTOR 3	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Nayara B. Moreira
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestra em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade Anísio Teixeira
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	de	Autor 1: jonas674@hotmail.com Autor 2: mjcsantos17@gmail.com Autor 3: naymoreira@uneb.br
---	----	--

ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL NO INSTAGRAM E IFOOD

Recebido: 09/07/24 | *Avaliado:* 04/08/24 | *Aceito:* 28/09/24

Tainá Santos do Nascimento

Graduanda em Administração Pública pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

E-mail: tainasantos27n@gmail.com

Rosângela Moreira de Oliveira

Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: rmo.uneb@gmail.com

RESUMO

O marketing digital tornou-se uma ferramenta indispensável nas estratégias das micro e pequenas empresas, principalmente no fortalecimento de sua imagem, visibilidade no mercado e estabelecimento de relacionamentos com o seu público-alvo. A crescente popularidade das redes sociais e do uso dos aplicativos de *delivery* mudou a forma como as pessoas interagem com o produto, principalmente nos setores ligados ao ramo alimentício. O presente trabalho tem como objetivo analisar comparativamente as estratégias de marketing digital utilizadas por dez hamburguerias nas plataformas *Instagram* e *IFood*. A pesquisa possui uma abordagem quali-quantitativa, com objetivo descritivo e utilizando-se como procedimentos, pesquisa de referencial teórico, documental e levantamento de dados a partir da observação dos perfis das hamburguerias a respeito de postagens, engajamento, tipos de conteúdo e avaliações dos clientes. Os dados analisados foram coletados no período de 6 semanas. Os resultados da pesquisa apontam que o *Instagram* é considerado o meio mais efetivo para a construção da marca e engajamento do público e o *IFood* como um canal de vendas que aumenta a visibilidade dos estabelecimentos. Ao fim do estudo conclui-se que as hamburguerias que combinam as suas estratégias de forma equilibrada em ambas as plataformas conseguem melhorar a sua presença, resultados e proporcionar uma competitividade em um cenário dinâmico.

Palavras-chave: Marketing digital. *Instagram*. *IFood*. Hamburguerias. Empreendedorismo.

ABSTRACT

Digital marketing has become an indispensable tool in the strategies of micro and small enterprises, especially in strengthening their image, market visibility, and establishing relationships with their target audience. The growing popularity of social networks and the use of delivery apps have changed the way people interact with products, particularly in the food sector. The present work aims to comparatively analyze the digital marketing strategies used by ten burger places' on the *Instagram* and *Ifood* platforms. The research has a qualitative-quantitative approach, with a descriptive objective and using as procedures, theoretical and documentary research and data collection based on the observation of burger restaurant profiles regarding posts, engagement, types of content and evaluations of customers. The analyzed data were collected over a period of 6 weeks. The research results indicate that *Instagram* is considered the most effective means for brand building and audience engagement, while *Ifood* serves as a sales channel that increases the visibility of the establishments. The study concludes that burger places' that balance their strategies across both platforms effectively enhance their presence, results, and competitiveness in a dynamic market.

Keywords: Digital Marketing. *Instagram*. *Ifood*. Burge places. Entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

Dentro do contexto de globalização digital que se apresenta no mundo, o uso do marketing digital tornou-se uma ferramenta essencial para todos os tipos de empreendimento, principalmente em ramos alimentícios em que se há competitividade e necessidade de uma dinâmica de interação constante.

Com a expansão da economia digital, canais e plataformas como essas, permitem a facilidade de acesso à informação, além dos programas de recursos financeiros que tem facilitado e encorajado muitas pessoas a abrirem os seus próprios negócios. O empreendedorismo no Brasil tem ganhado cada vez mais espaço nos últimos anos. Mas apesar de ter alguns facilitadores no processo de criação de um negócio, ainda se tem grandes obstáculos, o SEBRAE (2023) levanta que algumas das maiores dificuldades para o empreendedorismo brasileiro são a burocracia, principalmente para abertura e obtenção de crédito, o uso das ferramentas de marketing, a gestão do negócio e a capacitação profissional, que muitos não entendem a necessidade de buscar o desenvolvimento de competências e habilidades para gerir o negócio.

O crescimento de empreendimentos ligados ao ramo alimentício vem aumentando, graças a mudança no hábito do consumo de *fast food*, que se tornou rotineira na vida dos brasileiros e ao uso de *delivery* no dia a dia, tornar a abertura de hamburguerias extremamente favorável, segundo dados da CNN (2024) o hambúrguer, por exemplo, é o tipo de alimento mais vendidos em aplicativos de deliveries, no *IFood* foram 81 milhões em 2023, o que mostra a força desse alimento dentro do mercado e o torna bastante competitivo, e por isso as hamburguerias precisam estar se inovando e melhorando as suas estratégias para conseguirem se destacar.

Entre as plataformas disponíveis estão o *Instagram* e o *IFood*, como canais mais usados para venda e promoção de empreendimentos ligados à gastronomia como hamburguerias. O *Instagram* oferece uma plataforma dinâmica que permite o engajamento do público, e traz ferramentas como o *story*, *reels* e publicações, permitindo atrair por meio de conteúdos seguidores. Já o *IFood* é uma das plataformas de entrega mais utilizadas no Brasil, além de servir como um canal de vendas que traz ferramentas que impulsionam as vendas, mas ele também é um canal de publicidade que permite que haja comunicação dos estabelecimentos com os seus clientes, Trevisan e Rocha (2020) traz que os consumidores buscam por marcas que reflitam os valores humanos, esses consumidores buscam por transparência, honestidade e

confiança, além da qualidade nos produtos e serviços, essas plataformas conseguem proporcionar que esses fatores ocorram e facilitando a construção de um relacionamento.

Levando em conta a importância das estratégias marketing digital em um negócio, e saber utilizar todas as ferramentas de promoções disponíveis para fortalecimento da marca, essa pesquisa tem como hipótese: As estratégias de marketing digital adotadas pelas hamburguerias através das redes sociais como *Instagram* apresentam as mesmas características utilizadas pelo *Ifood*, para atração e retenção de clientes.

Portanto, o objetivo deste artigo é conhecer as estratégias de marketing digital utilizados no Instagram por hamburguerias de Salvador para compreender o impacto e a eficácia dessas abordagens no engajamento e conversão de seguidores em clientes. E como objetivo específicos Buscou-se a) Identificar e descrever as estratégias de marketing digital adotadas pelo Instagram; b) verificar se existe sincronicidade entre o *Instagram* e *Ifood* em seus respectivos perfis; c) analisar a interação do tipo de conteúdo publicado por cada plataforma, incluindo postagens e stories, avaliando sua relevância e impacto no público-alvo, d) analisar se a relação entre essas plataformas têm impacto promocional no crescimento da base de usuários para ambas as plataformas.

Além desta introdução e das conclusões, este artigo é dividido em mais quatro seções. A segunda seção com os aspectos metodológicos adotados para alcançar os resultados desta pesquisa. A terceira traz o estudo de referencial teórico abordando principalmente os temas, empreendedorismo e marketing para gestão de negócios. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa empírica e o tratamento dado aos achados. A quarta e última seção apresenta as considerações finais do estudo, não sendo este o ponto final para entender o uso das ferramentas nos negócios.

2 METODOLOGIA

Evidenciar o caminho a ser seguido para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e obtenção dos resultados, de uma pesquisa é a finalidade de uma metodologia. Uma boa definição de qual metodologia adotar é critério basilar para se fazer pesquisa. O trabalho apresenta-se como uma pesquisa quali-quantitativa, que Lozada e Nunes (2019) trazem como um método que se utiliza tanto dos métodos quantitativo e qualitativo na pesquisa, e com objetivo descritivo, uma vez que se buscou investigar o comportamento de dez empresas da cidade de Salvador que são principais atores e que possuem as mesmas características, sendo uma amostra de conveniência segundo Guimarães (2008) são os elementos da amostra,

escolhido com base na acessibilidade e disponibilidade imediata que o pesquisador vai obter a esses dados. A pesquisa descritiva segundo Lose e Magalhães (2019, p. 22) “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, assim podendo fornecer uma visão detalhada do objeto de estudo, utilizando de técnicas de coletas de dados por meio de observação e questionários.

A coleta de dados foi feita em duas partes, a primeira utilizou-se do método quantitativo que é um estudo de fenômenos complexos que se utiliza da estatística para a análise, quantificação e interpretação dos dados (LOZADA; NUNES, 2019). O instrumento de coleta utilizado para este estudo foi a observação de perfis de hamburguerias artesanais de Salvador de diferentes bairros sendo escolhida 10 para se realizar a observação, as ferramentas monitoradas dessas hamburguerias foram o *Instagram* e o *IFood*, que durante o período de 6 semanas eram analisadas duas vezes na semana em dias de quarta e sábado, era observado pontos como o número de seguidores, frequência de post, interações com os clientes, número de curtidas e comentários, os dados coletados para o estudo foram tratados em planilhas no Excel.

A segunda etapa da coleta de dados, se deu por meio do método de pesquisa qualitativa, que segundo Carvalho *et al.* (2019) são focadas em estudar um fenômeno, e buscam compreender o comportamento que não se quantificam, e a partir dele analisar e interpretar os dados coletados que foram coletados por meio das observações.

Além destes procedimentos metodológicos, foi realizada pesquisa bibliográfica para fundamentação principalmente dos conceitos sobre empreendedorismo, marketing, planejamento e estratégica, fazendo uso de livros e artigos científicos publicados no Brasil. E a pesquisa documental feita em bases de dados de órgãos públicos como o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, entidades como Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (ANEGEPE), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), acesso a pesquisas e sites que de alguma maneira apresentassem dados e informações sobre os temas abordados. Segundo Carvalho *et al.* (2019) define a pesquisa bibliográfica como um método de pesquisa que busca utilizar de livros, artigos, teses já publicadas para se fazer uma revisão do que se têm de acerrar do tema abordado e já a documental é parecida com a bibliográfica, só que a diferença é que se utiliza de matérias existentes, mas ainda não estudados.

Este foi o percurso metodológico traçado para realizar a análise comparativa através de duas ferramentas com características distintas como *Instagram* e *IFood*, mas que se cooperam

no processo de comercialização e comunicação de empresas de hambúrguer da cidade de Salvador.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O empreendedorismo é uma atividade chave no crescimento da economia de um país, uma vez que os negócios provenientes conseguem movimentar a economia, contribuem com a inserção da diversificação de negócios, algumas até com a introdução de inovações tecnológicas gerando competitividade no mercado. Dornelas (2023, p. 28) diz que podemos definir o empreendedorismo “[...] como o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades”, já Castro, Araújo e Carvalho (2021) ressaltam que o empreendedorismo é como uma arte, um conjunto de habilidades e atitudes que combinam aplicação, criatividade, inovação e determinação para alcançar um propósito.

O empreendedorismo no Brasil começou a ser abordado a partir de 1990 com a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), e a partir delas começou-se a discussão sobre empreendedorismo e pequenas negócios, que possibilitou a difusão do conhecimento sobre o empreendedorismo no país (DORNELAS, 2023).

No mercado brasileiro vem havendo um grande desenvolvimento e crescimento em relação ao número de empreendedores, no caso pessoas que querem abrir o seu próprio negócio, e segundo o relatório executivo da Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2023 estima-se que 30,1% da população brasileiro entre 16 e 41 anos estão empreendendo e que 48% da população tem desejo em empreender no futuro (GEM, 2023). Dado a esse crescimento no número de empreendedores, conseqüentemente vem crescendo o número de micro e pequenas empresas no Brasil.

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham “um papel significativo na economia brasileira, contribuindo para a geração de empregos, estimulando a inovação, promovendo o empreendedorismo e impulsionando o crescimento econômico” Sebrae (2023). No primeiro quadrimestre de 2024, segundo o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) havia no Brasil um total de “21.738.420 empresas ativas, abrangendo matrizes, filiais e microempreendedores individuais (MEI). Destaca-se que 93,6% dessas empresas são microempresas ou de pequeno porte”

(Brasil, 2024, p. 2). Dentro das características do que são as micro e pequenas empresas, o que as diferem é a quantidade de funcionário para as micro é de 9 pessoas no comércio e serviço, e já nas pequenas empresas empregam de 10 a 49 pessoas, e o valor do seu faturamento sendo nas micros 360 mil anual e nas pequenas 4,8 milhões por ano que está previsto na lei complementar nº123/2006 (Franco, 2023).

Um dos fatores que impulsiona a busca pela abertura de MPE's, são as oportunidades e os facilitadores, como os incentivos de crédito que o governo disponibiliza, como o PROCRED 360¹ que pode ser usado como uma linha de crédito com taxas de juros reduzidas em comparação ao mercado, que o governo disponibilizou para as MPEs e microempresas, que tenham o faturamento anual limitado a R\$ 360 mil, ajudando as empresas que têm dificuldades de obter crédito possam conseguir, e assim melhorar a situação financeira da empresa (Brasil, 2024).

É importante ressaltar que muitas das MPE's são oriundas de negócios familiares. Dornelas (2023) traz que o processo de empreender pode ocorrer, devido a diversos fatores como os pessoais, organizacionais e sociológicos. Além de fatores externos como, a economia do País, o fator pessoal é um grande motivador na geração de novos empreendedores. Podemos associar isso ao empreendedorismo por necessidade que conforme Júnior e Sousa (2023) traz, esse tipo de empreendedorismo surge da busca por uma nova alternativa de sobrevivência. Geralmente são pessoas que acabam criando os seus próprios negócios sem nenhum tipo de planejamento, focado em tentar, de alguma maneira, se manter economicamente ou a busca de uma rentabilidade maior.

Dentro dos fatores que fazem com que uma pessoa possa querer empreender, temos os por necessidade ou oportunidade, conforme o programa de pesquisa Global *Entrepreneurship* Monitor (GEM, 2023) aqueles que empreendem por necessidade fazem isso pela falta de oportunidade no mercado, enquanto os que empreendem oportunidade são motivados pelo desejo de um crescimento econômico ou pessoal. Bandeira e Silva (2023) pontuam que a diferença entre os dois tipos de empreender, um que é que por necessidade, e este possui menos estratégia e falta de gestão adequada. Já no empreendedorismo por oportunidade, se há uma visão mais estratégica, maior planejamento e atenção às demandas do mercado.

E apesar de se ter um grande crescimento no número das MPE's, muitas delas não conseguem se manter por muito tempo e acabam falindo, alguns aspectos que colaboram para

¹ Programa de crédito criado com o objetivo de facilitar o acesso ao financiamento, com condições especiais e taxas de juros reduzidas para Microempreendedores Individuais (MEIs) e microempresas. São elegíveis as tiveram faturamento de até R\$ 360 mil no ano (2023).

que isso aconteça é a falta de habilidade, conhecimento técnico, conhecimento do mercado, e não se atentar as mudanças nos cenários externos e as inovações (RIBEIRO; MONTEIRO, 2022). A falta de planejamento pode estar entre um dos principais fatores de fechamento das empresas. No ano de 2023 foram abertas 3.868.687 e fechadas 2.153.840 empresas, um percentual maior de 25,7% em relação ao ano de 2022, sendo o saldo positivo de 2023 1.714.847 empresas a mais (BRASIL, 2024).

O problema é que muitos acabam não sabendo como gerir os seus negócios de forma estratégica e acabam não obtendo os resultados esperados, sendo que na gestão de qualquer negócio um fator importante e determinante para o sucesso é o planejamento. Lemes (2019) aborda a importância do planejamento, em todas as fases de todo o processo empresarial, além de ressaltar sobre a necessidade do marketing nas empresas, que deveria ser algo que agrega de forma positiva, acaba se tornando negativo por falta de estratégias dos responsáveis pela gestão.

Segundo o relatório da GEM (2023) as principais atividades dos empreendedores que se destacaram entre os empreendedores nascentes e novos são aquelas que buscam trabalhar com alimentos, sendo incidente em 13,4% entre as nascentes e 10,1% entre os novos. Este tipo de atividade é considerado por Porter como atividades com baixas barreiras à entrada, uma vez que, Porter (2019, p. 53) diz “quanto mais poderosa a força, mais pressão ela exerce sobre preços ou custos, ou ambos, e, portanto, menos atraente é o setor para os nele estabelecidos”, ou seja, quanto mais forte a competição dentro de um setor, existem duas possibilidades: o aumento de custo ou redução de preço, o que deixa o setor menos favorável para novos entrantes, aumentando as barreiras. E por isso o fato de o setor de alimentos não necessitar de muito investimento se comparado a setores como a indústria, a acessibilidade maior a fornecedores, faz com que a negociação pelos insumos não seja alta demais, tornando um espaço atrativo para novos competidores.

Com as mudanças e inovações tecnológicas que vêm decorrendo ao longo dos anos, novas tendências vem surgindo, como a modalidade de pedir comida em casa, ganhou muita força durante o período da pandemia. A busca por comidas *food service*, mesmo após a pandemia continuou no cotidiano dos brasileiros, por se tratar de comidas que são práticas e rápidas que se encontram em restaurantes, bares, hamburguerias, pizzarias e *delivery*. Segundo a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), no ano de 2020 e 2021 houve um aumento de 54,8% na utilização de serviço de entrega de refeições, ressalta também que a praticidade e comodidade deste serviço como fatores motivacionais de uso.

Outro fator deste crescimento é em relação ao empreendedor que diminui seu investimento inicial com mobiliário de salão, por exemplo e custos fixos, já que não é

necessário ter um imóvel bem localizado o que eleva o aluguel, além da disponibilidade de funcionários que vem ser menor, uma vez que não terão serviços *in loco*, entre outras itens necessários para lojas físicas, que se tornam desnecessário para este novo modelo de empreendimento.

Dentro do segmento, o que vem se destacando são as hamburguerias a revista Empreenda (2023) traz que só em 2022 foram mais de 12 mil hamburguerias ativas na plataforma de *delivery IFood* “durante a pandemia, o número de hamburguerias cadastradas aumentou 104%, enquanto as vendas cresceram 140%, entre 2020 e 2022” (GONÇALVES, 2023, p. 2), o que demonstra o gosto do brasileiro pelo produto que surgiu na Alemanha ainda no século XVII. Eles aprenderam os costumes dos povos tártaros de moer a carne e a partir desse hábito eles criaram “[...] o que era chamado de ‘Hamburg Steak’” (bife de Hamburgomas), mas sua visibilidade se deu através dos Estados Unidos que conhece o produto desde 1904. No Brasil, o hambúrguer só chegou em 1952, através de uma rede norte-americana. (ABC, 2023).

Atualmente se destacam, além das grandes redes de fast-foods como o *Burger King* e o *McDonald's*, as hamburguerias artesanais, essas que vem ganhando grande espaço no mercado, por conta da qualidade das carnes e por optar por uma produção mais manual sem a inserção de muitos produtos industrializados em suas receitas, priorizando além qualidade da refeição, a diversificação dos ingredientes, muitos com características da culinária das regionais.

A grande demanda do mercado consumidor pela modalidade de *food service*, por conta da praticidade e ao mesmo tempo a qualidade em relação às comidas, fez com a abertura de hamburguerias se tornasse um empreendimento bastante propício. Segundo uma pesquisa feita pela empresa de levantamento de dados, *insights* e consultoria Kantar (2024) traz que o hambúrguer é um dos alimentos mais consumidos fora de casa por cerca de 89% dos brasileiros, e que 47% das vezes que esses alimentos são consumidos fora de estabelecimentos, 28% são através de Apps de *delivery*.

O uso de plataformas digitais como o Instagram e de canais de serviços de entregas como o *IFood*, alinhados com o baixo custo e a conveniência de não se precisar de um espaço físico para as vendas, impulsionou em um aumento no número de novos empreendedores, principalmente no mercado das hamburguerias. E para se destacarem e fortalecerem suas posições no mercado, esses empreendedores precisam adotar estratégias de marketing eficazes em seus canais de comunicação.

3.2 O USO DO MARKETING NO MEIO DIGITAL

O marketing vem desempenhando importante papel nos processos estratégicos das organizações e sendo uma peça crucial no sucesso delas, Kotler e Keller (2018, p. 3) definem o marketing como a “[...] identificação e satisfação de necessidades humanas e sociais”. Já Honorato (2004, p. 6) afirma que o marketing busca “atender desejos e necessidades por meio de ações mercadológicas reunidas no chamado composto de marketing ou marketing mix”, dentro desse composto se utiliza os 4Ps que é utilizado como ferramenta estratégica, e tem o intuito de buscar a criação de valor para os consumidores.

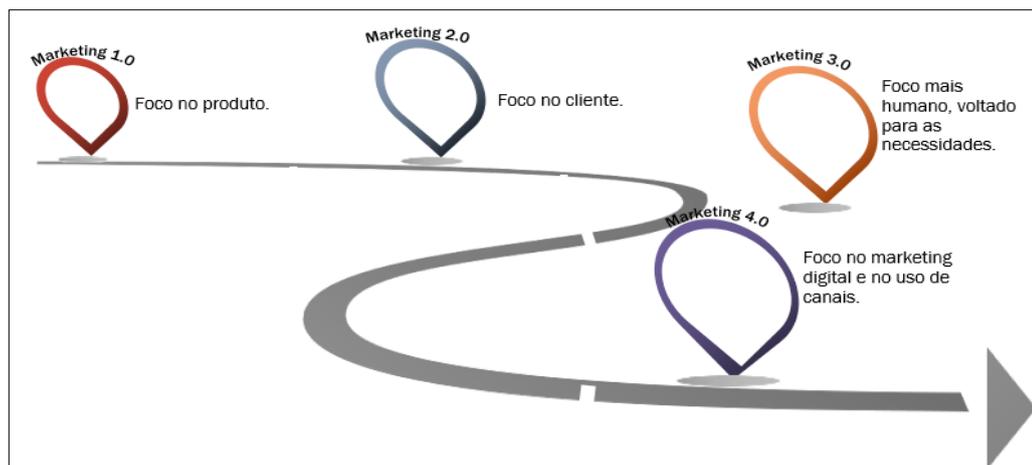
O composto de marketing ou 4Ps são elementos importantes no planejamento estratégico do marketing de um negócio, já que cada um dos elementos vai ajudar a estruturar o seu diferencial competitivo e a alcançar os objetivos da empresa. Grewal (2016) define cada um dos 4Ps como: a) Produto tendo como objetivo a criação de valor; b) Preço como aquilo que o cliente está disposto a renunciar em troca do produto seja dinheiro ou tempo; c) Praça (distribuição) envolve os canais de distribuições que serão necessários para chegada do produto até consumidor final e d) Promoção como a comunicação que envolve promover os diferenciais e características do seu produto para o seu público-alvo.

Tendo em vista que as estratégias de marketing são desenvolvidas com o intuito de oferecer produtos ou serviços que venham a atender e satisfazer as necessidades e proporcionar a satisfação dos consumidores, e que apesar de um dos seus intuítos ser atender à essas necessidades, não se trata somente disso, mas também de se criar uma relação com o seu público/cliente através de uma conexão e para que haja criação de valor.

Principalmente no contexto atual onde vivemos uma era de globalização onde há todo instante mudanças ocorrem, é preciso ficar atento ao que mercado está pedindo para que se tenha uma compreensão e assim consiga fazer com que exista um relacionamento para que haja essa troca de valor. Moreira e Nogueira (2021) abordam assim como outros autores que o objetivo do marketing pode ser definido como satisfazer essa necessidade dos clientes, mas ressaltam que esses resultados ocorrem por meio das estratégias de comunicação, destacando que dentro do processo de marketing de qualquer negócio o foco é na valorização dos seus consumidores.

Ao longo dos anos o marketing vem evoluindo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) no seu livro *Marketing 4.0* falam sobre a mudança do foco do marketing como é demonstrado na figura abaixo.

Figura 1 - Mudanças do Marketing ao longo do tempo



Fonte: Adaptada de Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017).

A evolução que vem ocorrendo no marketing pode ser atribuída à mudança nos hábitos dos consumidores e à ascensão da tecnologia. Como consequência dessas revoluções tecnológicas, o modelo tradicional não consegue suprir todas essas necessidades, por isso a importância do marketing digital, pois consegue acompanhar e se adaptar a essas novas práticas digitais.

O marketing digital tem o foco no uso de estratégias e ferramentas digitais para a promoção de seus produtos e serviços, aproveita-se das redes que são conectadas através da internet e usa esses canais digitais para promover suas estratégias nas grandes mídias. Já o tradicional tem seu foco na promoção através de grandes canais como rádios, televisões ou impressos como jornais. Casas (2024, p. 9) compara a diferença entre os dois trazendo o marketing tradicional como mais focado nos “aspectos estratégicos” enquanto o digital seria uma abordagem através da “conexão com o cliente”.

Moreira e Nogueira (2021) colocam que a diferença entre marketing digital e o tradicional é em relação aos usos das ferramentas disponíveis ligadas a comunicação, enfatizam que a maneira como essas ferramentas são utilizadas para a comunicação e distribuição de informações e as que as diferem. No contexto atual essas ferramentas estão em constantes atualizações. As estratégias de marketing, especialmente aquelas que estão voltadas para os meios digitais, que são os maiores influenciadores de consumo, precisam sempre estarem em sincronia com o que o mercado pede.

Faustino (2019) traz como diferença entre o tradicional e o digital, o tempo de resposta: o marketing digital permite que as empresas consigam uma mensuração quase que em tempo real aos seus investimentos, enquanto no tradicional para se saber se uma campanha era bem

aceita precisava se esperar por um grande período, agora com as mídias sociais é possível acompanhar *full time* a resposta do seu público. O autor também cita como vantagens o uso do marketing digital a segmentação de público-alvo; a análise em tempo real: Conseguir observar a interação com o conteúdo realizado; o custo menor e mais assertivo, sem grandes investimentos em publicidade; a interação com o seu público; agilidade na implementação e correção de campanhas.

As mídias sociais e redes sociais como o *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *Whatsapp* são os meios mais usados de comunicação, sendo a conectividade essencial para se trabalhar o marketing digital das empresas. Lemes (2023, p.9) “observar o comportamento on-line do consumidor é um dos passos mais importantes dentro do marketing digital, visto que as pessoas refletem os desejos e valores que trazem de sua experiência em sociedade”. Essa observação permite interagir de maneira mais próxima com seus consumidores e compreender melhor o seu comportamento no ambiente online, por meio da conexão que essas plataformas possibilitam.

Mintzberg *et al.* (2010, p. 150) traz que os estrategistas “são, em grande parte, autodidatas: eles desenvolvem suas estruturas de conhecimento e seus processos de pensamento, principalmente por meio de experiência direta” esse pensamento reforça a ideia de que as nossas percepções influenciam diretamente nossas tomadas de decisão; precisamos ver ou ter a experiência de algo para decidir com base nessa vivência. Esta definição estratégica é abordada pela Escola Cognitiva, que fala sobre o processo, de formulação do processo mental e da relação como esse processo influência nas tomadas de decisões e nas estratégias. Trazendo para o âmbito do marketing digital podemos correlacionar ambos os temas, pois lidam com o processo de tomada de decisão, podendo usar dessas cognições para ajudar nas estratégias que trabalhem no comportamento e percepção dos seus consumidores como análise de dados e opiniões em plataforma como o *Instagram*, já que o marketing digital necessita dessa compreensão para poder aplicar as suas estratégias, buscando interação com o seu público e assim criar uma relação para poder fidelizar os seus clientes (SILVIA, 2020).

A integração das estratégias de marketing nas plataformas digitais, permite que ocorra uma abordagem coesa e simultânea na ferramenta no alcance de seu público. Uma das estratégias é o marketing de conteúdo, que Faustino (2019, p. 33) define como “produzir conteúdo relevante para o seu público, como forma de o ajudar a esclarecer as suas dúvidas, a atrair potenciais clientes”, esse tipo de estratégia usa da criação e distribuição consistente de conteúdo com qualidade, para que se possa engajar, atrair a confiança do seu público e melhorar a reputação da marca.

A outra estratégia seria o uso das mídias sociais, Silveira *et al* (2017, p. 6) explica que “as mídias sociais são ferramentas que permitem a criação e a troca de conteúdos, muitos dos quais gerados pelos próprios usuários”. Há certa confusão em relação ao conceito de mídias sociais e redes sociais, mas o que difere uma da outra é a forma de utilização, enquanto nas redes sociais seria a conexão entre pessoas, as mídias sociais são usadas mais com o foco de executar estratégias de marketing e promoção de marcas.

Para Cruz, Viera e Silva (2020, p. 20) o *Instagram* é “uma rede social que permite o compartilhamento de fotos, vídeos, transmissões em tempo real, stories, envio de mensagens e claro, o comentário e compartilhamento de publicações de outros usuários”, mas com as evoluções na forma de se usar as redes sociais um canal que tinha como objetivo no primeiro momento de ser um espaço para interações e forma amizades, hoje em dia se tornou uma plataforma que é usada para a promoção e venda, ajudando a impulsionar diversos tipos de empreendimentos.

O *Instagram* não apenas serve como espaço de interação, mas como uma plataforma propícia para a implementação do marketing digital, já que o mesmo possui ferramentas como *Insights* “que permite analisar o desempenho do seu anúncio por meio de relatórios e, a partir desses resultados, pode-se nortear suas próximas ações” (MARTINS; ALBUQUERQUE; NEVES, 2018, p. 5). A plataforma tem como objetivo mensurar o alcance, o engajamento do perfil e publicações, e ainda por meio das ferramentas disponíveis, é possível, por exemplo, determinar o momento ideal para compartilhar conteúdo.

Dentro das plataformas digitais, além das mídias sociais também tem os canais de marketplace como o *Rappi*, *99 Food*, e o *IFood* que é uma das maiores redes *delivery* do Brasil, que tem como “seu objetivo é conectar, com simplicidade e praticidade, milhões de consumidores a restaurantes, varejistas e entregadores” (IFOOD, 2023).

O *IFood* assim como o *Instagram* é uma plataforma que proporciona visibilidade da marca, permitindo que restaurantes que se cadastraram na plataforma tenha um grande alcance de público, pois dentro do canal tem ferramentas que permitem entender o perfil de cada cliente e seu comportamento (SOUZA, 2023) e preferência também é possível construir relacionamento com os clientes, se ter uma segmentação de público usando a referência e localização e receber o *feedback* dos clientes o que permite a melhoria dos estabelecimentos. O uso destas plataformas é a primeira ou a principal forma de comercialização e comunicação com os clientes das MPEs no Brasil e foi a partir destas duas que os dados de 10 (dez) hamburguerias de Salvador foram analisados, e serão apresentados na próxima seção.

4 ANÁLISE DE DADOS

Para compreender o comportamento das hamburguerias, a análise desta pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira etapa constituiu na seleção das hamburguerias que teriam seus perfis observados e para essa escolha se utilizou o método estatístico de conveniência, onde foram selecionadas as hamburguerias que tinham os seus perfis mais acessíveis e que utilizavam de maneira ativa as plataformas *Instagram* e *IFood*. E a segunda etapa constituiu-se em criar uma planilha no Excel para a coleta de dados obtidos por meio das observações com as hamburguerias selecionadas. No total foram selecionados 10 (dez) estabelecimentos situados em diferentes bairros de Salvador, com a seguinte distribuição geográfica: 3 (três) hamburguerias de bairros como Alphaville, Ondina, Barra que são considerados de alto poder aquisitivo; 4 (quatro) hamburguerias entre os bairros da Pituba e Rio Vermelho que são bairros movimentados, com grande número de comércios e estabelecimentos na área; e mais 3 (três) localizadas em bairros de classe média e baixa como Cabula e Liberdade, sendo uma amostra heterogênea.

Após a seleção dos perfis, ocorreu a coleta de dados que aconteceu no período de 6 (seis) semanas do dia 17/04 a 25/05, cada uma das hamburguerias selecionadas foram enumeradas de 1 a 10 para facilitar as observações. Foram estabelecidos 13 (treze) pontos de análise em uma planilha no Excel, cujo objetivo era entender através de observações as estratégias de marketing utilizadas e como funciona as interações entre as plataformas mencionadas. A planilha Excel que foi abastecida com as seguintes informações.

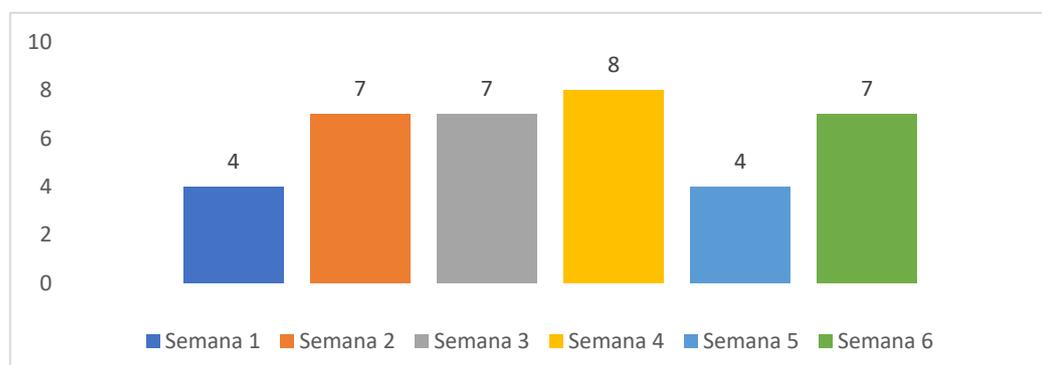
Quadro 1 - Modelo de observação

Pontos de Observação	
Assiduidade de <i>posts</i>	<i>Feedback</i> direto do <i>IFood</i>
Assiduidade no <i>story</i>	Avaliação das estrelas no <i>IFood</i>
Quantidade de <i>Like</i>	Conteúdo Visual Atraente
Quantidade de Comentários	Interação Direta com os Clientes
Taxa de crescimento nos seguidores	Quantidades de seguidores <i>insta</i>
As mesmas promoções que são divulgadas também têm no <i>IFood</i>	Quantidades de seguidores <i>IFood</i>
Menções ao <i>IFood</i>	

Fonte: Elaboração própria (2024).

Durante os dias de observações, era feito o acesso no perfil de cada uma das hamburguerias, tanto do *Instagram* como do *IFood*, para serem feitas as observações e coleta os dados. Os dados coletados durante a observação eram colocados em planilhas no Excel, para serem analisados posteriormente. As observações eram feitas para se ter uma percepção acerca das estratégias adotadas pelos perfis. Uma das estratégias de marketing mais utilizadas é o marketing de conteúdo que consiste na frequência *post* com conteúdo relevante e de qualidade, ter uma assiduidade em *post* ajuda no engajamento do público e construção de relacionamento.

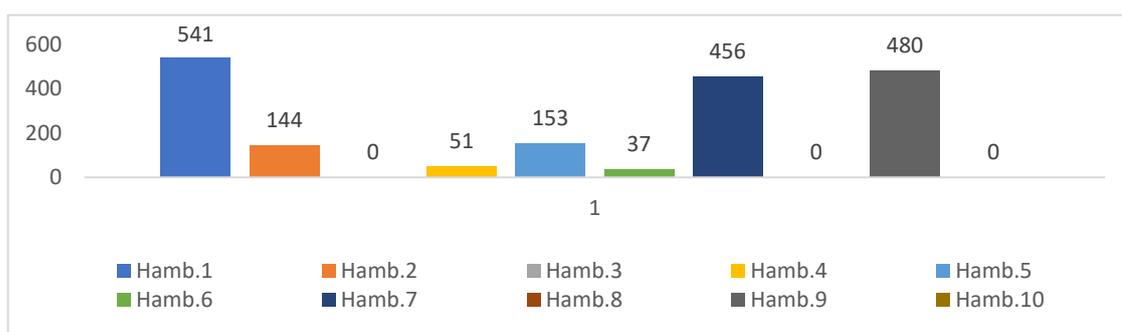
Gráfico 1 - Assiduidade de posts



Fonte: Elaboração própria (2024).

Um dos pontos de observação era a constância de *post* das hamburguerias, já que uma das melhores formas de se ter uma relação com o seu público e a constância de publicações, das 10 (dez) hamburguerias analisadas somente 1 (uma) não postou nenhuma vez durante as seis semanas, e as outras 9 (nove) tiveram a frequência de pelo menos um *post* durante a semana. As 9 (nove) hamburguerias que tiveram uma maior frequência em seus *posts*, traziam *postagens* interativas acompanhando as tendências e *reels* criativos. Foi observado também o engajamento desses *posts*, através da análise da quantidade de curtidas.

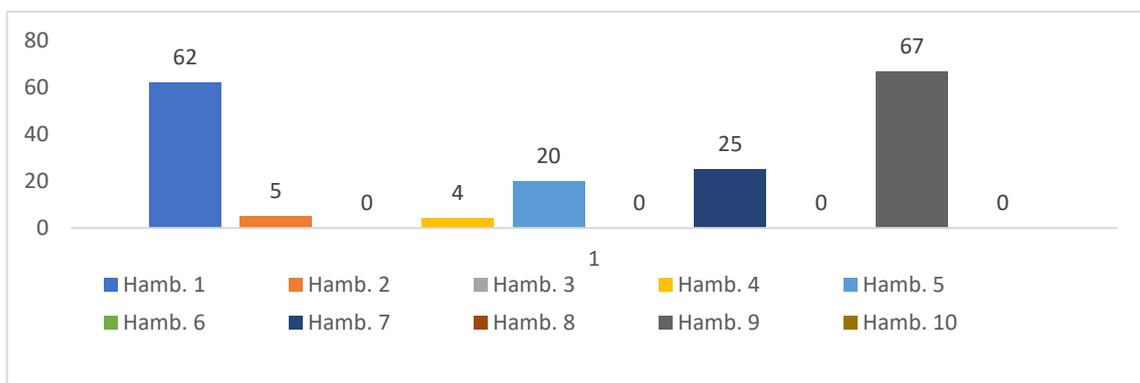
Gráfico 2 - Quantidade de curtidas



Fonte: Elaboração própria (2024).

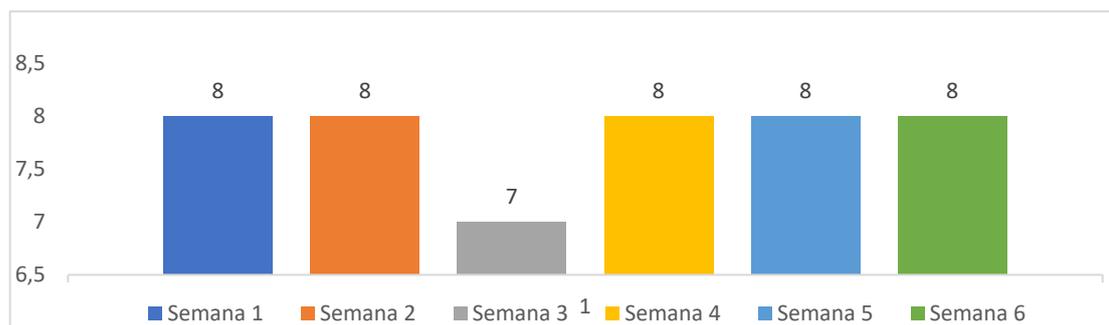
As hamburguerias que tiveram a maior frequência de *posts*, como por exemplo, a hamburgueria 1, que foi umas das que postou mais de uma vez na semana, foi a que obteve o maior número de curtidas em seus *posts* no *Instagram*, o que reflete em um maior engajamento com o seu público. Em contrapartida, outro ponto a se observa não é somente a quantidade, mas também a qualidade e a criatividade dos *posts*, a hamburgueria 9 obteve o segundo maior número e estava entre as que pelo menos uma vez na semana postou e mesmo que não tenha sido em todas as semanas, os seus *posts* sempre havia algum tipo de conteúdo interativo e criativo, usando de memes e *trends* que são as tendências do momento para divulgar o seu produto de maneira interativa, sabendo aproveitar as oportunidades. Além das curtidas, os comentários servem como termômetro para se verificar o engajamento de um público com uma publicação.

Gráfico 3 - Quantidade de comentários



Fonte: Elaboração própria (2024).

Os comentários de uma publicação servem como um canal para o público expressar as suas opiniões acerca do conteúdo e interagirem. Foi observado que os *posts* que recebiam bastantes comentários eram os *reels*, publicações em formato de vídeos, esse tipo de conteúdo gerava bastante engajamento tanto nos comentários como no número de curtidas, foi observado que quanto mais criativos, diferentes ou com alguma temática importante fossem baseados os *posts*, era maior o alcance em relação aos *posts* normais. As hamburguerias que tiveram uma maior interação do público através dos comentários, foram as hamburguerias 1 e 2, as mesmas que se destacaram em relação à frequência de *posts* e número de curtidas, que reafirma o ponto sobre a relevância do que se posta e como isso reflete na interação com o seu público.

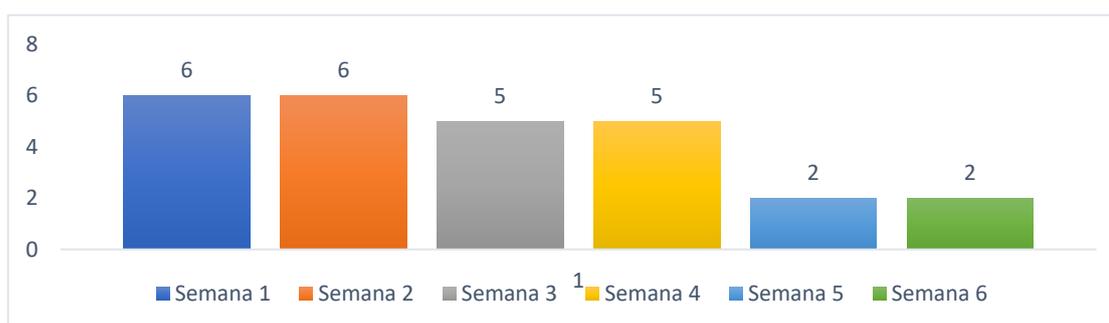
Gráfico 4 - Assiduidade de stories no *Instagram*

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os *story*, que são conteúdos postados que ficam disponíveis por até 24 horas, servem como uma ação complementar em relação às postagens no *feed*, sendo uma ferramenta de grande importância no fortalecimento das estratégias. Já que permitem o aumento de visibilidade, alcance, engajamento em tempo real e fornecem métricas como quantidade de visualizações, alcance e número de interações, o que possibilita entender o comportamento do seu público. Diferente dos *posts*, a frequência nos stories foi bem maior, já que, para os stories não é necessário investir em um conteúdo tão elaborado.

É possível mostrar coisas como os seus produtos, seu preparo, além dos bastidores, o que facilita a criação de conteúdo e uma aproximação maior com o seu público. Foi notado que o conteúdo dos stories de algumas hamburguerias, quase sempre seguiam o mesmo padrão, que foi exemplo da hamburgueria 8, que sempre trazia as promoções do seu cardápio. Dentro das hamburguerias observadas, seis hamburguerias postaram algum tipo de conteúdo fosse *repost* de algum cliente, promoção, bastidores ou algum tipo de informação no *story* durante os dias observados e ao menos mais de uma vez na semana, somente uma não postou nenhum tipo de stories nos dias de observação. E essas mesmas seis estão entre as que obtiveram bons resultados na frequência em relação ao número de *posts* de conteúdo atrativo no *story* ou no *feed*.

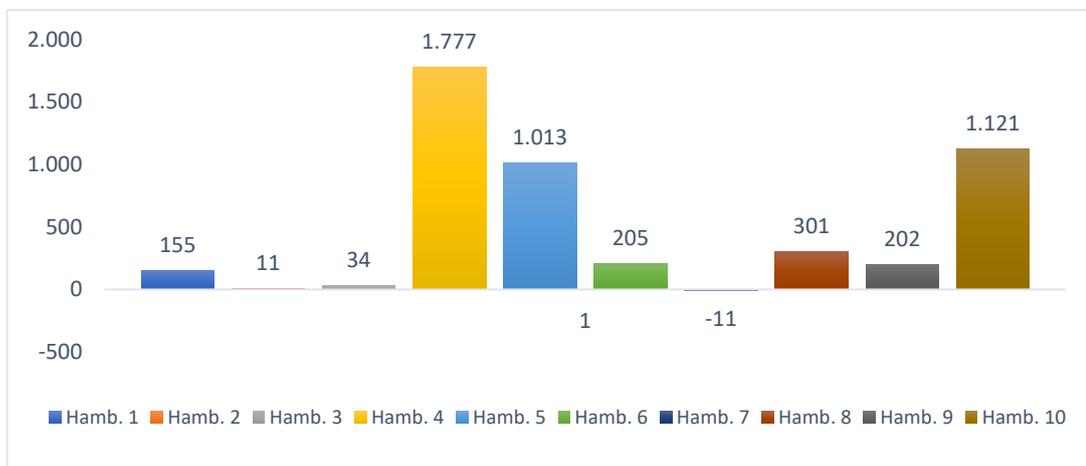
Gráfico 5 - Quantidade de conteúdo atrativo



Fonte: Elaboração própria (2024).

A maioria das hamburguerias traziam pelo menos um conteúdo atrativo como vídeos, fotos bem elaboradas, ou momento de interação com cliente por semana fossem por meio de post no *feed*, *Reels* ou *story*, por exemplo, a hamburgueria 9 estava abrindo uma nova filial e saiu pelas ruas divulgando o seu estabelecimento, fazendo perguntas para saber se o pessoal do bairro estava sabendo da abertura da nova unidade e distribuíram alguns hambúrguês para as pessoas entrevistadas, esse vídeo gerou bastante engajamento no seu perfil. As hamburguerias 1, 2, 5 e 9, foram as que mais trouxeram conteúdos diferentes para interagir com o seu público. Outro ponto crucial para saber se as estratégias adotadas estão surtindo efeito é o crescimento no número de seguidores, que indica a popularidade do estabelecimento.

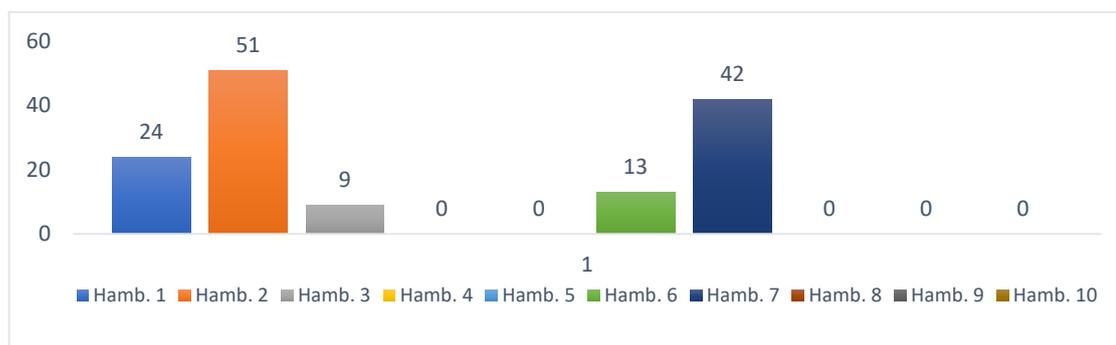
Gráfico 6 - Crescimento de seguidores



Fonte: Elaboração própria (2024).

Esse crescimento reflete na capacidade de engajamento e atratividade do seu conteúdo. As hamburguerias que obtiveram uma boa taxa crescimento como a 2, 5, 8, 1 e 6 foram as que tiveram assiduidade nos *posts*, *storys* e apresentaram bons números de curtidas e comentários, de maneira que se percebeu que os perfis mais engajados conseguiram obter crescimento. Ao mesmo tempo que a hamburgueria 1 e 2 cresceu, houve perda também ao decorrer da pesquisa. Nos dias que ocorreram as perdas foram nas semanas que os perfis estiveram menos ativos, ou não postaram conteúdo atrativo. Assim como o crescimento, a perda de seguidores serve como parâmetro para observar o engajamento e se os conteúdos trazidos estão agradando o público.

Gráfico 7 - Perda de seguidores

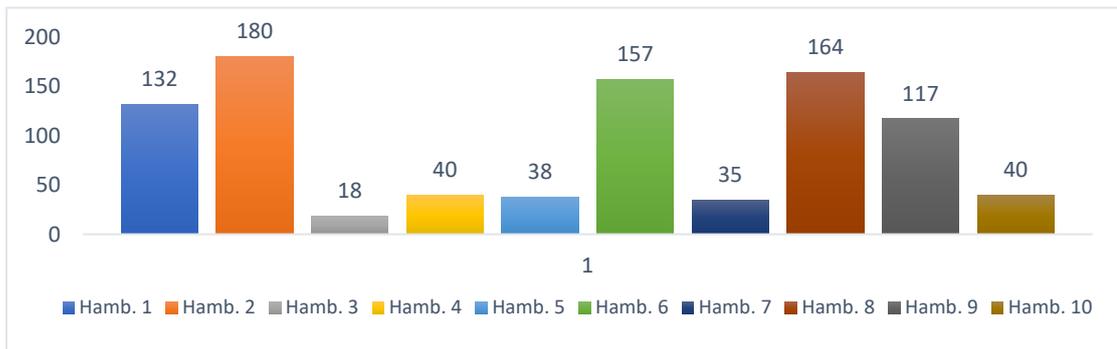


Fonte: Elaboração própria (2024).

A hamburgueria 7, apesar de postar no *feed* e ter frequência no *story*, foi uma que não obteve crescimento e aparece com o número negativo, pois comparado ao início da observação ao final o número foi mais baixo, apesar de ser a que mais tem seguidores. Ao analisar uma possível razão para o declínio, foi notado a falta de conteúdo atrativo como uma possibilidade. Sempre que traziam um conteúdo visual, era uma foto bem feita, mas não havia muita inovação se comparada às outras hamburguerias. A sincronicidade na divulgação no *Instagram* das hamburguerias em relação ao *IFood* ocorreram de maneira bem reduzida, a maioria das hamburguerias que tinham seus produtos em promoção tanto nos seus próprios sites como no *IFood* ao mesmo tempo, priorizavam divulgava somente as promoções de seus sites ou canais de vendas, e não traziam as promoções disponíveis no *IFood*.

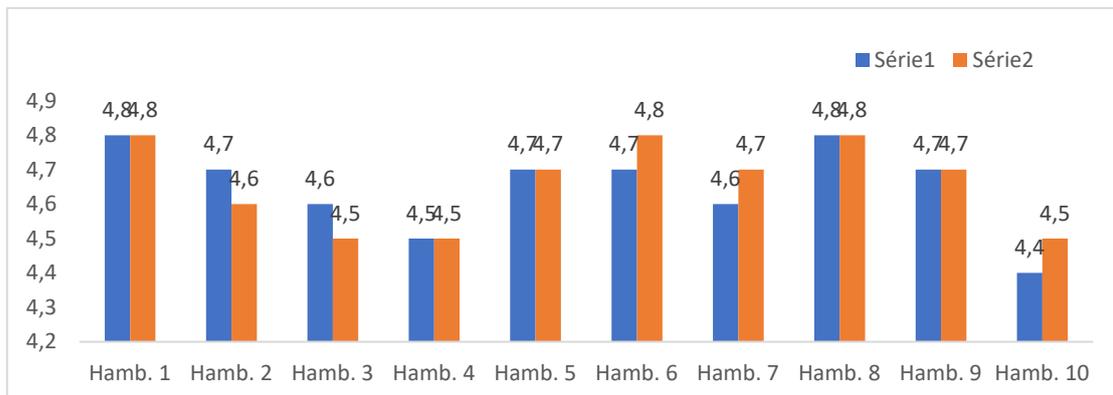
Outro ponto que durante as seis semanas de observação, os perfis observados só divulgaram o *IFood* seis vezes, nas três primeiras semanas não houve nenhuma menção, na quarta semana somente a hamburgueria 2 mencionou e na quinta semana a hamburgueria 8, já na sexta semana houve uma atipicidade 4 (quatro) hamburguerias mencionaram a plataforma, as hamburguerias 1, 2, 4 e 9 essas menções ocorreram na semana que estava acontecendo a semana *Burger week* que foi um evento que ocorreu em um shopping de Salvador na semana do dia do hambúrguer que é dia 28 de maio, e por isso várias hamburguerias estavam divulgando as suas promoções e realizando post sobre o dia e o evento

O *IFood* assim como o *Instagram* é uma plataforma que permite um grande alcance de público principalmente do *food service*, foi observado que todas têm seus restaurantes cadastrados dentro da plataforma, colocam o *link* na *bio*, *linktree* que é com se fosse um encurtado que permite fazer um compilado de vários links em um só, que direciona para uma página que contém todos os *link*, assim não será necessário disponibilizar todos os *links* na *bio* do perfil ou em destaque, porém não é divulgado com frequência no *Instagram*.

Gráfico 8 - Quantidade de avaliações no *Ifood*

Fonte: Elaboração própria (2024).

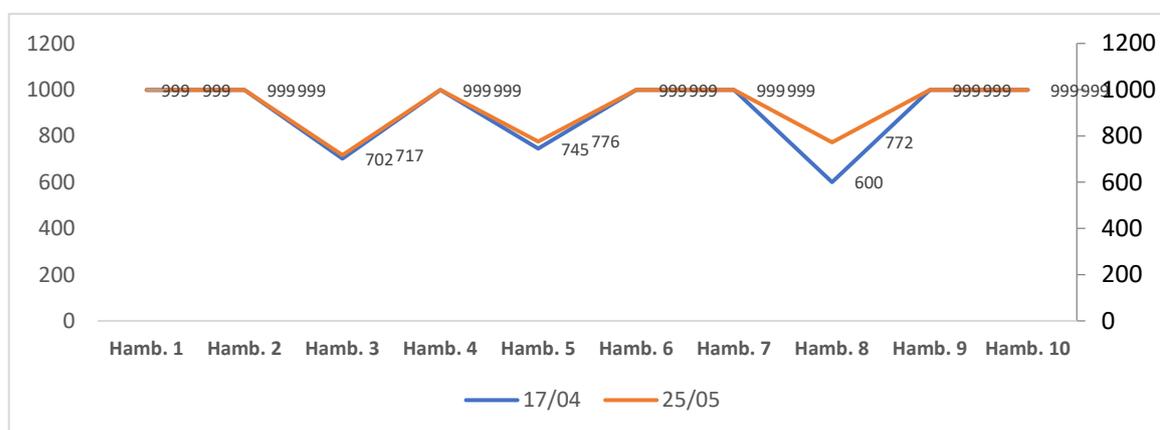
No gráfico acima temos a quantidade de avaliações que os estabelecimentos obtiveram de seus clientes após os pedidos, e as que tiveram a maior quantidade, foram as hamburguerias identificadas como 1, 2, 8, 6 e 9. As avaliações são uma maneira de conseguir receber o *feedback* dos clientes, e influenciam a percepção do consumidor na hora da escolha.

Gráfico 9 - Avaliação *Ifood*

Fonte: Elaboração própria (2024).

No gráfico de avaliações, temos a avaliação do estabelecimento, sendo que a média de estrelas é de 1 a 5. Percebe-se que a maioria dos estabelecimentos se manteve na mesma média, e 3 (três) conseguiram subir, que foram as hamburguerias 6, 7 e 10. Nota-se que as que tiveram um crescimento na média de avaliações não foram necessariamente as que tiveram as maiores quantidades de avaliações. Isso mostra que não é a quantidade levada em conta, mas sim a média dessas avaliações. Mesmo com poucas avaliações, a predominância de avaliações positivas fez com que a classificação aumentasse. Vemos também que a hamburgueria 2, mesmo sendo uma que se destacou em diversos pontos de observação da pesquisa, caiu na avaliação de estrelas do *Ifood*, pois apesar de uma das que mais obteve avaliações, muitas delas foram negativas, o que fez com que a média decaísse.

É importante para os estabelecimentos serem bem avaliados, dentro da plataforma os que estão mais bem avaliados geralmente são indicados aos consumidores, influenciando na escolha. Além de utilizar as estrelas como maneira de avaliação, também tem os comentários que permitem essas interações entre o estabelecimento e o cliente. Todas as hamburguerias que receberam *feedbacks* por meio dos comentários interagiram de volta e agradeceram os *feedbacks* tanto positivos como negativos, afirmando que seriam usados para melhoria, utilizando dessas ferramentas para fazer o aprimoramento contínuo. Deixar uma boa impressão tanto na qualidade do produto quanto no atendimento são pontos positivos para a fidelização de clientes.

Gráfico 10 - Quantidade de seguidores no *IFood*

Fonte: Elaboração própria (2024).

No *IFood*, assim como no *Instagram* é possível observar a quantidade de seguidores. No gráfico acima foi observado do dia 17/04 até 25/05, o crescimento do número de seguidores dentro do *IFood*. No entanto, quando chega em 999, não é mais possível fazer acompanhamento da quantidade real de seguidores dos estabelecimentos, diferente do *Instagram* que é possível acompanhar o número real. Mas, pelo menos das hamburguerias que pudemos observar, foi notado que todas obtiveram um aumento no número de seguidores. A quantidade de seguidores serve como métrica para observar a popularidade dos estabelecimentos e sua visibilidade. E, apesar de não se observar o número final de cada um dos perfis, percebemos que todas as hamburguerias observadas tem uma boa quantidade de seguidores dentro da plataforma, podendo usar disso para aumentar o seu alcance dentro da plataforma.

5 RESULTADOS, LIMITAÇÕES E TENDÊNCIAS FUTURAS

Como exposto na análise dos dados, dentro das estratégias de marketing exercidas pelas hamburguerias dentro do Instagram, o marketing de conteúdo foi bastante utilizado, através de postagens regulares, uso de *hashtags*, parcerias e publicações de stories que ajudam no aumento da visibilidade. Que foi percebido durante as observações, aquelas mais ativas foram as que obtiveram os melhores resultados no quesito crescimento e engajamento. No *Ifood* podemos ver esse aumento de visibilidade através das avaliações que algumas obtiveram aumento e maioria permaneceu no *ranking*.

Além da percepção do engajamento dos estabelecimentos que foi percebido na maioria de forma notória, quanto mais atrativo era o conteúdo maior se tinha interação, e no *Ifood* era percebido pelos números de avaliações e *feedbacks*. O marketing de conteúdo também ajuda na experiência pós-venda que foi bastante notado no *Ifood*, por meio dos comentários nas avaliações, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) traz que as empresas precisam focar na experiência do consumidor desde a compra até o consumo total seja positiva, para que com o tempo o cliente possa desenvolver uma relação de confiança com a marca, e mesmo quando negativos é preciso prestar atenção e solucionar. Foi percebido através dos *feedbacks*, independentemente de serem positivos ou negativos todos eram respondidos, e os que foram de experiência negativa todos os estabelecimentos se prontificaram a resolver e se desculparam pela experiência negativa.

Durante o período de observação, algumas limitações se mostraram, principalmente dentro das plataformas como alguns posts que não mostravam a quantidade de curtidas e o número de comentários, sendo assim tendo que serem contabilizados de forma manual o que pode ter atrapalhado o número final da contagem. Outro ponto foi o fato de que no *Ifood* quando chega em 999 seguidores o público não consegue mais ver o número real só aparece que tem mais de 999, o que impede de saber o número de crescimento total desses estabelecimentos. Em plataformas como o *Instagram* o número de seguidores está atrelado a popularidade do perfil, o fato de a plataforma não disponibilizar a visualização desse total, faz com que seja não possível verificar essa popularidade entre os estabelecimentos, restando somente o ranking das avaliações como parâmetro.

O marketing digital já é uma prática realizada no cotidiano dessa nova era digital, por isso os empreendedores de micro e pequenas empresas, precisam se adaptar aos cenários futuros, se adequando ao que o cenário pede e assim conseguir manter a sua vantagem

competitiva. É por isso que trazendo para tendências futuras, se faz necessário entender o uso dessas plataformas da melhor maneira possível, para poderem ser usadas de forma estratégica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conteúdos apresentados, mostra-se a importância de se entender o uso das ferramentas de mídias sociais e do uso de canais de marketplace, e o grande potencial que esses meios exercem no contexto atual onde tudo muda de maneira constante. Através das análises dos dados observou-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Por meio dos dados obtidos na pesquisa, foi possível identificar e descrever que as estratégias de marketing digital mais adotadas pelos estabelecimentos no *Instagram*, são o uso de conteúdo visual atraente por meio de fotos e vídeos de alta qualidade, *hashtags* para aumentar a visibilidade dos *posts* e criar um maior alcance, o uso constante de stories para compartilhamento diário dos seus produtos, promoções, enquetes, e o uso do *reels* que foi muito aproveitado pelos estabelecimentos trazendo vídeos curtos e dinâmico. Verificou-se que havia pouca sincronicidade entre ambas plataformas dentro dos perfis analisados, cada perfil geria a plataforma de forma conjunta, porém de maneira não síncrona, apenas em poucos momentos ocorreu sincronicidade, e quando ocorriam era em relação a algum tipo de promoção, mas somente nesses momentos.

Ao se analisar as interações do tipo de conteúdo que era publicado por cada plataforma, avaliando sua relevância e impacto no público-alvo. Foi notado que o *Instagram* era o principal canal utilizado para a postagem de conteúdo. Embora também seja possível fazer publicações no *IFood*. Dentro das publicações que eram realizadas no *Instagram*, reparou-se que aquelas que tinham uma maior qualidade, eram as que tinham um impacto significativo com o público e que obtinham um maior engajamento. Identificou-se também que as hamburguerias que obtiveram os maiores números de crescimento e engajamento, eram as mais ativas na rede social. No *IFood* essa percepção pode ser observada nas estrelas do estabelecimento e nos *feedbacks* recebidos.

Ao longo da pesquisa analisou-se se essa relação entre as plataformas tem impacto promocional no crescimento da base de usuários. Constatou-se que sim pode se gerar um impacto bastante positivo especialmente no termo de visibilidade, alcance, engajamento e interação que são aspectos promovidos por ambas as plataformas. No *IFood*, após chegar em 999 seguidores, não é permitido ver o número real de seguidores, o que impede uma confirmação de que foram todos os estabelecimentos. No entanto, nos perfis que a quantidade

de seguidores era visível, notou-se que aquelas que obtiveram crescimento no canal do *Ifood* eram também bastante ativas no *Instagram*, obtendo um bom crescimento na plataforma. Um exemplo é a hamburgueria 5, que conseguiu um bom crescimento significativo em ambos os canais, postava com frequência, tinha um bom engajamento e boas avaliações.

Mas ao mesmo tempo que é notório os benefícios significativos do uso dessas ferramentas para esses estabelecimentos, foi possível observar que mesmo aqueles perfis que não eram muito ativos, tinham bons números de pedidos no *Ifood*, mesmo postando em uma frequência baixa, mostrando que é possível sobreviver sem esses canais de comunicações, mas teriam que utilizar de estratégias diferentes que podem fazer com que o crescimento desses estabelecimentos ocorram de maneira mais devagar, do que aquelas que utilizam das estratégias voltadas ao meio digital. Sendo assim é possível se manter sem esses canais mais os estabelecimentos ficariam em desvantagem no mercado, em relação aquelas que estão acompanhando as tendências do meio digital.

Um ponto que chamou atenção na pesquisa foi que as hamburguerias que eram mais engajadas em seus perfis, foram as que estão localizadas em bairros como a Barra que é um bairro que se há um público com um maior poder aquisitivo, e na Pituba e Rio Vermelho que são áreas mais movimentadas e com grandes variedades de estabelecimento. Isso sugere que o nível de engajamento das hamburguerias nas redes sociais, pode depender da sua localização, e com as características econômicas da região.

Podemos então concluir a importância de saber gerir essas plataformas de maneira estratégica que não é somente postar, mas investir em conteúdo de qualidade para garantir a atenção desse público, que precisa existir uma comunicação e equilíbrios entre os canais para que haja uma maior visibilidade e assim proporcionar uma vantagem competitiva. Com base nos resultados alcançados abre margem para que novos estudos possam analisar o impacto dos diferentes tipos de conteúdo, verificando como o público interage com cada tipo. A partir deste artigo foi possível entender como funciona essa relação entre as estratégias de marketing digital nas plataformas *Ifood* e *Instagram* para os estabelecimentos, podendo assim ajudar na formação de estratégias para os estabelecimentos em ambos os canais.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Paulo Vitor Ribeiro; SILVA, Thiago Sousa. Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade e Oportunidade. **Revista de psicologia**. v.17, n. 66, p. 190-208, maio. 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3771>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BRASIL. Gov.br. **Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br/programa-acredita/procred360>. Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL. Gov.br. **Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Mapas de Empresas boletim do 1º quadrimestre/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-1o-quadrimestre-2024.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Gov.br. **Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. ProCred 360. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br/programa-acredita/procred360/desenrola-pequenos-negocios>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASILEIROS consomem 25 mil hambúrgueres por dia. **Mercado e consumo**, 28 maio.2023. Disponível em: <https://mercadoconsumo.com.br/28/05/2023/foodservice/brasileiros-consoem-25-mil-hamburgueres-por-dia/>. Acesso em: 11 maio 2024.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro; Duarte, Francisco Ricardo; MENEZES, Afonso Henrique Novaes; SOUZA, Tito Eugênio Santos *et al.* **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE, 2019. 83 p. Livro digital. <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-publica-livro-digital-sobre-metodologia-cientifica-voltada-para-educacao-a-distancia/livro-de-metodologia-cientifica.pdf/view>. Acessado em: 03 jun. 2024.

CASAS, Alexandre Luzzi L. **Marketing Digital**. Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771103/>. Acesso em: 01 maio 2024.

CASTRRO, Gabrielly Coelho de; ARAUJO, Luana Martins; CARVALHO, Paula Karinne Ferreira. Educação Empreendedora: Utilização das redes sociais como ferramentas potenciadoras do Marketing Digital em micro e pequenas empresas na cidade de Codó-MA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 41523-41534, abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/28707>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CRUZ, João Victor da Silva; VIEIRA, Lucas Teixeira; SILVA, Victor de Carvalho. **Redes sociais profissionais e o mercado de trabalho: Um estudo sobre a percepção do acadêmico de análise e desenvolvimento de sistemas da faculdade vale do cricaré sobre a utilização do linkedin**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ivc.br/handle/123456789/370>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DELIVERY chega a 89% dos restaurantes brasileiros com a pandemia da Covid. **ABRASEL**, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://abrasel.com.br/noticias/noticias/delivery-chega-a-89-dos-restaurantes-brasileiros-com-a-pandemia-da-covid/>. Acesso em: 09 maio 2024.

DIA DO HAMBÚRGUER: 5 hamburguerias para pedir delivery em São Paulo. CNN Brasil. 28, maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/viagemgastronomia/gastronomia/dia-do-hamburger-5-hamburguerias-para-pedir-delivery-em-sao-paulo/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

DIA DO HAMBÚRGUER: volume de hamburguerias PMES no IFood cresceu 7% no último ano. Empreenda, 25 maio 2023. Disponível em: [https://empreendarevista.com.br/dia-do-hamburger-volume-de-hamburguerias-pmes-no-IFood-cresceu-7-no-ultimo-ano/#:~:text=Mas%20t%C3%A3o%20importante%20quanto%20o,e%20m%C3%A9dias%20empresas%20\(PMEs\)](https://empreendarevista.com.br/dia-do-hamburger-volume-de-hamburguerias-pmes-no-IFood-cresceu-7-no-ultimo-ano/#:~:text=Mas%20t%C3%A3o%20importante%20quanto%20o,e%20m%C3%A9dias%20empresas%20(PMEs).). Acesso em: 09 maio 2024.

DIA MUNDIAL DO HAMBÚRGUER: lanche se torna uma das comidas favoritas do brasileiro fora de casa, com um salto de 228% em ocasiões de compra desde o pré-pandemia. Kantar. Disponível em: <https://www.kantar.com/brazil/inspiration/consumo/2024-wp-dia-do-hamburger-bra>. Acesso em: 04 jun. 2024.

DORNELAS, José. Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios. Grupo GEN, 2023. E-book. 28 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052083/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

FATURAMENTO da indústria de alimentos cresceu 7,2% em 2023, para R\$ 1,161 trilhão, diz Abia. Exame, 22, fev. 2024. Disponível em: <https://exame.com/economia/faturamento-da-industria-de-alimentos-cresceu-72-em-2023-para-r-1161-trilhao-diz-abia/>. Acesso em: 02 maio 2024.

FAUSTINO, Paulo. Marketing digital na prática: como criar do zero uma estratégia de marketing digital para promover negócios ou produtos. São Paulo: DVS editora, 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Marketing_Digital_na_Pr%C3%A1tica/xxKdDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 02 maio 2024.

FRANCO, Ana Flávia. Quais são as diferenças entre micro e pequenas empresas. Vhsys, 19, jun. 2023. Disponível em: <https://blog.vhsys.com.br/micro-pequenas-empresas/>. Acesso em: 09 maio 2024.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR BRASIL. Empreendedorismo no Brasil. 2023. Relatório Executivo. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/pesquisa-gem/>. Acesso em: 02 maio 2024.

GONÇALVES, Isabelle. Análise de mercado hamburgueria: vale a pena investir. Saipos. [2022?]. Disponível em: <https://saipos.com/hamburgueria/analise-de-mercado-hamburgueria>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GREWAL, Druv. Marketing. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555516/>. Acesso em: 13 maio 2024.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. **Métodos Quantitativos Estatísticos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. E-book. Disponível em: <https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/LIVROS/LIVROS/Metodos%20Quantitativos%20%20Estatisticos%20Paulo%20Ricardo%20BittencourtGuimar%E3es.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

HISTÓRIA do Hambúrguer no mundo e chegada ao Brasil. **Abc do Abc** 17, ago. 2023. Disponível em: <https://abcdoabc.com.br/historia-do-hamburguer-no-mundo-e-chegada-ao-brasil/>. Acesso em: 02 maio 2024.

HONORATIVO, Gilson. **Conhecendo o marketing**. São Paulo: Manole, 2004. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520438756/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

JUNIOR, José Ailton Rodrigues; SOUSA, Alyne Maria Barbosa de. **Empreendedorismo por necessidade: experiências dos(as) alunos(as) do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do IFPI campus Teresina Central em 2020**. In: X JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10., São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. 2021. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1405_1405612eede054b11.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

KOTLER ;philip, KARTAJAYA ; Hermawan, SETIAWAN; Iwan. **Marketing 4.0: Mudança do Tradicional**. Sextante, 2017. Recurso digital. Disponível em: <http://elibrary.gci.edu.np/bitstream/123456789/3136/1/Bt.bm.531%20Marketing%204.0%20Do%20tradicional%20ao%20digital%20by%20Philip%20Kotler%2C%20Hermawan%20Kartajaya.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. cap. 1, p. 3.

LEMES, Larissa Saquetto. **Marketing digital e sua influência no sucesso de microempreendedores individuais (MEI) no município de Governador Lindenberg - ES**. 2023. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Instituto Federal do Espírito Santo, Colatina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3409?show=full>. Acesso em: 01 maio 2024.

LOSE, Alícia Duhá; MAGALHÃES, Livia Borges Sousa. **Metodologia do trabalho científico: Elaboração de projeto**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação; Superintendência de Educação a Distância, 2019. 90 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30884>. Acesso em: 03 jun. 2024.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MAGRETA, Joana. **Entendendo Michael Porter**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550805047/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

MARTINS, Bárbara Isis; ALBURQUERQUE, Livia Cristina Enders; NEVES, Manoella. *Instagram Insights: Ferramenta de Análise de Resultados como Nova Estratégia de Marketing Digital*. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. 5 a 7 jul. 2018. p. 8. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-1138-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, José. **Safari de estratégia**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 338 p. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577807437/>. Acesso em: 23 maio 2024.

MOREIRA, Andrews Campos; NOGUEIRA, Cássio Cipriano. Desafios do marketing digital nas mídias sociais em Araguaína (TO). 24.ed. **JNT-Facit Business And Technology Journal**. v. 1. p. 31-55. Disponível em:

<https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/884>. Acesso em: 30 abr. 2024.

O QUE é o IFood? Conheça a história e a operação da empresa. **IFood**. 23 mar. 2023.

Disponível em: [https://institucional.IFood.com.br/noticias/o-que-e-o-](https://institucional.IFood.com.br/noticias/o-que-e-o-IFood/#:~:text=O%20IFood%20%C3%A9%20uma%20empresa,%C3%A9%20bem%20diferente%20dos%20tradicionais)

[IFood/#:~:text=O%20IFood%20%C3%A9%20uma%20empresa,%C3%A9%20bem%20diferente%20dos%20tradicionais](https://institucional.IFood.com.br/noticias/o-que-e-o-IFood/#:~:text=O%20IFood%20%C3%A9%20uma%20empresa,%C3%A9%20bem%20diferente%20dos%20tradicionais). Acesso em: 22 maio 2024.

PLATAFORMAS DIGITAIS: o que são, os tipos e as mais usadas. **Hotmart**. 31 jan.2024.

Disponível em: <https://hotmart.com/pt-br/blog/plataformas-digitais>. Acesso em: 22 maio 2024.

RIBEIRO, Rhubens Ewal; MONTEIRO, Fernando Silva. **Gestão de Pequenos Negócios na Prática**. 1. ed. Teresina: Kindle Direct Publishing, 2022. Ebook. Disponível em:

[https://unifsa.com.br/site/wp-content/uploads/2022/05/E-](https://unifsa.com.br/site/wp-content/uploads/2022/05/E-book_Gestao_Pequenos_Negocios_Ribeiro__Monteiro_2022-1.pdf)

[book_Gestao_Pequenos_Negocios_Ribeiro__Monteiro_2022-1.pdf](https://unifsa.com.br/site/wp-content/uploads/2022/05/E-book_Gestao_Pequenos_Negocios_Ribeiro__Monteiro_2022-1.pdf). Acesso em: 09 maio 2024.

SEBRAE. **Qual o papel das pequenas empresas na economia brasileira**. SEBRAE 02,

out.2023. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/qual-o-papel-das-pequenas-empresas-na-economia-brasileira>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Jonas Eliab Dos Santos Da. **Marketing digital: o instagram como meio de influência na decisão de compra do consumidor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Sistemas de Informação) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos- Rn, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/items/d938f234-c73a-4302-b7f0-c1ae8c28ec4e>. Acesso em: 23 maio 2024.

SILVEIRA, Vítor Cardoso da; SANTOS, Naynane Caroline Gonçalves Santos; EDUARDO, Antonio Sérgio; RIBEIRO, José Soares; HERMES, Rozilene. *In: Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*. v. 1, n. 1, p. 6. 17 out. 2017.

Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4276>. Acessado em: 22 maio 2024.

SOUZA, Saulo Germano de Oliveira. **Processos de recomendação ao consumidor em market places**: análise da plataforma do IFood. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/40236>. Acesso em: 22 maio 2024.

TREVISAN, Nanci M.; ROCHA, Marcos Donizete A. **Marketing nas mídias sociais** (Coleção Marketing nos Tempos Modernos). São Paulo: Saraiva Educação, 2020. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440883/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING DIGITAL NO <i>INSTAGRAM</i> E <i>Ifood</i>
RECEBIDO	09/07/2024
AVALIADO	04/08/2024
ACEITO	28/09/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Srta.
NOME COMPLETO	Tainá Santos do Nascimento
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Discente do Curso de Bacharelado em Administração do DCH I - UNEB. Pesquisa desenvolvida como “Trabalho de Conclusão de Curso” do componente curricular “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Profª. Dra.
NOME COMPLETO	Rosângela Moreira de Oliveira
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: tainasantosn27@gmail.com Autor 2: rmo.uneb@gmail.com
---	--

O PANORAMA CIENTÍFICO INTERNACIONAL DO ESG ENTRE 2012 E 2022: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Recebido: 01/09/24 | *Avaliado:* 01/11/24 | *Aceito:* 01/11/24

Viviane Almendra Paz Lima

Bacharela em Administração pela Universidade do Estado da Bahia, Tecnóloga em Gestão Ambiental e pós-graduada em Inteligência de Negócios pelo Centro Universitário Jorge Amado e pós-graduada em ESG pelo IBMEC.
E-mail: vivianeaplima@outlook.com

Maria de Fátima Barbosa Góes

Doutora em Engenharia Industrial pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Campus Salvador da Universidade do Estado da Bahia.
E-mail: mfgoes@uneb.br

RESUMO

O ESG representa a integração de fatores sociais, ambientais e de governança na gestão organizacional. Esse tema vem ganhando cada vez mais destaque em razão da pressão mercadológica e regulatória, da demanda de investidores e consumidores, e do contexto socioeconômico imprevisível e instável. A presente pesquisa teve como objetivo mapear, através de estudo bibliométrico e revisão sistemática, o panorama científico internacional do ESG entre 2012 e 2022. A partir das análises realizadas, foi possível inferir que a pesquisa científica sobre ESG vem crescendo exponencialmente nos últimos 10 anos, com crescimento substancial no ano de 2022, sugerindo tendência de aumento também para os próximos anos. Ademais, outras características do panorama dos estudos em ESG foram evidenciadas, como sua forte relação com o conceito de Responsabilidade Social Corporativa, a liderança dos EUA na quantidade de publicações sobre o tema e a predominância de abordagem empírica para a análise do ESG nas organizações.

Palavras-chave: ESG. Estudo Bibliométrico. Pesquisa Científica em ESG.

ABSTRACT

ESG represents the integration of social, environmental and governance issues in organizational management. This topic is gaining more and more prominence due to market and regulatory pressure, demand from investors and consumers, as well as the unpredictable and frightening socioeconomic context. Thus, the present research aimed to map, through a bibliometric study and systematic review, the international scientific panorama of ESG between 2012 and 2022. From the analysis carried out, it was possible to infer that scientific research on ESG has been growing exponentially in the last 10 years, with substantial growth in 2022, indicating an increasing trend for the coming years. Furthermore, other characteristics of the panorama of ESG studies were highlighted, such as its strong relationship with the concept of Corporate Social Responsibility, the US leadership in the number of publications on the topic and the predominance of an empirical approach to the analysis of ESG in organizations.

Keywords: ESG. Bibliometric Study. Scientific Research on ESG.

1 INTRODUÇÃO

O termo ESG – do inglês *Environmental, Social & Governance*, cuja tradução é Ambiental, Social e Governança (ASG) – foi cunhado em 2004, no relatório *Who Cares Wins* (GLOBAL COMPACT, 2004). O convite para que instituições financeiras desenvolvessem diretrizes e recomendações nessa área foi feito pelo então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Como resultado, foi elaborado esse documento e surgiu assim o marco inicial para a integração dos princípios ESG no mercado de capitais, incorporando aspectos para além dos meramente econômico-financeiros nos critérios de avaliação de risco e nas decisões de investimento (GUEVARA; DIB, 2022).

Esse tema vem ganhando cada vez mais destaque em razão da pressão mercadológica e regulatória, demanda de investidores e consumidores, bem como pelo contexto socioeconômico imprevisível e instável (PACHECO, 2022). Por esse motivo, busca-se analisar e demonstrar, de maneira mais aprofundada, como se deu a trajetória das pesquisas científicas sobre ESG no último decênio, por meio de estudo bibliométrico e revisão sistemática. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral mapear a evolução dos estudos científicos internacionais em ESG, na área da gestão, nos últimos 10 anos. E buscando alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) investigar e explicitar o conceito e origem do ESG; b) descrever o panorama da pesquisa científica em ESG com base em indicadores bibliométricos pré-definidos; c) sistematizar as características principais da produção científica dos artigos mais citados. Como questão norteadora, tem-se a seguinte pergunta: qual o panorama da pesquisa científica em ESG na área de negócios e economia, em nível internacional, entre 2012 e 2022?

Nesse sentido, a pesquisa se mostra relevante à medida que sintetiza grande quantidade de dados no tocante à produtividade científica em ESG, fornecendo informação sobre a produção relacionada a essa temática, bem como a identificação de tendências e crescimento das publicações ao longo do tempo, mapeando sua abordagem e identificando as fontes de dados mais relevantes em quantidade de publicações. Essa pesquisa se justifica, finalmente, pela sua relevância socioambiental na esfera da gestão, dado que poderá municiar gestores e estudantes da área com informação pertinente acerca do panorama e abordagem dos estudos em ESG nos últimos anos, contribuindo para o direcionamento das próximas pesquisas científicas voltadas a essa temática e, conseqüentemente, agregando ao desenvolvimento sustentável no âmbito educacional e da gestão.

Em termos de estrutura, o presente artigo é organizado em cinco seções. Além desta introdução, a seção 2 apresenta os aspectos teóricos do ESG, sem pretender esgotar os conceitos relacionados, mas sim traçar um panorama teórico capaz de elucidar os fundamentos das temáticas abordadas, permitindo um melhor entendimento dos resultados encontrados. Em seguida, na terceira seção, é descrita a metodologia de análise bibliométrica, utilizada para a realização da pesquisa. Na seção 4 são apresentados os resultados, análises e discussões. E por último, na seção 5, encontram-se as considerações finais sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em dezembro de 2004, foi publicado o relatório *Who Cares Wins*, que é fruto de uma iniciativa conjunta entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras, nomeada como *UN Global Compact*, ou Pacto Global das Nações Unidas. Essa iniciativa reuniu representantes de 23 grandes companhias do setor financeiro mundial de 9 países, incluindo o Brasil. Essas companhias somaram esforços para o desenvolvimento de diretrizes e bases para a inclusão de aspectos ambientais, sociais e de governança na gestão das organizações, principalmente no que diz respeito a análise, gestão de ativos e corretagem de valores mobiliários (GLOBAL COMPACT, 2004; BILLIO *et al.*, 2021; DIAS, 2021).

Ao longo da primeira década do século XXI, cresceu substancialmente o número de investidores preocupados com aspectos mais amplos relativos à performance das organizações, ou seja, com o Investimento Socialmente Responsável, também conhecido como SRI (do inglês *Socially Responsible Investment*). Assim, esse termo diz respeito a investimentos que combinam benefícios sociais e ambientais com retorno financeiro. Para além dos fatores socioambientais, uma forma intervencionista de Governança Corporativa pode ter influenciado o desenvolvimento de práticas de investimento responsável, instituindo que os investidores deveriam monitorar, também, as estruturas de governança das empresas (ZHU *et al.*, 2021; RIETZ, 2018).

Cada um dos três eixos ESG possui, então, aspectos relevantes para as decisões de investimento, que se distinguem segundo fatores como setor e região dos empreendimentos. Alguns desses aspectos foram elencados e separados por eixo no relatório *Who Cares Wins* (GLOBAL COMPACT, 2004), conforme Quadro 1, demonstrando a não padronização da aplicação da agenda e evidenciando a particularidade de cada ativo e organização no tocante à aplicação dos critérios ESG.

Quadro 1 - Critérios ESG por eixo

Eixo	Critério
<i>Environmental</i> (Fatores Ambientais)	Mudanças climáticas e riscos relacionados;
	Necessidade de reduzir liberações tóxicas e desperdício;
	Nova regulamentação, ampliando os limites da responsabilidade ambiental no que diz respeito a produtos e serviços;
	Transparência e responsabilidade relacionadas ao desempenho ambiental;
	Mercados emergentes para serviços ambientais e produtos <i>ecofriendly</i> .
<i>Social</i> (Fatores Sociais)	Saúde e segurança no trabalho;
	Relações comunitárias;
	Direitos humanos na empresa e nos fornecedores / instalações dos contratantes;
	Governo e relações comunitárias em países em desenvolvimento;
<i>Governance</i> (Fatores de Governança Corporativa)	Transparência e responsabilidade relacionadas ao desempenho social.
	Estrutura e responsabilidade do conselho;
	Práticas de contabilidade e divulgação;
	Estrutura do comitê de auditoria e independência dos auditores;
	Remuneração executiva;
Gestão de questões de corrupção e suborno.	

Fonte: Elaboração e tradução próprias (2023).

Em 2003, já havia sido realizada a pesquisa *CSR Europe, Deloitte, Euronext*, que investigou a relação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) com o valor de mercado das organizações no curto e longo prazo, com base na experiência de atores do mercado financeiro europeu, como gestores de fundos, analistas e responsáveis pela relação com investidores. Antes mesmo do surgimento oficial do termo ESG, os resultados dessa pesquisa já apontavam para a necessidade de observar a aplicação de estratégias considerando os fatores ambientais, sociais e de governança, dada a influência deles no valor de mercado da organização no longo prazo. Dessa maneira, fica evidente que a aplicação adequada da agenda ESG nas estratégias de investimento e gestão das organizações pode moderar controvérsias e erros de previsões de analistas quanto a riscos e cenários inesperados, além de impactar no aumento do valor de mercado e redução do custo de capital das empresas (GLOBAL COMPACT, 2004; COHEN, 2023).

Assim, ao introduzir critérios ESG nas políticas de investimento, o mercado financeiro tem sido um grande impulsionador da responsabilidade social corporativa, que se refere ao cumprimento de padrões de responsabilidade social para a entrega eficaz de benefícios socioeconômicos que contribuem para atender às necessidades das partes interessadas ou *stakeholders*. Maiores índices de pontuação ESG levam a uma narrativa positiva de RSC,

principalmente no que diz respeito a aspectos de governança – como o tamanho do conselho de administração e do comitê de auditoria, a independência dos diretores e a diversidade de gênero – revelando forte ligação entre a agenda ESG e a RSC (MUKHTAR *et al.*, 2023; DIEZ-CANÁMERO *et al.*, 2020; ALBITAR; ABDDOUSH; HUSSAINEY, 2020).

Outro conceito que possui estreita relação com o ESG é a Teoria dos *Stakeholders*, apontada por Fuadah *et al.* (2023), em revisão sistemática de 25 artigos sobre ESG publicados em periódicos com grande influência científica, como a teoria mais utilizada entre os autores. Segundo os autores, essa teoria foca nas relações entre as organizações e todas as partes envolvidas no negócio. Evidências empíricas apontam, ainda, que a Teoria dos *Stakeholders* forma uma base teórica que permite analisar o desempenho econômico da empresa e suas estratégias de RSC, atuando como motor de influência das decisões das empresas. Uma vez que, segundo a Teoria dos *Stakeholders*, as organizações têm a responsabilidade de desenvolver relações e criar o maior valor possível para as partes interessadas, o ESG afeta positivamente a performance dos negócios, dada a sua capacidade de resolução de conflitos entre gestores e *stakeholders*. Dessa forma, a gestão empresarial visa estabelecer parcerias que estejam alinhadas às estratégias de equilíbrio sustentável, relacionadas a ações em que as esferas ambiental, social e econômica estejam interligadas com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável (MATIAS; PEREIRA, 2023; SILVA; MARQUES, 2023; WAI-KHUEN; BOON-HENG; SIOW-HOOI, 2023; PENG; ISA, 2020).

Com a crise provocada pela Covid-19, que conduziu o mercado financeiro a um declínio substancial nos preços dos ativos e um aumento significativo na volatilidade financeira, ficou claro o papel da agenda ESG na gestão de riscos das organizações. O ESG foi indispensável para o entendimento de fatores de investimento na nova era da Covid-19, apontando os pilares ambiental e social como possíveis catalisadores para o reconhecimento do investimento ESG como uma estratégia bem-sucedida em meio à recuperação da crise econômica (ENGELHARDT; EKKENGA; POSCH, 2021; DÍAZ; IBRUSHI; ZHAO, 2021).

Os investimentos ESG, portanto, vêm ganhando cada vez mais notoriedade com a possibilidade de emissão de títulos de dívida temáticos que objetivam atrair capital para projetos e empreendimentos com impacto real e positivo na esfera socioambiental: os *Green Bonds*, *Social Bonds*, *Sustainability Bonds*, e *Sustainability Linked-Bonds*, também conhecidos, em conjunto, como Títulos ESG ou Títulos Sustentáveis. Segundo dados do Banco Central, esse tipo de emissão representou um montante de US\$ 20 bilhões em 2020 e 2021 no Brasil, e no nível global esse número é muito mais expressivo, o que demonstra que há cada vez mais recursos sendo canalizados para o financiamento de empresas, projetos e atividades que trazem

benefícios socioambientais e para o incentivo à agenda ESG nas organizações (VEJARANO; SWINKELS, 2023; MÁXIMO, 2022).

Outra importante evidência do crescimento da aplicação da agenda ESG nas organizações pode ser observada na Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023. Essa resolução trata da elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão emitido pelo *International Sustainability Standards Board – ISSB* (Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade). Essa deliberação considera, dentre outros fatores, a urgência do estabelecimento de medidas de transparência de riscos e oportunidades de sustentabilidade no mercado de capitais, contribuindo para uma economia sustentável e regenerativa. Além disso, institui a obrigatoriedade da elaboração e divulgação do relatório de sustentabilidade para as companhias de capital aberto a partir de 2026, sugerindo o crescimento exponencial de práticas de regulação voltadas à sustentabilidade e ao ESG nos próximos anos (CVM, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do objetivo da pesquisa, foi realizada, no primeiro momento, uma análise bibliométrica, metodologia que permite medir o desenvolvimento científico de determinado tema mediante a aplicação de estatística descritiva, análise multidimensional e representações gráficas. O primeiro passo para a realização da pesquisa foi a busca de publicações sobre ESG considerando o marco temporal compreendido entre 01/01/2012 e 31/12/2022 na Coleção Principal da *Web of Science* (WoS), base de dados de publicações que consiste em índices de citações multidisciplinares pertencentes à *Clarivate Analytics Company*, cobrindo revistas científicas de alto fator de impacto mundial (ALFARO, 2020; KOCA, 2023).

A fim de abranger o maior número possível de documentos sobre ESG, foram consideradas as formas mais comuns de utilização do termo, resultando em quatro descritores centrais pesquisados no título dos documentos: “ESG”, “*Environmental, Social & Governance*”, “*Environmental, Social and Governance*” e “*Environmental, Social, Governance*”.

Inicialmente, foi realizada uma análise da quantidade de publicações por área do conhecimento, utilizando a base de dados exportada (em formato compatível com Microsoft Excel), sem aplicação de outros filtros além dos estabelecidos no início da pesquisa. Importante ressaltar que nessa etapa foi necessária a definição de critérios de exclusão para assegurar a acurácia dos resultados. Dessa maneira, uma vez que a sigla ESG é também utilizada para

representar o termo *Endoscopic Sleeve Gastroplasty*, todos os registros de pesquisa relacionados à área da saúde e ciências biológicas foram excluídos da análise.

Considerando o objetivo de demonstrar o panorama científico internacional do ESG especificamente na área da gestão, foi aplicado o filtro de área de pesquisa, utilizando as categorias pré-definidas pela WoS, e extraída uma nova base no dia 19/07/2023. Sendo assim, todas as análises posteriores foram realizadas considerando somente os documentos da área de “Negócios e Economia”. As análises de quantidade de publicações por ano, por país, por instituição, por periódico, quantidade de autores por documento e autores mais citados foram realizadas utilizando a ferramenta Microsoft Excel para tratamento dos dados e criação dos gráficos e tabelas.

Importante mencionar que, com exceção da análise da quantidade de publicações científicas por ano, houve particularidades e foram estabelecidos limitadores para algumas das outras análises, como no caso da quantidade de publicações por país e das afiliações dos autores às instituições. Essas particularidades e limitações são explicadas na seção de análise e discussão dos resultados.

Após isso, foi extraída uma nova base da WoS, ainda com o filtro de área de pesquisa aplicado, mas dessa vez em formato de “arquivo de texto sem formatação” compatível com a plataforma *VosViewer*, ferramenta utilizada para a criação das redes de palavras-chave e de coautoria. Para cada análise foi necessária a utilização de uma base de apoio para tratamento de dados, a chamada “*Thesaurus file*”, que atua como uma lista de sinônimos para corrigir a duplicidade de termos e nomes dos autores.

Por fim, para adicionar robustez à presente análise, foi realizada uma revisão sistemática. Para isso, foram selecionados os artigos de acesso aberto citados pelo menos 150 vezes, na base de publicações sobre ESG na área de Negócios e Economia. A partir dessa seleção, foram identificados e sistematizados os objetivos, as abordagens metodológicas e os resultados desses estudos, a fim de explicitar as características das principais pesquisas científicas sobre essa temática.

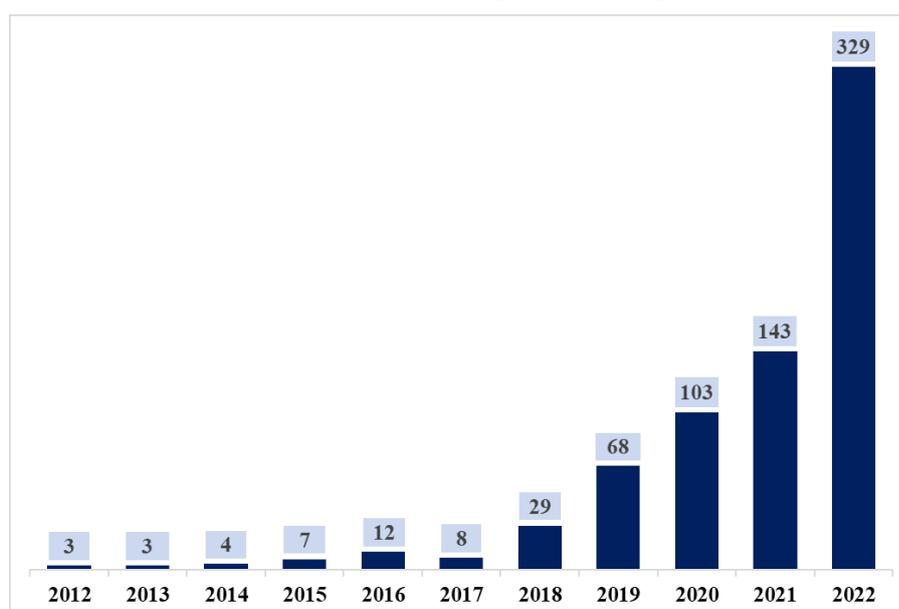
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das condições pré-estabelecidas na metodologia de pesquisa, foram retornados 1.180 registros de publicações sobre ESG, no período de 2012 a 2022, considerando todas as áreas de pesquisa, exceto as áreas da saúde e as ciências biológicas. Esses registros compreendem documentos dos seguintes tipos: artigo, acesso antecipado, artigo de revisão,

material editorial, resumo de reunião, crítica literária, capítulo de livros, correção e item de notícias. Vale salientar que os documentos do tipo artigo se destacaram significativamente, representando quase 90% do total.

Das 63 áreas de pesquisa que possuem registros sobre ESG, a mais representativa delas é a área de Negócios e Economia, com 709 publicações sobre o tema, que correspondem a 60,1% dos resultados da pesquisa. Quase a metade desses documentos (329, equivalentes a 46,4%) foram publicados no ano de 2022, conforme pode ser visto na Figura 1. A segunda área de pesquisa com maior quantidade de publicações é a área de Ciências Ambientais e Tecnologia, com 403 documentos e representatividade de 34,2%. Com base na diferença substancial de quantidade de registros entre as duas áreas que mais pesquisam sobre o tema, é possível notar a significativa contribuição da área de Negócios e Economia para a produção científica em ESG.

Figura 1 - Quantidade de publicações por ano



Fonte: Elaboração própria (2023).

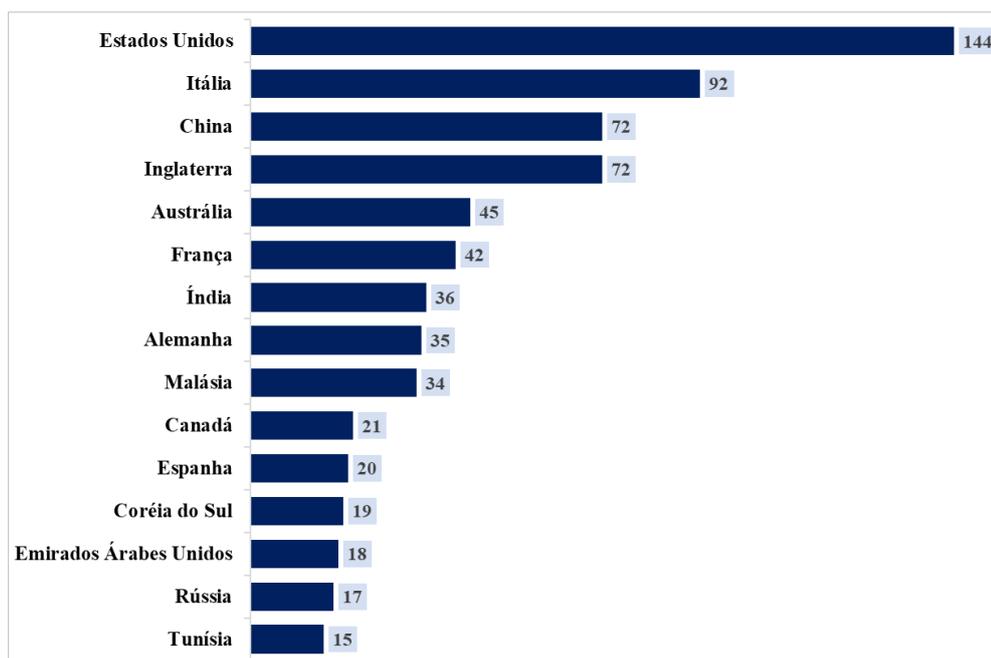
Outro importante dado para a compreensão da evolução do ESG no mundo pode ser obtido pela análise da contribuição de cada país para a produção científica sobre o tema. Essa análise foi realizada tendo por base o endereço de origem dos autores de cada publicação. Assim, sabendo que um documento pode ter autores de diversos países, a mesma publicação pode estar registrada como contribuição de mais de um país. Por esse motivo, a quantidade total de publicações por país somou 975 documentos, número que ultrapassa o total dos resultados obtidos para a área de economia e negócios no período analisado (709).

Exemplo disso é o artigo “*Investment efficiency and environmental, social, and governance reporting: perspective from corporate integration management*”, que possui três autores, sendo que dois deles têm endereço cadastrado na Indonésia e um na Austrália. Esse artigo é, então, registrado na base de dados do WoS como publicação proveniente dos dois países. Ele é contabilizado duas vezes na soma total de publicações nessa análise e é considerado, portanto, como uma contribuição de ambos, dada a provável existência de linhas ou grupos de pesquisa sobre ESG em instituições acadêmicas ou outras organizações desses países.

Assim, os autores que escreveram sobre ESG na área de negócios e economia no período analisado estão distribuídos por 77 países diferentes. No entanto, foram considerados para esta análise somente os 15 países que tiveram no mínimo 15 registros de publicações, contendo pelo menos um autor com endereço registrado. Além disso, dos 709 registros de publicações na área analisada, 9 não continham dados sobre o país dos autores e por isso foram desconsiderados nesta análise.

Conforme pode ser visto na Figura 2, os Estados Unidos lideram a produção científica sobre ESG, somando 144 publicações contendo pelo menos um autor com endereço registrado nesse país. Observa-se também uma diferença de mais de 50 publicações em relação ao segundo país com maior número de registros, a Itália, que conta com 92 publicações. Vale destacar que os países europeus que mais publicaram sobre o tema no último decênio (Itália, Inglaterra, França, Alemanha e Espanha) somaram 261 publicações, que representam quase um terço dos documentos analisados. O Brasil não aparece na Figura 2 em razão da baixa quantidade de documentos sobre ESG no período, ocupando o 28º lugar no ranking, com apenas 8 publicações incluindo autores com endereço registrado no Brasil.

Figura 2 - Quantidade de publicações por país



Fonte: Elaboração própria (2023).

A próxima análise enfoca a quantidade de publicações por instituição, examinando as instituições às quais os autores das publicações são afiliados. Assim como ocorre na análise de publicações por país, um mesmo documento pode contar como publicação de mais de uma instituição, dada a prevalência de dois ou mais autores de diferentes instituições por documento. Importante destacar, ainda, que 10 dos 709 registros de publicações sobre ESG no período em questão não possuíam dados sobre a instituição de afiliação dos autores, sendo desconsiderados nesta análise.

Das 937 instituições encontradas, foram listadas somente as 32 que tiveram pelo menos 5 registros, conforme Tabela 1. Dessas, quatro se destacam pela quantidade de publicações: *Sapienza University Rome*, na Itália; *Macquaire University*, na Austrália; *Université de Sfax*, na Tunísia; e *University of London*, na Inglaterra. Observando o país de origem de cada uma das instituições, foi possível constatar a dispersão ou concentração das publicações pelo país. Os EUA, país líder na produção em ESG, possuem grande dispersão de suas publicações em diversas instituições, enquanto a Tunísia apresenta significativa concentração de registros em apenas uma instituição – a *Université de Sfax*, que concentra 73,3% de toda a produção do país. Além disso, das 32 instituições com maior quantidade de registros afiliados, 7 são instituições italianas (o que corresponde a 21,9% do total), resultado que chama atenção para a produção acadêmico-científica do país sobre o tema, considerando sua menor extensão territorial, população total e quantidade de instituições acadêmicas e de pesquisa, principalmente em

comparação com os EUA. Por fim, destaca-se que nenhuma instituição brasileira aparece nesta lista. As duas únicas instituições brasileiras que tiveram algum destaque foram a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de São Paulo, cada uma com dois registros.

Tabela 1 - Quantidade de publicações por instituição

Instituição	Nº de Docs.	Instituição	Nº de Docs.
Sapienza University Rome	16	University of Cambridge	6
Macquarie University	12	University of Portsmouth	6
Université de Sfax	11	University of Texas System	6
University of London	10	Chinese Academy of Sciences	5
Catholic University of The Sacred Heart	8	Egyptian Knowledge Bank Ekb	5
N8 Research Partnership	8	Symbiosis International University	5
University of Oxford	8	Universita Degli Studi di Bari Aldo Moro	5
Bocconi University	7	Universitat Kassel	5
Harvard University	7	Universiti Teknologi Mara	5
University of Bologna	7	Universiti Utara Malaysia	5
University of California System	7	University of California Los Angeles	5
University of Pisa	7	University of Queensland	5
Bucharest University of Economic Studies	6	University of Udine	5
Hse University National Research	6	Xi An Jiaotong University	5
University Higher School of Economics	6		
New York University	6	Zayed University	5
Northwestern University	6	Zhejiang University of Finance Economics	5

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para a demonstração do panorama da pesquisa científica em ESG é importante, também, analisarmos os periódicos com maior quantidade de publicações nessa temática. A Tabela 2 apresenta os 16 periódicos que mais publicaram entre 2012 e 2022, utilizando o critério de pelo menos 10 registros por periódico. É possível perceber a ausência de publicações no ano de 2012 nesses periódicos mais relevantes, tendo a produção sobre o tema se iniciado em 2013 e se mantido com uma quantidade pouco expressiva até 2017. A partir de 2018, a produção cresceu bastante até alcançar o número de 143 publicações em 2022, representando 47,8% do total de 299 documentos publicados. Como o ESG é um tema que se encontra em expansão, essa quantidade significativa de publicações concentradas no ano de 2022, a despeito do marco temporal de uma década, permite presumir que haja uma tendência de continuidade no aumento do interesse sobre o tema.

Dos periódicos mais importantes em quantidade de publicações sobre ESG, três se destacam: *Business Strategy and the Environment* (com 44 registros), *Corporate Social Responsibility and Environmental Management* (com 42 registros) e *Finance Research Letter*

(com 38 registros). A relevância do periódico *Business Strategy and the Environment* (BSE) já fora constatada anteriormente por Fuadah *et al.* (2023), dos 14 periódicos listados em sua revisão sistemática, o BSE se destacou, tendo publicado 4 dos 25 artigos analisados. Assim, nota-se uma convergência desse resultado de pesquisa com os de Fuadah *et al.* (2023), em termos quantitativos.

Tabela 2 - Quantidade de publicações por periódico por ano

Periódicos Internacionais	Ano de publicação											TOTAL
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Business Strategy and the Environment	-	-	1	-	1	3	1	6	7	4	21	44
Corporate Social Responsibility and Environmental Management	-	-	-	-	-	1	2	6	5	9	19	42
Finance Research Letters	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	33	38
Journal of Sustainable Finance Investment	-	-	-	-	-	-	3	1	7	6	12	29
Journal of Portfolio Management	-	-	-	-	-	-	-	4	9	4	4	21
Journal of Investment Management	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	9	14
Journal of Business Ethics	-	2	-	-	1	-	2	1	2	4	1	13
Journal of Risk and Financial Management	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	9	13
Corporate Governance The International Journal of Business in Society	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	5	11
International Review of Financial Analysis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	9	11
Journal of Applied Corporate Finance	-	-	-	-	-	-	2	5	2	2	-	11
Journal of Investing	-	-	-	-	-	-	-	4	5	-	2	11
Sustainability Accounting Management and Policy Journal	-	-	-	1	2	-	-	1	1	1	5	11
Accounting and Finance	-	-	-	-	-	-	-	1	5	3	1	10
Global Business Review	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8	10
Journal of Asset Management	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	5	10
TOTAL POR ANO	0	2	1	1	4	4	15	30	51	48	143	299

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir da análise de coocorrência de palavras-chave, é possível evidenciar as relações entre o tema pesquisado e outros temas e conceitos afins. A rede de coocorrência mostrada na Figura 3 demonstra as palavras-chave mais utilizadas pelos autores em suas produções sobre ESG, levando em consideração somente as palavras-chave com registro de ocorrência em pelo menos 5 publicações. Na rede, as palavras-chave se interligam a outras e são apresentadas com tamanhos de bolha proporcionais à quantidade de vezes que foram utilizadas. Como esperado, a palavra-chave “ESG” foi a mais utilizada nos documentos analisados (com 186 registros), uma vez que exprime a temática principal estudada.

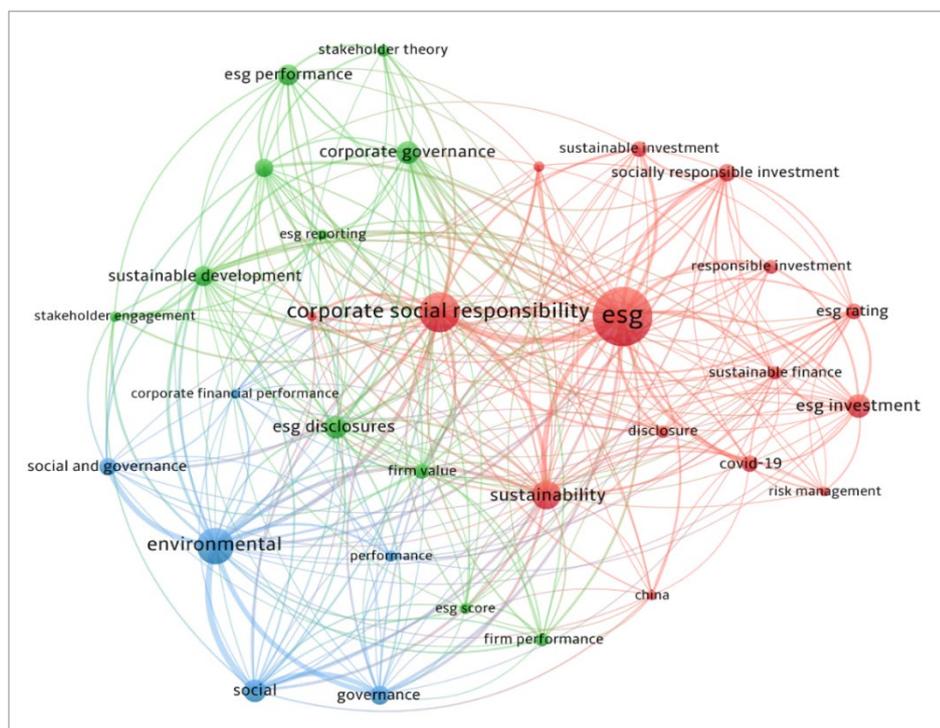
O termo mais relacionado ao ESG, segundo a rede de coocorrência, foi “*Corporate Social Responsibility*”, em português Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que apresentou 76 registros. Esse resultado demonstra convergência com o estudo de Albitar, Abdoush e Hussainey (2020), ao evidenciar a forte ligação entre a agenda ESG e a RSC. Em

seguida, tem-se as palavras-chave “*environmental*” (com 55 registros), “*sustainability*” (46), “*ESG investment*” (32), “*ESG disclosures*” (29) e “*ESG performance*” (27).

Outras palavras-chave passíveis de análise foram “*China*”, “*Covid-19*”, “*risk management*” e “*ESG investment*”, que não só foram relacionadas ao termo ESG, como também interrelacionadas entre si, tangenciando o exposto por Díaz, Ibrushi e Zhao (2020), ao afirmarem que o ESG foi indispensável no cenário pandêmico, especialmente no que diz respeito a fatores de investimento. Finalmente, as palavras-chave “*stakeholder theory*” e “*stakeholder engagement*” representam a sinergia dos dados aqui apresentados com o exposto por Fuadah *et al.* (2023), Peng e Isa (2020), ao evidenciarem a frequente e estreita relação dos *stakeholders* com o estudo, desenvolvimento e aplicação da temática ESG nas organizações.

Para além disso, é possível perceber, na rede de palavras-chave, uma divisão de três agrupamentos diferentes de palavras (representados pelas cores vermelha, azul e verde) que demonstram três eixos temáticos distintos nas publicações. O agrupamento em vermelho se relaciona a temas de finanças, investimentos e gestão de riscos, estando o termo “ESG” mais diretamente ligado a esse grupo. Já o agrupamento em azul apresenta mais os termos gerais do ESG, que representam seus três pilares: ambiental, social e governança. Percebe-se que a palavra-chave “*environmental*” se apresenta com uma bolha maior que as demais, demonstrando uma maior quantidade de utilizações do termo nos documentos. Assim, é provável que haja uma concentração em relação à discussão de fatores ambientais nas publicações analisadas. Por fim, o agrupamento em verde envolve questões mais ligadas ao nível da empresa ou corporação, com destaque para as palavras-chave “*ESG disclosures*”, “*corporate governance*” e “*ESG performance*”.

Figura 3 - Rede de coocorrência de palavras-chave



Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto às análises de autoria, foram encontrados 1.625 autores distintos que publicaram coletiva e/ou individualmente ao longo do período analisado. Foi realizada a contagem de autores por documento, desconsiderando 3 dos 709 registros, porque apresentaram autores cadastrados como “desconhecido”. Conforme pode ser visto na Tabela 3, a maior parte das publicações foi escrita por dois ou três autores. São 216 documentos escritos por dois autores (30,6%) e 193 escritos por três autores (27,3), somando 57,9% do total de publicações. Já as publicações com mais de quatro autores não são significativas, representando somente 7,0% do total de registros.

Tabela 3 - Quantidade de autores por documento

Nº de Autores	Nº de Docs.	%
1	129	18,3%
2	216	30,6%
3	193	27,3%
4	118	16,7%
5	36	5,1%
6	12	1,7%
7	1	0,1%
8	1	0,1%
Total	706	100%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Concomitantemente, foi realizado o levantamento dos autores mais citados, utilizando um critério de pelo menos 3 publicações por autor no período analisado. Na Tabela 4 estão elencados os autores citados no mínimo 100 vezes ao longo do período estabelecido. Dentre os autores listados, George Serafeim, vinculado à *Harvard University*, se destacou como o autor mais relevante, tanto em quantidade de publicações (6), quanto de citações (462). Nicola Cucari, com publicações afiliadas principalmente à *Sapienza University* e à *University of Salerno*, é o segundo autor mais citado, com cinco registros de publicações e 413 citações no período analisado. O terceiro autor mais citado é David C. Broadstock, afiliado à *Hong Kong Polytechnic University* e à *Hang Seng University of Hong Kong*. Embora sua quantidade de citações seja de 387, este autor possui uma média de quantidade de citações por documento maior do que os anteriores (129 citações). Não coincidentemente, esse resultado demonstra convergência com a análise de quantidade de publicações por país, uma vez que as principais instituições vinculadas aos documentos mais citados se situam nos Estados Unidos, Itália e China, respectivamente os países mais relevantes para a produção científica em ESG no período observado.

Tabela 4 - Autores mais citados

Autor	Nº de Docs.	Nº de Citações	Autor	Nº de Docs.	Nº de Citações
Serafeim, George	6	462	Eccles, Robert G.	5	160
Cucari, Nicola	5	413	Albitar, Khaldoon	3	155
Broadstock, David C.	3	387	Hussainey, Khaled	3	155
Yu, Ellen Pei-yi	3	285	Alareeni, Bahaaeddin	3	134
Lagasio, Valentina	6	234	Landi, Giovanni	4	117
Aboud, Ahmed	3	227	Brogi, Marina	4	115
Umar, Zaghum	4	225	Chouaibi, Salim	5	112
Lokuwaduge, C. S. de Silva	3	173	Huang, D. Zhao-Xiang	3	100
Lee, Linda-Eling	3	165	-	-	-

Fonte: Elaboração própria (2023).

Considerando os critérios de exclusão descritos na seção de metodologia, identificou-se que existiam 10 artigos de acesso aberto sobre ESG na área de Negócios e Economia citados pelo menos 150 vezes, conforme Quadro 2. A partir da revisão sistemática desses artigos, é possível perceber a predominância de estudos empíricos sobre o tema, com a utilização de abordagem quantitativa, análises estatísticas, experimentação de hipóteses e investigação de parâmetros específicos em casos reais de organizações e/ou gestores que aplicam o ESG na gestão organizacional.

De forma geral, os dez artigos analisados na revisão sistemática buscaram investigar o papel do ESG no cenário pandêmico; como as informações ESG são utilizadas pelos investidores e gestores de ativos; como o ESG afeta o valor e a eficiência corporativa das empresas; e como e com que intensidade o ESG se associa a outros temas relevantes dentro da organização, como Relato Integrado, Divulgação Social e Ambiental e diversidade no Conselho de Administração.

O artigo de acesso aberto mais relevante em quantidade de citações (citado 338 vezes) é intitulado “*The role of ESG performance during times of financial crisis: evidence from COVID-19 in China*”. Esse trabalho teve como objetivo examinar o papel do desempenho ESG durante a crise financeira desencadeada pela pandemia global da COVID-19. Por meio desse estudo empírico, David C. Broadstock *et al.* (2021) encontraram evidências que demonstraram uma associação positiva entre pontuações ESG e retornos acumulados a curto prazo durante a crise da COVID-19. Os autores pontuam que portfólios que consideraram o ESG tiveram melhor performance do que os demais e que essa performance atuou na mitigação de riscos financeiros em cenários de crise.

Quadro 2 - Revisão Sistemática de artigos de acesso aberto mais citados

(continua)					
Qtd. Citações	Título	Autores	Objetivo	Abordagem	Conclusão
338	<i>The role of ESG performance during times of financial crisis: evidence from COVID-19 in China</i>	(Broadstock et al., 2021)	Examinar o papel do desempenho ESG durante a crise financeira do mercado, desencadeada em resposta à pandemia global da COVID-19.	Empírica	Pontuações de ESG foram positivamente associadas aos retornos acumulados a curto prazo durante a crise da COVID-19.
300	<i>Why and How Investors Use ESG Information: evidence from a global survey</i>	(Amel-Zadeh e Serafeim, 2018)	Identificar por que e como os investidores usam as informações ambientais, sociais e de governança (ESG) relatadas.	Empírica	A falta de padrões de relatório representa um obstáculo significativo para o uso efetivo de informações de ESG, sendo a utilização delas motivada pela relevância para o desempenho de investimento, demanda dos clientes, estratégia de produtos e considerações éticas.
299	<i>The impact of environmental, social, and governance disclosure on firm value: the role of CEO power</i>	(Li et al., 2018)	Investigar se a divulgação ambiental, social e de governança corporativa (ESG) afeta o valor da empresa.	Empírica	O nível de divulgação ESG, transparência, responsabilização e aumento da confiança das partes interessadas possui associação positiva ao valor da empresa.
272	<i>Do environmental, social, and governance activities improve corporate financial performance?</i>	(Xie et al., 2019)	Investigar a relação entre eficiência e sustentabilidade corporativa para determinar se as empresas preocupadas com ESG também podem ser eficientes e lucrativas.	Empírica	A transparência corporativa em relação às informações ESG tem uma associação positiva com a eficiência corporativa no nível de divulgação moderado.
262	<i>Diversity of Board of Directors and Environmental Social Governance: evidence from Italian listed companies</i>	(Cucari, De Falco e Orlando, 2018)	Investigar a associação entre a divulgação ESG e a diversidade do conselho de administração em empresas listadas italianas.	Empírica	A divulgação de RSC da empresa está associada à RSC de diretores e comitês independentes. Além disso, as mulheres nos conselhos de administração estão negativamente correlacionadas, enquanto a idade do conselho de administração não é significativa.

Quadro 2 - Revisão Sistemática de artigos de acesso aberto mais citados

(conclusão)					
<u>Otd.</u> Citações	Título	Autores	Objetivo	Abordagem	Conclusão
237	<i>Responsible investing: the ESG-efficient frontier</i>	(Pedersen, <u>Fitzgibbons</u> e <u>Pomorski</u> , 2021)	Desenvolver uma teoria que explique os custos e benefícios dos investimentos baseados em ESG e estimar empiricamente a magnitude desses efeitos.	Teórico-empírica	A relação entre ESG e retornos é influenciada pela interação entre as preferências dos investidores, a informação ESG e o preço dos ativos.
182	<i>ESG Integration and the Investment Management Process: fundamental investing reinvented</i>	(van Duuren, Plantinga e <u>Scholtens</u> , 2016)	Investigar como os gestores de ativos convencionais consideram os fatores ESG em seu processo de investimento.	Empírica	Muitos gestores de fundos adotaram características do investimento responsável e a sua localização geográfica tem um impacto distinto na sua tomada de decisão.
175	<i>Aggregate Confusion: the divergence of ESG ratings</i>	(Berg, <u>Kolbel</u> e <u>Rigobon</u> , 2022)	Investigar a divergência de classificações ESG com base em dados de seis agências de classificação proeminentes.	Empírica	A divergência nas classificações de ESG é principalmente impulsionada pela divergência na “medição”, que contribui com 56% da divergência total, enquanto o “escopo” contribui com 38% o “peso” com apenas 6%.
168	<i>Monitoring Intensity and Stakeholders' Orientation: how does governance affect social and environmental disclosure?</i>	(<u>Mallin</u> , Michelin e Raggi, 2013)	Investigar os efeitos do modelo de governança corporativa no desempenho social corporativo e na divulgação social e ambiental.	Teórico-empírica	Os atributos de governança corporativa têm um impacto significativo nas práticas de divulgação social e ambiental das empresas.
165	<i>Environmental, social and governance disclosure, integrated reporting, and the accuracy of analyst forecasts</i>	(Bernardi e Stark, 2018)	Investigar o impacto da implementação do Relato Integrado na precisão das previsões dos analistas, utilizando o nível de divulgação ESG como uma variável mediadora.	Empírica	A relação entre as pontuações gerais de divulgação de ESG e a precisão das previsões dos analistas se fortalece significativamente após a introdução do Relato Integrado.

Fonte: Elaboração própria (2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou, com uma abordagem quali-quantitativa, o panorama da pesquisa científica internacional sobre ESG na área de Negócios e Economia no último decênio. Para responder às indagações acerca da produção em ESG ao longo desse tempo, os registros sobre o tema passaram pela análise bibliométrica em relação a: área do conhecimento, ano de publicação, país de origem, instituições, coocorrência de palavras-chave, coautoria e quantidade de citações.

Os resultados da pesquisa constataram, inicialmente, a predominância da área de Negócios e Economia na produção científica sobre o tema ESG ao redor do mundo, provando sua significativa contribuição para os estudos práticos e teóricos acerca da aplicação e desenvolvimento de estratégias organizacionais que contemplem aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Ademais, as análises posteriores apontaram uma linha ascendente na quantidade de publicações sobre o tema entre 2012 e 2022, sendo o ano de 2022 o mais produtivo, com quase metade de todos os registros do período. Os países que lideraram a produção científica nessa temática foram os Estados Unidos, Itália e China. A instituição com maior número de documentos afiliados foi a *Sapienza University Rome*, na Itália, enquanto o periódico com maior número de publicações sobre o tema foi o *Business Strategy and the Environment*.

Os temas mais relacionados ao ESG nesse período foram identificados pela análise da rede de palavras-chave, que constatou forte coocorrência dos termos “*Corporate Social Responsibility*”, “*Sustainability*” e “*Environmental*” com o ESG, descritor central da pesquisa. Quanto à autoria, quase 60% das publicações foram escritas por dois ou três autores. Os três autores mais citados eram afiliados à *Harvard University*; à *Sapienza University* e *University of Salerno*; e à *Hong Kong Polytechnic University* e *Hang Seng University of Hong Kong*. Finalmente, foi identificada uma pequena conexão entre os grupos de coautores.

Por fim, a revisão sistemática dos artigos de acesso aberto mais citados demonstrou a prevalência de estudos empíricos sobre o tema no período analisado, sugerindo, ainda, um maior interesse de pesquisadores pelo papel do ESG no cenário pandêmico e como ele afeta o valor das empresas, como as informações ESG são utilizadas por investidores e gestores e como se dá sua relação com outros temas relevantes dentro da organização.

Portanto, o presente trabalho compilou grande quantidade de dados e sintetizou informações que traçaram o panorama da produção científica internacional em ESG. Espera-se que essas informações sejam utilizadas tanto para fins acadêmico-científicos, quanto gerenciais,

beneficiando estudantes, acadêmicos, organizações, gestores e *stakeholders*. A principal limitação da pesquisa foi a utilização somente da base de dados *Web of Science*. Assim, como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se a realização de pesquisa bibliométrica em outras bases de citações e publicações, a fim de ampliar a amostra de dados utilizados para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALBITAR, K.; ABDOUSH, T.; HUSSAINEY, K. Do corporate governance mechanisms and ESG disclosure drive CSR narrative tones. **International Journal of Finance & Economics**, 2022. DOI: [10.1002/ijfe.2625](https://doi.org/10.1002/ijfe.2625).
- ALFARO, A. C. La Contabilidad Ambiental y su productividad científica a través de la bibliometría. **FACE - Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales**, v. 20, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24054/01204211.v1.n1.2020.4009>.
- BILLIO, M. *et al.* Inside the ESG ratings: (Dis)agreement and performance. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, 2021. DOI: [10.1002/csr.2177](https://doi.org/10.1002/csr.2177).
- BROADSTOCK, D. *et al.* The role of ESG performance during times of financial crisis: evidence from COVID-19 in China. **Finance Research Letters**, v. 38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.frl.2020.101716>.
- CEK, K.; EYUPOGLU, S. Does Environmental, Social and Governance performance influence economic performance. **Journal of Business Economics and Management**, v. 21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3846/jbem.2020.12725>.
- COHEN, G. The impact of ESG risks on corporate value. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 60, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11156-023-01135-6>.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Resolução nº 193, de 20 de outubro de 2023**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. CVM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- DIAS, M. C. De onde surgiu o ESG. **Exame**, 2021. Disponível em: <https://exame.com/esg/de-onde-surgiu-o-esg/>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- DÍAZ, V.; IBRUSHI, D.; ZHAO, J. Reconsidering systematic factors during the Covid-19 pandemic – The rising importance of ESG. **Finance Research Letters**, v. 38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.frl.2020.101870>.
- DIEZ-CANÁMERO, B. *et al.* Measurement of Corporate Social Responsibility: a review of corporate sustainability indexes, rankings and ratings. **Multidisciplinary Digital Publishing Institute**, v. 12, n. 5, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12052153>.

ENGELHARDT, N.; EKKENGA, J.; POSCH, P. ESG Ratings and Stock Performance during the COVID-19 Crisis. **Multidisciplinary Digital Publishing Institute**, v. 13, n. 13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13137133>.

FUADAH, L. L. *et al.* Environmental, Social and Governance (ESG). **Integrated Journal of Business Economics**, v. 7, n. 2, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33019/ijbe.v7i2.706>.

GLOBAL COMPACT. **Who Cares Wins**: connecting financial markets to a changing world. 2004. Disponível em: https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

GUEVARA, A.; DIB, V. ESG Principals, challenges and opportunities. **RISUS - Journal on Innovation and Sustainability**, v. 13, n. 4, 2022. DOI: <https://doi.org/10.23925/2179-3565.2022v13i4p18-31>.

KOCA, T. T. Bibliometric analysis of “sarcopenia” in Web of Science. **Egyptian Rheumatology and Rehabilitation**, v. 50, n. 1, 2023. DOI: 10.1186/s43166-023-00194-w.

MATIAS, Y.; PEREIRA, J. Marketing Verde: o consumo consciente de plástico em dois segmentos de bebidas (PEPSICO e AMBEV). **Revista Scientia**, v. 8, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia/article/view/16520/11416>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MÁXIMO, W. Emissões de títulos sustentáveis batem recorde no Brasil. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-09/emissoes-de-titulos-sustentaveis-batem-recorde-no-brasil>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MUKHTAR, B. *et al.* Integrating ESG disclosure into the relationship between CSR and green organizational culture toward green innovation. **Social Responsibility Journal**, 2023. DOI: 10.1108/SRJ-03-2023-0125.

PACHECO, M. ESG: desafios para integração à estratégia de negócios. **Exame**, 2022. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/impacto-social/esg-desafios-para-integracao-a-estrategia-de-negocios/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

PENG, L. S.; ISA, M. Environmental, Social and Governance (ESG) practices and performance in Shariah firms: agency or stakeholder theory. **Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance**, v. 16, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21315/aamjaf2020.16.1.1>.

RIETZ, S. D. Information vs knowledge - Corporate accountability in environmental, social, and governance issues. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 31, n. 2, 2018. DOI: 10.1108/AAAJ-01-2013-1198.

SILVA, R. J.; MARQUES, P. Teoria dos Stakeholders – Revisão Sistemática de Literatura. e³ - **Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**, v. 9, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29073/e3.v9i1.727>.

VEJARANO, G. B.; SWINKELS, L. Social, Sustainability, and Sustainability Linked-Bonds. **Social Science Research Network**, 2023. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4420618. Acesso em: 07 set. 2023.

WAI-KHUEN, W.; BOON-HENG, T.; SIOW-HOOI, T. The Influence of External Stakeholders on Environmental, Social, and Governance (ESG) Reporting: toward a conceptual framework for ESG disclosure. **Foresight and STI Governance**, v. 17, n. 2, 2023. DOI: 10.17323/2500-2597.2023.2.9.20.

ZHU, W. *et al.* Pandemic Uncertainty and Socially Responsible Investments. **Frontiers in Public Health**, v. 9, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.661482>.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	O PANORAMA CIENTÍFICO INTERNACIONAL DO ESG ENTRE 2012 E 2022: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO
RECEBIDO	01/09/2024
AVALIADO	01/11/2024
ACEITO	08/11/2024

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Viviane Almendra Paz Lima
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Salvador
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Bacharela em Administração pela Universidade do Estado da Bahia, Tecnóloga em Gestão Ambiental e pós-graduada em Inteligência de Negócios pelo Centro Universitário Jorge Amado e pós-graduada em ESG pelo IBMEC.
AUTOR 2	
PRONOME DE TRATAMENTO	Dra.
NOME COMPLETO	Maria de Fátima Barbosa Góes
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
CIDADE	Barreiras
ESTADO	BA
PAÍS	Brasil
RESUMO DA BIOGRAFIA	Doutora em Engenharia Industrial pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Campus Salvador da Universidade do Estado da Bahia.
CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO	Todos os autores contribuíram na mesma proporção.

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: vivianeaplima@outlook.com Autor 2: mfgoes@uneb.br
---	--